UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

CIDADE MÉDIA E REGIÃO: O SIGNIFICADO DE MONTES CLAROS NO NORTE DE MINAS GERAIS

ANETE MARÍLIA PEREIRA

UBERLÂNDIA/MG

2007

ANETE MARÍLIA PEREIRA

CIDADE MÉDIA E REGIÃO: O SIGNIFICADO DE MONTES CLAROS NO NORTE DE MINAS GERAIS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientação: Profª. Drª. Beatriz Ribeiro Soares

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Anete Marília Pereira

Cidade Média e Região: o Significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais

Beatriz Ribeiro Soares

Profª. Drª. Beatriz Ribeiro Soares (orientadora)

Profª. Drª. Maria Encarnação Beltrão Sposito

Prof. Dr. Ailton Mota de Carvalho

Julio Cesar Lima Ramires

Prof. Dr. Júlio César Lima Ramires

Vitor Ribeiro Filho

Prof. Dr. Vitor Ribeiro Filho

Data: 11 / setembro de 2007

Resultado: A - com louvor

A Tyngo,

porque um simples agradecimento seria muito pouco para um amigo, irmão e companheiro que, com certeza, não tem a dimensão da ajuda que me deu.

AGRADECIMENTOS

Este é o trabalho, em minha trajetória acadêmica, de maior importância e que foi construído na conjugação de esforços de várias pessoas, que merecem o meu agradecimento.

Agradeço:

a Deus, por ter me permitido mais uma conquista;
à minha família, pelo apoio incondicional;
à minha orientadora, Profª. Drª. Beatriz Ribeiro Soares, pela confiança depositada, pela seriedade, pela convivência e pelos ensinamentos e experiências compartilhados.
aos meus amigos, pela presença, mesmo quando distantes;
aos meus colegas e professores, pela oportunidade de reflexão e diálogo;
à Universidade Estadual de Montes Claros pelo afastamento;
ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia pela acolhida;
à FAPEMIG pelo apoio financeiro;
às Prefeituras de todas as cidades do Norte de Minas pela atenção dispensada e pelos dados disponibilizados.
E a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, tornaram esse momento possível.

De tudo ficaram três coisas:
A certeza de que estamos sempre
começando.
A certeza de que precisamos continuar.
A certeza de que seremos interrompidos
antes de terminar.
Portanto, devemos
fazer da interrupção
um caminho novo...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura,
um encontro.

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Este trabalho contempla reflexões acerca das relações urbano-regionais na mesorregião Norte de Minas, no estado de Minas Gerais. Partindo da premissa de que a divisão territorial do trabalho atribui a alguns segmentos e lugares um papel privilegiado na organização do espaço, o nosso principal objetivo é compreender o papel regional de Montes Claros, através das principais relações que ocorrem entre essa cidade e os demais componentes do sistema urbano-regional, priorizando o setor de serviços. O referencial teórico utilizado enfocou os conceitos de região, regionalização, cidade média, pequenas cidades e rede urbana. Partindo de tais pressupostos, propomos uma articulação teórico-metodológica que contribua para a apreensão do que se revela como urbano na região e que possibilite a compreensão das relações interurbanas nela existentes. Para tanto, realizamos um estudo de caráter exploratório descritivo, com avaliação qualitativa, sendo a estratégia de pesquisa o estudo de caso, utilizando múltiplas fontes de evidências: observação, análise documental e entrevistas semi-estruturadas. A compilação dos dados culminou com a elaboração de mapas, gráficos e tabelas, os quais mostram as principais relações que se estabelecem entre a cidade e a região. Concluímos que, hoje, é a demanda por bens e serviços, considerando a freqüência com que se realiza, que torna os lugares distintos entre si. Portanto, é esse fator que peculiariza as redes urbanas regionais. No caso do Norte de Minas, Montes Claros é a única cidade da região capaz de oferecer serviços mais complexos e comércio mais diversificado, nutrindo de informação, tecnologia, bens e serviços os centros emergentes e as pequenas cidades, que fazem parte da rede urbana regional. Entretanto, é importante ressaltar que a pobreza da população, o isolamento de alguns municípios, a inércia do poder público em atrair investimentos e a falta de empregos criam um quadro de estagnação na maior parte da região e aumentam a dependência das pequenas cidades em relação a Montes Claros.

Palavras-chave: região – cidade média – serviços – Norte de Minas – Montes Claros

ABSTRACT

This work ponders on the urban-regional relations in the Northern Minas region, in Minas Gerais State. Based on the premise that the working territorial division grants to some segments and places a privileged role in the space organization, our main goal is to understand Montes Claros' regional role through the main relations occurring between this city and the other components of the regional urban system, giving priority to the service sector. The theoretical referential used has focused on the concepts of region, regionalization, median-sized city, small towns and urban network. Based on such presuppositions we have propose a theoretical-methodological articulation capable of contributing to the apprehension of what is unveiled as urban in the region and of making it possible to understand the interurban relations existing in it. For such, we have conducted a study, exploratory and descriptive in nature with qualitative evaluation using multiple sources of evidence: observation, documental analysis and semi-structured interviews. Data compilation has culminated with the elaboration of maps, charts and tables showing the main relations established between the city and region. We have concluded that, today, it is the demand for goods and services, considering the frequency at which it occurs that makes the places distinct among themselves. Therefore, it is this factor that makes the regional urban networks peculiar. In the Northern Minas case Montes Claros is the only city in the region capable of offering more complex services and more diversified commerce, nourishing with information, technology, goods and services the emerging centers and the small towns, which are part of the regional urban network. However, it is important to highlight that the population's poverty, the isolation of some municipalities, the public power inertia to attract investments and the lack of employment create a picture of stagnation in most part of the region and increases the small towns' dependence upon Montes Claros.

Key words: region – median-sized city – services - Norte de Minas – Montes Claros

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Norte de Minas: Pessoas entrevistadas nas Prefeituras Municipais 34
Figura 2: Residência rural - Miravânia.....95
Figura 3: Pecuária - Manga.....95
Figura 4: Área urbana de Fruta de Leite 128
Figura 5: Área rural no município de Mamonas.....128
Figura 6: Cidade de Josenópolis.....134
Figura 7: Cidade de Montes Claros.....134
Figura 8: Norte de Minas: hierarquia urbana com base nos serviços de saúde.....146
Figura 9: Travessia da balsa – São Francisco 147
Figura 10: Hospital Santa Casa.....148
Figura 11: Policlínica Hermes de Paula 151
Figura 12: Consultórios na Pça Honorato Alves.....151
Figura 13: Clínica particular na Rua Irmã Beata.....151
Figura 14: Montes Claros: Campus da Unimontes.....158
Figura 15: Montes Claros: Campus da Unimontes.....158
Figura 16: Campi de Januária 158
Figura 17: Campi de Janaúba 158
Figura 18: Campi de Salinas 159
Figura 19: Núcleo de Varzelândia 159
Figura 20: Montes Claros – Rodoviária 167
Figura 21: Montes Claros – Aeroporto 167
Figura 22: Sede da INTERTV.....168
Figura 23: Significado de Montes Claros na região norte de Minas 169
Figura 24: Cidades do norte de Minas: principais relações com Montes Claros 170
Figura 25: Cidade de Itacambira 176
Figura 26: Cidade de Miravânia 176
Figura 27: Vista da cidade de São João do Paraíso 179
Figura 28: Cidade de Padre Carvalho.....179
Figura 29: Cidade de Serranópolis de Minas 179
Figura 30: Cidade de São João das Missões.....179
Figura 31: Norte de Minas: indicadores culturais das pequenas cidades (2001) 180
Figura 32: Piscinas Naturais –Francisco Dumont.....181

Figura 33: Balneário de Águas Termais – Montezuma 181
Figura 34: Área urbana de Francisco Dumont..... 182
Figura 35: Área urbana de Indaiabira..... 182
Figura 36: Igreja de Grão Mogol..... 183
Figura 37: Igreja de Matias Cardoso 183
Figura 38: Praça central Coração de Jesus 184
Figura 39: Praça central de Santa Fé de Minas 184
Figura 40: Praça Central – Águas Vermelhas 185
Figura 41: Praça Central – Gameleiras 185
Figura 42: Cidade de Campo Azul 186
Figura 43: Cidade de Jequitaí 186
Figura 44: Praça Central – Guaraciama..... 186
Figura 45: Cidade de Itacarambi 186
Figura 46: Área central de Mamonas 187
Figura 47: Área central de Luislândia..... 187
Figura 48: Secagem de feijão – São João do Pacuí 187
Figura 49: Moradoras de São João do Pacuí..... 187
Figura 50: Norte de Minas: indicadores de comércio das pequenas cidades 188
Figura 51: Comércio local - Miravânia..... 189
Figura 52: Comércio local – Claro dos Poções 189
Figura 53: Feira semanal – Grão Mogol..... 191
Figura 54: Mercado Monte Azul 191
Figura 55: Estacionamento de carroças Monte Azul..... 191
Figura 56: Açougue – Mirabela 192
Figura 57: Subprodutos do Pequi – Japonvar 192
Figura 58: Centro Comercial – Chapada Gaúcha 192
Figura 59: Centro comercial – Jaíba 192
Figura 60: Prefeitura de Águas Vermelhas 202
Figura 61: Prefeitura de Ninheira 202
Figura 62: Prefeitura de Curral de Dentro 202
Figura 63: Prefeitura de Patis..... 202
Figura 64: Entrada da Prefeitura de Catuti..... 203
Figura 65: Prefeitura de Catuti 203
Figura 66: Prefeitura de Novorizonte..... 203

Figura 67: Vargem Grande do Rio Pardo 203
Figura 68: Área urbana de Padre Carvalho 204
Figura 69: Área urbana de Pai Pedro 204
Figura 70: Norte de Minas: principais problemas das pequenas cidades 205
Figura 71: Área urbana de Campo Azul 207
Figura 72: Área urbana de São Romão 207
Figura 73: Área urbana de Fruta de Leite 210
Figura 74: Área urbana de Riacho dos Machados 210
Figura 75: Aspectos culturais de Taiobeiras 213
Figura 76: Ensino superior – Salinas 213
Figura 77: Ensino superior – Januária 213
Figura 78: Igreja matriz – Bocaiúva 214
Figura 79: Praça Central – Salinas 214
Figura 80: Praça Central – Janaúba 215
Figura 81: Rio São Francisco – Pirapora 215
Figura 82: Área comercial de Janaúba 215
Figura 83: Mercado central de Salinas 215
Figura 84: Norte de Minas: instrumentos de planejamento municipal (2001) 222
Figura 85: Norte de Minas: instrumentos de gestão urbana (2001) 222
Figura 86: Norte de Minas: informatização (2001) 225
Figura 87: Norte de Minas: terceirização de serviços (2001) 226
Figura 88: Norte de Minas: descentralização e desconcentração administrativa (2001) 227
Figura 89: Prestação de contas da Prefeitura de São João da Lagoa 228
Figura 90: Acesso a Chapada Gaúcha 239
Figura 91: Acesso a Botumirim 239
Figura 92: Acesso a Indaiabira 239
Figura 93: Acesso a Josenópolis 239
Figura 94: Esquema da Rede Urbana e regiões polarizadas em Minas Gerais 269
Figura 95: Hierarquia das cidades de porte médio em Minas Gerais 271
Figura 96: Hierarquia urbana do estado de Minas Gerais 272
Figura 97: Hierarquia urbana de Minas Gerais (1999) 273
Figura 98: Representação da rede urbana do norte de Minas – 2006 277

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Roteiros dos trabalhos de campo.....32
Mapa 2: Montes Claros na Norte de Minas Gerais.....39
Mapa 3: Capitania das Minas Gerais: categorias de percepção do espaço setecentista.....48
Mapa 4: Capitania das Minas Gerais: regionalização - século XVIII 50
Mapa 5: Província de Minas Gerais: regionalização - século XIX 51
Mapa 6: Minas Gerais: Zonas Fisiográficas (IBGE, 1941) 53
Mapa 7: Minas Gerais: Microrregiões Homogêneas (IBGE, 1968).....55
Mapa 8: Minas Gerais: Regiões Funcionais Urbanas (IBGE, 1972).....57
Mapa 9: Minas Gerais - Macrorregiões para fins de planejamento (FJP, 1973).....58
Mapa 10: Minas Gerais: Mesorregiões geográficas (IBGE, 1990) 59
Mapa 11: Minas Gerais: Microrregiões Geográficas (IBGE, 1990).....61
Mapa 12: Minas Gerais: Regiões para fins de Planejamento (FJP, 1992) 62
Mapa 13: Minas Gerais: Regiões Administrativas segundo a FJP (1996).....63
Mapa 14: Minas Gerais: divisão adotada para o orçamento participativo (SEPLAN, 1999).....66
Mapa 15: Minas Gerais: Macrorregiões da saúde –PDR (2003-2006).....67
Mapa 16: Minas Gerais: Diretorias de ações descentralizadas em saúde 2004 69
Mapa 17: Minas Gerais: Superintendências Regionais de Ensino - 2004 71
Mapa 18: Minas Gerais: regiões culturais 72
Mapa 19: Minas Gerais: Unidades regionais do Instituto Estadual de Florestas.....74
Mapa 20: Minas Gerais: Unidades regionais da EMATER.....75
Mapa 21: Minas Gerais: Unidades regionais do Instituto Mineiro de Agropecuária ..76
Mapa 22: Minas Gerais: Unidades regionais do SEBRAE 77
Mapa 23: Minas Gerais: Unidades regionais da Federação das Indústrias de MG...78
Mapa 24: Minas Gerais: Unidades regionais da Polícia Militar 79
Mapa 25: Minas Gerais: Unidades regionais do Departamento Estadual de Telecomunicações 80
Mapa 26: Minas Gerais: Unidades regionais da Jurisdição Fiscal 82
Mapa 27: Minas Gerais: Varas do Trabalho (2005).....84
Mapa 28: Minas Gerais: Associações municipais - 2004 85

Mapa 29: Minas Gerais: área de atuação da ADENE (2005) 86
Mapa 30: Minas Gerais: regiões turísticas 88
Mapa 31: Municípios da região Norte de Minas 97
Mapa 32: Microrregiões do Norte de Minas 98
Mapa 33: Norte de Minas: divisão municipal (IBGE – 1956) 105
Mapa 34: Norte de Minas: divisão municipal (IBGE – 1992) 106
Mapa 35: Norte de Minas: os municípios emancipados na década de 1990 107
Mapa 36: Norte de Minas – PIB, 2004 116
Mapa 37: Norte de Minas: participação dos setores econômicos na composição do PIB por município 121
Mapa 38: Norte de Minas: PIB per capita - 2004 122
Mapa 39: Norte de Minas: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000) 124
Mapa 40: Norte de Minas: desigualdade (2000) 125
Mapa 41: Norte de Minas: índice de pobreza (2000) 127
Mapa 42: Norte de Minas: Índice de Exclusão Social (2000) 128
Mapa 43: Norte de Minas: população urbana e rural 135
Mapa 44: Norte de Minas: estabelecimentos de saúde e grau de complexidade dos serviços prestados 145
Mapa 45: Minas Gerais: Municípios que possuem cursos da Unimontes 159
Mapa 46: Norte de Minas: instituições financeiras 164
Mapa 47: Norte de Minas: Sistemas de transportes 167
Mapa 48: Norte de Minas - Percentual de domicílios atendidos pelo serviço de energia elétrica 197
Mapa 49: Norte de Minas - percentual de domicílios atendidos pelo serviço de água 198
Mapa 50: Norte de Minas - percentual de domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo 199
Mapa 51: Norte de Minas – fluxos de ônibus - 2006 236
Mapa 52: Norte de Minas - fluxo de ônibus com cidades externas à região- 2006 240
Mapa 53: Norte de Minas - fluxo de ônibus com origem e destino externos que cruzam a região - 2006 242
Mapa 54: Norte de Minas – Fluxo de ônibus de estudantes - 2006 245
Mapa 55: Norte de Minas - fluxo de ambulâncias - 2006 247
Mapa 56: Norte de Minas: Plano Diretor de Saúde - 2004 248

Mapa 57: Norte de Minas - consórcios municipais de saúde CIS 250
Mapa 58: Montes Claros - fluxo aéreo de passageiros 254
Mapa 59: Brasil: Rotas internas regionais.....255
Mapa 60: Minas Gerais: Regiões de Planejamento - percentual de domicílios com tv por assinatura 256
Mapa 61: Minas Gerais: Regiões de Planejamento – teledensidade – telefone fixo por 100 habitantes.....258
Mapa 62: Minas Gerais: Regiões de Planejamento – Penetração do celular percentual da população com telefone celular 260
Mapa 63: Minas Gerais: Regiões de Planejamento – percentual de domicílios com acesso à Internet.....264
Mapa 64:Centro-Sul – Sistemas Urbanos 274
Mapa 65: Norte de Minas – rede urbana regional 276

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Centralidade de Montes Claros nas divisões regionais de Minas Gerais 92
Quadro 2: Municípios da mesorregião norte de Minas 98
Quadro 3: Distribuição da população total e da população urbana do norte de Minas por municípios e por cidades - 2000 100
Quadro 4: Norte de Minas - distribuição de agências bancárias por município - 2006 164
Quadro 5: Norte de Minas: atividades econômicas predominantes em municípios com população urbana inferior a 20.000 habitantes 193
Quadro 6: Norte de Minas: principal fonte de emprego nas pequenas cidades - 2006 193
Quadro 7: Norte de Minas: atividades econômicas predominantes em municípios com população urbana superior a 20.000 habitantes 216
Quadro 8: Norte de Minas - principal fonte de emprego nas cidades emergentes - 2006 216

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de municípios, Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) e população segundo regiões de planejamento - Minas Gerais - 2004 114
Tabela 2: Os dez maiores municípios ordenados segundo o Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) de Minas Gerais 2000–2002-2004..... 114
Tabela 3: Montes Claros - evolução da população - 1960 – 2000 136
Tabela 4: Montes Claros - população ocupada por setores econômicos - 2000.... 137
Tabela 5: Montes Claros: distribuição de bens e serviços de baixa complexidade (1982 – 2005) 138
Tabela 6: Montes Claros: distribuição de bens, serviços de saúde de média e elevada complexidade e inovações 1982-2005..... 139
Tabela 7: Montes Claros: número de médicos e especialidades médicas - 2005.. 142
Tabela 8: Montes Claros: laboratórios, clínicas e hospitais - (1982-2005)..... 143
Tabela 9: Montes Claros: atendimentos da Santa Casa em 2005 149
Tabela 10: Montes Claros: procedimentos do HUCF - 2005..... 150
Tabela 11: Norte de minas: serviços de saúde - 2000 153
Tabela 12: Montes Claros - universidades e faculdades existentes em 2006..... 156
Tabela 13 : Número de alunos matriculados na Unimontes em 2005..... 157
Tabela 14: Norte de Minas - municípios com população urbana inferior a 20.000 habitantes - 2000..... 177
Tabela 15: Pequenas cidades - crescimento populacional (1991-2000)..... 178
Tabela 16: Norte de Minas: repasse de recursos para as pequenas cidades - 2006 195
Tabela 17: Norte de Minas: domicílios particulares permanentes urbanos, por tipo de esgotamento sanitário, segundo municípios - Minas Gerais - 2000 200
Tabela 18: Norte de Minas – número de famílias atendidas pelo Bolsa Família por município(dez./2006)..... 208
Tabela 19: Norte de Minas: centros emergentes população (2000) e crescimento populacional (1991-2000)..... 212

Tabela 20: Norte de Minas: indicadores culturais de alguns centros urbanos - 1950 214
Tabela 21: Norte de Minas – centros emergentes repasse de recursos - 2006 217
Tabela 22: Montes Claros - número de passageiros e de ônibus chegada e saída..... 234
Tabela 23: Norte de Minas: frota de veículos por município - 2000 251
Tabela 24: Aeroporto Tancredo Neves: quantidade de passageiros no período de 2002-2005 252
Tabela 25: Municípios do Norte de Minas - percentual de telefones fixos - 2000 .. 259
Tabela 26: Municípios do Norte de Minas - percentual de domicílios com computadores - 2000..... 265

LISTA DE SIGLAS

ADENE	Agência para o Desenvolvimento do Nordeste
AMANS	Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CBMMG	Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais
CDI	Comitê para Democratização da Informática
CEANORTE	Central de Abastecimento do Norte de Minas
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CHESF	Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco
CISNES	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Entorno de Salinas
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPC	Comando de Policiamento da Capital
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DADS	Diretoria de Ações Descentralizadas da Saúde
DER	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais
DETEL	Departamento Estadual de Telecomunicações
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FAPEMIG	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNM	Fundação Norte Mineira de Ensino Superior

FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNORTE	Faculdades Unidas do Norte de Minas
HEMOMINAS	Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais
HUCF	Hospital Universitário Clemente Farias
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IDENE	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IGA	Instituto de Geociências Aplicadas
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEM	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais
IPSEMG	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITER	Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais
ITR	Imposto Territorial Rural
JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
MEC	Ministério da Educação
NCA	Núcleo de Ciências Agrárias
NOAS	Norma Operacional da Assistência à Saúde
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PDR	Plano Diretor de Regionalização
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PMMG	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONTOCOR	Pronto Socorro do Coração
PSF	Programa Saúde da Família
PSIU	Posto de Serviços Integrados Urbano
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RMNe	Região Mineira do Nordeste
RPM	Região da Polícia Militar
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes
SEDRU	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SEF	Secretaria de Estado de Fazenda
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SRE	Superintendência Regional de Ensino
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDENOR	Superintendência do Desenvolvimento do Norte de Minas
SUS	Sistema Único de Saúde
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UNIPAC	Universidade Presidente Antônio Carlos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....21

1. LOCALIZANDO O DEBATE SOBRE A REGIONALIZAÇÃO: o território mineiro e a cidade de Montes Claros 37

1.1 Região e regionalização: revisitando conceitos 40
1.2 Minas Gerais: recortes regionais e constituição de regiões.....47
1.3 As divisões oficiais do estado de Minas Gerais e as diferentes concepções de região.....52
1.4 Outros recortes espaciais de Minas Gerais e a posição de Montes Claros .65

2. O NORTE DE MINAS: que região é essa? 93

2.1 O processo de constituição da região.....101
2.2 As transformações recentes e o papel do Estado.....107
2.3 O contexto socioeconômico da região 113

3. A CIDADE E A REGIÃO: Montes Claros e o Norte de Minas.....130

3.1 O processo de urbanização regional 131
3.2 O espaço da saúde.....140
3.3 O espaço do ensino superior 154
3.4 O espaço do comércio e da rede bancária 161
3.5 O espaço dos eixos de circulação 165

4. DA PEQUENA CIDADE À CIDADE MÉDIA: a estrutura urbana no Norte de Minas.....172

4.1 As pequenas cidades: uma introdução ao tema 173
4.2 O perfil urbano das pequenas cidades norte-mineiras.....176
4.2.1 A infra-estrutura urbana das pequenas cidades 196
4.3 Os centros emergentes - rumo à categoria de cidades médias? 212
4.4 Gestão municipal: as cidades norte-mineiras e a questão da dependência 219

5. REDES GEOGRÁFICAS: uma forma de entender o espaço norte-mineiro 230

5.1 Interações espaciais no Norte de Minas e a constituição de redes: uma análise dos fluxos 234
5.2 O fluxo de informações na região 255
5.3 A rede urbana regional.....267

CONSIDERAÇÕES FINAIS 282

REFERÊNCIAS.....288

ANEXOS 337

INTRODUÇÃO

Estudar o Norte de Minas significa refletir sobre uma realidade muito próxima e concreta, na qual nos inserimos desde o nascimento. Se, de um lado, ser norte-mineira coloca-nos o risco de deixar-nos envolver pela emoção, por outro, temos de considerar o limite imposto pela teoria, tarefa que nos parece bastante difícil, mas que intentamos realizar.

Tratar da cidade de Montes Claros, em sua relação com a região Norte de Minas, pareceu-nos, desde o início, um desafio. Primeiro, porque são várias as concepções de região e de regionalização utilizadas pelos diversos ramos da ciência geográfica. Segundo, pelos diferentes discursos que envolvem essa região, pautados em interesses variados e, em certos casos, contraditórios.

Pensar o espaço regional, buscando compreender a dinâmica, as funções e os fluxos que definem o significado da cidade de Montes Claros na região Norte de Minas, constitui nosso objetivo central. Para isso, partimos de uma reflexão mais ampla sobre os sentidos da região e regionalização, mais especificamente pensando as mudanças e permanências que caracterizam este espaço.

Como a urbanização brasileira não é um processo homogêneo no tempo e no espaço, é possível produzir diversas abordagens sobre ela, pois, em cada parte do território nacional, apresenta particularidades ou singularidades. Observamos hoje um novo patamar da divisão internacional do trabalho e da divisão territorial do trabalho. Sendo assim, no que diz respeito ao urbano, a totalidade do espaço é uma realidade concreta. No Brasil, essa nova dinâmica do capital revela-nos os grandes contrastes regionais dentro do país. Santos (1985a, p. 40) destaca que

> [...] podemos falar de uma nova forma de urbanização e de novas hierarquias urbanas, função do fato de que a circulação entre as cidades interessa a itens diversos daqueles do período anterior. Agora, a circulação de ordens, de mais-valia, de informação, passam ao primeiro plano e se sujeitam a uma hierarquia calcada sobre necessidades que são próprias da cidade ou de regiões agrícolas circundantes, mas que refletem relações menos “naturais”. Antes, a circulação era praticamente apenas de produtos. A produção local que ia alimentar a indústria e a população de cidades

> maiores, dentro ou fora do país, constituía o essencial da atividade urbana, a qual presidia o seu comércio. Hoje, graças ao desenvolvimento dos transportes, boa parte desse comércio pode ser feito diretamente, em direção às grandes cidades, mas, segundo os casos, a atividade produtiva tem uma demanda importante de assessoramento industrial, financeiro, jurídico, etc, que dota as cidades de um novo conteúdo. Essa tendência é tanto mais nítida quanto maior a quantidade de capitais fixos envolvidos na produção. Pelo fato de que aumentar o capital fixo significa que a produção necessita, em maior número, de insumos científicos.

O autor deixa explícito que a técnica e a informação estão (re)dinamizando as relações urbanas na atualidade. Sendo assim, não poderíamos pensar o urbano e o regional sem considerar essa tendência.

Também é importante ressaltar que cada cidade possui características singulares. Por isso, diferentes também são as formas da relação dessas cidades com o seu entorno regional, especificamente as formas de interação com outras cidades e com o campo. Nesse sentido, cada cidade constitui um espaço complexo e repleto de contradições, pois as variáveis necessárias a sua (re)produção abarcam todo o sistema de produção e a rede de consumo, numa relação estreita com a região. A respeito disso, Gomes (2001, p. 233) argumenta que

> [...] a existência de cada cidade tem uma lógica e uma fundamentação histórico-cultural própria que, a despeito de inexoravelmente articulada com as demais, seja internamente no nível específico de análise considerado – local, regional, nacional – seja no nível global, subsistem sob a forma de seu patrimônio (cultural, social, econômico e político), subvertendo tentativas hegemônicas da imposição de um roteiro de qualidade universal.

Ainda nessa perspectiva, Santos (1993, p. 124) considera que "[...] as cidades são cada vez mais diferentes umas das outras. Cada cidade tem uma relação direta com a demanda da sua região". Assim sendo, pensar a cidade em sua relação com a região continua sendo uma necessidade para o entendimento da organização do espaço geográfico. No caso das cidades identificadas como médias[1] - um dos mais significativos componentes do atual sistema urbano brasileiro –, tal necessidade torna-se mais evidente. Um estudo dessa envergadura implica uma análise das

[1] Um maior aprofundamento sobre as cidades médias pode ser encontrado em Soares (1999, 2005), Amorim Filho (1982, 1984, 1998, 2003, 2005), Sposito (2001), Pontes (2000), Pereira e Lemos (2004), Andrade e Serra (2001), Carvalho (1999), Stadel (2001), Andrade e Lodder (1979), Santos (1993), Amorim Filho e Serra (2001), Rochefort (1998), Sanfeliu e Torné (2004) e os grupos COAM (URBANISMO COAM, 1989) e GRAL CEDRAL (1994).

relações, fluxos e processos que condicionaram a produção da cidade, bem como seu papel regional. Daí o imperativo de se estudar a importância geográfica dessa cidade, analisando as possibilidades de circulação de pessoas, mercadorias, informações, valores e idéias, haja vista o fato de que a existência de relações entre as cidades e sua região está diretamente associada a tais elementos.

Já discutimos em um artigo[2] que o termo cidade média, apesar de largamente utilizado, não possui definição teórica muito precisa. É comum encontrar estudos que utilizam as expressões "cidade intermediária", "cidade regional", "cidade de médio porte", "centros regionais e sub-regionais" com o mesmo significado de cidade média. Trata-se, na verdade, de uma noção, mais do que de um conceito.

Sabemos que a noção de cidades médias surge nos anos de 1970, como instrumento de intervenção de políticas de planejamento urbano e regional, na França. A partir de então, as cidades médias passaram a ser objeto de estudo e de políticas públicas em diversos países. No caso brasileiro, o interesse pela realidade das cidades médias pode ser visto já na década de 1970, sobretudo nas políticas públicas de ordenamento territorial que tinham como prioridade conter a migração para as metrópoles e criar pólos de desenvolvimento em regiões periféricas (II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND). Segundo Steinberger e Bruna (2001, p.52), esse

> [...] programa tinha por objetivo fortalecer cidades médias por meio de ações inter e intra-urbanas. Sobre as interurbanas, a idéia era que tais cidades, ao expandirem sua capacidade produtiva e o mercado da região por elas liderado, apresentassem economias de aglomeração e reduzissem os fluxos migratórios que se dirigiam para as regiões metropolitanas. [...] Ao mesmo tempo, previa-se uma atuação intra-urbana nas áreas mais carentes de tais cidades, supondo-se que essa seria uma maneira de redistribuir renda. Além disso, a assistência técnica, a ser fornecida às prefeituras, visava preparar as administrações locais para enfrentarem o crescimento físicoterritorial e serem mais eficientes na prestação de serviços urbanos, garantindo-lhes, portanto, condições de autogerenciarem-se (*sic*).

Um dos critérios mais utilizados na definição de cidades médias tem sido o tamanho demográfico. Em estudo realizado na década de 1970, Andrade e Lodder (1979, p.

---

[2] Referimos-nos ao trabalho de PEREIRA, A. M. A propósito das cidades médias: considerações sobre Montes Claros. In: Seminário Internacional sobre Cidades Médias, 1, 2005, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: UNESP, 2005. CD-ROM.

35) definiram cidades médias como centros e aglomerados que possuíam, nessa data, uma população urbana entre 50 mil e 250 mil habitantes. Em outro estudo mais recente, Andrade e Serra (2001) consideraram como cidades médias aquelas que, segundo o censo de 1991, apresentavam uma população urbana entre 100 mil e 500 mil habitantes. Esse mesmo critério é utilizado pelas instituições oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1996) que considera como médias as aglomerações urbanas com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Segundo Soares (1999), a Organização das Nações Unidas (ONU) define como tais as cidades com população entre 100 mil e um milhão de habitantes. Nessa acepção, a definição de cidade média varia segundo a região, o país e o período histórico considerado.

Há, na literatura específica, uma preocupação em não considerar apenas esse critério para definir cidade média. Na busca da construção de um conceito, Sposito (2001) ressalta o papel regional que determinada cidade desempenha. A definição desse papel deve levar em consideração, além do tamanho da cidade, sua situação funcional, ou seja, como se estabelece, no território, a divisão regional do trabalho e como a cidade o comanda. Nessa perspectiva, a referida autora destaca que podemos caracterizar as “cidades médias”, afirmando que a classificação delas, pelo enfoque funcional, sempre esteve associada à definição de seus papéis regionais e ao potencial de comunicação e articulação proporcionado por suas situações geográficas, tendo o consumo um papel mais importante que a produção na estruturação dos fluxos que definem a função intermediária dessas cidades (SPOSITO, 2001, p. 635).

Soares (1999) comenta sobre a necessidade de incorporação de outros elementos em qualquer análise sobre as cidades médias. Assim, em suas palavras

> [...] devem ser consideradas para identificação das cidades médias diversas variáveis como: tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e sua importância na região e na rede urbana de que faz parte, organização espacial e índices de qualidade de vida, atributos que podem variar de região para região, de país para país, tendo em vista sua formação histórico/geográfica, que é diversificada segundo sua localização espacial. Desse modo, podemos dizer que as cidades médias ou intermediárias são definidas pelo lugar que ocupam não apenas na rede urbana, mas também no sistema econômico global. (SOARES, 1999, p. 60-61)

Para Sanfeliu e Torné (2004, p. 3-7), o termo cidades intermédias é mais adequado, uma vez que este termo amplia seu significado, realça seu papel de articulação, criando e tecendo redes. De acordo com Branco (2005, p.4), os referidos autores

> [...] relacionam como cidades intermédias: a) centros que oferecem bens e serviços mais ou menos especializados para sua área de influência; b) centros que constituem nós articuladores de fluxos; c) centros onde se localizam sedes de governo local e regional.

Nesse sentido, a definição de cidade média tem por base as funções urbanas da cidade relacionadas, sobretudo, aos níveis de consumo e ao comando da produção regional nos seus aspectos técnicos. Já não é mais um centro no meio da hierarquia urbana, mas sim uma cidade com capacidade para participar de relações que se estabelecem nos sistemas urbanos nacionais e internacionais. Os estudos sobre tais cidades devem estar calcados numa concepção, em rede, da cidade e da região, numa perspectiva que priorize, mais do que a dimensão demográfica, o modo como a cidade média articula suas relações com os demais componentes do sistema urbano. Tal análise conduz a compreensão da estrutura da rede urbana, aqui entendida como o "[...] conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si" (CORRÊA, 2001, p.93).

Em linhas gerais, a cidade média deve apresentar certas características urbanas que possibilitem sua influência numa área circundante suficientemente importante. Para Santos (1988b, p.89-90), "[...] as cidades intermediárias, que hoje são também chamadas de 'cidades médias', a que então chamávamos de 'centros regionais', são o lugar onde há respostas para níveis de demanda de consumo mais elevados".

A noção de cidade média não permite compreender a essência do conjunto de cidades assim denominadas, já que elas não constituem um bloco homogêneo em sua funcionalidade, em qualquer periodização e recorte espacial em que sejam consideradas. Ao contrário, cada cidade apresenta uma singularidade que depende, sobretudo, da realidade regional na qual se encontra inserida. Ela deve ser pensada na sua relação com seu território e sua região, sem desconsiderar as escalas nacional e global.

Inúmeras são as dificuldades teórico-metodológicas em relação ao estudo das cidades médias. Uma primeira preocupação diz respeito ao fato de que esse conjunto de cidades não deve ser analisado apenas como um nível intermediário entre as grandes e as pequenas cidades. Na sua análise, são utilizadas variáveis como tamanho demográfico, funções, dinâmica intra-urbana, intensidade das relações interurbanas e com o campo, indicadores de qualidade de vida e infra-estrutura, dentre outros.

Além disso, cabe ressaltar que elas estabelecem intermediação não só entre as cidades grandes e pequenas da sua região, mas também em relação ao meio rural e regional nos quais estão inseridas. É sob tal ótica que buscamos compreender o papel regional de Montes Claros. Essa cidade é considerada como média em vários estudos, como nos de Andrade e Lodder (1979), Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982), Amorim Filho et al. (1999), Amorim Filho e Abreu (2000), Carvalho (1999), entre outros. Sendo assim, não pretendemos discutir se Montes Claros constitui, de fato, uma cidade média. Pautamos nosso estudo a partir das pesquisas realizadas pelos autores citados. A nossa preocupação principal é com as relações que são estabelecidas entre essa cidade média e os demais componentes do sistema urbano-regional.

Diante do exposto, a análise da cidade média implica na análise de sua inserção na região. Abordar esse tema significa tocar num assunto delicado da ciência geográfica. Isso porque “[...] falar de região é caminhar em um terreno cheio de labirintos e de armadilhas epistemológicas” (PAVIANI, 1992, p.372), devido à polissemia desse conceito. Entretanto, é um tema essencial à análise geográfica, conforme salientado por Becker e Egler (1994, p. 14),

> [...] o conceito de região está associado ao trabalho do geógrafo. Deixá-lo de lado é abandonar um signo que identifica a Geografia perante as demais ciências. Repensar a região hoje significa uma maneira de contribuir para a superação da crise das ciências sociais e colaborar, enquanto geógrafo, na compreensão e impasses do mundo contemporâneo [...]

Os estudos que se reportam à temática demonstram que há, na atualidade, um contínuo processo de formação e transformação das regiões, que são construções

sociais, resultantes da atuação de múltiplos agentes. Nessa perspectiva, a região é entendida como uma resposta local aos processos capitalistas.

Ademais, Santos (1988c) considera que um dos parâmetros para entender a região é o modo de produção, chamando a atenção para a necessidade de refletir sobre as diversas variáveis que geram uma região. Considera fundamental entender a região por sua história, suas relações, seu arranjo particular, sempre em movimento. Nas palavras do autor,

> [...] num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e conseqüências do fenômeno. (SANTOS, 1988c, p. 48)

Nesse sentido, a região deve ser analisada no contexto da complexidade do mundo contemporâneo. O conteúdo de uma região é dinâmico e instável do ponto de vista espacial. Falar de região significa compreender a dialética do mundo. É buscar compreender o velho e o novo, que estão constantemente em conflito, alterando parcelas do espaço. De acordo com Bezzi (2004, p.20),

> [...] o conhecimento da dinâmica regional permite conceber a região como sucessão de estruturas e processos que, ao se modificarem no tempo, alteram as funções de formas passadas, recriando-as e criando novas formas regionais.

É nesse contexto teórico que a pesquisa ora apresentada ganha relevância ao propor um estudo sobre a cidade de Montes Claros, em sua relação com a região na qual se encontra inserida. Montes Claros é um centro urbano que, de acordo com vários parâmetros físicos, sociais e econômicos, encontra-se numa região de fronteira entre o Nordeste e o Sudeste. Trata-se da região Norte de Minas, caracterizada pela ocorrência cíclica da seca, pela economia baseada na agropecuária e uma população em constante migração, devido às precárias condições de vida aí predominantes. Esse conjunto de fatores condiciona a formação de um sistema urbano desarticulado e heterogêneo, cuja desigualdade é expressa no espaço através das relações que são estabelecidas entre seus diversos componentes. Única cidade com população superior a 100 mil habitantes na vasta

região norte-mineira, Montes Claros representa um campo fértil de análise, tanto por seu papel de centro regional quanto pela sua dinâmica socioespacial urbana.

A pesquisa está pautada em uma preocupação em investigar a posição de Montes Claros enquanto única cidade média do Norte de Minas e seu significado regional. Não se trata apenas da definição da importância econômica da cidade ou de suas funções urbanas: por meio dessa questão intentamos, também, discutir como essa cidade se relaciona com outras cidades e com as áreas rurais circunvizinhas. Isso porque

> [...] apenas a articulação da escala intra-urbana às múltiplas escalas interurbanas (regionais, nacional e internacional) possibilita a compreensão da sobreposição de fluxos que se combinam e se sobrepõem, gerando múltiplas configurações espaciais. (SPOSITO, 2001, p. 641)

Consideramos, ainda, que a presente proposta se justifica também por apresentar uma contribuição para o debate teórico atual sobre a dinâmica da organização do espaço regional, bem como uma contribuição valiosa para a elaboração e implementação das políticas de desenvolvimento urbano e regional, fornecendo importantes subsídios para os municípios norte-mineiros.

O conhecimento empírico de aspectos da dinâmica regional e a insuficiência de estudos sobre a cidade e região constituem os principais motivadores da realização deste estudo. Interessa-nos, sobremaneira, compreender o papel dessa cidade na articulação regional. Para tanto, vários são os questionamentos que servem de base para a problematização do tema:

- ✓ Quais as vinculações entre Montes Claros e seu entorno regional?
- ✓ Que relações podem ser estabelecidas entre Montes Claros e os demais centros urbanos da região Norte de Minas?
- ✓ Qual é a área de influência da cidade de Montes Claros?
- ✓ Montes Claros controla todas as relações econômicas e sociais especializadas da sua área de influência?

A tese que aqui defendemos é a de que Montes Claros exerce uma forte centralidade na região norte-mineira. Partimos da premissa de que, ao encerrar-se o sonho desenvolvimentista baseado na industrialização regional, via Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a região encontrou-se imersa num contexto de dificuldades, com graves implicações sociais. A disparidade na capacidade atrativa de subsídios, existente entre os municípios, gerou um crescimento urbano desigual e excludente. O enfraquecimento econômico, social e político de vários municípios tornaram-nos cada vez mais dependentes do estado e da União. Isso inclui também uma dependência em relação a Montes Claros.

Diante do exposto, a pesquisa em pauta tem como recorte espaço-temporal a região norte-mineira e a cidade de Montes Claros no início do século XXI. Como principal objetivo, buscamos compreender a dinâmica, as funções e os fluxos que definem o papel regional da cidade. Atrelada a tal problemática está a preocupação em rediscutir a configuração da rede urbana regional e as transformações recentes, verificadas na região em questão.

Constituem nossos objetivos específicos: discutir o significado da região Norte de Minas, a partir do resgate de diferentes conceitos de região e regionalização, e a posição de Montes Claros em cada uma delas; discutir a constituição da região Norte de Minas, as características socioeconômicas e as mudanças na espacialidade regional, que têm, no Estado, um dos seus principais indutores; discutir a dinâmica espacial do sistema urbano-regional, enfocando interações sociais, políticas, culturais e econômicas existentes entre Montes Claros e as cidades que compõem o sistema urbano-regional; analisar as realidades das pequenas cidades norte-mineiras e o papel exercido por Montes Claros; e, finalmente, propor algumas ações que se apresentam para a cidade e a região, que podem contribuir para a construção de um referencial para futuras intervenções.

O marco teórico, utilizado na fundamentação da pesquisa, possui alguns conceitos estruturadores como os de regionalização, cidades médias e rede urbana, a partir do qual se pretende interpretar a região e o urbano.

Em outras palavras, neste estudo sobre a região Norte de Minas e suas relações com a cidade de Montes Claros, buscamos compreender o espaço urbano-regional em suas múltiplas dimensões. Nessa perspectiva, o estudo demanda a análise da questão urbano-regional, no contexto de um modo de produção no qual as relações são equacionadas enquanto questões políticas, econômicas, sociais e culturais. O referencial teórico utilizado enfocou os conceitos de região, regionalização e rede urbana, bem como noções de cidade média e de pequenas cidades. Partindo de tais pressupostos, propomos uma articulação teórico-metodológica que contribua para a apreensão do que se revela como urbano na região e que possibilite a compreensão das relações interurbanas nela existentes. Para tanto, realizamos um estudo de caráter exploratório descritivo, com avaliação qualitativa, utilizando múltiplas fontes de evidências: observação, análise documental e entrevistas semi-estruturadas.

Em consonância com os objetivos propostos, o estudo teve como suporte metodológico procedimentos diversos, utilizados de forma articulada, no propósito de elucidar as questões problematizadas. Inicialmente, fizemos uma revisão bibliográfica, com o objetivo de fundamentar teoricamente o estudo, em sua articulação com as evidências empíricas. Em seguida, realizamos o levantamento de dados e informações, utilizando fontes documentais de instituições públicas e privadas, órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Fundação João Pinheiro (FJP), dentre outros, sendo utilizadas tanto a documentação impressa quanto a disponibilizada em *sites* da *web*. Essa etapa foi complementada com a organização de um banco de dados e a elaboração dos mapas das diversas formas de regionalização do estado de Minas Gerais, a partir dos quais foi analisada a posição de Montes Claros em cada recorte regional.

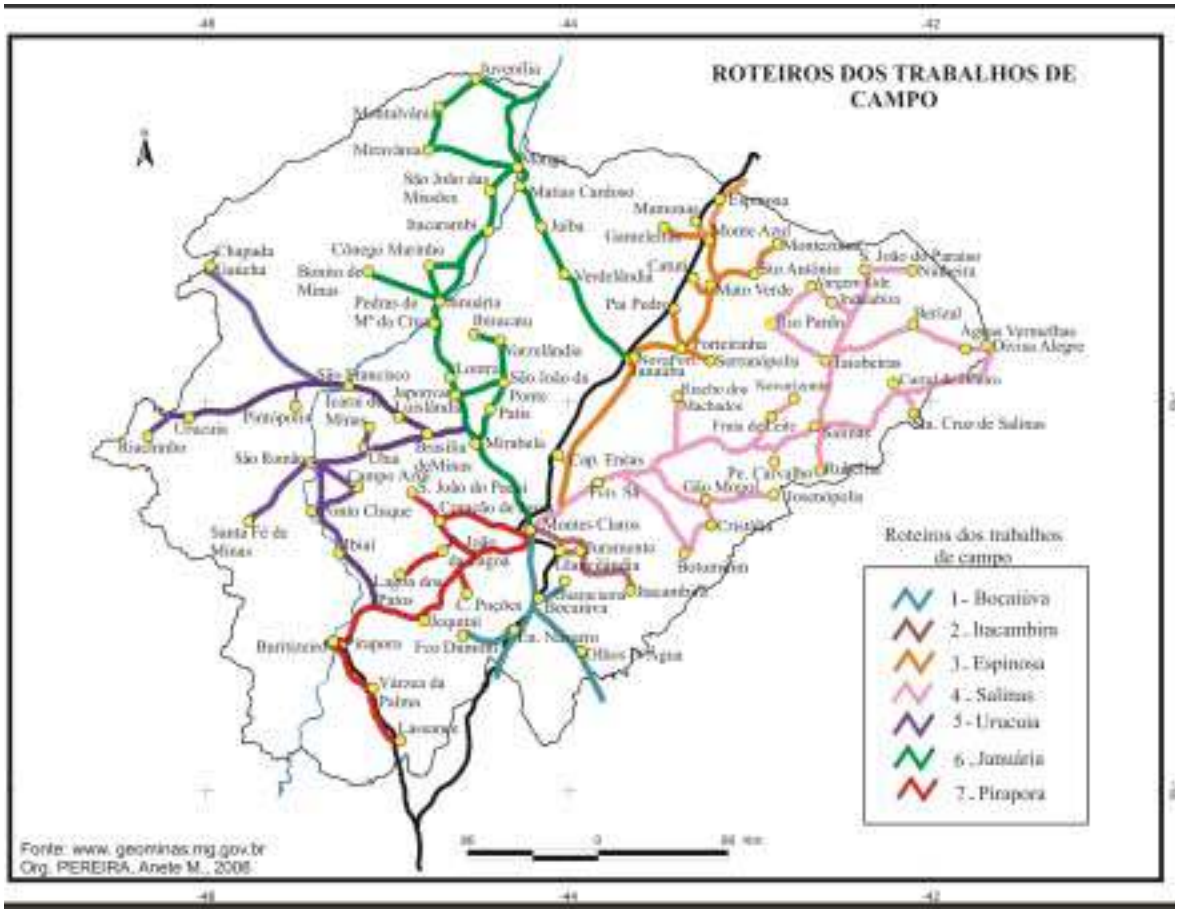
Na elaboração dos mapas, utilizamos a base cartográfica do Geominas e os *softwares* Arc Wieu 3,2 e o Corel Draw 12. A busca dos dados e a elaboração dos mapas demandaram bastante trabalho, paciência e tempo. O mapeamento envolvendo um grande número de municípios foi um dos fatores que dificultou a realização dessa fase. Todavia, essa foi, no nosso entender, uma das mais importantes etapas da pesquisa. Primeiro, porque se caracterizou pelo ineditismo, já

que criamos um banco de mapas de Minas Gerais e novas possibilidades de estudo a partir desta organização e elaboração. Isso proporcionou o conhecimento da diversidade que caracteriza o espaço mineiro e, de forma mais específica, o norte-mineiro. Consideramos relevante destacar, ainda, que os mapas foram tematizados, tendo por base a atual configuração territorial de Minas Gerais.

Para a produção sobre a formação histórica da região, utilizamos dissertações e documentos cartográficos, bem como jornais locais e regionais. Na caracterização fisiográfica da região Norte de Minas, utilizamos como base as produções do IBGE sobre a região Leste (1965) e região Sudeste (1977). A coleta dos dados econômicos foi feita utilizando a base de dados ajustados dos municípios brasileiros, de 1999 a 2002, publicada pelo IBGE em 05/05/2005, a partir dos quais fizemos a análise e a espacialização por meio dos mapas, utilizando os *softwares* já relacionados. Quanto aos dados sociais, utilizamos como referência o Atlas da Exclusão Social no Brasil, organizado por Pochmann (2003, 2004), e o Atlas de Desenvolvimento Humano do IPEA (2002) com os quais fizemos os respectivos mapeamentos da pobreza, da desigualdade, da exclusão e do índice de desenvolvimento humano.

Para analisar o significado regional de Montes Claros, ou seja, a relação cidade/região, partimos do processo de urbanização regional, tendo por base dados dos vários censos do IBGE (1960, 1970, 1989, 1991 e 2000). A análise dos serviços ofertados por Montes Claros foi feita a partir de uma adaptação da metodologia utilizada pelo documento Região de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 1993), com a construção de um instrumento para coleta de dados (Cf. anexo A). Para suprir as dificuldades na obtenção desses dados, utilizamos como fonte as páginas amarelas dos catálogos telefônicos da referida cidade, dos anos 1982 e 2005. A dificuldade de acesso a catálogos dos anos anteriores a 1982 explica a nossa opção em começar a coleta de informações a partir dessa data. Consideramos que o período de 23 anos foi suficiente para mostrar as principais mudanças ocorridas na cidade de Montes Claros, notadamente no que diz respeito à oferta de serviços. Também serviram de fontes jornais locais e regionais.

Complementando essa análise, interessou-nos saber qual é o significado que Montes Claros possui para os representantes da administração pública das demais cidades norte-mineiras. Mesmo considerando a dimensão do recorte territorial da área de estudo, optamos por realizar uma pesquisa direta em todas as cidades que compõem a região, conforme destacado no mapa 1. A pesquisa foi realizada por meio de uma observação participante, cuja finalidade foi conhecer as relações que cada cidade mantinha com Montes Claros, bem como a organização urbana de cada uma delas.



Mapa 1: Roteiro dos trabalhos de campo

Para tanto, optamos pela realização de entrevista semi-estruturada, na qual as questões deveriam fazer com que o entrevistado expressasse o seu pensamento sobre uma determinada questão, falasse o que pensava sobre uma determinada questão. A escolha desse instrumento para coleta de dados pode ser justificada por vários fatores: por permitir superar a falta de disponibilidade das pessoas em

responder por escrito[3]; pela maior elasticidade na extensão do tempo (o que possibilita uma cobertura mais profunda do assunto); e por oportunizar um cuidado maior na comunicação com as pessoas, em alguns casos favorecendo a correção de má interpretação. Além disso, ao realizarmos uma entrevista semi-estruturada podemos apresentar as questões com bastante flexibilidade quanto à forma, ordem e linguagem, podendo, inclusive, acrescentar aspectos julgados importantes face às respostas obtidas.

Para que os nossos objetivos fossem atingidos, procuramos elaborar um roteiro de entrevistas (anexo B) que abarcasse o conjunto de temáticas de nosso interesse. Nessa perspectiva, incluímos tópicos acerca do significado de Montes Claros para os administradores e os moradores da cidade visitada, dos serviços que a população local buscava nessa cidade. Acrescentamos itens sobre a realidade local, a fim de caracterizar a infra-estrutura urbana, a situação social e econômica e identificar os principais problemas. Realizamos um pré-teste do roteiro em quatro cidades (Olhos D'Água, Francisco Dumont, Engenheiro Navarro e Bocaiúva), a partir do qual foi possível avaliar o instrumento de pesquisa, diagnosticando as dificuldades encontradas quanto à sua extensão, consistência e facilidade de aplicação. Avaliamos também a necessidade de incluir outros parâmetros que afloraram por ocasião do teste.

Após essa fase de adequação do instrumento, iniciamos as entrevistas em cada cidade. No momento da entrevista, procuramos esclarecer adequadamente sobre seus objetivos, destacando a importância que teria a participação do representante para o nosso estudo, dando, ainda, certeza do anonimato. Os comentários preliminares tiveram o intuito de verificar o grau de disposição do representante para a entrevista e, também, dimensionar o tempo necessário para a sua realização. Tivemos o cuidado de registrar todas as verbalizações espontâneas dos entrevistados, ligadas ou não diretamente à questão, para posterior análise.

Em cada cidade, entrevistamos um representante do Poder Público municipal, conforme exposto na figura 1, tendo predominado os diálogos com os secretários de

[3] A maioria das pessoas está disposta a cooperar em um estudo onde tudo o que ela tem a fazer é falar, além das dificuldades que algumas têm para responder as questões.

administração. Na oportunidade, realizamos a documentação fotográfica e, posteriormente, elaboramos o material iconográfico.

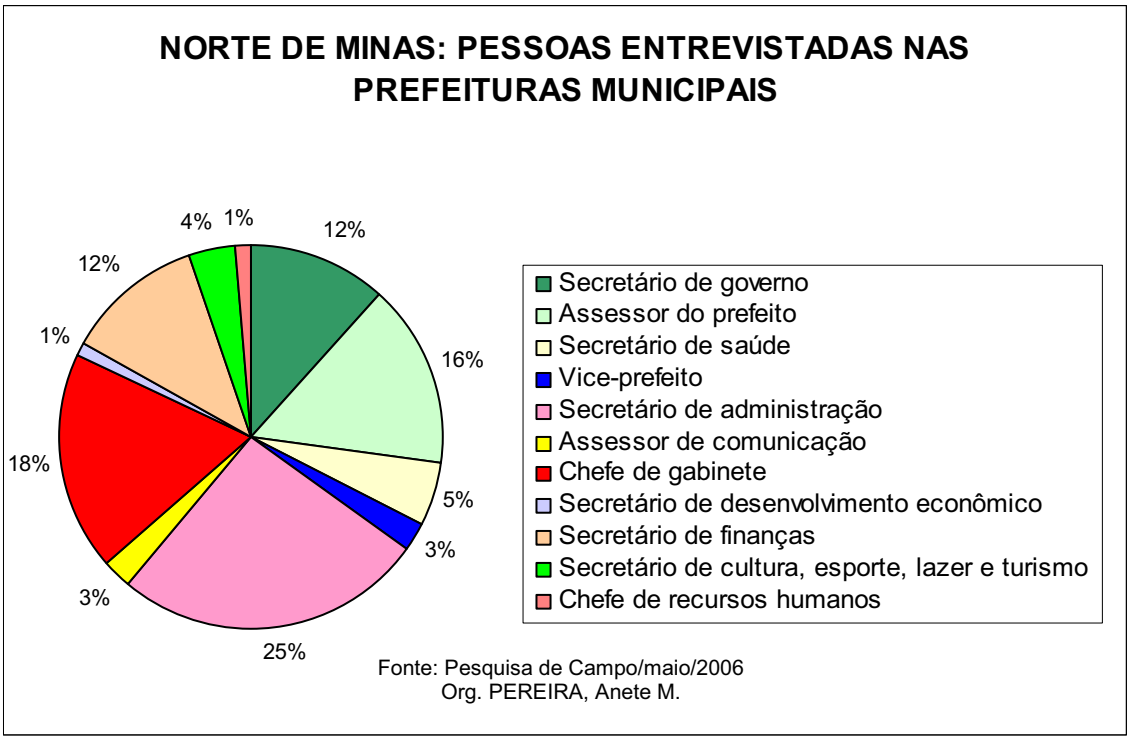


Figura 1 – Norte de Minas: pessoas entrevistadas nas Prefeituras Municipais

Essa parte da pesquisa demandou aproximadamente um ano de trabalho, pois encontramos certas dificuldades para executá-la, tais como as condições de acesso a várias cidades, a deficiência na estrutura urbana como a falta de hotéis e restaurantes nas cidades menores, a heterogeneidade no horário de funcionamento das prefeituras, a indisponibilidade e resistência de muitos representantes do Poder Público a este tipo de pesquisa, dentre outras. Apesar dessas dificuldades, todas as cidades foram visitadas e a pesquisa realizada possibilitou-nos conhecer com maior profundidade a região, suas potencialidades e carências. Com o trabalho de campo foi possível verificar, *in loco,* as precariedades da infra-estrutura urbana de várias cidades, além do baixo padrão de vida nelas predominante, bem como identificar as relações interurbanas mais expressivas na região, principal enfoque do nosso estudo.

Após a realização da pesquisa de campo, todos os dados e informações foram analisados em diferentes momentos da redação, juntamente com a identificação das

relações existentes entre as pequenas cidades, as cidades emergentes e Montes Claros. Para identificar a intensidade das relações entre Montes Claros e seu entorno, utilizamos como indicadores a variedade de serviços ofertados por Montes Claros, os fluxos de comunicação e de pessoas, o que nos ofereceu um marco bastante confiável para a identificação da maioria das funções urbanas de Montes Claros. Em seguida, fizemos um levantamento bibliográfico sobre os estudos já realizados sobre o sistema urbano-regional e a classificação de Montes Claros dentro de cada um deles. A partir dos fluxos analisados, apresentamos uma proposição de organização da rede urbana regional.

Ao final, acreditamos ter desenvolvido uma metodologia adequada para alcançar o objetivo principal deste trabalho, qual seja a proposição de uma discussão acerca da região norte de Minas e as principais relações urbanas nela realizadas, tendo Montes Claros como cidade pólo.

O trabalho foi desenvolvido em cinco capítulos. O primeiro capítulo propõe uma releitura das divisões regionais do estado de Minas Gerais, no intuito de verificar como Montes Claros é abordada em cada uma delas. Para isso, resgatamos os conceitos de região e regionalização, sem nos aprofundarmos em uma visão historiográfica sobre o assunto. Diferentes recortes espaciais de Minas Gerais e a posição de Montes Claros, em cada um deles, foram apresentados de forma sucinta.

No segundo capítulo, apresentamos as principais características da região Norte de Minas, enfocando os seus aspectos físicos, históricos, econômicos, sociais e políticos. Procuramos, nesse capítulo, mostrar os principais momentos de ruptura e conseqüentes mudanças no arranjo político/econômico da região. Para compreender tais mudanças, retomamos o período colonial, quando as cidades ribeirinhas do rio São Francisco, como Januária, eram os pontos mais dinâmicos na economia de uma região na qual predominava uma ocupação esparsa. Os caminhos de gado, que ligavam Montes Claros a outras regiões do país, são importantes marcos dessa época, que muito contribuíram para o crescimento da importância desse centro. Outro momento de ruptura pode ser vislumbrado com a chegada da ferrovia, no início do século XX, secundarizando o transporte fluvial e com ele a importância comercial dos centros ribeirinhos. A partir de então, a cidade de Montes Claros

amplia seu papel de pólo regional, posição que se consolida com a inserção da região na área de atuação da SUDENE, no início da década de 1960. O fim da “era SUDENE”, no início do século XXI, representa outra reorganização produtiva na região, com o setor de serviços tornando-se predominante.

A preocupação básica do terceiro capítulo foi discutir o processo de urbanização e a dinâmica espacial do sistema urbano-regional. Mereceu maior destaque, nesse momento, a cidade de Montes Claros e a identificação dos principais elementos (os “fixos”) existentes na região que possibilitam a formação dos fluxos. Analisamos os espaços da saúde, da educação de nível superior, das atividades financeiras e do comércio.

O quarto capítulo teve como foco de análise as pequenas cidades do Norte de Minas, suas características urbanas, sociais e econômicas, bem como o sistema de gestão desses centros, sem desconsiderar a relação deles com Montes Claros.

No último capítulo, articulando nossa argumentação teórica com as análises e interpretações construídas nos capítulos anteriores, apresentamos algumas considerações sobre a configuração atual do espaço urbano-regional, ressaltando os principais fluxos interurbanos e as características da rede urbana regional. Ainda nesse capítulo, analisamos o papel da cidade de Montes Claros na região, bem como algumas alternativas que se apresentam para a cidade e a região.

Finalizando a pesquisa, avaliamos o trabalho realizado com o propósito de contribuir para a construção de um referencial teórico-metodológico a ser utilizado no estudo de realidades semelhantes.



1. LOCALIZANDO O DEBATE SOBRE A REGIONALIZAÇÃO: o território mineiro e a cidade de Montes Claros

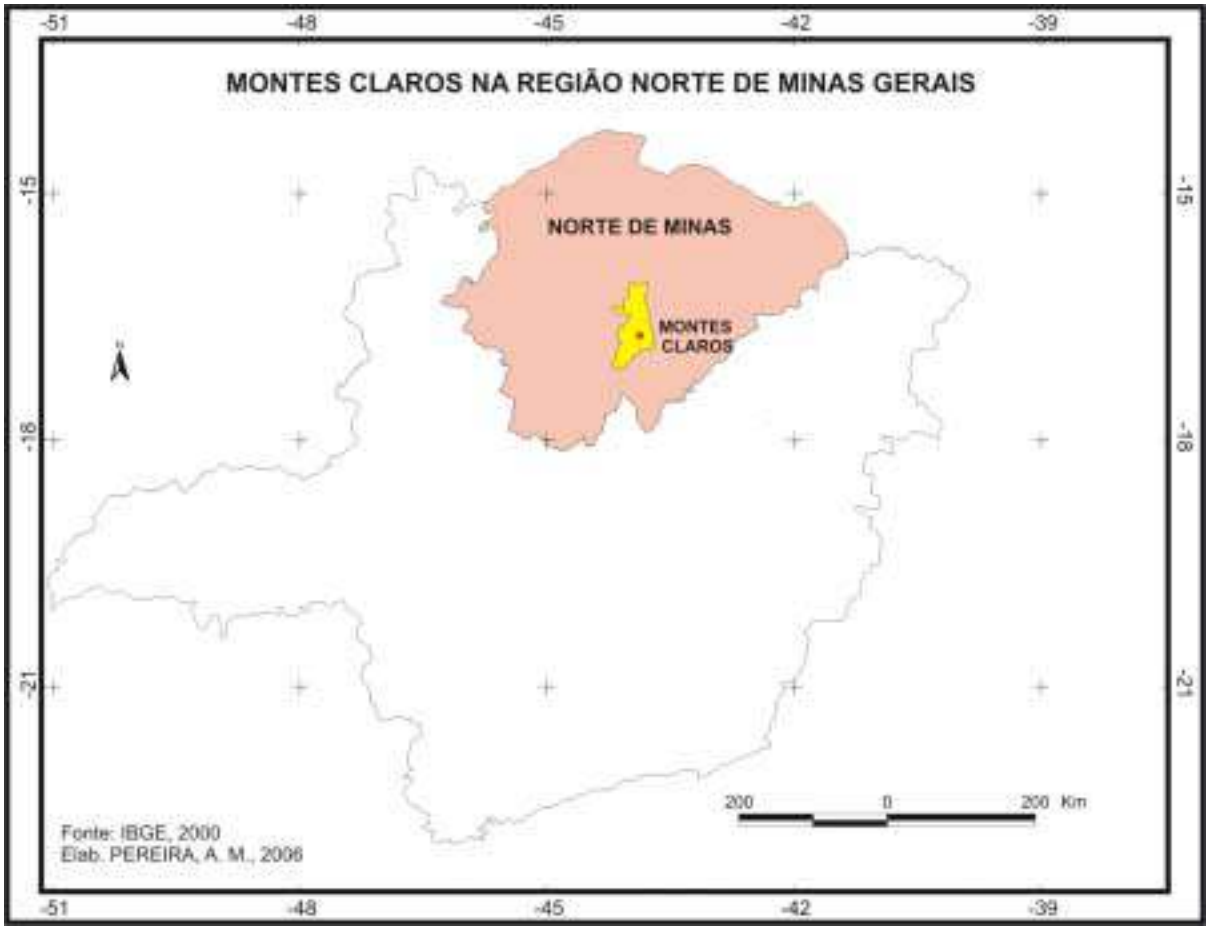
"Minas é a montanha, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência [...]. Ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão de encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas."

(Ave, Palavra!, Guimarães Rosa)

“Minas é múltipla”, afirma a maioria dos estudiosos que analisam esse espaço geográfico, marcado pela diversidade de suas regiões. Diversidade que se expressa em suas características sociais, culturais e econômicas. Nesse cenário de diversidade, o Norte de Minas individualiza-se, tanto pelos seus aspectos fisiográficos (zona de transição cerrado/caatinga) quanto pelos seus baixos indicadores socioeconômicos. É nessa região que Montes Claros assume posição de centralidade, constituindo o seu núcleo urbano mais expressivo.

Em virtude dessa diferenciação regional, várias são as formas de regionalização do território mineiro. Para fins deste estudo, utilizamos a divisão do estado em mesorregiões, sendo a relação da cidade de Montes Claros com a região Norte de Minas o nosso objeto principal. A opção por esse recorte regional institucionalizado justifica-se pela maior disponibilidade de dados confiáveis, produzidos por diferentes organizações de pesquisa, bem como pela facilidade de cruzamento dos dados. Apesar da dificuldade existente, relativa ao aspecto teórico-metodológico, procuramos entender a região enquanto produto de processos políticos, econômicos, sociais e culturais, constituindo importante meio para explicar diferentes padrões de organização espacial. Nesse sentido, a mesorregião Norte de Minas possui especificidades que a diferenciam no contexto estadual, por apresentar uma formação socioespacial singular, o que tentaremos demonstrar ao longo deste estudo.

Conforme o mapa 2, essa região é a maior do estado em extensão territorial (128.602 km²).



Mapa 2: Montes Claros na Norte de Minas Gerais

A referida região é composta por 89 municípios, onde vivem aproximadamente 1.473.367 habitantes (IBGE, 2000). Essa população não se distribui de forma regular pelo território, sendo que a maior concentração ocorre no município de Montes Claros.

O crescimento econômico da região, inclusive de Montes Claros, foi fortemente influenciado pelos incentivos estatais. As políticas regionais, implementadas pelo Estado brasileiro no período pós-guerra, faziam parte de um projeto nacional de desenvolvimento. A prática de incentivos aos investimentos no Nordeste, através da SUDENE, é um dos exemplos dessa tendência. Portanto, não podemos falar do Norte de Minas sem considerar o papel do Estado. Mas, antes de abordarmos essa temática, faremos uma breve reflexão sobre os conceitos nos quais fundamentamos nossa análise: a região e os processos de regionalização.

1.1 Região e regionalização: revisitando conceitos

Os pesquisadores que trabalham com a temática região, a exemplo de Lencioni (1999), Corrêa (1987, 2001), Castro (1992, 1993, 2002), Bezzi (2004), Haesbaert (1999, 2004) e Gomes (1995), enfrentam o desafio de dar conteúdo teórico-conceitual a um termo que é empregado com múltiplos sentidos. Falar da complexidade e ambigüidade do conceito de região é quase sempre o ponto de partida daqueles que se empenham em compreendê-lo. Mas, não é essa nossa pretensão ao iniciar este estudo sobre a cidade de Montes Claros em sua relação com a região na qual está inserida, o Norte de Minas Gerais. O que propomos, neste momento, é apenas apresentar algumas idéias que têm permeado os estudos regionais sem, contudo, esgotar o assunto.

Cabe salientar que o conceito de região nunca esteve confinado à geografia, apesar dos esforços dos geógrafos para aperfeiçoar os métodos regionais. Além disso, é um termo bastante utilizado pelo senso comum. É importante lembrarmos que a idéia de região tem uma longa história, antes mesmo da sistematização do conhecimento geográfico, ocorrido no século XIX, quando as discussões sobre a região ganharam espaço nas reflexões científicas.

Podemos mesmo afirmar que, ainda hoje, a palavra região é permeada pela polissemia e ambigüidade, bem como pelos usos distintos que ela faculta. Há o entendimento da região como unidade de gestão, de controle político, de planejamento, de administração. Também é interpretada associada à idéia de localização de um dado fenômeno, sentido esse muito usado na linguagem do senso comum. A localização de uma área, submetida a determinado domínio, é outro sentido pelo qual o termo região pode ser utilizado e, ainda, como uma entidade espacial de escala mediana, uma parte entre o local e o global.

Lefebvre (1999) mostra-nos que um conceito surge e formula-se em determinadas condições históricas e por isso expressa os paradigmas do pensamento científico e o contexto histórico que predominam na época de seu nascimento. Sendo assim, os

conceitos de região alteraram-se de acordo com o desenvolvimento do pensamento geográfico, ou seja, cada corrente paradigmática da geografia possui sua concepção do que é região. Isso tem significado polêmicas e divergências, tanto no que tange ao próprio conceito de região quanto a sua concretude em determinado espaço. De acordo com Duarte (1980, p. 7), os conceitos sobre região evoluem e são diferentes conforme a base teórica que se utiliza para entender a realidade com que tratamos e a abordagem metodológica que é utilizada.

Sendo assim, buscaremos, ainda que de forma bastante sucinta, resgatar um pouco dos conceitos de região que predominaram nas diferentes correntes paradigmáticas do pensamento geográfico. O conceito de região passou por diferentes linhas teóricas, "[...] ora a serviço do poder hegemônico, ora contrapondo o conceito predominante" (HAESBAERT, 1999).

De acordo com Corrêa (1995, p.21), o termo região é derivado do latim *regio*, que se referia à unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano. Sua raiz está no verbo *regere*, governar, o que atribui à região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política.

Podemos dizer que não há como falar de região sem retomar os clássicos como Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne e sem salientar que esse termo sempre esteve ligado à idéia de diferenciação de áreas. Segundo Corrêa (1987, p. 23), a região natural era entendida

> [...] como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciariam ainda mais cada uma destas partes.

A concepção de região, enquanto paisagem, predominou nos trabalhos dos geógrafos possibilistas, cuja base teórica estava calcada no historicismo neo-kantiano. Nessa perspectiva, a região era considerada como o resultado da transformação do espaço natural em paisagem cultural. Dada a importância que teve, a acepção de região dominou durante muitos anos os estudos regionais, dentre eles os brasileiros. Lencioni (1999, p. 100) ressalta que

> [...] o objeto essencial de estudo da Geografia passou a ser a região, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos.

O entendimento da região, como objeto de estudo da geografia, teve em Hettner e Richard Hartshorne seus principais precursores. Segundo esses autores, caberia à geografia estudar a superfície terrestre e suas diferenças regionais. Hartshorne (1978) afirmava que a especificidade da geografia enquanto ciência era o seu método: o método regional.

Ao analisar essas tendências, consideradas clássicas ou tradicionais, Haesbaert (1999) afirma que há vários elementos comuns entre elas, como a importância dada ao específico, a continuidade espacial, a estabilidade das regiões e a relação entre a região e uma meso-escala. Por sua vez, Arrais (2003, p. 126) considera que a região era vista a partir de uma leitura da “tradição”, que, em suas palavras, “[...] impôs uma forma de pensar a região como uma construção pura e naturalizada, forjada como uma resposta para uma necessidade prática resultante da relação com a administração pública ou privada (regionalização)”.

Outra concepção de região emerge após a década de 1950, com a chamada Nova Geografia. A análise da região passa a ser feita tendo por base os pressupostos teóricos da lógica positivista, sendo entendida como uma criação abstrata, intelectual: a região classe de área, definida por Corrêa (1987, p. 32) como o “[...] conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares”. De acordo com essa visão, inúmeros trabalhos foram desenvolvidos, tanto aqueles que tratavam das regiões simples (cuja divisão é produzida com base em um único critério) quanto aqueles que abordaram as regiões complexas (múltiplos fatores são considerados no processo de regionalização), as regiões homogêneas (apresentam certo grau de homogeneidade entre seus elementos) e as regiões polarizadas ou funcionais (cuja base é a análise dos fluxos de matéria, capital e informação sobre a superfície terrestre). A metodologia empregada quase sempre utilizava a estatística

descritiva, aplicando-se medida de variabilidade, análise fatorial e análise de agrupamento.

Segundo Corrêa (1995), os conceitos de região que surgiram após a década de 1970 foram organizados por Anne Gilbert em três grandes linhas de pensamento. A primeira delas entende a região como resposta aos problemas capitalistas. Essa idéia encontra respaldo na economia política. Nessa visão, os critérios de regionalização baseiam-se nos diferentes padrões de acumulação, no desigual desenvolvimento espacial, nos processos de reprodução do capital e nos processos ideológicos[4].

O segundo conceito está inserido nos fundamentos da geografia humanista, na qual a região é foco de identificação, real, concreta, fruto da vivência dos grupos sociais. Já o último conceito de região apresenta uma visão política da realidade, baseada na idéia de que a dominação e o poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas: é a região como meio para interações sociais. De acordo com Barreira (2002, p. 78),

> [...] o que há em comum nas três vertentes é o fato de se apoiarem na idéia de que a diferenciação de áreas persiste no mundo atual. Não compartilham, portanto, da crença de que o mundo esteja se tornando homogêneo ou que as regiões estejam desaparecendo. Na verdade, elas apontam a existência de um processo contínuo de formação e transformação regional, que resulta numa dinâmica presidida por múltiplos fatores.

Com o rápido processo de globalização contemporâneo, é comum encontrarmos defensores da idéia de que o estudo regional já não faz mais sentido. Entretanto, vários autores como Haesbaert (1999), Corrêa (2001), Gomes (1995), Santos (1996), dentre outros, contestam essa posição, afirmando ser, a categoria região, ainda fundamental nos estudos geográficos. Destacam que há, na atualidade, um contínuo processo de formação e transformação das regiões, que são construções sociais, resultantes da atuação de múltiplos agentes. Hoje, uma das formas de analisar uma região é apreendê-la enquanto formação socioespacial, em suas relações com a dinâmica do capitalismo. Para Santos (1999, p. 16), “[...] a região

[4] Sobre essa concepção de região, vide trabalhos de Lipietz (1987), Smith (1983) e Coraggio (1994).

continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar do processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização".

Consideramos, portanto, fundamental explorar os diferentes sentidos que hoje permeiam o conceito de região. Lencioni (1999, p. 92) alerta-nos para o fato de que, desde as primeiras definições de Karl Ritter, cujos estudos consideravam a Terra como um todo orgânico e a região como parte desse organismo, "[...] se procedeu aos estudos regionais com o objetivo de identificar as individualidades na totalidade: diríamos, as individualidades regionais". Acrescenta ainda que o conceito de região está vinculado à idéia "[...] de parte de um todo [...] por outro lado, é preciso considerar que [...] cada parte é igualmente parte de um todo, mas também se constitui numa totalidade". Tal idéia remete-nos à concepção da dialética da totalidade, considerando-a "uma totalidade aberta e em movimento" (LENCIONI, 1999, p. 28), de forma que mantenha suas relações com outras totalidades igualmente abertas.

Muller (2001, p.11) considera que "[...] para adquirir utilidade científica, a categoria região deve ser submetida a uma recomposição. Deve ser atualizada". Sugere a incorporação de novas noções a esse conceito, tais como rede, infovias e espaço virtual, que resulte numa definição atualizada de região. Nessa perspectiva, a região pode ser vista como uma escala da territorialidade[5], uma escala de poder, de controle, de estratégias.

Independentemente dos elementos considerados na elaboração do conceito de região, Gomes (1995) ressalta o fato de a região ser sempre uma reflexão política de base territorial, que põe em jogo um conjunto de interesses identificados com determinadas áreas e, por fim, o de colocar sempre em discussão os limites da autonomia em relação a um poder central. Concordamos com essa idéia, pois entendemos que o conceito de região tem um forte caráter político e ideológico. Não há como negar o papel do Estado, da forma como organiza os recortes regionais, quase sempre sob a égide do poder e do capital.

[5] A respeito da territorialidade, vide Haesbaert (2004).

Bezzi (2004, p. 20) fala-nos da importância dos estudos regionais na atualidade, salientando que "[...] o conhecimento da dinâmica regional permite conceber a região como sucessão de estruturas e processos que, ao se modificarem no tempo, alteram as funções de formas passadas, recriando-as e criando novas formas regionais".

Sendo assim, mesmo no mundo globalizado, não há como descartar os estudos sobre a região. Ao contrário, é necessário buscar a construção de um conceito que permita analisar as particularidades de determinados espaços, em sua realidade atual, sem esquecer que, qualquer que seja a região, ela faz parte de uma totalidade e com ela interage. O problema parece ser muito mais o de como regionalizar, já que o mundo está envolvido numa dinâmica constante de transformações locais, regionais, nacionais e internacionais[6].

Haesbaert (2001, p. 278) lembra-nos a necessidade de distinguir região, enquanto conceito, de regionalização, método operacional, instrumento e técnica de recorte do espaço geográfico. Assim,

> [...] não há uma relação unívoca no sentido simplista de que a regionalização seria um processo e região seu produto. A regionalização enquanto instrumento e técnica de recorte do espaço geográfico geralmente está ligada a um objetivo prático, a necessidade do pesquisador ou mesmo do planejador de encontrar unidades espaciais coerentes para sua análise ou para aplicação de um programa de planejamento. A regionalização pode ser então vista como produto de um reconhecimento de diferenciação no/do espaço geográfico. Neste caso, a definição de "região" (na verdade um recorte espacial) irá variar de acordo com os propósitos do estudo ou com a finalidade do trabalho. Freqüentemente, aí, a regionalização adquire um caráter normativo: não se trata tanto de reconhecer um fato (a existência da região), mas de indicar a forma com que a região deve ser construída tendo em vista um determinado ordenamento requisitado para o território. (HAESBAERT, 2001, p. 278)

Outrossim, Duarte (1980) aborda a questão da complexidade da abordagem teórico-conceitual da regionalização, ressaltando que a preocupação com o conceito de região não fica restrita à pesquisa geográfica. Acrescenta que

[6] Sobre esse assunto, vide Ribeiro (2004).

> [...] o tema é instrumento de análise e operacionalização por técnicos e cientistas não-geógrafos, o que acentua o seu caráter multidisciplinar. Além do interesse por parte dos técnicos envolvidos no planejamento regional, há pesquisas desenvolvidas por artistas, literatos e cientistas sociais preocupados por manifestações regionais ou regionalismos nas suas áreas de conhecimento. (DUARTE, 1980, p.6)

O referido autor apresenta quatro perspectivas, segundo as quais a identificação de região pode ser abordada:

a) região como processo – baseia-se na análise das desigualdades regionais do desenvolvimento econômico mundial, causadas pela expansão comercial;
b) regionalização como instrumento de ação – centrada na relação entre diagnósticos regionais e os decorrentes de planejamento de desenvolvimento regional;
c) regionalização estritamente como classificação – calcada no uso dos métodos quantitativos, na metodologia operacional;
d) regionalização como diferenciação de áreas – visão clássica, ligada ao conceito de paisagem.

Diante do exposto, podemos observar que, no debate teórico sobre a regionalização do espaço, as alternativas para estabelecer os critérios que servirão de base para a divisão regional variam, desde aqueles tipicamente governamentais até aqueles ligados ao paradigma neoclássico. Em outros termos, o pesquisador ou o planejador divide o espaço conforme o objetivo a ser alcançado. O resultado dessa divisão nem sempre se constitui, de fato, em uma região.

Para Limonad (2004, p. 580),

> [...] uma regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender às necessidades impostas por uma política setorial, uma política de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional. As regionalizações possíveis para um mesmo território, espaço social, podem apresentar variações em função da finalidade a que se propõem a atender e poderão estar pautadas em modelos neoclássicos de localização, nunca suficientemente criticados ou esquecidos; em matrizes e análises fatoriais - modelos para isso não faltam, ou ainda ter por base concepções variadas desde as regiões funcionais até as regiões polarizadas.

Diante da reflexão aqui realizada, consideramos pertinente lembrar que é a partir do cruzamento dessa dupla concepção que nossa abordagem irá se organizar. Analisaremos, em primeiro lugar, os processos de constituição de regiões no estado de Minas Gerais, esforçando-nos para mostrar a estruturação dos espaços regionais. É certo que nos deparamos com muitas dificuldades, pois cada regionalização possui especificidades e acha-se permeada por interesses diferenciados. Dividimos as distintas regionalizações do espaço mineiro em duas vertentes: as divisões oficiais e algumas propostas realizadas pelos diferentes órgãos da gestão pública ou do setor privado. É esse o assunto que abordaremos na próxima seção, dando ênfase, analiticamente, à posição da cidade de Montes Claros em cada recorte regional.

1.2 Minas Gerais: recortes regionais e constituição de regiões

Num país com a dimensão territorial do Brasil, com apenas alguns espaços inseridos no mundo globalizado, com uma grande diversidade física, social e econômica, é possível abandonar os estudos regionais? E quanto ao estado de Minas Gerais? Como falar de Minas sem considerar suas regiões se a marca da diversidade se faz presente nos 853 municípios que integram esse estado? De acordo com Queiroz (2001, p. 66),

> [...] o estado de Minas Gerais é, provavelmente, uma das regiões mais heterogêneas do país: coexistem no estado regiões dinâmicas, modernas, e com indicadores socioeconômicos de alto nível com localidades atrasadas, estagnadas, que não oferecem a mínima condição de vida para sua população.

O estado de Minas apresenta uma longa história de divisão espacial que remonta ao período colonial, quando a diferenciação que se fazia era norteada pelas marcas da paisagem natural, pelas diferenças entre os “matos” e os “campos” ou entre as “minas” e os “sertões”. Cunha (2003) procura fazer um estudo da espacialização histórica do estado, tendo como critério básico a vida econômica que se desenvolvia no território que, posteriormente, viria a constituir-se no estado de Minas Gerais. No

entender desse autor, “[...] é o ouro que lhe conferirá existência e que lhe definirá como uma ‘região’ no espaço colonial” (CUNHA, 2003, p. 4). A situação das aglomerações urbanas e o papel das vias de comunicação são também considerados em seu estudo. Nessa primeira visão regionalizada do espaço mineiro, sua porção norte, com seus esparsos currais de gado, faz parte da área denominada Sertão, como nos mostra o mapa 3.



Mapa 3: Capitanias das Minas Gerais: categorias de percepção do espaço setecentista

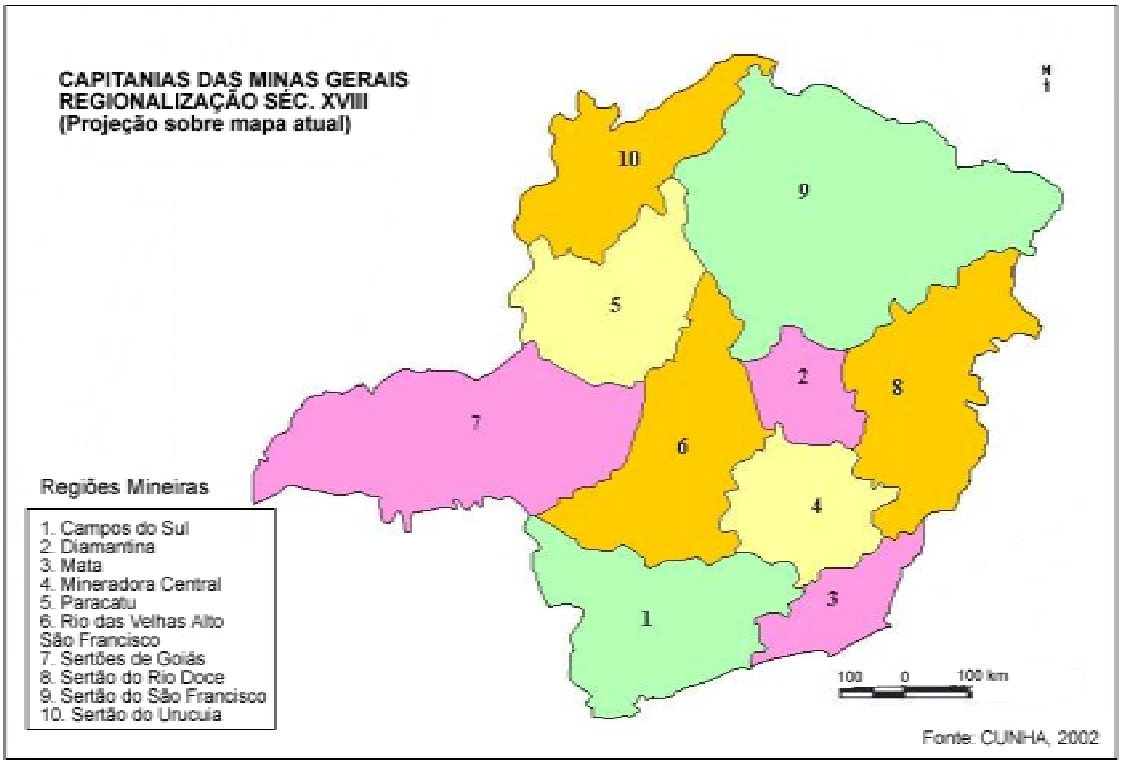
Apesar das suas múltiplas definições, o termo “sertão” quase sempre aparece associado à idéia de uma determinada porção da natureza diferente do que já é conhecido, do espaço já apropriado. No caso brasileiro, consideramos necessário fazer um breve comentário sobre a visão que predominava nos séculos XVII e XVIII, quando as áreas interioranas, mais distantes da costa e pouco povoadas, eram denominadas de Sertão. No território que seria o estado de Minas, a palavra sertão passou a referir-se à grande área ao norte, na qual a atividade central era a pecuária extensiva. Cunha e Godoy (2003, p, 19), ao analisarem as regiões mineiras no século XVIII e XIX, destacam que cinco viajantes estiveram na porção norte de Minas e que

> [...] todos não só a caracterizaram como um deserto, como também a denominaram de sertão. Sertão pela insipiente exploração econômica e pela aridez do clima/vegetação. Pohl, Gardner e D'Orbigny cruzam a região no sentido oeste-leste, Spix/Martius no sentido oposto e Saint-Hilaire em ambos os sentidos. Os autores coincidem ao descreverem a Região do Sertão como um deserto devido a baixa densidade populacional observada. Saint-Hilaire e Spix/Martius se confirmam ao informarem sobre a composição racial dos habitantes do Sertão. A predominância do trabalho livre e a estrutura da posse de escravos concentrada são característica do Sertão. A miséria, indigência do sertanejo, convive com poderosos proprietários, donos de grandes extensões de terras e impressionantes atividades econômicas.

Essa realidade regional, marcada pela presença do latifúndio destinado à criação de gado, tem grande importância em nosso estudo, pois o latifúndio vai influir na formação da futura rede urbana regional.

Na divisão proposta por Cunha (2002) para retratar as diferenças regionais da realidade do século XVIII em Minas Gerais, a região, na qual Montes Claros estava inserida, era denominada de Sertão do São Francisco, já que esse era o principal eixo de circulação da época, por isso as povoações ribeirinhas (Matias Cardoso, Januária, São Romão e Guaicuí) detinham a maior importância no contexto regional. Essa região era uma das mais extensas do estado, abrangendo os vales do Jequitinhonha e Mucuri, como mostra o mapa 4.

Cabe lembrar que o Sertão tinha como principal atividade a pecuária extensiva, a qual, por suas características, não gerava uma ocupação mais intensa da região, identificada como um vazio populacional.



Mapa 4: Capitania das Minas Gerais: regionalização - século XVIII

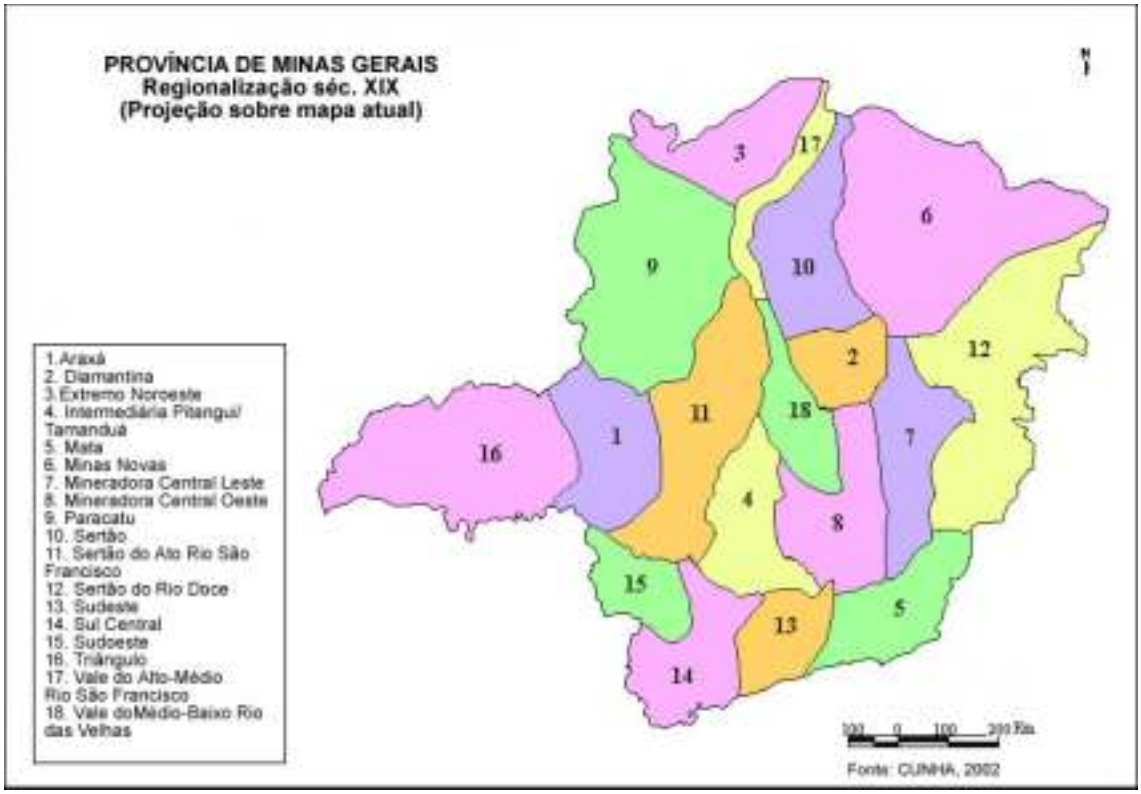
Já no século XIX, o autor supracitado apresenta-nos um mapa (5) com uma nova regionalização do espaço mineiro. Ele afirma que

> [...] no modelo de regionalização para o Dezenove, o território de Minas encontra-se recortado em dezoito unidades. Estas regiões podem ser segmentadas a partir do nível de desenvolvimento ponderado de cada uma delas no conjunto da Província. [...] O processo de regionalização da capitania guarda intimidade com as diferenças econômico-produtivas de áreas complementares da atividade mineradora e da força dos mercados macro-regionais a que lhes caberia o papel de articular. (CUNHA, 2003, p. 31)

Nessa articulação do espaço mineiro, a realidade dos caminhos, os circuitos do abastecimento e as rotas do sertão são determinantes. No caso da porção norte, os fluxos do comércio no âmbito regional explicam a ascensão de zonas afastadas do rio São Francisco, como acontece com Montes Claros. A região na qual se insere continua sendo denominada de Sertão, só que agora abrangendo uma área bem inferior à da regionalização anterior, mas com fluxos comerciais bem significativos. Na opinião de Cardoso (2000, p. 194),

> [...] existem caminhos ligando as várias localidades, sendo o comércio entre as mesmas garantido pelas operações mercantis praticadas através do Rio São Francisco, entre Minas Gerais e Bahia, as quais eram realizadas através de várias rotas comerciais. Para se ter uma idéia dos vários caminhos comerciais existentes vale mencionar que, de São Romão e Januária poder-se-ia chegar a Goiás via Paracatu, bem como a Diamantina, através de Brasília de Minas, Coração de Jesus e Montes Claros, e que o povoado de Guaicuí se comunicava com Pitangui, Curvelo, Sabará e Santa Luzia, de onde podia-se comunicar com o Rio de Janeiro.

As palavras desse autor mostram-nos a importância dos eixos de circulação para a configuração do espaço regional que passou, já no final do século, a ter em Montes Claros seu principal núcleo econômico. Não obstante, estudos da Fundação João Pinheiro (1975, p. 125) destacam que Montes Claros "[...] gozava de uma situação favorecida, colocando-a em contato, ao norte com a Bahia, ao sul com a área de mineração e a oeste com Goiás". Depois da fundação de Belo Horizonte, o caminho que levava à zona de mineração passou a desempenhar um papel mais importante.



Mapa 5: Província de Minas Gerais: regionalização - século XIX

Mister é ressaltar que, em todo esse exercício de construir, historicamente, uma divisão do espaço mineiro, não nos preocupamos em avaliar os critérios de regionalização utilizados nem em buscar os pressupostos teóricos relacionados à categoria região que possam lhes ter dado sustentação.

Como já salientado anteriormente, é no século XX que, com a preocupação de conhecer o território nacional, verificamos o desenvolvimento da Geografia e, com ela, diversas formas de regionalização do território nacional[7]. A concepção que permeou as primeiras divisões regionais do país teve forte influência da escola francesa e, obviamente, pautou-se em critérios estabelecidos pela região natural. A partir de meados do referido século, surgem outros pressupostos sobre os quais foram estabelecidas novas regionalizações. Esse é o assunto do qual nos ocupamos a seguir.

1.3 As divisões oficiais do estado de Minas Gerais e as diferentes concepções de região

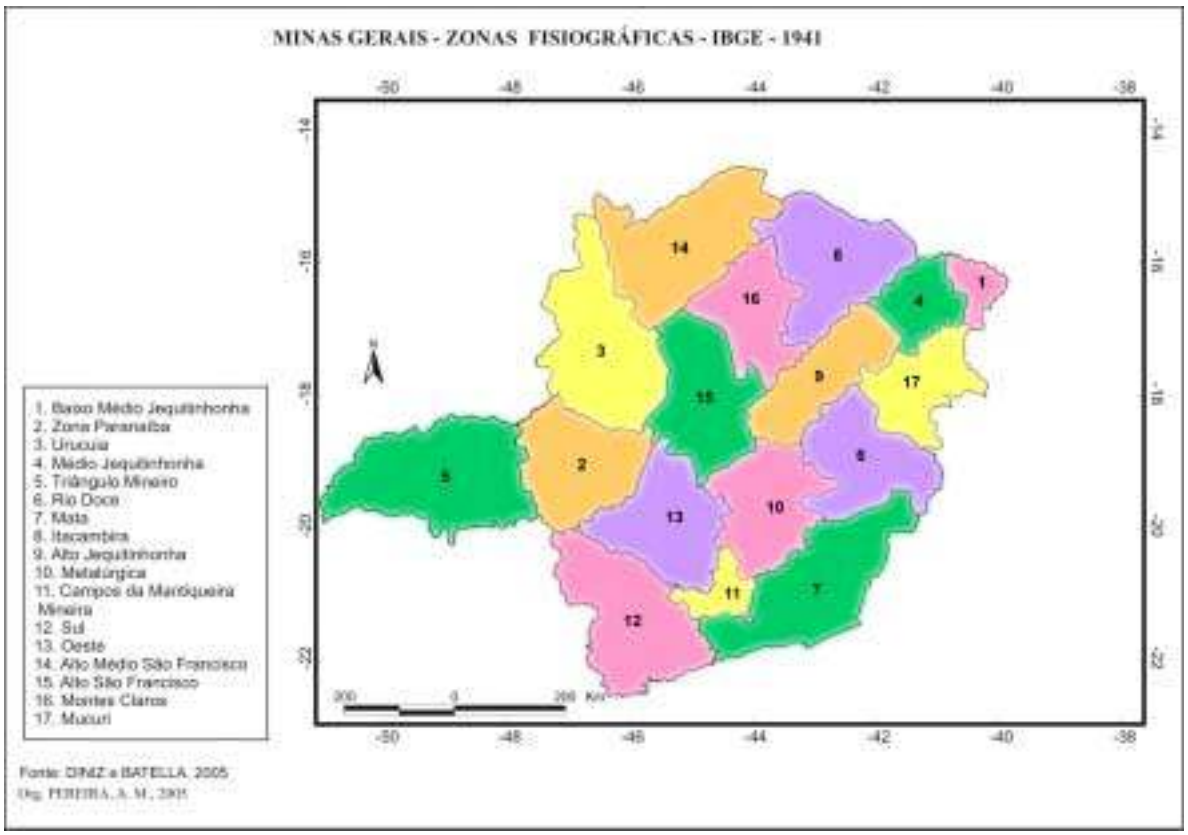
No século XX, notadamente na década de 1940, encontramos o primeiro ciclo de estudos de regionalização do território brasileiro, elaborados e editados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE[8]. Nessa época, a divisão regional do país foi institucionalizada em duas escalas: uma macro, que deu origem às grandes regiões, e uma menor, que produziu a divisão em zonas fisiográficas. A influência do conceito de região, defendido pela escola francesa, ficou bastante evidente nessa primeira regionalização oficial do país, que tinha como objetivo atender a diversos fins, como o didático, o estatístico e o da Administração Pública. De acordo com Diniz e Batella (2005, p.4), a divisão em zonas fisiográficas, fundamentada em aspectos humanos e econômicos, "[...] serviu de base às estatísticas econômica e social referentes aos censos de 1950 e 1960". As zonas fisiográficas foram estabelecidas pela Resolução 143, de 6 de julho de 1945, e foram utilizadas até aproximadamente a década de 1970 quando serviram de base para a criação das microrregiões homogêneas. Segundo essa divisão, o estado de

[7] A respeito das diversas regionalizações do território nacional, vide estudos de Maria Laura Silveira (2003).

[8] Antes da criação do IBGE, em 1938, as informações e estatísticas sobre o território nacional ficavam sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE), implantado em 1936. O IBGE, criado com o objetivo de subsidiar a intervenção planificadora do Estado, atuava como órgão deliberativo e executivo, subordinado diretamente à Presidência da República.

Minas foi recortado em 17 regiões fisiográficas, conforme exposto no mapa 6. Sua porção norte, área de interesse de nosso estudo, encontrava-se dividida em três zonas fisiográficas: a de Montes Claros, a de Itacambira e a do Alto Médio São Francisco. Essa regionalização é, na atualidade, pouco utilizada, uma vez que seus pressupostos já não são suficientes para explicar as diferenças regionais.

A zona de Montes Claros, a de Itacambira e a do Médio São Francisco são muito semelhantes em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e também culturais. Cabe ressaltar que importantes estudos geográficos, que possibilitaram o conhecimento de Minas Gerais, foram feitos a partir dessa regionalização, daí a sua relevância.

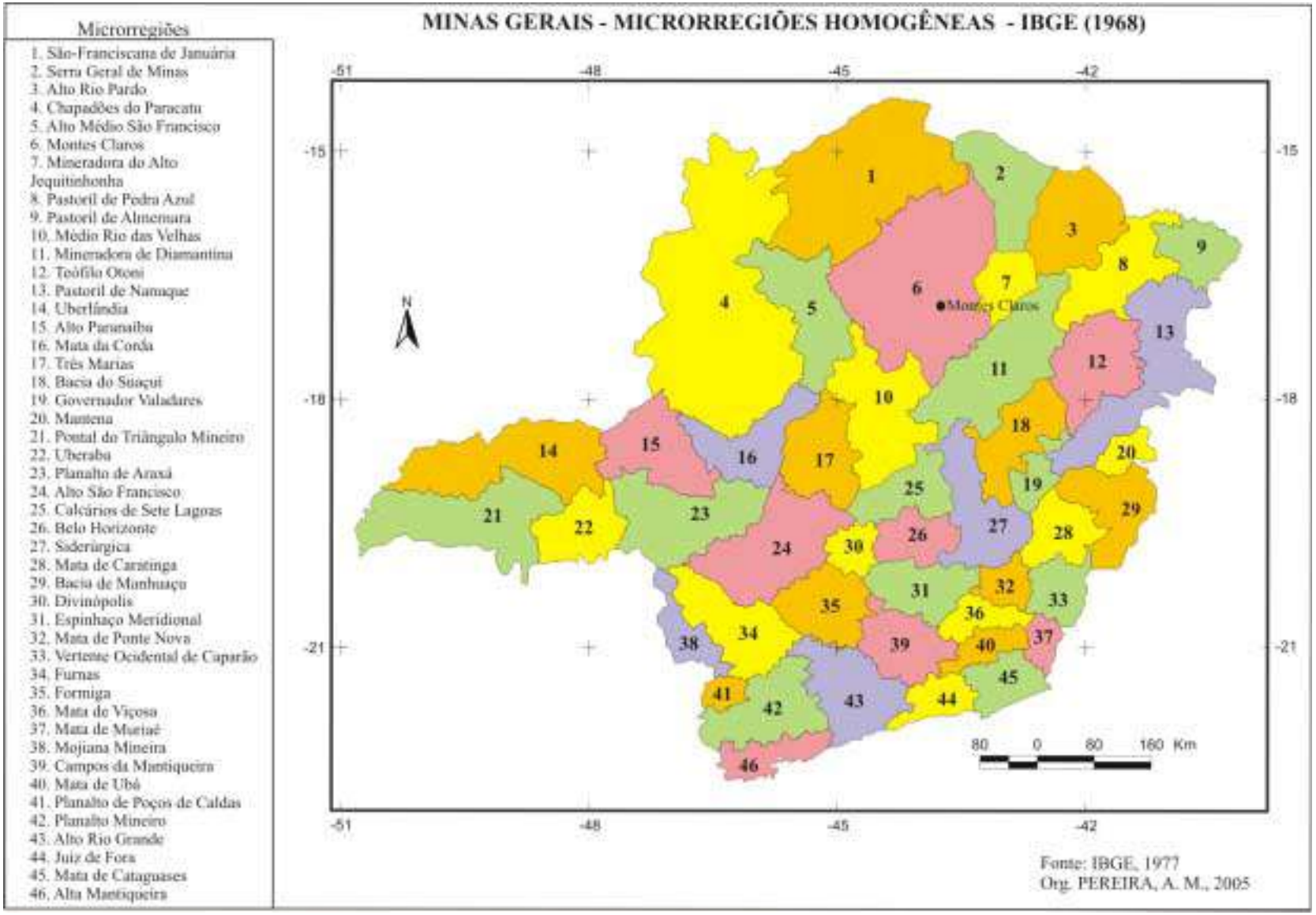


Mapa 6: Minas Gerais: Zonas Fisiográficas (IBGE, 1941)

Na década de 1960, tendo por base a divisão inter-regional da produção, a partir da internacionalização do capital, o Brasil é dividido em Macrorregiões. Nessa época, frente a tantas mudanças pelas quais o país passava, a divisão em regiões fisiográficas já não atendia aos objetivos do país. Segundo Diniz (2006, p. 66),

> [...] os novos critérios de regionalização se fundamentaram nas características geo-econômicas, explicitadas através de estudos que identificaram espaços homogêneos e polarizados, fluxos e relações espaciais de produção e consumo, que se retratavam de forma espacial, o desenvolvimento socioeconômico do país.

Nessa perspectiva, em 1969, Minas Gerais foi dividida em 46 microrregiões homogêneas, com o objetivo de compilar e divulgar dados estatísticos (mapa 7). Para tanto, os estudos que embasaram essa divisão contaram com o auxílio de várias técnicas estatísticas e cartográficas, já denotando as primeiras influências da geografia teorética-quantitativa.



Mapa 7: Minas Gerais: Microrregiões Homogêneas (IBGE, 1968)

Já a divisão do estado em regiões funcionais urbanas, feita pelo IBGE em 1972, tinha como embasamento teórico-metodológico os princípios da Nova Geografia. Utilizando a metodologia de contagem dos vínculos entre os centros urbanos (fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços à economia e à população), baseada no conceito por Chorley e Hagget (1974), o Brasil foi dividido em 718 centros urbanos, num sistema de dominância e subordinação.

Segundo o IBGE (1972), os objetivos básicos dessa nova regionalização eram servir como subsídios a uma política de descentralização mais eficaz, servir como modelo para políticas de desenvolvimento local, regional e nacional, orientar a racionalização no suprimento dos serviços de infra-estrutura urbana, por meio da distribuição espacial mais adequada e, por último, definir uma hierarquia de divisões territoriais e de cidades.

A respeito do resultado dessa regionalização, Diniz e Batella (2005, p. 4281) comentam que

> [...] ao final, o total de cidades classificadas como centros apresentou a seguinte distribuição: 10 Centros Metropolitanos (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Fortaleza, Belém e Goiânia), 66 Centros Regionais, 172 Centros Sub-regionais e 470 Centros Locais. Cada centro encontrava-se diretamente vinculado aos outros hierarquicamente superiores. Esse trabalho foi revisto e ampliado em 1987 com o título “regiões de influência das cidades”.

Conforme indicado no mapa 8, em Minas Gerais podemos destacar a grande área de influência da capital mineira, que corresponde à porção central do estado. Já as regiões de Uberaba, Uberlândia e Varginha encontram-se sob a área de influência da capital paulista, enquanto a região de Juiz de Fora permanece subordinada à metrópole do Rio de Janeiro. A região de Paracatu está mais vinculada à capital federal. Somente as regiões de Teófilo Otoni, Governador Valadares e Montes Claros mantêm uma área de influência regional, ainda que subordinadas à capital estadual. No caso de Montes Claros, essa influência estende-se para o sul da Bahia.



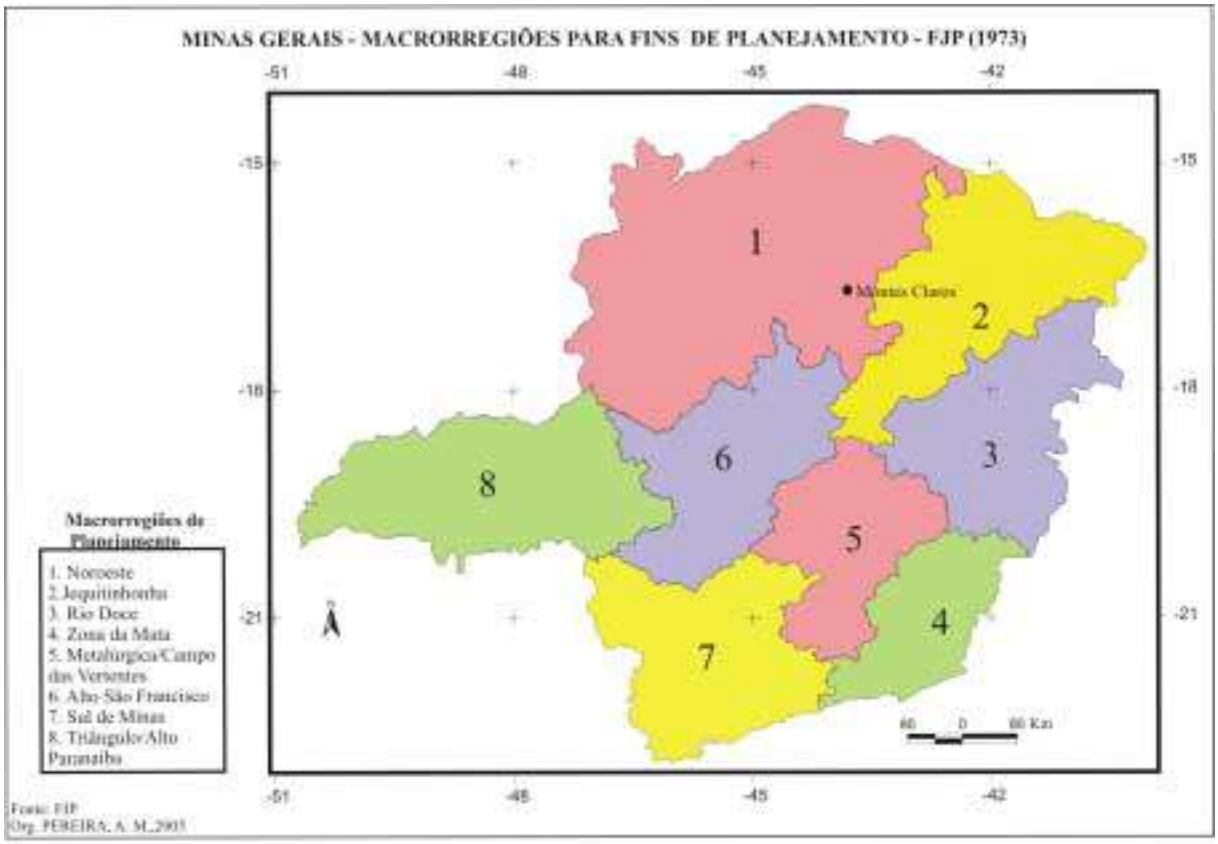
Mapa 8: Minas Gerais: Regiões Funcionais Urbanas (IBGE, 1972)

Em 1973, com o objetivo de subsidiar o planejamento do desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais, foi feita uma divisão regional em oito grandes regiões, tendo por base alguns critérios pautados nas idéias da economia regional, que buscavam integrar os aspectos econômicos e institucionais aos geográficos. Os critérios de divisão considerados relevantes foram

> [...] a funcionalidade dentro de uma estratégia de desenvolvimento, que cada região apresentasse características próprias de potencialidades, problemática e tipo de vinculação com outras áreas; capacidade potencial para integrar-se economicamente e a presença de fatores de caráter institucional. (MINAS GERAIS, 1973, p. 1)

Nessa divisão, Montes Claros está localizada na macrorregião Noroeste (mapa 9), a de maior extensão territorial e que abrange municípios com uma grande variedade de características, tanto fisiográficas quanto sociais. Apesar de ser a maior cidade dessa região, Montes Claros não possui um poder hierárquico em todo esse espaço

que, por sua vez, não possui uma homogeneidade interna. A ligação do Noroeste com o Distrito Federal e com Goiás é maior do que suas relações com Montes Claros, enquanto Montes Claros mantém relações mais próximas com a cidade de Belo Horizonte. Além disso, são diversas as diferenças culturais, econômicas e ambientais verificadas nessa área. Entretanto, tal regionalização foi apresentada em função não da realidade da época, mas de uma perspectiva de potencialidades econômicas futuras.



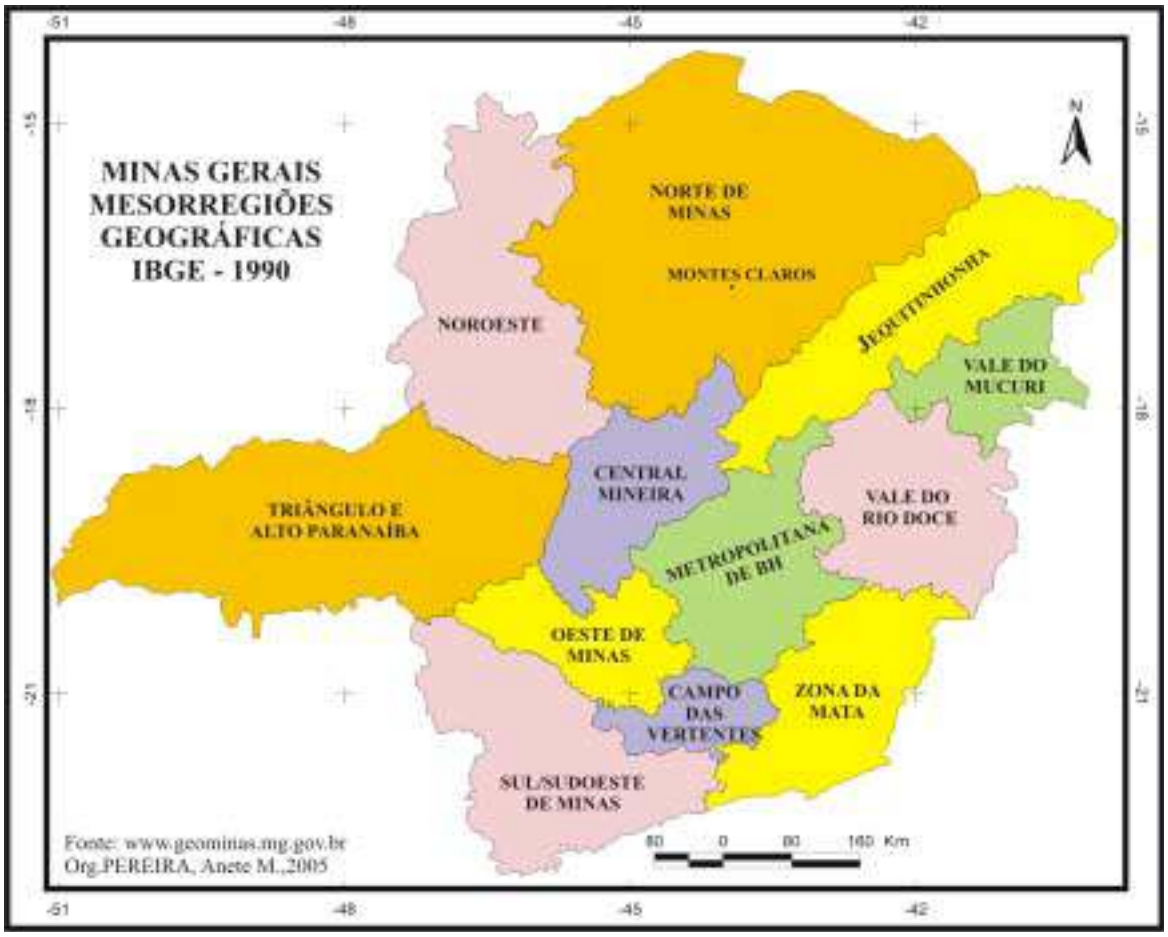
Mapa 9: Minas Gerais - Macrorregiões para fins de planejamento (FJP, 1973)

As divisões em mesorregiões e microrregiões foram adotadas pelo IBGE, de acordo com a Resolução PR n. 11, de 05 de junho de 1990. Ambas respeitam os limites político-administrativos estaduais e municipais e apresentam, como objetivo central, a compilação e divulgação de dados estatísticos. Na definição do IBGE (1980, p. 8), a mesorregião é

> [...] uma área individualizada, em uma unidade da federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como

> condicionante e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial.

De acordo com essa classificação, havia em Minas Gerais 12 mesorregiões, conforme destacado no mapa 10. A cidade de Montes Claros encontra-se localizada na mesorregião Norte de Minas, a qual constitui o maior centro urbano-regional dentre os 89 municípios que a compõem.



Mapa 10: Minas Gerais: Mesorregiões geográficas (IBGE, 1990)

Já as microrregiões são conceituadas como "[...] um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma unidade da federação, agrupados com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração" (IBGE, 2002, p. 8). Baseiam-se, portanto, em especificidades que determinados espaços regionais possuem.

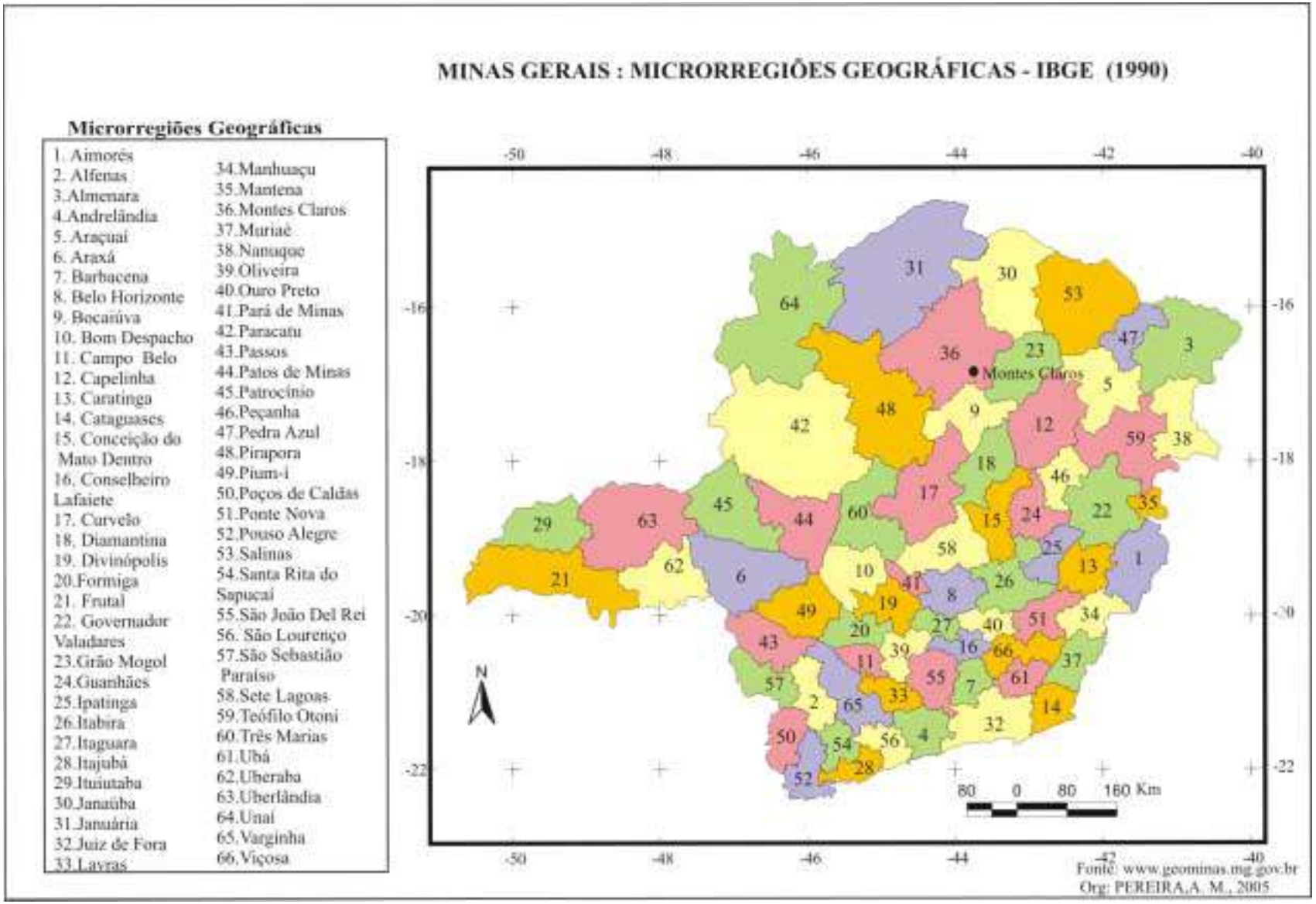
> Estas especificidades referem-se a estruturas de produção, agropecuária, indústria, extrativismo mineral, ou pesca e não caracterizam as

> Microrregiões como áreas individuais auto-suficientes. A divisão em Microrregiões geográficas associou critérios de homogeneidade a critérios de interdependência, como a vida de relações a nível local, produção, distribuição, troca e consumo, na repartição do espaço nacional. (DINIZ; BATELLA, 2005, p. 70)

Com base nesses pressupostos, o estado de Minas foi dividido em 66 microrregiões, conforme destacado no mapa 11, sendo que o Norte de Minas compreende sete microrregiões: Bocaiúva, Janaúba, Januária, Salinas, Montes Claros, Pirapora e Grão Mogol.

A microrregião mais desenvolvida é a de Montes Claros, composta por 22 municípios, a saber: Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia e Verdelândia.

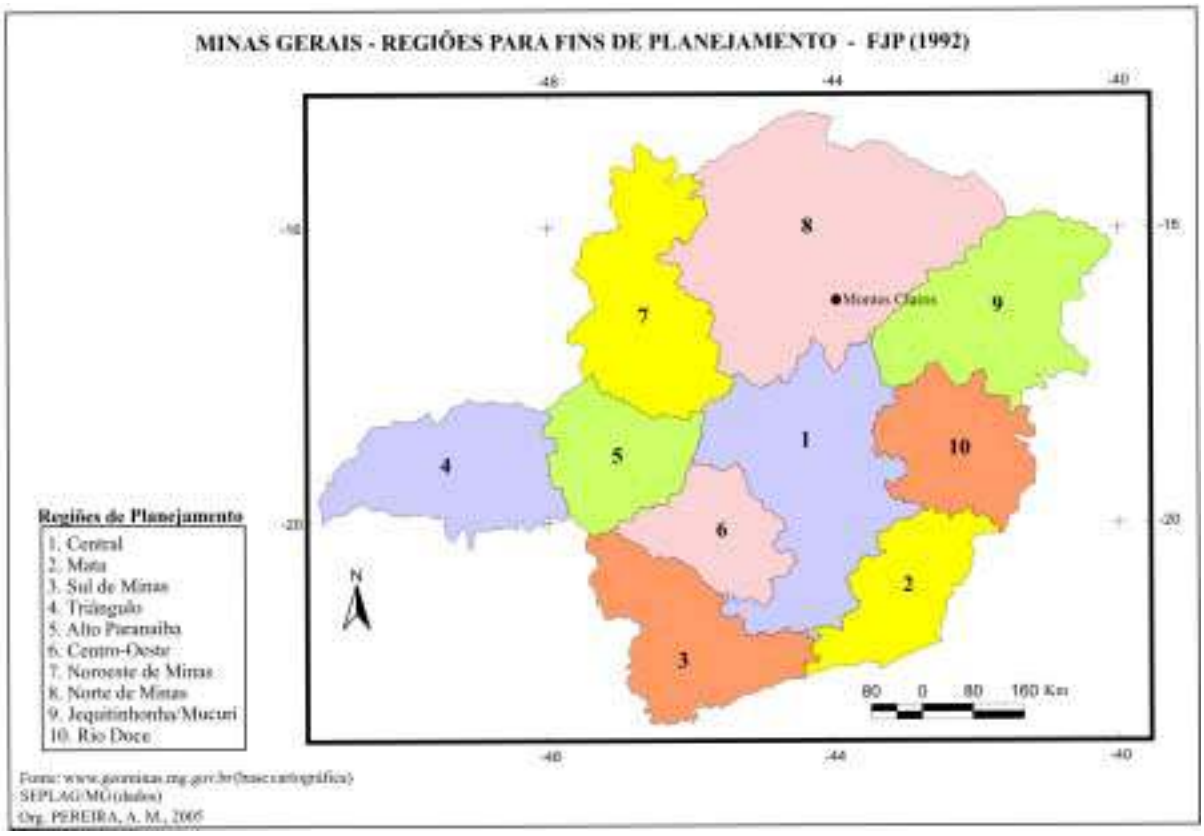
Com exceção de Montes Claros e Capitão Enéas, todos os demais municípios que compõem essa microrregião possuem uma economia de base agropecuária. Todos mantêm relações muito estreitas com a cidade de Montes Claros, tanto no comércio quanto no setor de serviços.



Mapa 11: Minas Gerais: Microrregiões Homogêneas (IBGE, 1990)

Em 1992, foi feita, pela Fundação João Pinheiro, uma nova divisão do estado de Minas em 10 regiões de planejamento (mapa 12). Dessa vez, o argumento que configurou o objetivo básico da regionalização foi o de ordenar as diferentes demandas dos órgãos e das comunidades e racionalizar suas ações, visando atingir o maior grau de eficiência e eficácia na alocação dos recursos disponíveis. Em outras palavras, a finalidade era planejar as intervenções estatais. A associação de fatores técnicos aos de caráter político-administrativo constituiu a base para essa regionalização. Dois foram os critérios adotados nessa divisão:

> a) como forma de se manter uma base comum à dos levantamentos censitários, respeitou-se a restrição do espaço definida pelas microrregiões geográficas que correspondem às unidades espaciais estabelecidas pelo IBGE na resolução PR Nº 11 de 6/6/90, com base na organização do espaço decorrente da estrutura de produção e de integração regional;
> b) na agregação das microrregiões geográficas, para a constituição das regiões de planejamento, fez-se uso do critério de polarização, que enfatiza a interdependência dos diversos municípios que compõem cada região. A consideração das relações funcionais entre as distintas unidades espaciais na delimitação das regiões se justifica pela sua relevância para o planejamento e para a execução das políticas de desenvolvimento. (MINAS GERAIS, 23/09/1993)

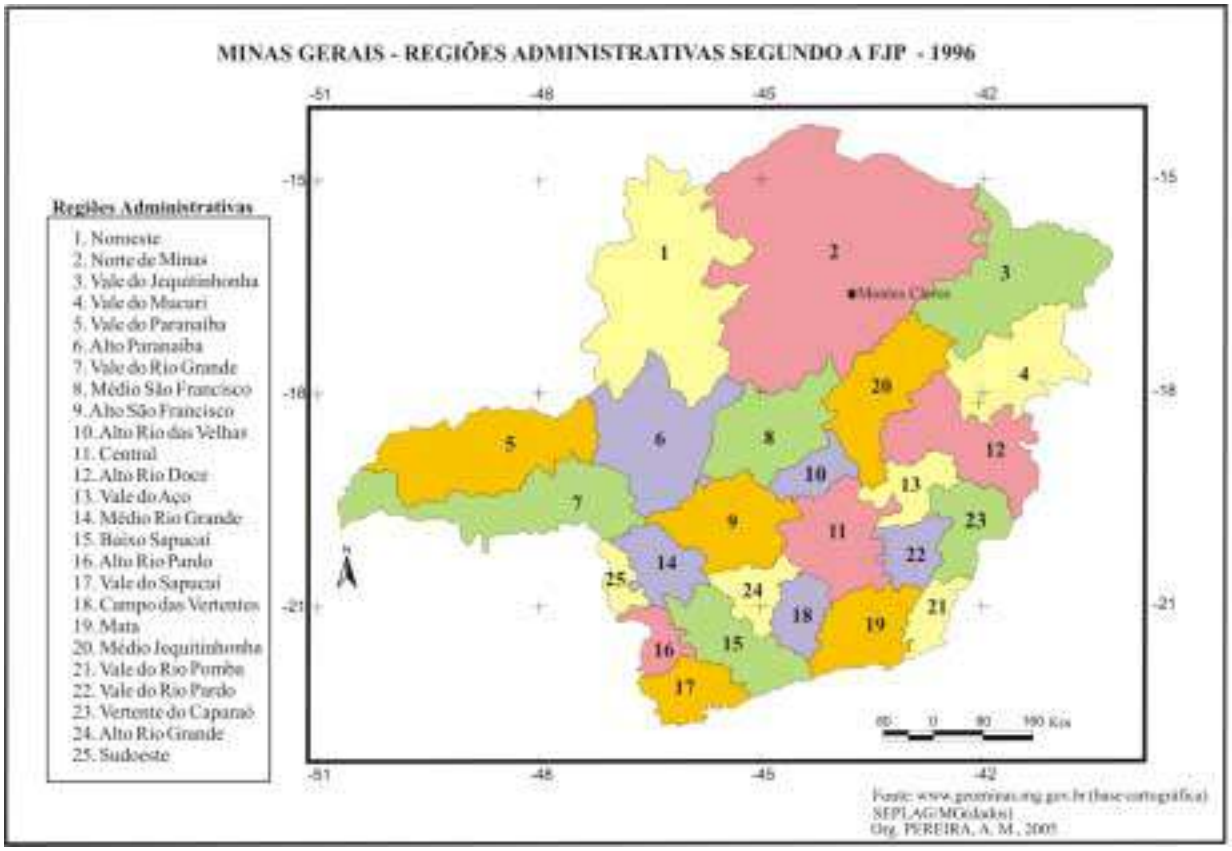


Mapa 12: Minas Gerais: Regiões para fins de Planejamento (FJP, 1992)

Montes Claros, segundo essa divisão, faz parte da grande região Norte de Minas, cujos limites coincidem com a divisão em mesorregião, proposta pelo IBGE, em 1990.

Já em 1996, numa parceria entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais (SEPLAN/MG), com a colaboração do Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), realizou-se uma nova divisão do estado em regiões administrativas. De acordo com Diniz e Batella (2005, p. 4284),

> [...] este trabalho surgiu da necessidade de descentralização das atividades do Governo Estadual para atender, de forma eficiente, os anseios gerais da população. Tal divisão é fruto de uma realidade muito complexa e se baseou na definição de um certo número de variáveis relevantes para compor um modelo de análise teoricamente consistente.



Mapa 13: Minas Gerais: Regiões Administrativas segundo a FJP - 1996

Tal regionalização, a mais recente do estado, foi instituída pela Lei nº 12.218 de 27/06/1996, com o objetivo de promover a descentralização pública estadual. Foram,

então, criadas 25 unidades regionais, conforme exposto no mapa 13. Também nessa divisão Montes Claros localiza-se na região denominada Norte de Minas, só que essa possui uma configuração territorial diferenciada da região de planejamento instituída em 1972. Por isso, é sempre necessário, quando se fala em Norte de Minas, saber a que regionalização está sendo feita referência.

Consideramos importante, também, lembrar que todas as divisões oficiais do estado, aqui apresentadas de forma sucinta, tiveram por objetivo atender às necessidades dos órgãos de planejamento e estatística. As regionalizações estaduais mudam com maior freqüência, dependendo da política que cada administração governamental adota. Já as divisões propostas pelo IBGE permanecem por mais tempo, por isso são mais confiáveis para a realização de determinados estudos, como o que estamos propondo, baseado na divisão do estado em mesorregiões. Para Guimarães (2005b, p. 1018),

> [...] a divisão regional do IBGE, implicitamente, concebe a região como uma unidade espacial de intervenção e ação do Estado, cabendo ao planejador reconhecê-la, descrevê-la, tornar claros os seus limites. Concebe, ainda, a totalidade espacial como um somatório das partes, abstraindo-se as variáveis mais significativas para a identificação de suas características mais homogêneas.

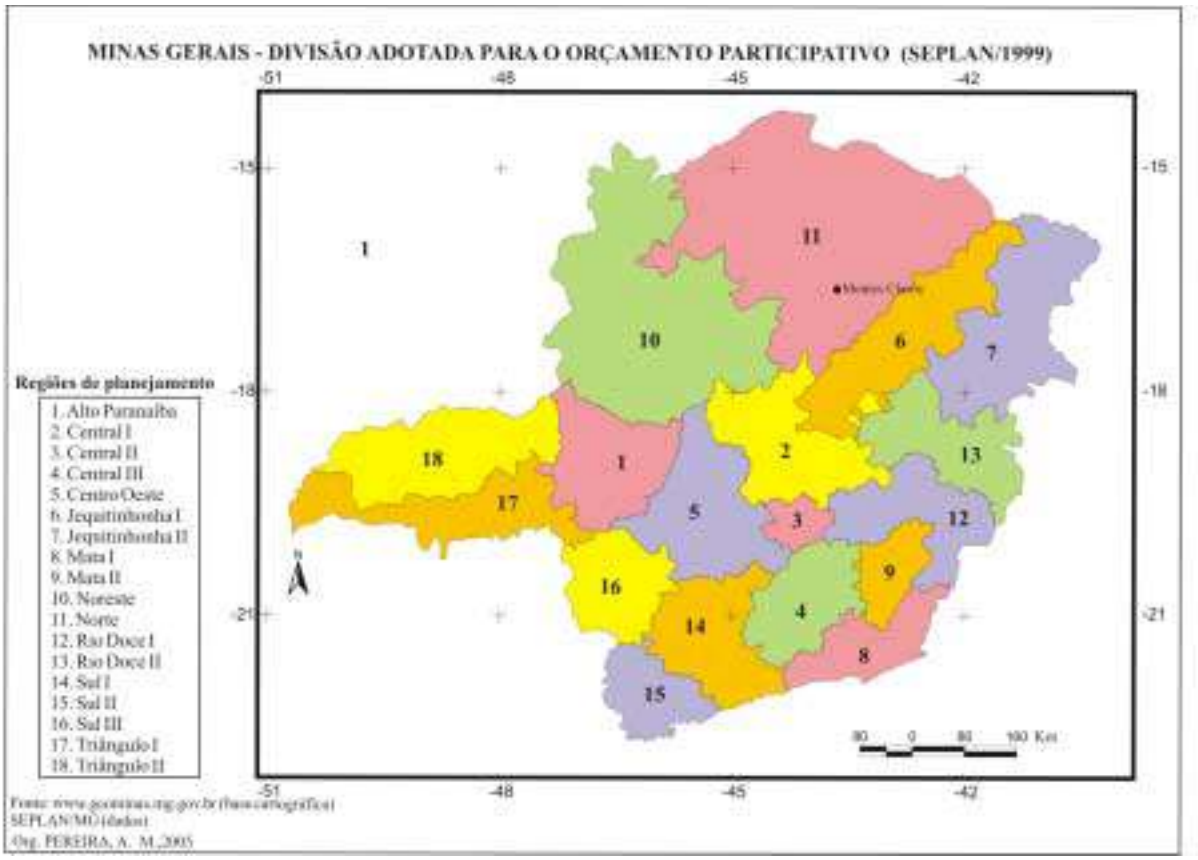
Em síntese, oficialmente, Minas Gerais apresenta uma longa história de divisão espacial e, em todas elas, fica clara a idéia de que uma região representa uma fração de um todo (LENCIONI, 1999). Entretanto, outras divisões foram realizadas no território mineiro pelos diferentes órgãos da administração estadual ou mesmo da iniciativa privada, obedecendo a diferentes critérios e objetivos. Assim, tentaremos mostrar, a título de exemplificação, algumas dessas divisões regionais, sem a pretensão de abranger todas as regionalizações em vigor no estado de Minas Gerais.

1.4 Outros recortes espaciais de Minas Gerais e a posição de Montes Claros

Como referido anteriormente, além das divisões regionais oficiais do estado de Minas Gerais, existem outros recortes espaciais do território mineiro produzidos por diferentes setores da Administração Pública ou por outras instituições, que buscam organizar o espaço conforme as especificidades e requisitos técnicos dos serviços prestados. Essas variadas delimitações regionais são fruto do trabalho isolado de cada setor da administração, que não mantém uma articulação orgânica entre si. Nesse sentido, encontramos uma delimitação regional específica para os setores de saúde, educação, segurança pública, dentre outros.

Na verdade, essas divisões nem sempre representam uma região no seu conceito geográfico. São apenas delimitações territoriais, nas quais esses órgãos pretendem desenvolver determinado programa. A esse respeito, encontramos respaldo nas palavras de Haesbaert (1999) quando afirma que a região não é fruto ou produto desses recortes espaciais que variam de acordo com o pesquisador. Região não pode ser confundida com qualquer recorte geográfico. Deve ser analisada a partir de fenômenos que dão maior consistência às especificidades do espaço geográfico.

Para exemplificar, apresentaremos algumas das inúmeras divisões de Minas Gerais feitas por órgãos do estado ou instituições privadas. Uma delas foi feita pela Secretaria de Planejamento, em 1999, com o objetivo de viabilizar a discussão do orçamento participativo. Nessa regionalização (mapa 14), o estado foi dividido em 18 regiões, sendo que Montes Claros integra a região Norte, a mais extensa do estado e uma das mais deficientes do ponto de vista socioeconômico.



Mapa 14: Minas Gerais: Divisão adotada para o orçamento participativo (SEPLAN, 1999)

Já a Secretaria de Estado de Saúde (SES) utiliza a divisão estabelecida no Plano Diretor de Regionalização (PDR) para organizar sua atuação. Nesse plano, a região é entendida como

> [...] área geográfica ou espaço constituído por um conjunto de municípios circunvizinhos, municípios estes historicamente vinculados (fluxo – internações hospitalares e alguns grupos de diagnóstico e de terapia ambulatoriais) a um município que, por seu potencial sócio-econômico, densidade demográfica e por seus equipamentos urbanos e de saúde, exerce força de atração sobre os demais, para prestações de serviços que requerem maior densidade tecnológica ou maior escala. Para o setor saúde considera-se, ainda, que região, além de base territorial é uma base populacional, base de planejamento, mas base não só para cálculos, pois agrega sentimento de pertencimento (identidade). Região é, portanto, espaço para organização de redes assistenciais de serviços segundo níveis de atenção à saúde, ou seja, com perfis de oferta de serviços diferenciados e distribuídos, demográfica e espacialmente, de acordo com os diferentes níveis de incorporação tecnológica – ambulatorial e hospitalar – níveis municipal, microrregional e macrorregional. (MINAS GERAIS - SES – PDR, 2003, p. 20-21)

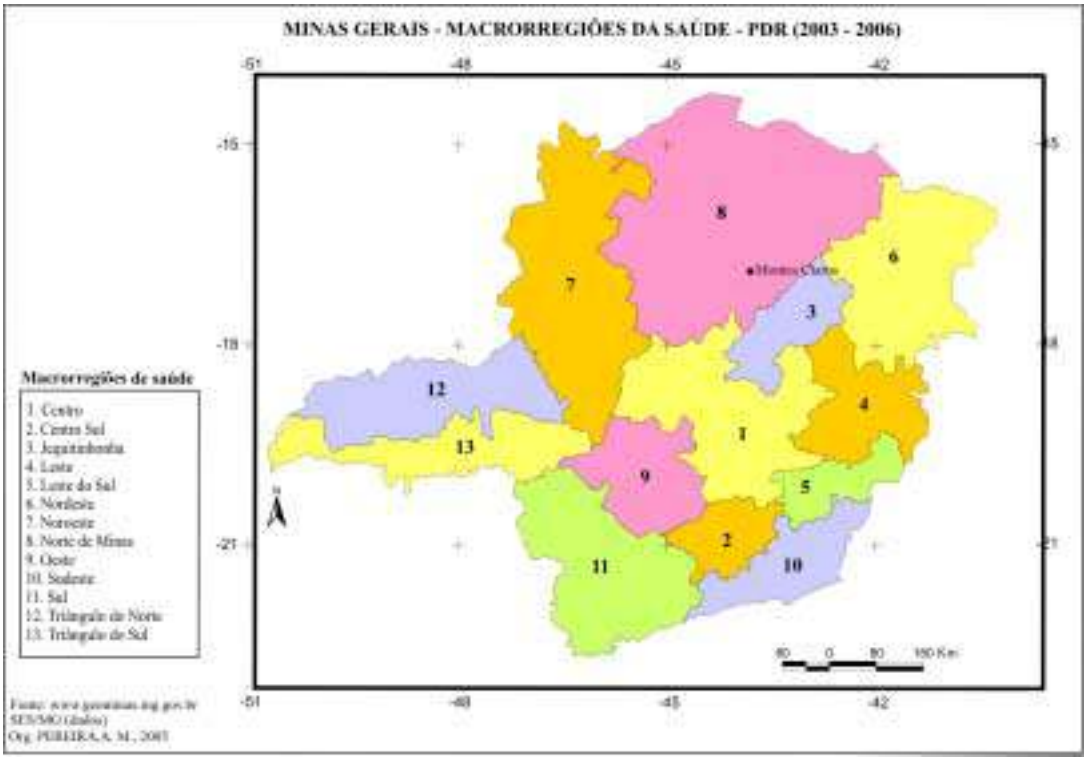
Trata-se de uma definição meramente operacional, difícil de ser enquadrada dentro de uma concepção teórica de região, como visto anteriormente. No entanto,

Guimarães (2005b, p. 1021) considera que a proposta de regionalização da saúde mantém

> [...] uma tradição 'ibegeana', já que a portaria ministerial define a região de saúde como um espaço político-operativo do sistema de saúde, no qual, por via institucional, é possível estabelecer maior sinergia entre os diferentes níveis de gestão dos serviços de saúde e enfrentar os entraves para o estabelecimento do comando único das ações de saúde.

A partir dessa definição, foram criadas 13 macrorregiões, tendo, como critério de regionalização, diferentes níveis de assistência à saúde. O município é a base territorial de planejamento, responsável pela demanda de serviços básicos de atenção à saúde. O nível microrregional constitui uma escala intermediária, que agrega tecnologias de maior complexidade no atendimento. Já o espaço macrorregional deve possuir procedimentos de demanda mais rarefeita ou que exijam um alto grau de especialização.

O mapa 15 representa essa regionalização da saúde, sendo que a cidade de Montes Claros é o pólo da macrorregional Norte, haja vista o fato de ser o único centro que agrega procedimentos de maior complexidade no referido setor, assunto que será abordado de forma mais detalhada no capítulo terceiro desta pesquisa.



Mapa 15: Minas Gerais: Macrorregiões da saúde – PDR (2003 - 2006)

Além dessa regionalização, o setor de saúde criou as diretorias descentralizadas em saúde. Essa iniciativa aconteceu dentro dos princípios preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em cumprimento à Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS/SUS 01/2001, que regulamentou as diretrizes gerais para a organização regionalizada da assistência à saúde no Brasil.

Para atender as prerrogativas dessa norma, cada estado teve autonomia para definir sua divisão regional, base necessária para a elaboração do Plano Diretor da assistência à saúde. Segundo Guimarães (2005b, p. 1018), o conceito de região adotado pela saúde é a

> [...] base territorial de planejamento da atenção à saúde, não necessariamente coincidente com a divisão administrativa do estado, a ser definida pela Secretaria Estadual de Saúde, de acordo com as especificidades e estratégias de regionalização da saúde em cada estado, considerando-se as características demográficas, sócio-econômicas, geográficas, sanitárias, epidemiológicas, oferta de serviços, relações entre municípios, entre outras. [...] Por sua vez, a melhor base territorial de planejamento regionalizado, seja uma região ou uma microrregião de saúde, pode compreender um ou mais módulos assistenciais.

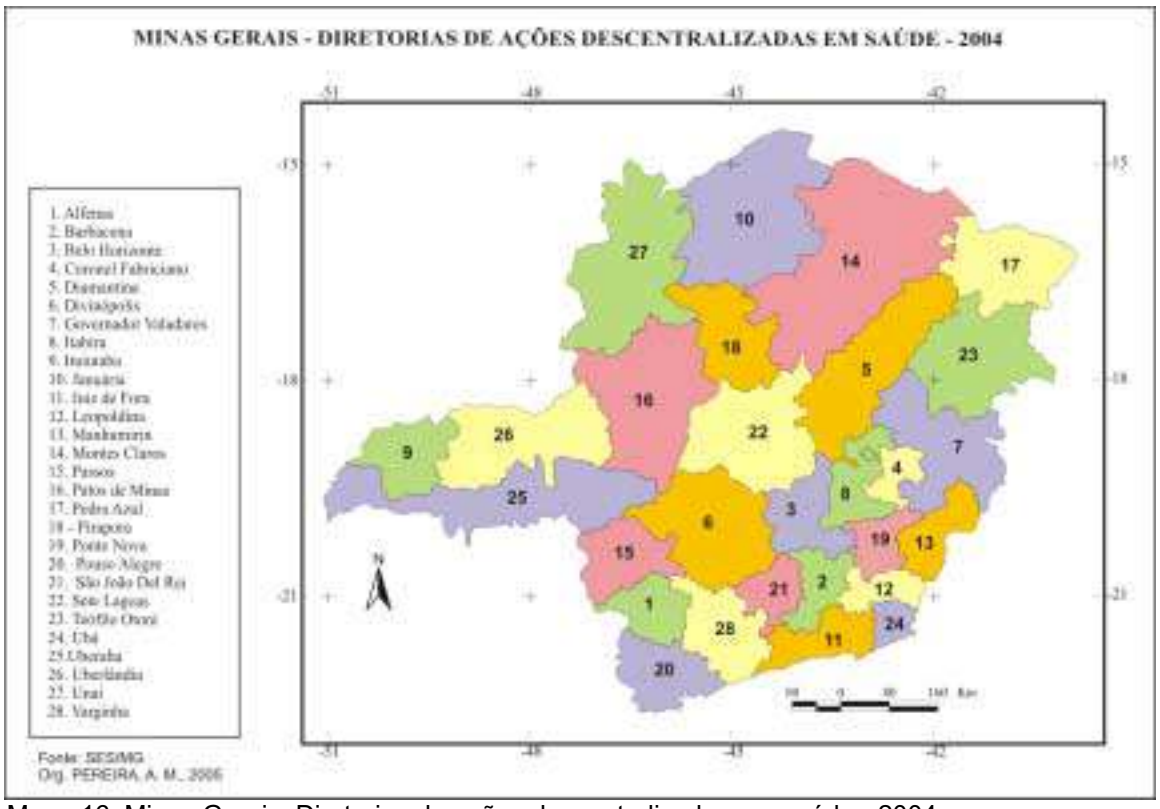
Na verdade, a constituição dessas regiões, bem como o planejamento e a execução dos programas voltados para a assistência à saúde, possuem um caráter operacional, não havendo preocupação em adotar um conceito teórico de região já existente na geografia. A regionalização baseia-se em critérios específicos, buscando atender à demanda da sociedade por determinados serviços específicos da área da saúde.

Nessa perspectiva, o estado de Minas Gerais foi dividido em 12 Diretorias de Ação Descentralizada em Saúde, sendo cada uma delas estruturada numa hierarquia que vai desde a atenção primária, encontrada nas diversas localidades que a compõem, até o centro, cidade que é a sede da diretoria regional e que estaria no topo dessa hierarquia, por oferecer serviços mais complexos ou mais especializados.

Percebemos, ao analisar o mapa 16, que, nas porções norte, nordeste e noroeste do estado, as regionais de saúde abrangem espaços territoriais muito amplos.

Representam também as áreas que possuem uma estrutura de serviços de saúde ainda deficitária. No caso da região Norte de Minas, existem três Diretorias Regionais de Saúde: a de Montes Claros, a de Januária e a de Pirapora.

Todavia, torna-se necessário refletir sobre a situação real das regionais de Januária e Pirapora, pois a demanda de serviços de maior complexidade ainda ocorre na cidade de Montes Claros que, por sua vez, não possui condições de atender, de forma eficiente, pacientes advindos do seu crescente nível de abrangência nessa área, que se estende até os municípios do sul da Bahia[9].



Mapa 16: Minas Gerais: Diretorias de ações descentralizadas em saúde - 2004

Quanto ao setor de educação, o Decreto nº 43.238, de 27 de março de 2003, define a jurisdição de cada Superintendência Regional de Ensino (SRE). Estabelece ainda as finalidades que as regionais têm de exercer em sua área de abrangência. Compete a cada SRE desenvolver ações de supervisão técnica, orientação normativa, cooperação, de articulação e integração entre estado e município, em

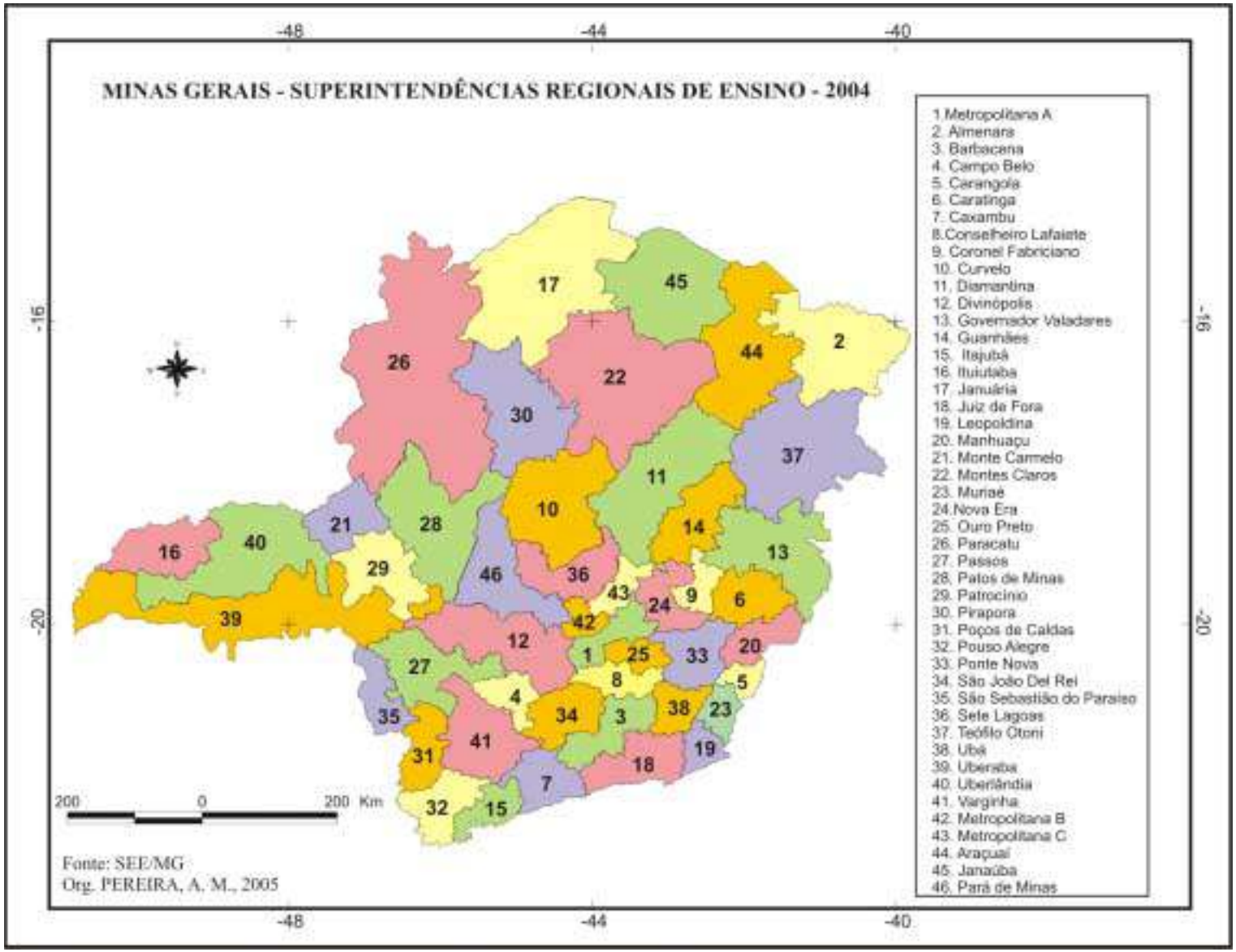
[9] Conferir estudos de Regiões de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 1993).

consonância com as diretrizes político-educacionais do estado, dentre outras funções mais específicas, que não caberia aqui enumerar.

Segundo a regionalização do setor educacional, Minas encontra-se dividida em 46 superintendências, sendo que três dessas regionais encontram-se localizadas na região metropolitana (mapa 17). No caso do Norte de Minas, percebemos que nessa regionalização, ao contrário de outras divisões nas quais Montes Claros é o pólo central, a cidade divide esse papel com outros centros que vêm ganhando destaque na reestruturação do espaço regional, como é o caso de Pirapora, Janaúba, Januária e Salinas. Um fator que pode justificar essa divisão de centralidade é a distância entre os centros urbanos da região.

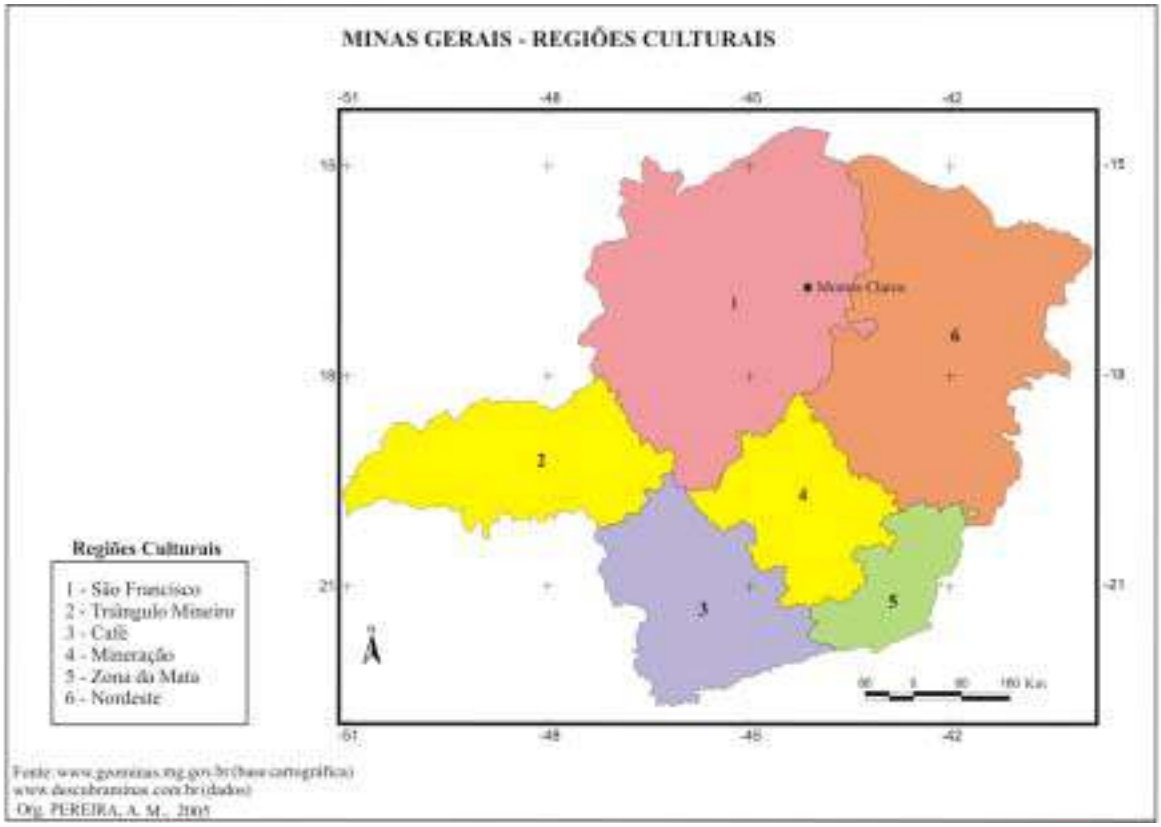
Também nessa regionalização, não verificamos nenhuma preocupação com uma abordagem conceitual ou metodológica no processo de divisão territorial. Trata-se de uma regionalização que possibilita a atuação do setor de educação, tendo como base, a exemplo de outros recortes regionais, a distância dos deslocamentos e a infra-estrutura existente.

É preciso ressaltar que as SRE se responsabilizam pelo ensino de nível fundamental e médio, não tendo jurisprudência sobre o ensino superior. Esse, por apresentar uma outra configuração espacial, será tratado de forma específica em capítulo posterior.



Mapa 17: Minas Gerais: Superintendências Regionais de Ensino - 2004

Tendo por pressupostos as diversificadas manifestações culturais que apresenta, Minas Gerais pode ser dividida em seis grandes regiões culturais (mapa 18). Tal diversidade está relacionada com a miscigenação e os respectivos processos históricos que se desenvolveram em diferentes períodos e áreas físico-geográficas do estado, apesar da colonização portuguesa ter sido predominante em todo o território mineiro.



Mapa 18: Minas Gerais: regiões culturais

Nessa divisão, Montes Claros encontra-se inserida na grande região do São Francisco, rio em cujas margens teve início o ciclo do gado. Outro importante aspecto histórico que devemos mencionar é seu papel no comércio regional, ainda no período colonial. Além de um diversificado folclore envolvendo o “Velho Chico”, encontramos um rico artesanato regional, cujas origens remontam às lendas ribeirinhas, à criação do gado e à miscigenação dos povos que ali viveram. A semelhança do norte-mineiro, principalmente do caboclo san-franciscano, com o povo nordestino é bastante evidente no linguajar, nas características físicas, nos hábitos alimentares, enfim, no seu modo de vida. É comum encontrarmos que

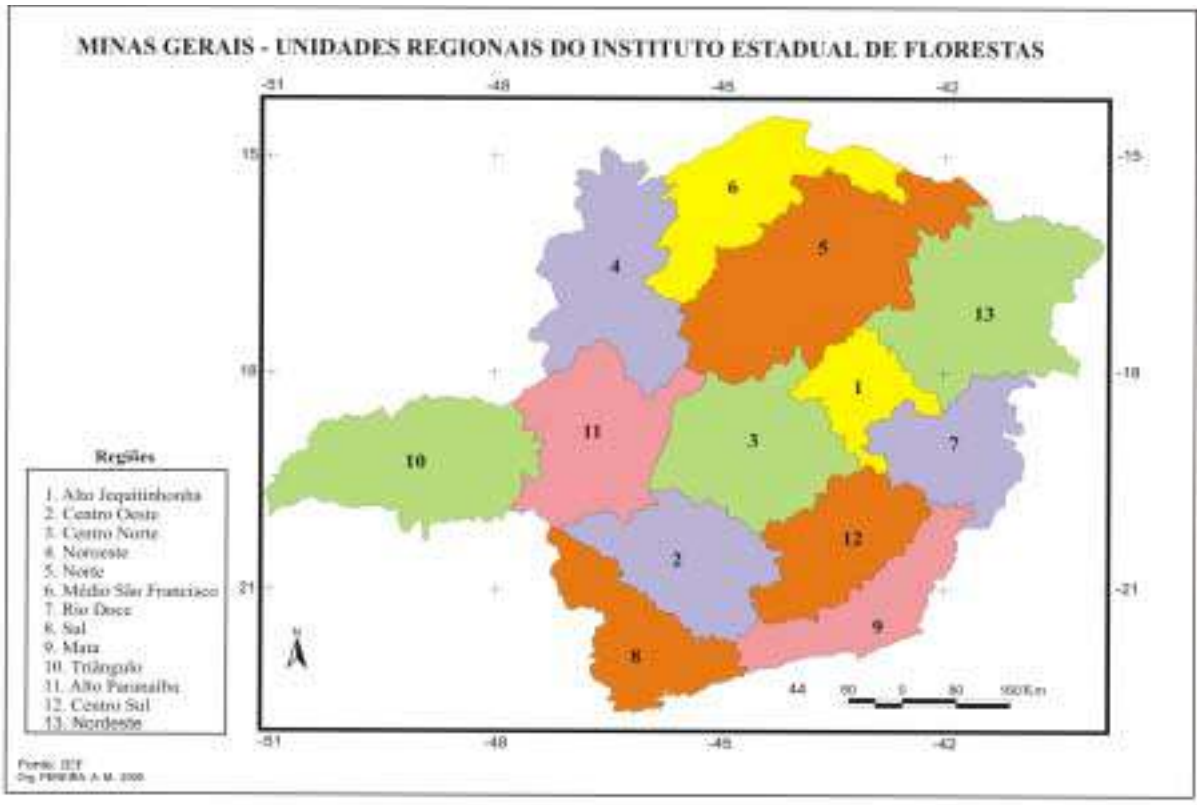
> [...] a região cultural do Vale Mineiro do São Francisco se destaca pelas Rodas de São Gonçalo, cantorias de barranqueiros, Encomendações das Almas, festas juninas tradicionais e pelos contadores de causos, encontros das folias de Reis e Reisados com seus bois da manta, mulinhas de ouro e bichos tamanduás. Esta região corresponde às terras tão bem descritas por Guimarães Rosa em suas obras. (Disponível em: <www.descubraminas.com.br> Acesso em 2005)

Ainda na área ambiental, o estado de Minas possui divisões específicas. A atuação do Instituto Estadual de Florestas (IEF) também é regionalizada no território estadual. O IEF é uma autarquia criada em 1962, com a finalidade de propor, coordenar e executar as políticas florestal e de gestão da pesca no Estado, o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis, bem como a realização de pesquisas em biomassa e biodiversidade.

No estado de Minas Gerais atuam 13 unidades regionais (mapa 19) e vários escritórios florestais vinculados às unidades regionais. A unidade regional do Norte de Minas foi implantada em 1984, com sede em Montes Claros, com uma área de atuação que abrangia 83 municípios.

Após a criação da regional Médio São Francisco, em 1996, com sede em Januária, a regional Norte passou a atender 56 municípios, todos localizados na área do Polígono das Secas[10]. Essa regional possui dois postos de atendimento e 12 escritórios florestais localizados em determinados municípios, como Bocaiúva, Grão Mogol, Salinas, dentre outros.

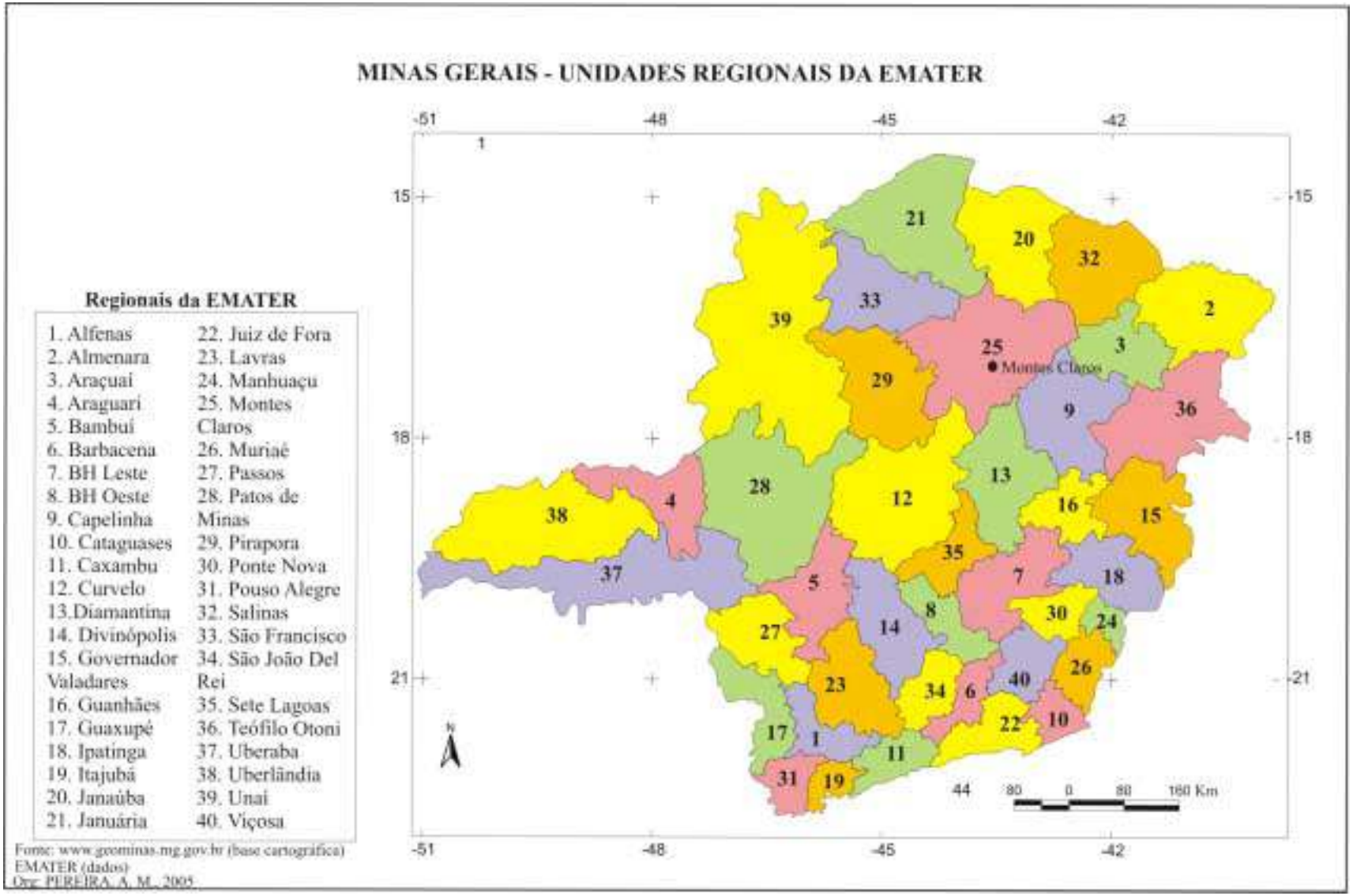
[10] O Polígono das Secas compreende a área do Nordeste brasileiro reconhecida pela legislação como sujeita a repetidas crises de prolongamento das estiagens e, conseqüentemente, objeto de especiais providências do setor público.



Mapa 19: Minas Gerais: Unidades regionais do Instituto Estadual de Florestas

Vinculada à Secretaria de Estado de Abastecimento, Agricultura e Pecuária, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) atua como um dos principais instrumentos do governo de Minas Gerais para a ação operacional e de planejamento no setor agrícola do estado. Um dos objetivos prioritários dessa empresa é desenvolver ações de extensão rural junto aos produtores de agricultura familiar. Segundo informações da Secretaria de Agricultura, em 2004, a EMATER atuava em 700 municípios. Para isso, também produziu uma divisão espacial de Minas, constituindo 40 unidades regionais.

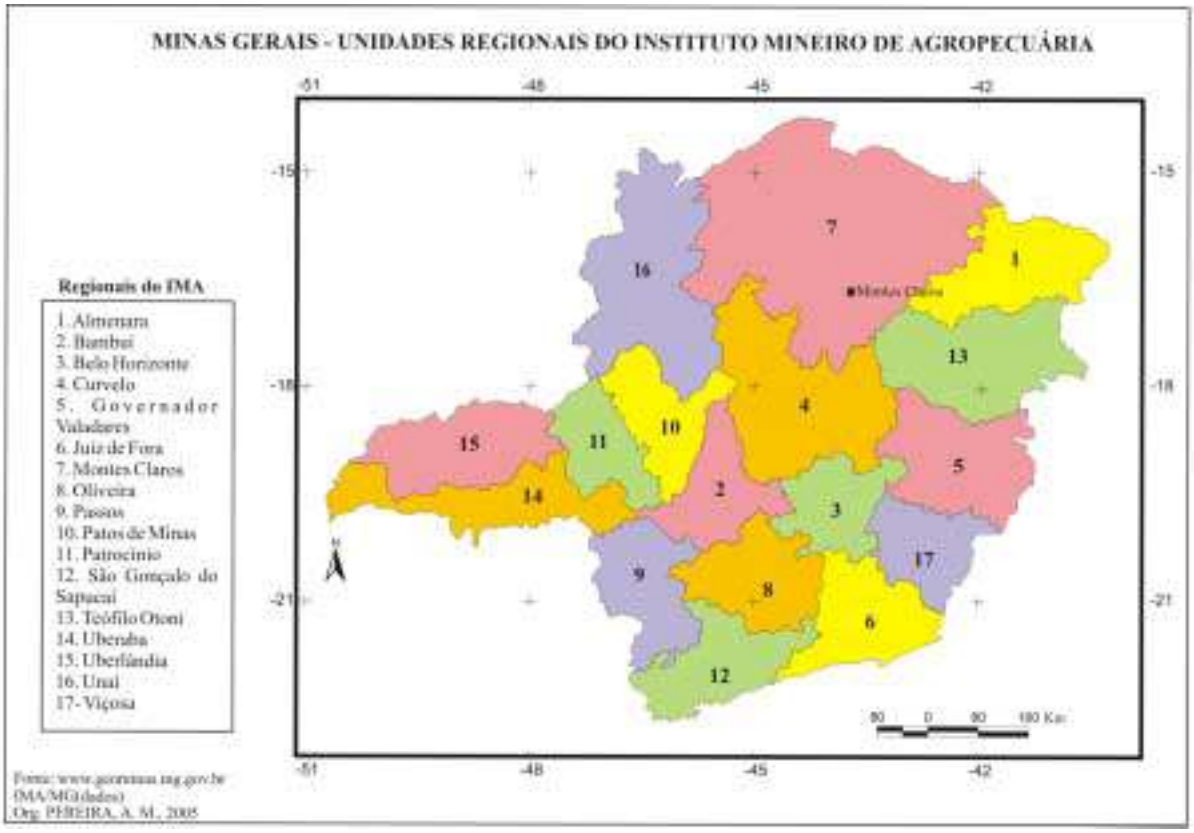
Além de Montes Claros, existem outras regionais atuando no Norte de Minas, como é o caso das unidades de Pirapora, Januária, São Francisco, Salinas e Janaúba, conforme mostrado no mapa 20.



Mapa 20: Minas Gerais: Unidades regionais da EMATER

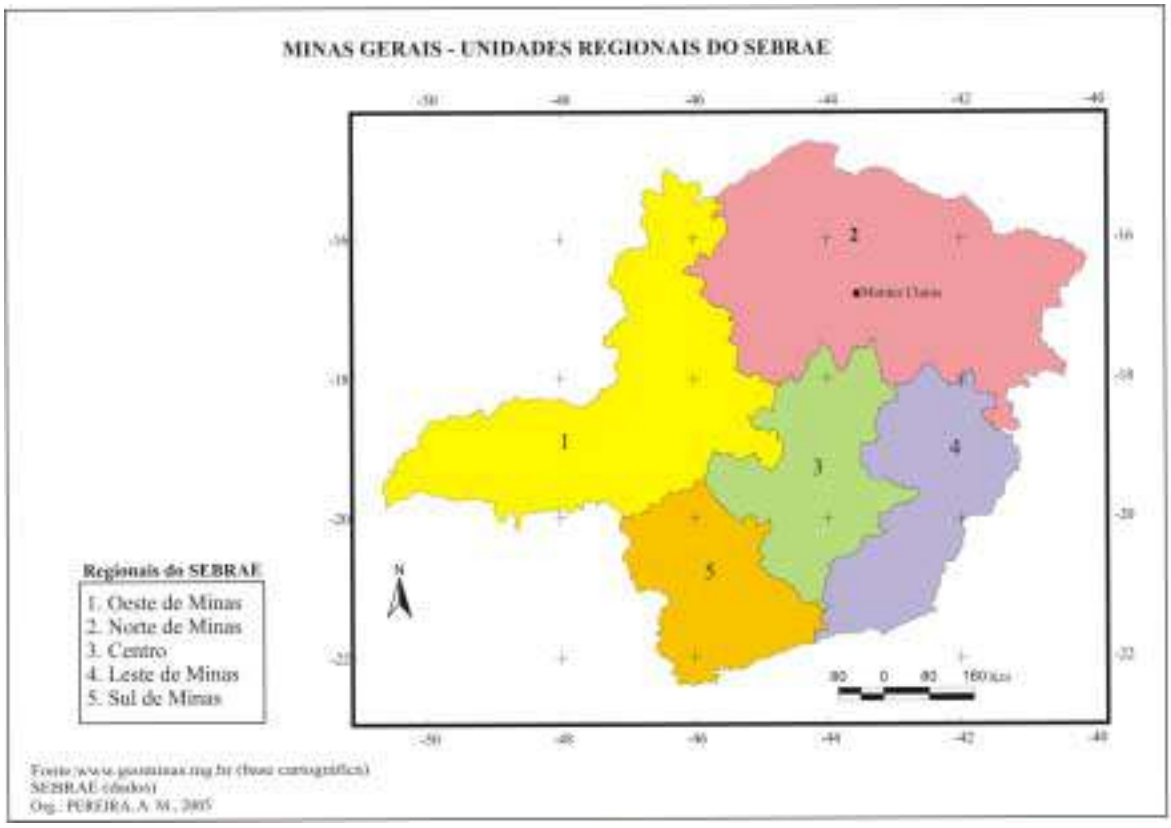
Tem-se ainda, o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), uma autarquia criada em 1992, vinculada à Secretaria de Estado de Abastecimento, Pecuária e Desenvolvimento, que utiliza uma forma de regionalização do espaço mineiro para definir suas unidades de atuação. Para cumprir com seu objetivo de controle de doenças animais, trabalho de inspeção e fiscalização na produção de produtos de origem animal, esse instituto divide o estado em 17 delegacias regionais, que possuem escritórios locais em vários municípios, sob a coordenação de cada delegacia (mapa 21).

No caso do Norte de Minas, Montes Claros possui uma delegacia regional, com escritórios localizados nos municípios de Bocaiúva, Brasília de Minas, Coração de Jesus, Espinosa, Francisco Sá, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Januária, Manga, Montalvânia, Porteirinha, Salinas, São Francisco e Taiobeiras. Trata-se de um trabalho hierarquizado que tem, na cidade de Montes Claros, o pólo principal.



Mapa 21: Minas Gerais: Unidades regionais do Instituto Mineiro de Agropecuária

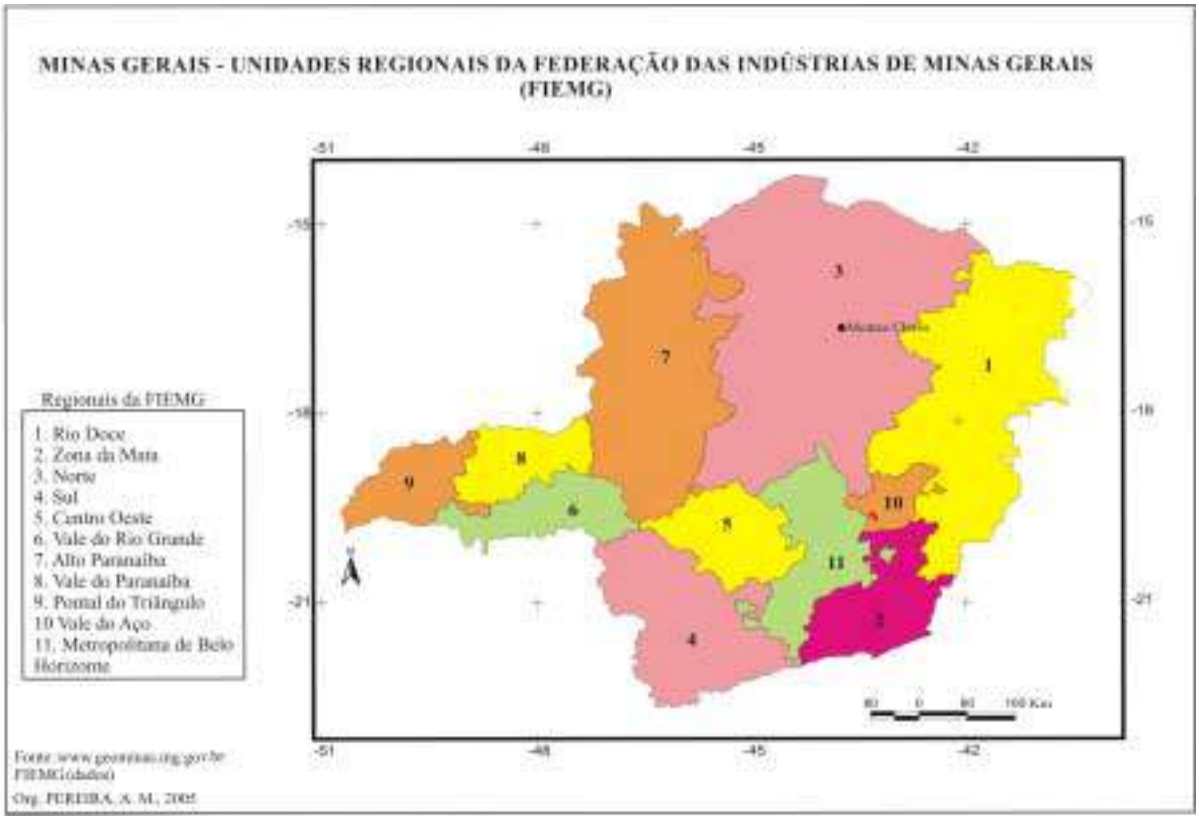
Outro exemplo de divisão regional, que difere de todas até então apresentadas, é a produzida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de Minas Gerais, entidade civil sem fins lucrativos, criada em 1990, com o objetivo de auxiliar essas empresas na busca de seu desenvolvimento. Em Minas, o SEBRAE atua tendo como base apenas cinco regiões. Montes Claros é uma das principais unidades da Regional Norte, que abrange além do Norte de Minas, os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (mapa 22).



Mapa 22: Minas Gerais: Unidades regionais do SEBRAE

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) tem sua atuação baseada em outro recorte regional, que também se diferencia dos anteriormente analisados. Na divisão adotada pela FIEMG, a continuidade física-territorial não é um dos critérios mais relevantes, conforme é mostrado na configuração regional apresentada no mapa 23. A FIEMG tem por meta orientar o empresariado mineiro para a construção de uma indústria ainda mais forte e competitiva, oferecendo diversos serviços: assessorias e consultorias econômica, tributária, trabalhista e jurídica; relações internacionais; relações sindicais; meio ambiente; promoção de negócios; assuntos legislativos e capitalização e financiamento.

Através de suas 11 unidades regionais, a FIEMG encontra-se presente em locais estratégicos de todo o estado, tentando atender às demandas do empresariado local. No caso da região considerada como Norte por essa instituição, seus limites avançam até a região central do estado, aproximando-se da região metropolitana.



Mapa 23: Minas Gerais: Unidades regionais da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG)

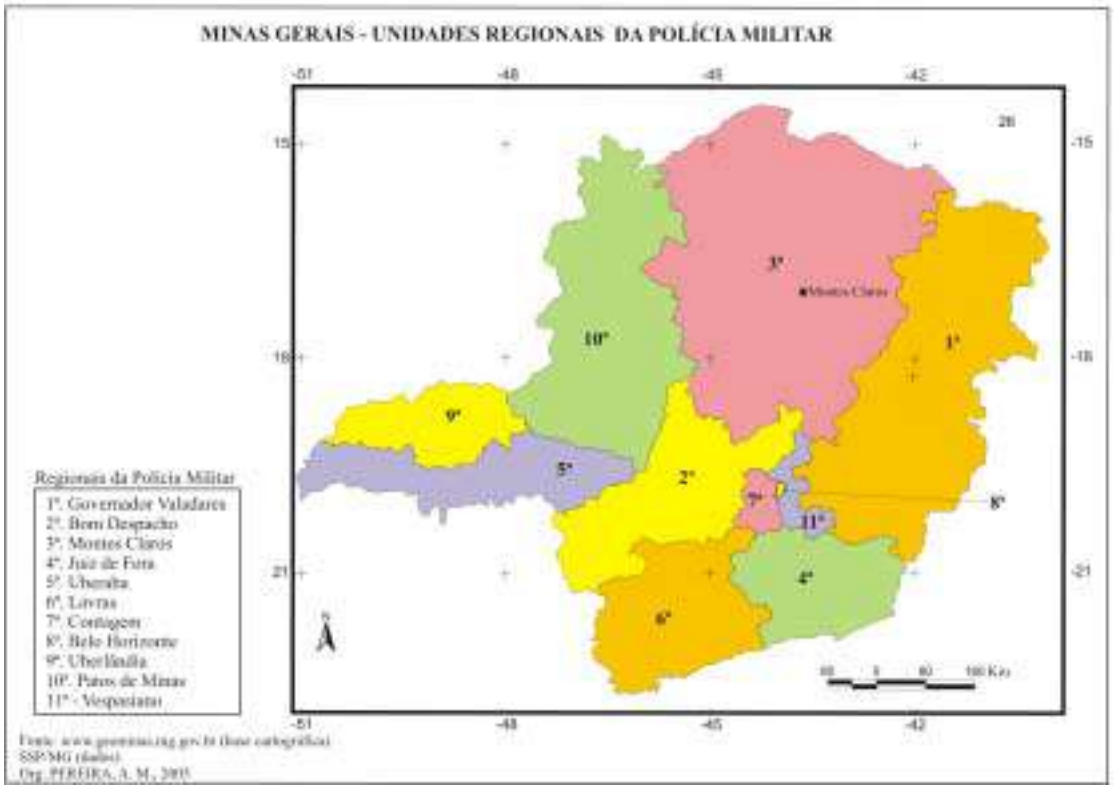
No contexto da segurança pública, a polícia militar tem tentado interagir com a comunidade, buscando soluções conjuntas para suas necessidades de segurança. Para tanto, também propõe um trabalho cujo planejamento leva em consideração uma divisão territorial do estado, constituindo regiões por ela denominadas de unidades ou frações da Polícia Militar (Fr PM). No processo de criação e implantação dessas frações, considerou-se, principalmente, "[...] a importância econômica e política das localidades que irão sediá-las, bem como os índices de criminalidade e violência" (PMMG, 2005).

Na Região Metropolitana, incluindo o município de Belo Horizonte, atuam a 8ª Região da Polícia Militar (RPM), também denominada Comando de Policiamento da Capital (CPC), e a 7ª RPM, sediada na cidade de Contagem. A 11ª RPM, a de

Vespasiano, também pode ser considerada como importante região localizada no entorno da capital. No caso específico dessas regionais, foram consideradas as características dos municípios e suas ligações com a região metropolitana, além da influência que sofrem, diretamente, da criminalidade.

Já no interior do estado, a Polícia Militar está articulada em oito regiões, sendo a elas subordinadas 47 unidades. No caso de Montes Claros, a cidade centraliza a 3ª região da PM, abrangendo uma área que se estende desde a região de Diamantina e parte do alto Jequitinhonha até o limite com a Bahia. Podemos conferir essa situação no mapa 24, que mostra a regionalização do estado de acordo com os interesses da Polícia Militar.

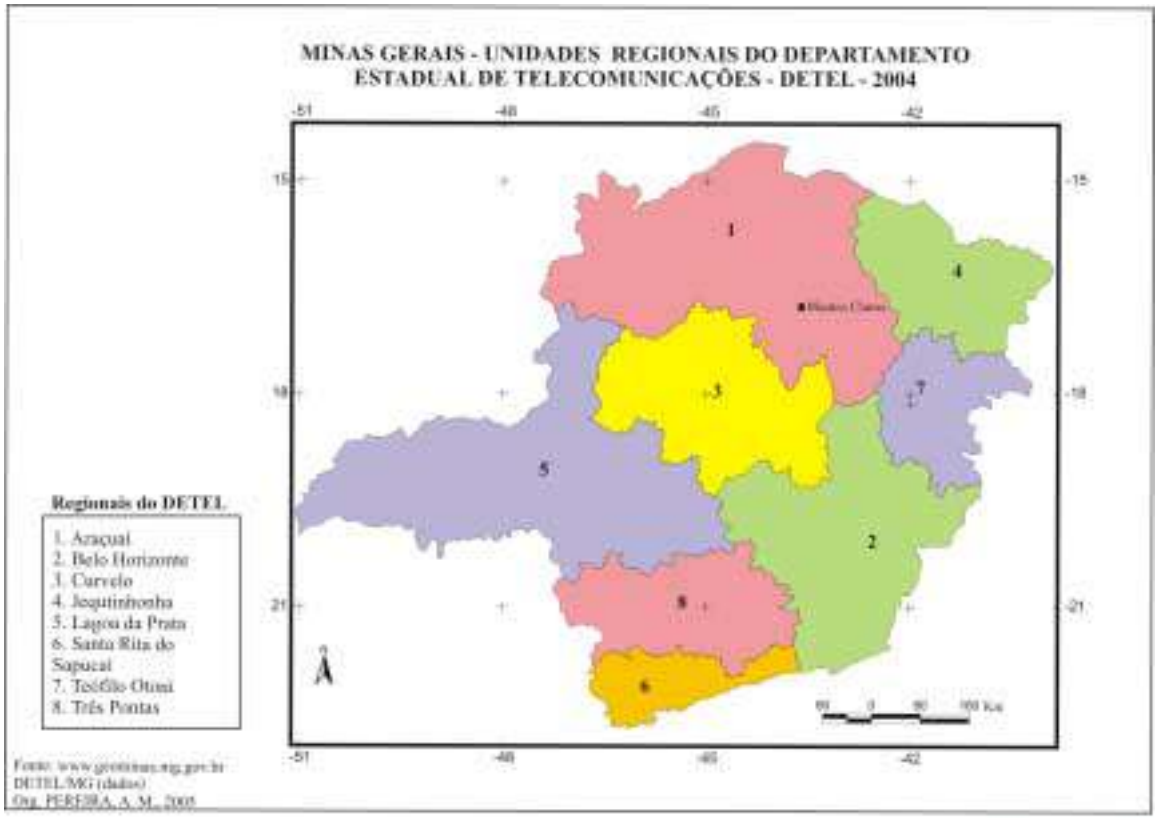
O crescimento acelerado de Montes Claros tem implicado um aumento substancial na violência, e o efetivo existente não tem sido suficiente para atender à demanda local e regional. Recentemente, novos equipamentos foram adquiridos para melhorar a atuação da PM na região, dentre os quais um helicóptero e veículos rodoviários. Ainda assim, os jornais locais denunciam, quase todos os dias, cenas de violência na cidade e na região.



Mapa 24: Minas Gerais: Unidades regionais da Polícia Militar

Numa outra concepção regional, o Departamento Estadual de Telecomunicações (DETEL) divide o território mineiro em seis unidades para sua atuação. O DETEL é uma autarquia do governo estadual, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, que cuida de todos os assuntos relacionados às telecomunicações em Minas Gerais.

Segundo essa autarquia, sua rede abrange 834 localidades mineiras, nas quais atua com sistemas de retransmissão, manutenção e interiorização de sinais de TV. Montes Claros está inserida na região de Araçuaí, que se estende até o noroeste mineiro, conforme exposto no mapa 25.

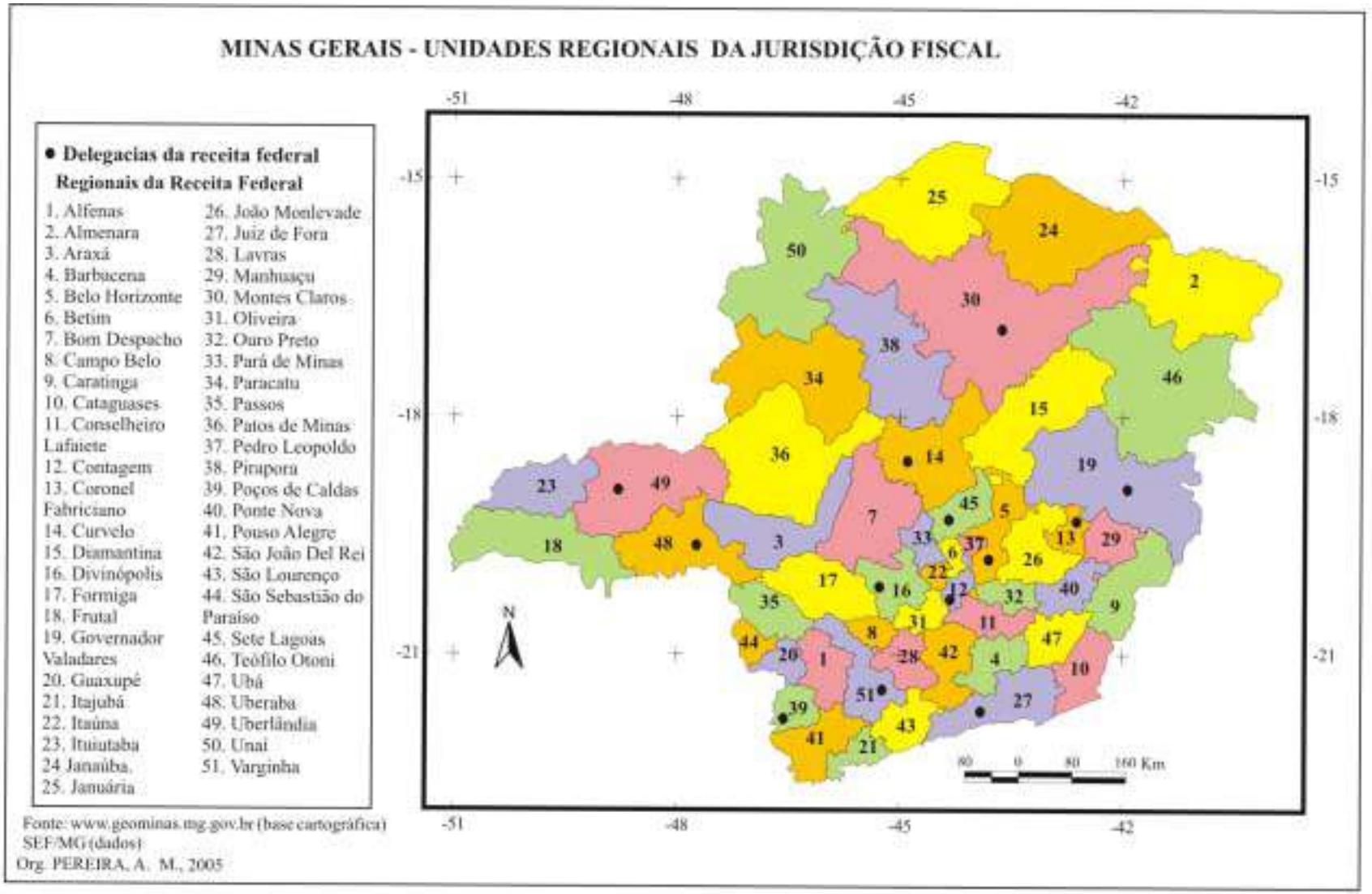


Mapa 25: Minas Gerais: Unidades regionais do Departamento Estadual de Telecomunicações (2004)

A Receita Federal também tem a sua própria regionalização, pautada em princípios de proximidade física e facilidade de acesso. Assim, Minas encontra-se dividida em 13 delegacias e 38 agências da receita federal, conforme é mostrado no mapa 26.

Em todo o norte, nordeste e noroeste mineiro, Montes Claros é a única cidade que possui uma Delegacia da Receita Federal. Na região Norte de Minas, as cidades de Janaúba, Pirapora e Januária possuem Agências Regionais. Mas a maioria das pequenas cidades possui um posto de atendimento.

Todas as outras unidades regionais, nessa extensa área, constituem agências da receita federal. Nessa regionalização, Montes Claros centraliza uma série de atividades relacionadas com a jurisdição fiscal, das quais dependem vários municípios. Há, ainda, um outro fator a ser considerado: a extrema pobreza que caracteriza a maior parte das regionais da porção norte do estado.

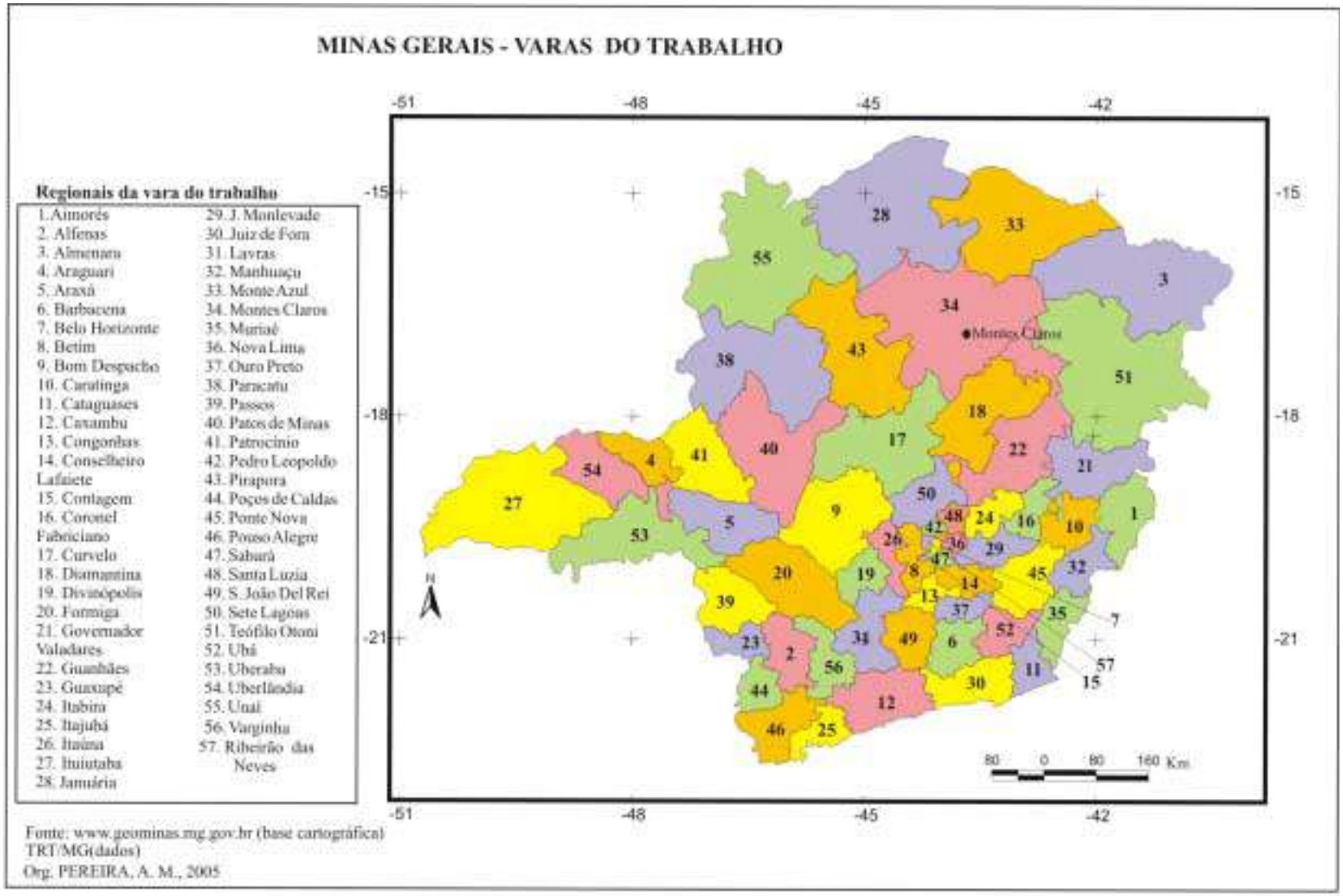


Mapa 26: Minas Gerais: Unidades regionais da Jurisdição Fiscal

Uma outra forma de organização espacial de Minas Gerais é adotada pelo Tribunal Regional do Trabalho, que regionaliza o estado em 57 varas do trabalho. Essas unidades regionais são importantes porque são nelas que os trabalhadores recebem atendimento nos processos trabalhistas.

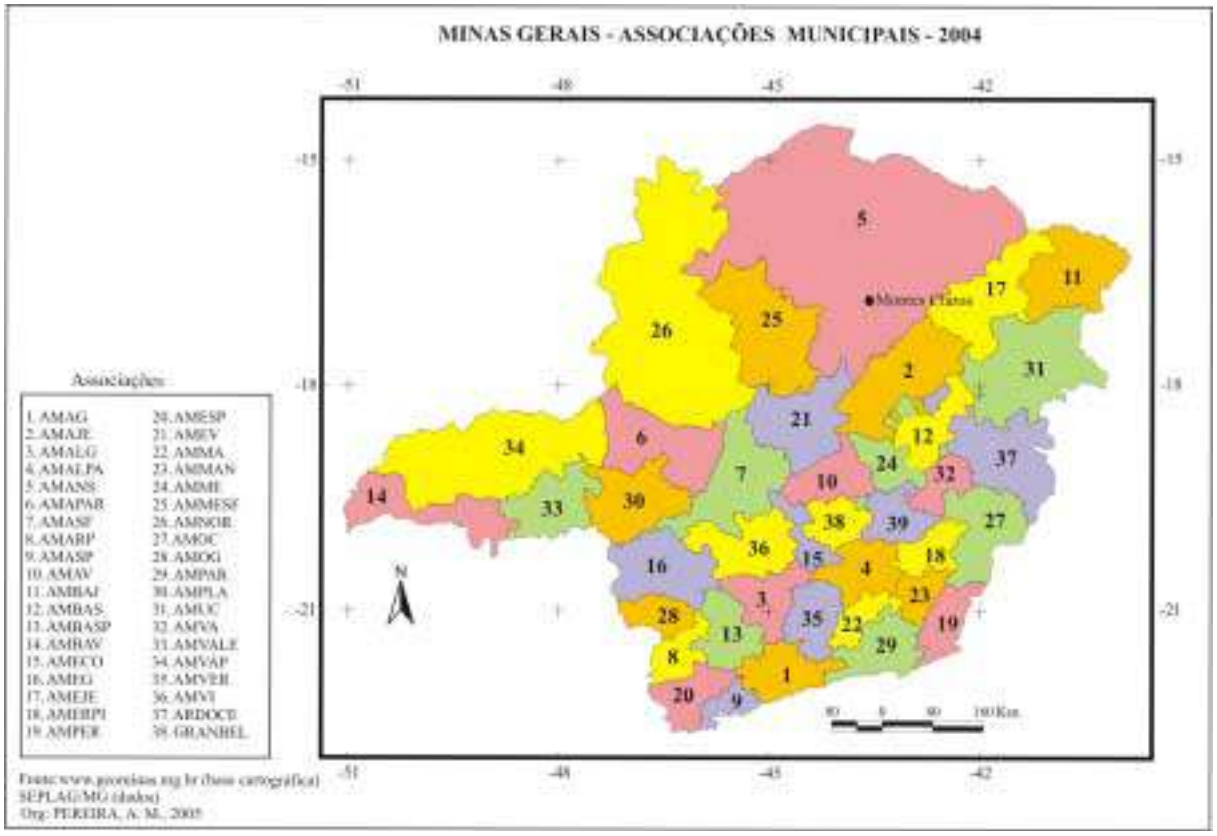
No espaço abrangido pela mesorregião Norte de Minas, a regional de Montes Claros não centraliza esse serviço, pois há varas de trabalho nos municípios de Januária, Monte Azul e Pirapora. Essa divisão está evidenciada no mapa 27. A Vara de Trabalho de Monte Azul tem como área de jurisdição os municípios de Catuti, Espinosa, Gameleiras, Indaiabira, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Montezuma, Ninheira, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Serranópolis de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo. A Vara de Trabalho de Pirapora abrange os municípios de Buritizeiro, Ibiaí, Jequitaí, Lassance, Pirapora, Santa Fé de Minas, São Romão e Várzea da Palma. A de Januária, além do respectivo município, atende Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Ibiracatu, Icaraí de Minas, Itacarambi, Japonvar, Juvenilha, Lontra, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedra de Maria da Cruz, São Francisco, São João da Ponte, São João das Missões, Varzelândia e Verdelândia.

Montes Claros possui três varas do trabalho, sendo que a primeira foi criada pela Lei nº 5.310 de 18/08/67 e instalada em 13/09/1973; a segunda, pela Lei nº 8.432 de 11/06/1992, cuja instalação ocorreu em 21/12/1992 e a terceira pela Lei nº 10.770, de 21 de novembro de 2003. Compõem sua área de jurisdição Bocaiúva, Botumirim, Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Cristália, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Francisco Sá, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Itacambira, Josenópolis, Juramento, Lagoa dos Patos, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Olhos D'Água, Padre Carvalho, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João do Pacuí e Ubaí.



Mapa 27: Minas Gerais: Varas do Trabalho

Uma outra forma de regionalização do estado de Minas é a divisão em associações de municípios. Essa regionalização possui certa fluidez nos seus limites, pois um município pode, por livre escolha de seus dirigentes, ou por determinados interesses políticos, fazer parte de uma região em determinado momento ou mudar de uma associação para outra, conforme o que lhe parecer mais conveniente. O mapa 28 traz a delimitação regional das associações de municípios, a partir das informações da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) de Minas Gerais, de setembro de 2001. Nessa divisão regional, Montes Claros faz parte da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE (AMANS), cuja sede fica em Montes Claros.

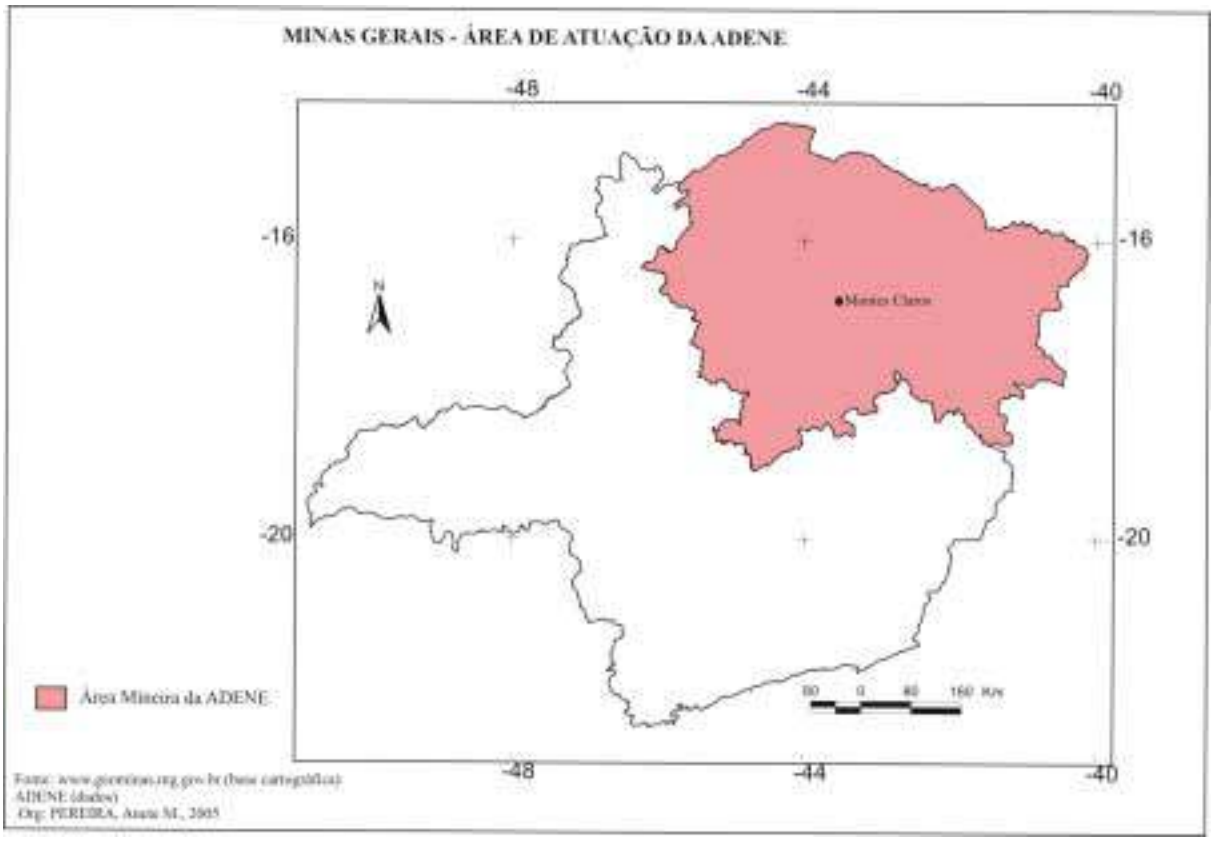


Mapa 28: Minas Gerais: Associações municipais - 2004

Todavia, cabe ressaltar que após a extinção da SUDENE (Medida Provisória n. 2.145, de 02 de Maio de 2001), foi criada a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) através da Medida Provisória n. 2.146-1, de 04 de maio de 2001, alterada pela Medida Provisória n. 2.156-5, de 24 de agosto de 2001; e instalada pelo Decreto n. 4.126, de 13 de fevereiro de 2002. A ADENE tem como principais objetivos estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do

Nordeste brasileiro. Dentre suas responsabilidades estão a supervisão e controle dos programas das entidades federais, além de criação e execução de projetos próprios.

Com essa mudança, apesar de a AMANS continuar a existir, o Norte e também o Nordeste de Minas Gerais fazem parte da Área Mineira da ADENE, na qual se situam 165 municípios (mapa 29) que podem se beneficiar dos incentivos federais e estaduais. Esses municípios contam também com a atuação do Banco do Nordeste do Brasil, instituição federal de fomento que prioriza as atividades produtivas privadas, sendo também voltado para as comunidades. O Governo de Minas Gerais acompanha os projetos em tramitação na ADENE, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Norte de Minas (SUDENOR), organismo oficial de representação, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.



Mapa 29: Minas Gerais: área de atuação da ADENE (2005)

No site oficial da ADENE consta que, até o momento, suas ações restringiram-se à adequação administrativa, principalmente alocação de recursos humanos, mas, dentre suas estratégias para a gestão do desenvolvimento local da região,

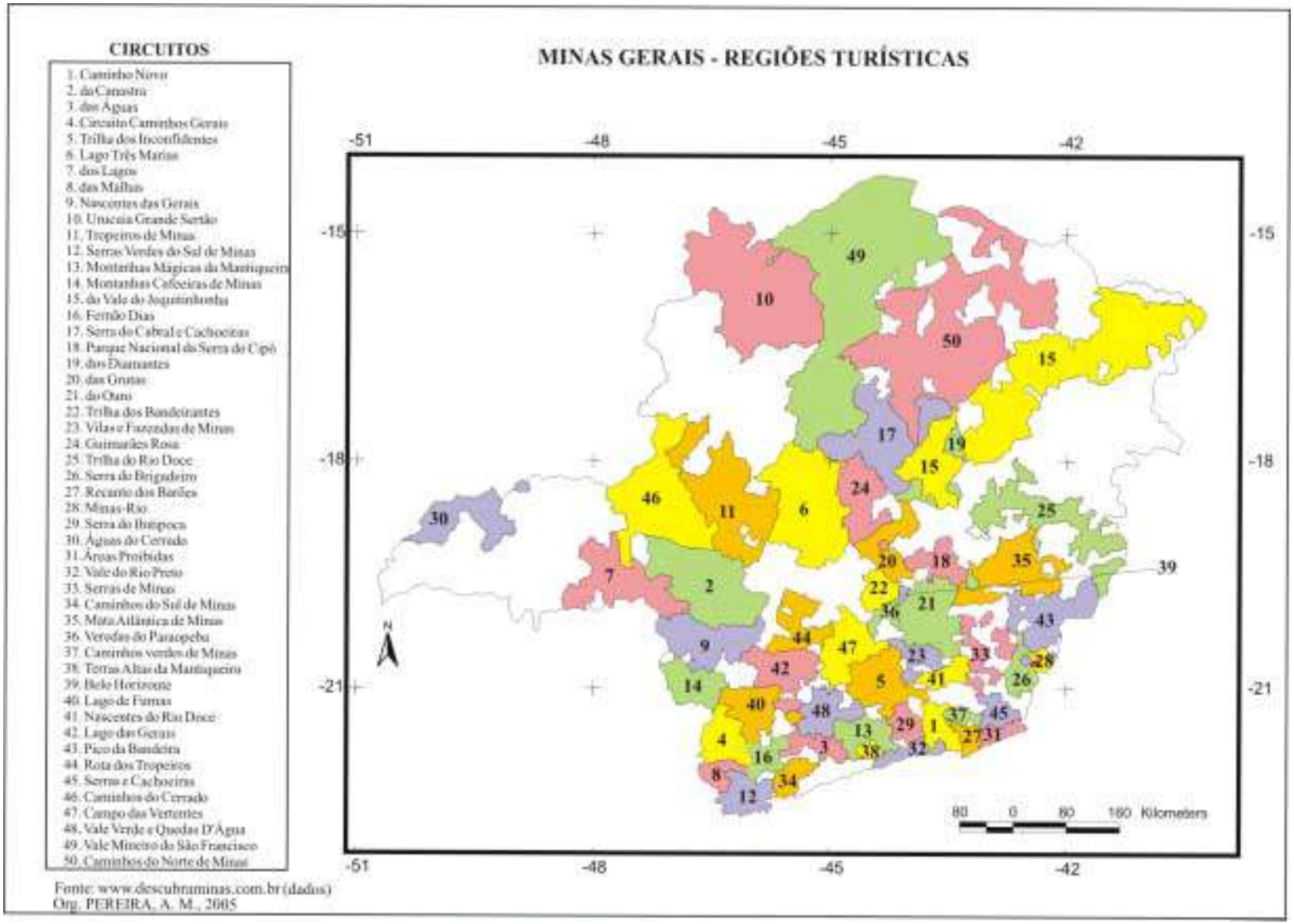
> [...] estão sendo programadas atividades de apoio ao desenvolvimento de sistemas de gerenciamento da informação e da inovação tecnológica em cadeias produtivas, ao desenvolvimento e implantação da piscicultura em áreas selecionadas, apoio à agricultura familiar, ao desenvolvimento rural, ao turismo e a pequenas empresas produtivas. Será dada continuidade ao programa Pró Água-Infra-estrutura, com destaque para as atividades vinculadas à implantação de sistemas sanitários e de abastecimento de água em escolas públicas, cadastro da infra-estrutura hídrica e construção de obras de infra-estrutura hídrica (ADENE, 2006).

Uma outra forma de divisão regional do estado é proposta pela Secretaria de Turismo que foi criada, em 28 de outubro de 1999, pela Lei n. 13.341. A criação dessa secretaria deu início à construção de uma política pública de turismo calcada nos ideais de descentralização e regionalização. Entre as estratégias adotadas por essa secretaria, como a busca da participação da população e a parceria do setor privado, a criação, pelo Decreto-Lei n. 43.321, de 08 de junho de 2003, dos circuitos turísticos é uma inovação no estado. De acordo com essa lei, o circuito turístico é

> [...] um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional.

Alguns circuitos de Minas já se encontram bastante consolidados, enquanto outros sequer iniciaram a organização intermunicipal (figura 30). No caso do norte de Minas, esse processo ainda está sendo iniciado, com a realização de mobilização social e negociações com as prefeituras. Sendo assim, ainda não há um circuito definido nessa região que, apesar de ter atrativos importantes, possui como entraves as grandes distâncias a serem percorridas e a falta de infra-estrutura adequada.

Nesta região o que está sendo proposto pela política pública do turismo é a constituição do Pólo Caminhos do Norte de Minas, que contempla 27 municípios, cuja potencialidade é o turismo de negócios, tendo Montes Claros como a cidade pólo, pela vantagem que oferece em termos de localização geográfica e pela infra-estrutura rodoviária e aeroportuária que possui. Além disso, podemos acrescentar a estrutura em termos de hotéis e restaurantes.



Mapa 30: Minas Gerais: regiões turísticas

Consideramos importante acrescentar que cada uma das divisões regionais de Minas Gerais está subordinada às dinâmicas, sejam elas políticas, econômicas ou socioculturais. Além disso, no Brasil, a região não se consolida com competência para administração e gestão, como acontece com outros países. Apesar da abordagem regional, em nosso país é o município, o local, a esfera da ação política juridicamente reconhecida. Ainda assim, reconhecemos a importância da unidade regional, principalmente para evidenciar aspectos da realidade que seriam mais difíceis de serem revelados se fossem avaliados numa abordagem local ou global.

Quando nos deparamos com uma regionalização, seja na forma cartográfica, seja em uma descrição detalhada, supomos que o ponto de partida tenha sido um processo de elaboração conceitual. Entretanto, independentemente da tendência que serviu de base para a regionalização, ela é um modo de organizar diferenças e semelhanças identificadas num território.

Sabemos que a delimitação de uma região é uma ação, no mínimo, complexa. Primeiro, porque não basta explicar os procedimentos metodológicos utilizados para tornar clara a concepção adotada. O fundamento de uma regionalização insere-se na concepção do objeto para cuja abordagem se realiza o processo de diferenciação. E, no caso de divisões institucionais do território, criadas pelo poder público, quase sempre representam formas de intervenção em determinada área.

Em se tratando da posição de Montes Claros nas diversas regionalizações aqui apresentadas, podemos inferir que essa cidade exerce em praticamente todas elas uma importante centralidade. Cabe ressaltar que, por centro, entendemos uma forma, uma delimitação. Já a idéia de centralidade remete a uma função, uma significação e uma simbologia. Assim, centro e centralidade têm de ser vistos como tendências, como categorias para análise da complexidade atual. Concordamos com Pereira (2001, p.39) quando afirma que

> [...] a centralidade é redefinida continuamente, inclusive em escalas temporais de curto prazo, pelos fluxos que se desenham através da circulação das pessoas, das mercadorias, das informações, das idéias e dos valores. A relação entre centro e centralidade, como a distinção entre esses conceitos faz-se necessária. Ambas se definem através de dinâmicas propulsionadas por determinantes objetivas, como as possibilidades de mercado dadas por uma localização qualquer, mas, por outro lado, resultam

> também de determinantes subjetivas, definidas através dos conteúdos simbólicos produzidos historicamente ou de signos forjados pela lógica de mercado.

Nesse sentido, a centralidade que Montes Claros exerce varia de acordo com o tipo de serviço procurado ou para atender aos interesses das políticas públicas setoriais do governo estadual. Whitacker (2007, p.2) lembra-nos que

> [...] para se compreender a constituição da centralidade, são os fluxos os elementos determinantes, muito mais que a localização. Esses fluxos são incrementados pelas comunicações e telecomunicações que são traduzidas em trocas, decisões, gestão, controle e irradiação de valores. A dinâmica de concentração e dispersão cria e recria centralidades que irão ocupar e valorar diferentemente e diferencialmente territórios no tecido urbano e na dimensão da rede urbana e se traduzem em segmentação de usos e não usos e na fragmentação socioespacial.

Assim, para falar de uma centralidade exercida por uma cidade no âmbito regional[11] é preciso levar em conta diferentes temporalidades e espacialidades, bem como os interesses políticos sociais e econômicos, tanto das elites locais e regionais, como as necessidades da população. Assim, num determinado momento histórico a centralidade pode ser exercida por uma cidade, mas isso não significa que essa situação vai perdurar indefinidamente, haja vista as transformações cada vez mais rápidas que se dão em tempos de globalização.

No caso específico de Montes Claros, a sua posição de centro regional desponta no final do século XIX, mas só se consolida no início do século XX, pois até então Januária e, posteriormente, Pirapora eram os centros mais importantes da região. A centralidade de Montes Claros passou a existir quando ocorreu a instalação de infra-estruturas nesta parte do território, principalmente aquelas voltadas à circulação de recursos humanos e materiais, isto é, quando foram construídas estradas interligando-a a diversos municípios e instalou-se nela uma diversidade de serviços. Este assunto será mais bem delineado nos capítulos posteriores. Interessa-nos, agora, fazer uma pequena síntese sobre a posição de Montes Claros de acordo com as diversas regionalizações apresentadas. Essa síntese é apresentada no quadro 1.

---

[11] O estudo das cidades e sua interlândia fazem parte do construto geográfico de pesquisadores como George, Rochefort, Chabot, Christaller, Tricart, Dickinson, Corrêa, Santos, Bernardes, Muller, entre outros.

Quadro 1: Centralidade de Montes Claros nas divisões regionais de Minas Gerais

Divisão Regional	Centralidade Montes Claros	Montes Claros divide centralidades com outras cidades
Zonas fisiográficas	Baixa	Pirapora e Itacambira
Regiões homogêneas	Baixa	Pirapora, Januária, Salinas
Regiões funcionais	Alta - todo o Norte de Minas	
Regiões de planejamento (1973)	Alta – Além do Norte de Minas, inclui o Noroeste e Alto Paranaíba	
Mesorregiões	Alta	
Microrregiões	Baixa	Bocaiúva, Pirapora, Janaúba, Salinas, Grão-Mogol e Januária
Regiões de planejamento (1992)	Alta – coincide com a mesorregião Norte de Minas	
Regiões Administrativas (1996)	Alta – coincide com a mesorregião Norte de Minas	
Regiões - orçamento participativo (1999)	Alta – coincide com o Norte de Minas	
Regiões da saúde	Alta – coincide com a mesorregião Norte de Minas	
Regiões da DADS	Média	Januária e Pirapora
Regiões da SRE	Baixa	Januária, Pirapora, Janaúba, Araçuaí
Regiões culturais	Alta – Toda a porção oeste de Minas, exceto o Triângulo Mineiro	
Regiões do IEF	Alta	Januária
Regiões da EMATER	Baixa	Januária, Pirapora, Janaúba, São Francisco, Salinas
Regiões do IMA	Alta – coincide com a mesorregião Norte de Minas	
Regiões do SEBRAE	Alta – inclui o Vale do Jequitinhonha e Teófilo Otoni	
Regiões da FIEMG	Alta – inclui todo o Norte, Diamantina, até proximidades da RMBH	
Regiões da PM	Alta – inclui o Norte de Minas, o Noroeste e o Vale do Jequitinhonha	
Regiões do DETEL	Alta – inclui o Norte de Minas (exceto o vale do rio Pardo) e parte do Vale do Jequitinhonha	
Regiões da Jurisdição fiscal	Média	Januária, Pirapora, Janaúba
Regiões das varas do trabalho	Média	Januária, Pirapora, Janaúba
Associações municipais	Alta – coincide com a mesorregião Norte de Minas	
Regiões da ADENE	Alta – inclui o Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Teófilo Otoni	
Regiões turísticas	Baixa	Pirapora, Januária

Fonte: Org. PEREIRA, A. M. 2006

Notamos assim que, na maioria das divisões regionais propostas e aqui destacadas, a cidade de Montes Claros exerce um papel de centralidade na maior parte delas.

Como nosso objeto de estudo é a mesorregião Norte de Minas, na qual se encontra inserida a cidade de Montes Claros, consideramos necessário caracterizar, ainda que de forma bastante resumida, essa área. Para tanto, apresentamos a localização geográfica, as características físico-ambientais, econômicas e sociais dessa região. Não poderíamos, em um estudo sobre o Norte de Minas, deixar de abordar o papel do Estado, dada a sua intensa intervenção na referida região. Feitas essas considerações, trataremos, no capítulo que se segue, da mesorregião Norte de Minas e suas especificidades.



2. O NORTE DE MINAS: que região é essa?

"O Sertão é muita coisa, pensar no Sertão é pensar em ser muito, em ser tão...
Ser tão do Sertão
Ser da caatinga,
Caatinga do Sertãozão
Ser tão cheiroso feito o pequi
Ser tão lutador feito o povo Xacriabá, quilombola, geraizeiro
Ser tão biodiversidade..."

(Ser tão – Ana Amélia Cordeiro)

O Norte de Minas é um espaço singular no contexto estadual, seja pelas características fisiográficas que apresenta, seja pelas condições socioeconômicas ou, ainda, pela constante intervenção estatal que nele tem ocorrido. Tal região é ora descrita como cheia de potencialidades, ora como "bolsão de pobreza". O que há de real nesses discursos? A maioria dos estudos sobre o Norte de Minas relaciona a região com a pobreza, a seca, a marginalização, o isolamento regional, a dependência dos municípios frente às transferências da União e do estado, fenômenos que, historicamente, aproximam-na mais do Nordeste brasileiro do que do Sudeste. Para a Fundação João Pinheiro (1975, p. 15),

> [...] as características de uma região de transição também são encontradas na sua organização espacial e nos padrões de assentamento em que se estruturou. Grande parte da área, povoada em decorrência da expansão dos currais, que subindo o vale do rio São Francisco, vieram a ocupar as grandes extensões dos Gerais, apresenta sua ligação com o nordeste na origem do povoamento e na forma de ocupação então implantada.

Ainda nessa questão Gervaise (1975, p. 19) considera que "[...] o norte de Minas apresenta talvez o mais espetacular dualismo do Estado a imagem de dinamismo se superpõe a uma tradição de atraso que caracteriza toda a metade norte do Estado".

Apesar de não haver consenso entre os autores que estudam a região quanto a essa idéia da existência de uma identidade sertaneja, nordestina ou "baianeira", há uma identificação do povo norte-mineiro com os costumes nordestinos, como muito bem destacou Gervaise (1975, p. 19) ao considerar que

> [...] a paisagem do Norte de Minas é muito mais próxima dos hábitos nordestinos do que dos próprios mineiros... As numerosas feiras locais são, provavelmente, as provas mais espetaculares da permanência de traços nordestinos diferentes dos costumes mineiros: elas são ricas em ensinamentos: as mercadorias são coloridas mas a sua pobreza é o reflexo da fraqueza do poder de compra da população. Cereais, tubérculos, frutas de baixa qualidade, algumas vendas de raízes e plantas medicinais, outras de tecidos e plásticos medíocres, outras peças de artesanato elementares, sem esquecer a carne exposta à poeira e às moscas, compõe o essencial de uma oferta reduzida.

Concordando com essa visão, Costa (2003, p.15*)* afirma que

> [...] o norte de Minas, como uma região subalterna, ao emergir no cenário brasileiro evidenciando sua especificidade identitária aparece, duplamente, como uma assombração à nação e à mineiridade, ao afirmar sua condição fronteiriça como sertão, no Brasil e em Minas Gerais.

Viajando pelo Norte de Minas não podemos deixar de dar razão a essa visão dualista da região, através da qual identificamos, concomitantemente, muita pobreza e nichos de riqueza, modernidade e tradicionalismo, produção e escassez, discursos e realidade. Entretanto, questionamos até que ponto os rótulos utilizados para caracterizar a região são verdadeiros ou são uma criação ideológica para atender a determinados interesses de uma classe social. Nessa nossa análise não podemos desconsiderar a lógica capitalista que interfere, de maneira direta ou indireta, na região. É essa lógica que explica a escolha de pontos estratégicos pelos grandes capitais internacionais para seus investimentos, além do aumento do consumo de bens e serviços, mudanças nos valores e nas práticas socioespaciais.

A análise da atual configuração espacial da região Norte de Minas implica em tentar compreender essa lógica, que cria e recria espaços tão diferenciados, como mostramos nas figuras 2 e 3 que explicitam, por um lado, uma pobreza que, nesse caso, caracteriza-se como rural, e áreas de produção agropecuária mais modernizada, voltada para o mercado.

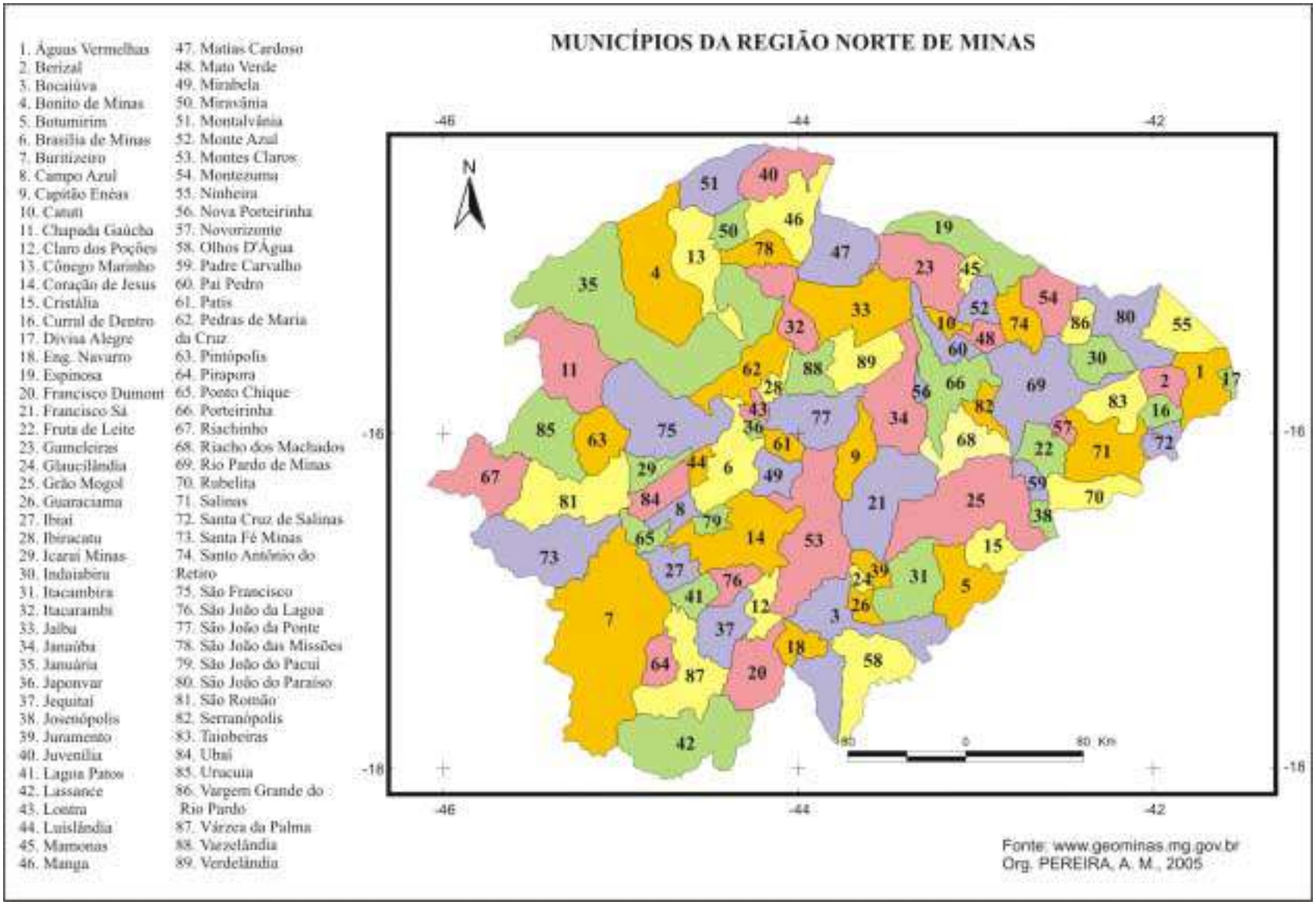


Figura 2: Residência rural – Miravânia
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006



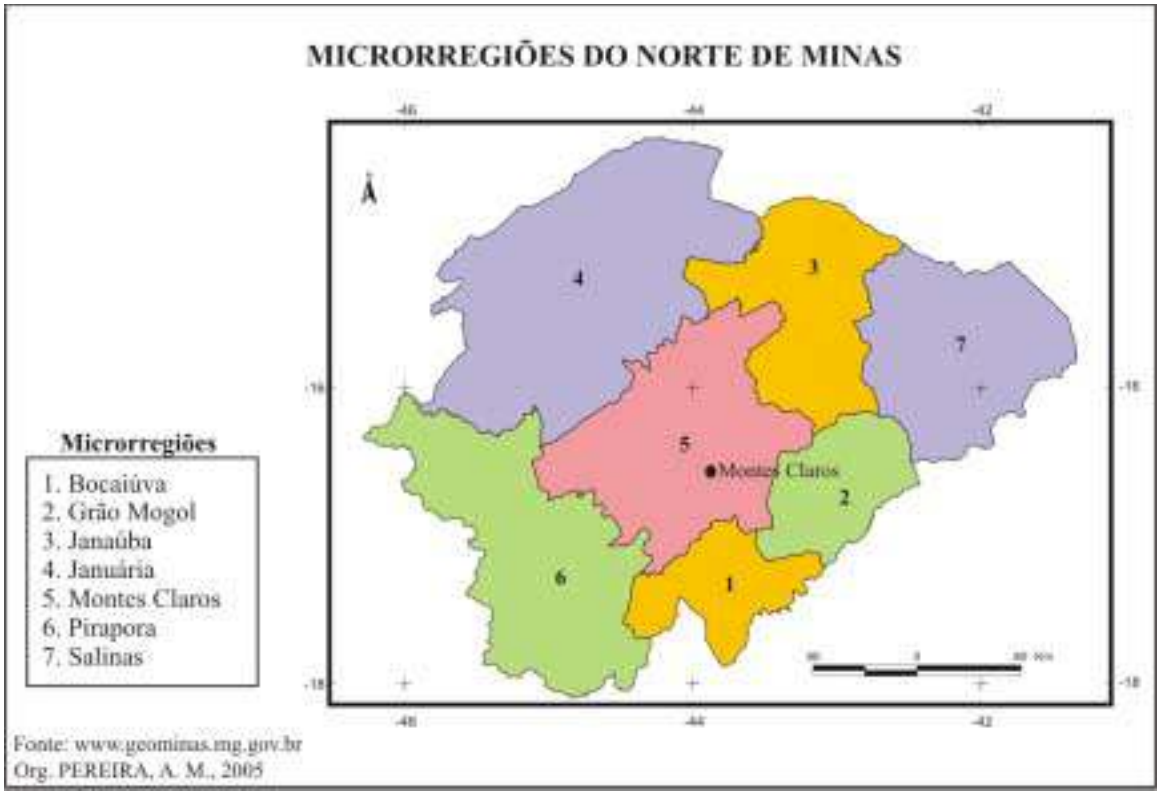
Figura 3: Pecuária - Manga
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006

Antes de analisarmos a questão do dualismo e da desigualdade regional, necessária se faz uma breve caracterização e contextualização da região no cenário atual. A mesorregião Norte de Minas, criada pelo IBGE em 1990, ocupa uma área territorial de 128.602 km^2, compreendendo 89 municípios, conforme mostra o mapa 31.



Mapa 31: Norte de Minas: Municípios da região Norte de Minas

Tal mesorregião encontra-se subdividida em sete microrregiões: Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas, conforme o mapa 32 e o quadro 2.



Mapa 32: Norte de Minas: microrregiões do Norte de Minas

Quadro 2: Municípios da mesorregião norte de Minas

Microrregião	Municípios integrantes
Bocaiúva	Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Olhos D'Água, Guaraciama e Francisco Dumont.
Grão Mogol	Grão Mogol, Itacambira, Cristália, Josenópolis, P. Carvalho e Botumirim.
Janaúba	Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mato Verde, Mamonas, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas.
Januária	Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Icaraí de Minas, Itacarambi, Januária, Juvenília, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, São Francisco, São João das Missões e Urucuia.
Montes Claros	Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia e Verdelândia.
Pirapora	Buritizeiro, Ibiaí, Jequitaí, Lagoa dos Patos, Lassance, Pirapora, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão e Várzea da Palma.
Salinas	Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, São João do Paraíso, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo.

Fonte: IBGE
Autor: PEREIRA, A M. maio/2006

Com relação ao quadro ambiental, caracteriza-se essa região pela transição do domínio do ecossistema cerrado para o da caatinga. A região está localizada numa área de terrenos antigos, já bastante desgastados por processos erosivos. O relevo da porção oeste do São Francisco caracteriza-se pela presença de superfícies de aplainamento conservadas, cuja evolução está relacionada com processos de denudação periférica, realizados pela drenagem do rio. Nessa área, o planalto aparece em forma de “chapadões”, podendo-se encontrar formas onduladas e colinas arredondadas. Na depressão do São Francisco, o calcário predomina, com suas formas específicas: dolinas, vales secos, drenagem subterrânea e grutas, como ocorre em torno de Januária, Itacarambi e Jaíba. Já a região de Grão Mogol é marcada pela presença da Serra do Espinhaço, formada por quartzitos e arenitos da série Itacolomi e numerosos conglomerados, distribuídos pelas encostas.

As bacias hidrográficas mais importantes que drenam a região são a do São Francisco e a do Jequitinhonha, além da bacia do Rio Pardo. Vários dos afluentes dessas bacias possuem como característica a intermitência durante as secas que, periodicamente, assola a região.

O clima predominante no norte de Minas, de acordo com a classificação de Köppen, corresponde aos tipos Aw (tropical úmido de savanas com invernos secos) e o Bsw (quente, seco, com chuvas de verão). Toda a mesorregião fez parte da área da SUDENE, apesar de não ser caracterizada pelo predomínio do clima semi-árido. Entretanto, a má distribuição das chuvas ao longo do ano tem trazido sérias restrições às práticas agrícolas convencionais nessa área. Isso justificou sua inclusão no Polígono das Secas e na SUDENE. As principais formações vegetais são o cerrado e formações afins, a floresta caducifólia, também denominada de floresta caatinga, a caatinga hipoxerófila e a floresta perenifólia de várzea com buriti. Na área semi-árida, a vegetação é de porte arbóreo e arbustivo, na qual predominam espécies decíduas e espinhentas, com elevado grau de xerofilismo.

Quanto aos aspectos demográficos, o censo 2000 (IBGE) registrou 1.492.715 habitantes no Norte de Minas, população que se encontra distribuída de forma irregular pelo território. A densidade demográfica é de 11,6 hab/ km^2, média bem

inferior à brasileira, que é de 19,92 hab/km^2. Pirapora (87 hab/km^2) e Montes Claros (85 hab/km^2) representam os municípios com maior densidade demográfica.

A maior concentração populacional ocorre no município de Montes Claros, que possui 342.586 habitantes[12], o equivalente a, aproximadamente, 21% do total regional. Dos oitenta e nove municípios que compõem a região, a maioria (57) possui uma população absoluta inferior a 20.000 habitantes, 10 possuem entre 20.001 e 30.000 habitantes, cinco entre 30.001 e 40.000, sendo que apenas Bocaiúva ficou na faixa entre 40.001 e 50.000. Os municípios de São Francisco, Janaúba, Januária e Pirapora possuem entre 50.001 e 70.000 habitantes.

A distribuição da população urbana também segue um padrão semelhante, sendo que 79 cidades possuem menos de 20 mil habitantes, enquanto as maiores concentrações ocorrem em Montes Claros, Janaúba e Pirapora. Tal distribuição é mostrada no quadro 3.

Quadro 3: Distribuição da população total e da população urbana do norte de Minas por municípios e por cidades - 2000

Número de municípios com população > 10.000	**57**	Número de municípios com população urbana > 10.000	**69**
Número de municípios com população entre 10.001 – 20.000	**11**	Número de municípios com população urbana entre 10.001 – 20.000	**10**
Número de municípios com população entre 20.001 – 30.000	**10**	Número de municípios com população urbana entre 20.001 – 30.000	**05**
Número de municípios com população entre 30.001 – 40.000	**05**	Número de municípios com população urbana entre 30.001 – 40.000	**02**
Número de municípios com população entre 40.001 – 50.000	**01**	Número de municípios com população urbana entre 40.001 – 50.000	**01**
Número de municípios com população entre 50.001 – 60.000	**02**	Número de municípios com população urbana entre 50.001 – 60.000	**01**
Número de municípios com população entre 60.001 – 70.000	**02**	Número de municípios com população urbana entre 60.001 – 70.000	**-**
Número de municípios com população < 100.000	**01**	Número de municípios com população urbana < 100.000	**01**
TOTAL	**89**		**89**

Fonte: IBGE, 2000
Org.: PEREIRA, Anete M., 2006

[12] Estimativa do IBGE, jul./2006.

Para compreender a atual organização da região apresentamos uma pequena retrospectiva histórica da ocupação e povoamento do território que possibilite a explicitação dos fundamentos da organização urbana e das relações intra-regionais hoje existentes.

2.1 O processo de constituição da região

A formação socioespacial é aqui entendida como resultante do desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas e das transformações nas relações sociais de uma dada sociedade. Segundo Santos (1977, p. 12-14),

> [...] o interesse dos estudos sobre as formações econômicas está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas de um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. [...] Formação social compreenderia uma estrutura produtiva e uma estrutura técnica. Trata-se de uma estrutura técnica-produtiva, expressa geograficamente por uma certa distribuição da atividade de produção.

Utilizando esse pressuposto, é relevante entender como a região norte-mineira organiza-se no início do século XXI. Para tanto, necessário se faz compreender como ocorreu sua formação histórica e como nela se processa a divisão territorial do trabalho.

O processo histórico de ocupação do Norte de Minas iniciou-se no século XVII, a partir do movimento de expansão da pecuária, ao longo do São Francisco, sendo que a parte ocidental pertencia a Pernambuco e a parte Oriental, à Bahia. Entre os séculos XVII e XVIII, a região foi sendo ocupada por vaqueiros, originários da Bahia e de Pernambuco, que subiam o São Francisco, e por bandeirantes paulistas. A diversidade de grupos indígenas que aí habitava foi dizimada, restando hoje descendentes dos Xacriabás, no município de Itacarambi.

Para muitos memorialistas e historiadores, o sertão[13] não se prestava ao cultivo da cana e estava distante do litoral, por isso não despertou o interesse da coroa portuguesa. Sua organização socioespacial plasmou-se pelo fornecimento de gado e derivados da pecuária, primeiro para a região canavieira e, depois, para a área da mineração. Gonçalves (2000, p. 22) ressalta que

> [...] a região teve que forjar suas próprias condições de autosustentabilidade. E aqui, talvez resida uma das características mais originais dessa região: a de não ter a sua dinâmica diretamente determinada por uma racionalidade econômica mercantil de algum produto em que a metrópole estabelecesse o régio controle direto.

Com a criação extensiva de gado, a região teve um povoamento esparso, surgindo as fazendas e povoados às margens do rio São Francisco que viriam, posteriormente, a transformar-se nas cidades de São Romão, Januária, Itacarambi, Manga e São Francisco. A dinamicidade na navegação e comércio tornou essa área o centro mais importante da região. De acordo com o IBGE (1965, p. 2000),

> [...] as fazendas de gado, dado o caráter extremamente extensivo da criação e a não necessidade de um grande número de trabalhadores, originaram um povoamento bastante rarefeito. Era essencialmente rural, tendo sido poucos os núcleos populacionais que se desenvolveram ao longo do São Francisco, pois que as vilas aí surgidas somente foram criadas no século XVIII.

Diante do exposto, é correto considerarmos que a unidade econômica, matriz da formação do Norte de Minas, é a grande fazenda de criação de gado, mas outras atividades também foram responsáveis pela ocupação do espaço e formação de cidades, a exemplo da mineração em certas localidades, como Grão Mogol, Jequitaí e Itacambira e a agricultura exercida por camponeses, junto com a pecuária (COSTA, 1997).

Situada na rota entre essas áreas e as zonas de garimpo, a fazenda da qual se originou Montes Claros era conhecida como “passagem” e não tinha grande significado na economia regional. Entretanto, foi essa localização um dos fatores que contribuiu para torná-la, com o passar dos tempos, o mais importante centro comercial regional. Para Reis (1997, p. 38),

[13] Sobre os muitos sentidos do sertão, ver Ribeiro (2000).

> [...] a chegada da ferrovia à Pirapora, em 1918 – cujo progresso previa a sua extensão até Belém -, trouxe um grande impulso para o município, que, progressivamente, se tornou o de maior expressão econômica das margens do São Francisco no Estado. Em 1926 foi a vez de Montes Claros ser beneficiada com a passagem da ferrovia, que ligaria Belo Horizonte a Salvador. Com a instalação das ferrovias, Montes Claros e Pirapora transformaram-se, gradativamente, nos dois municípios mais dinâmicos da região, ocorrendo, ao mesmo tempo, a perda relativa de espaço de municípios como Januária. A instalação das ferrovias também contribuiu para fortalecer a importância da pecuária na região, ao facilitar o escoamento da produção, bem como para estimular a ocupação de outras localidades, como Janaúba.

É, portanto, a chegada da ferrovia que consolida a posição de Montes Claros como principal cidade da região e estreita as relações comerciais com Belo Horizonte e Rio de Janeiro, especialmente o comércio de gado. Nessa época, também, o comércio atacadista impulsionou o desenvolvimento da cidade, que passou a centralizar o poder econômico e político. Marcos F.M. de Oliveira (2000) considera que antes disso, já no final do século XIX, com a decadência das cidades ribeirinhas, Montes Claros já se definia como o principal núcleo urbano do Norte de Minas, a "capital do sertão mineiro". Assim,

> [...] a segunda metade do século XIX e o início do seguinte foram marcados por políticas de apoio à construção de uma rede de transportes, acompanhada pelo incentivo à sua industrialização, atividade que viria se somar à agricultura e à pecuária tradicionais na região. (RIBEIRO, 2005, p. 415)

No que diz respeito à configuração territorial hoje existente no Norte de Minas, cabe lembrar que ela é produto de um processo histórico de fragmentação municipal. O fenômeno das emancipações não pode ser explicado com os mesmos argumentos para todos os períodos da história brasileira. De acordo com Bremaeker (1996, p. 119), durante o período militar houve um momento de desaceleração do processo de criação de municípios. Acrescenta que

> [...] o saldo de Municípios ao final de 1964 era de 4.115 unidades. No ano de 1965 este número estava reduzido para 3.957 [...]. Em 1970, quando da realização de um novo recenseamento, [...] era de 3.952 unidades.

Tal fato pode encontrar justificativa na característica de "centralismo" típico do governo militar.

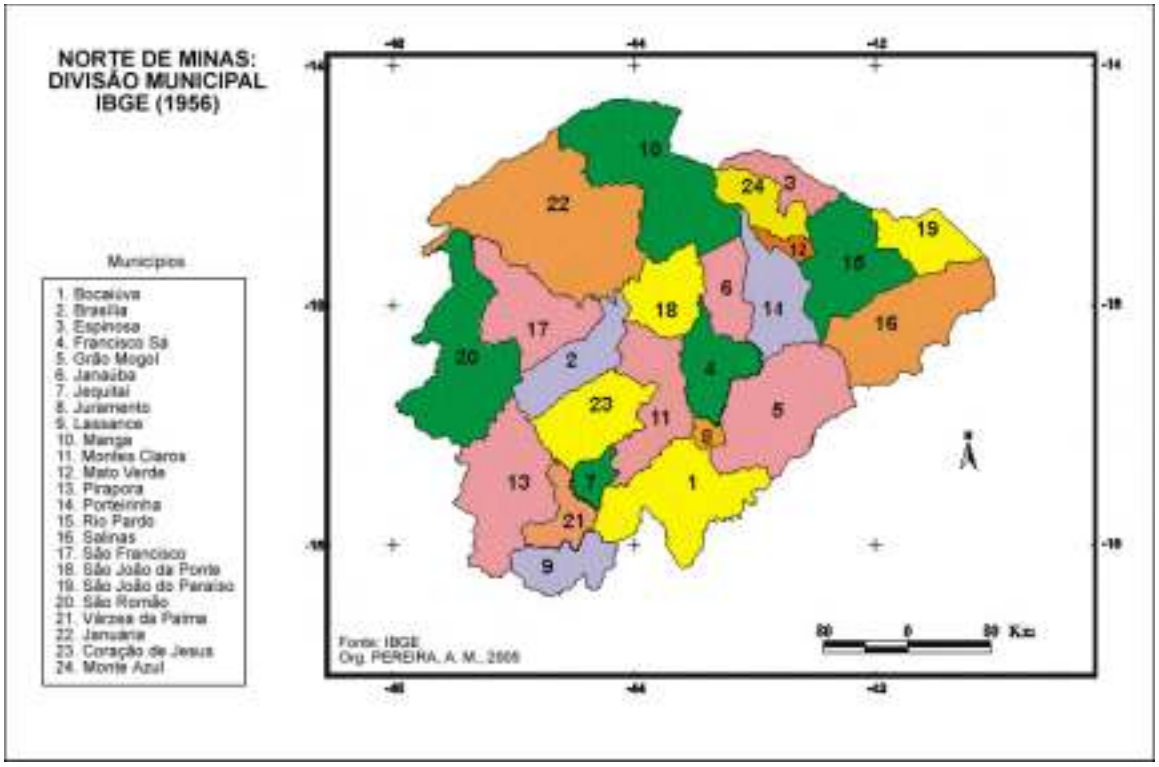
Até 1891, os municípios e distritos eram criados em Minas através de leis especiais, o que só acontecia em casos isolados. Posterior a essa data, vigorou o sistema de leis gerais de revisão administrativa, que, segundo a Constituição, deveriam ser promulgadas a cada dez anos. A Constituinte de 1935 aumentou as exigências necessárias para emancipação de municípios e, em 1967, essa passou a ser prerrogativa exclusiva do governo federal.

Em 1988, a Constituição Federal, através de seu artigo 18, § 4°, atribuiu aos estados a responsabilidade pela “criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios” (doravante apenas tratados como “emancipação” ou "secessão", indistintamente), através de lei complementar estadual. Sendo assim, um dos princípios básicos para o processo de emancipação e criação de município no Brasil passou a ser a apresentação de um relatório de viabilidade, cuja definição ficou sob a responsabilidade de cada estado.

Minas Gerais foi um dos estados que emancipou um maior número de municípios. Segundo Carvalho (1995), o ano de 1962 representou um aumento substancial no número de municípios - 237 novos municípios - no estado de Minas Gerais, criados sem plebiscito, com o único objetivo de aumentar a participação do estado nas receitas de impostos federais. O estado de Minas Gerais era constituído, em 1980, por 722 municípios e, em 1995, esse número subiu para 853, denotando a intensa fragmentação territorial ocorrida na década de 1990. O referido autor acrescenta que

> [...] de acordo com a Lei Complementar nº 19/91, de 17/07/91, são necessários os seguintes requisitos para que um município seja criado:
> - População superior a 7.000 habitantes;
> - Número mínimo de 3.000 eleitores;
> - Número de moradias superior a 400;
> - Núcleo urbano constituído, com edificações para instalação do governo municipal, com seus Órgãos administrativos;
> - Serviços públicos de comunicação, energia, água, posto de saúde, escolas públicas e cemitério;
> - Arrecadação tributária mínima a ser anualmente fixada. (CARVALHO, 2002, p. 550)

O Norte de Minas também acompanhou esse processo, que resultou numa nova reconfiguração territorial. Na década de 1950, a região era formada por 24 municípios (IBGE, 1956), conforme mostra o mapa 33. Esses municípios, em sua maioria, possuíam grande extensão territorial e baixa dinâmica econômica.

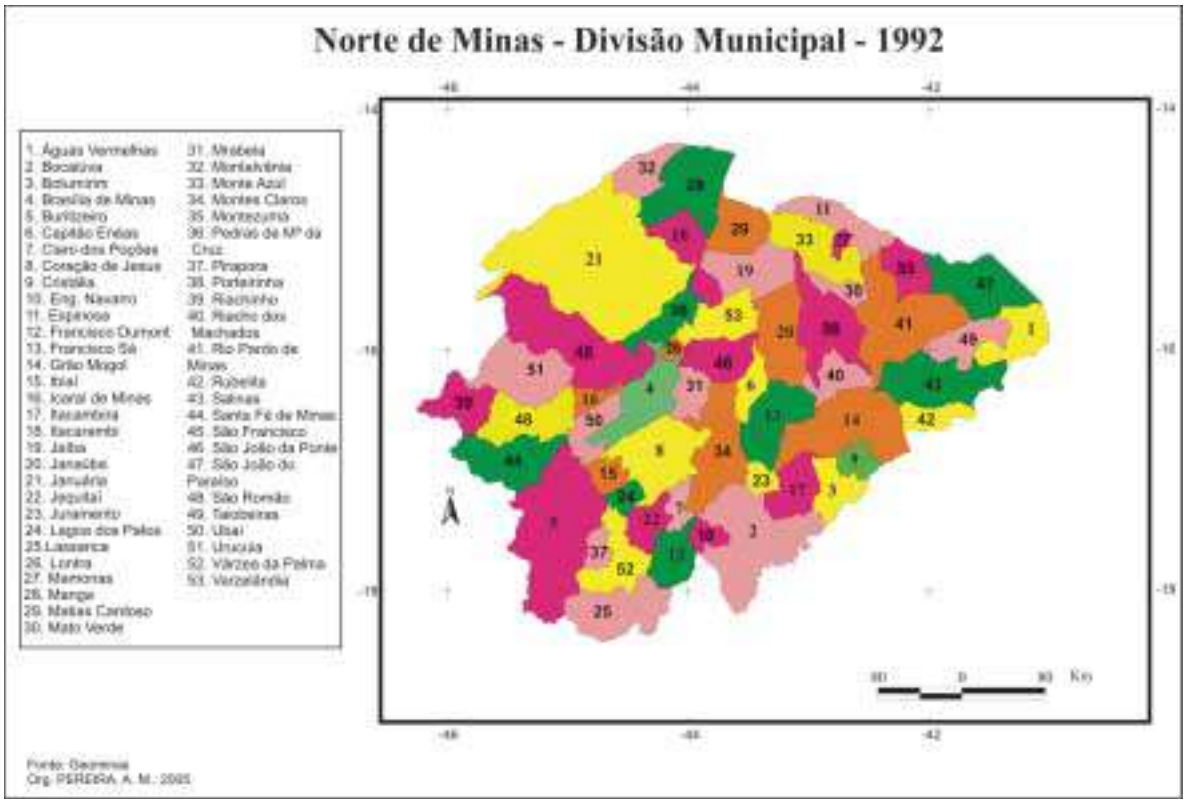


Mapa 33: Norte de Minas: divisão municipal (IBGE – 1956)

Após a década de 1980, ocorreu a emancipação de vários municípios e a região passou a contar com um total de 51 municípios. Nesse período, o fator econômico era utilizado como argumento para a criação de municípios, mas, na verdade, o interesse político predominava. Concordamos com Shikida (1999, p.5-6), quando ele assinala que

> [...] um dos problemas que podem ocorrer é o do surgimento de municípios tão pequenos que não possuiriam infra-estrutura básica nem população significativa. Neste caso, cabe observar que a Constituição, quando repassou aos estados a prerrogativa pela criação de municípios, deixou aos mesmos a responsabilidade pela fixação de critérios para sua criação. Assim, existe uma heterogeneidade nos critérios fixados por cada Assembléia Estadual, o que gera situações nas quais alguns estados podem ser mais permissivos e outros não.

Conforme mostra o mapa 34, entre os municípios emancipados na referida década, a maioria se concentra nas porções norte, nordeste e noroeste da região.

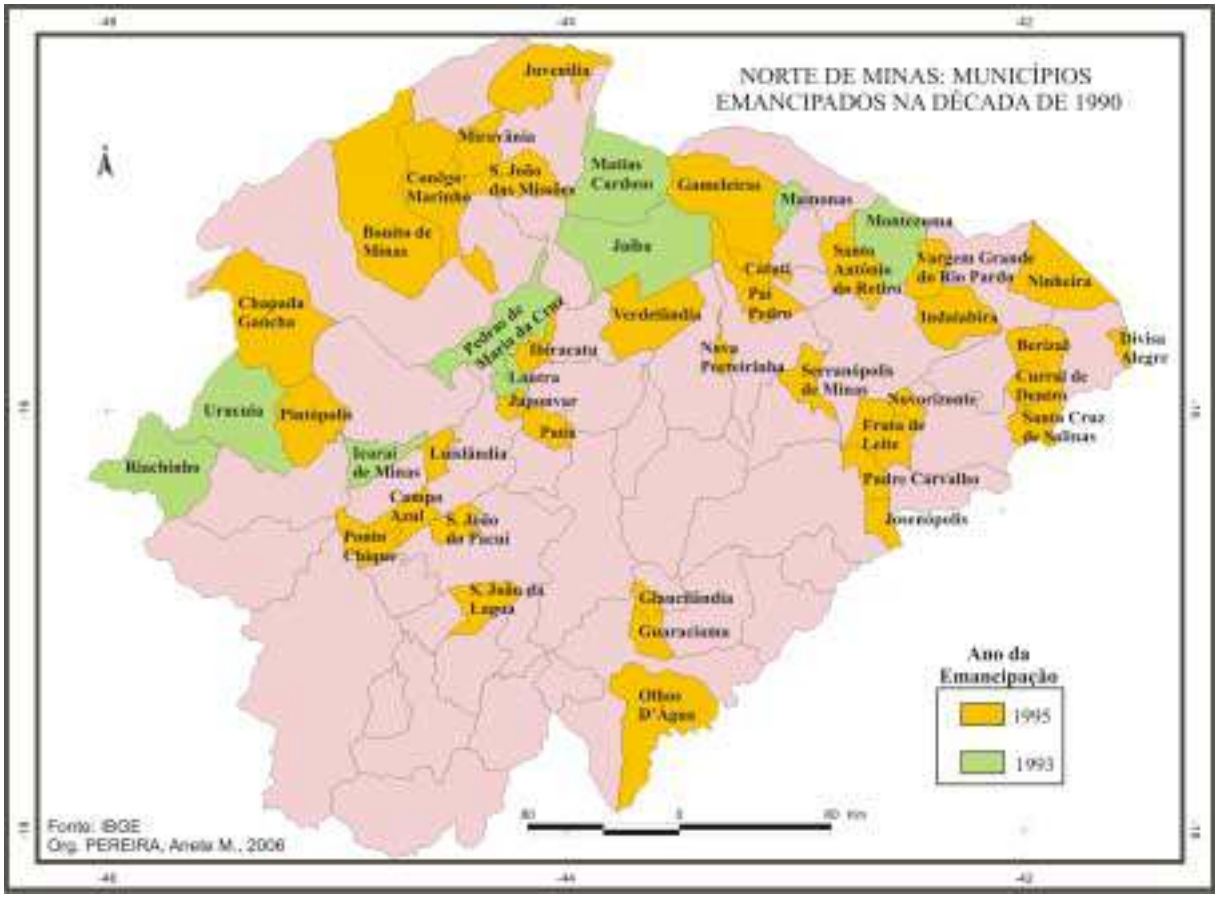


Mapa 34: Norte de Minas: divisão municipal (1992)

Nos anos de 1990, ocorreu a aprovação de um “pacote” de municípios, principalmente na porção norte do estado, área do nosso estudo. Em 1993, surgiram nove municípios através da Lei 10.704 de 28/04/1992 e, em 1997, foram emancipados 36 municípios, através da Lei 12.030 de 21/12/1995. Assim, a região passou a ter 89 municípios. Acreditamos que o fator responsável por este considerável aumento de municípios esteja ligado ao repasse do Fundo de Participação dos Municípios[14]. Entretanto, a extensão territorial regional não foi alterada, pois os novos municípios surgiram do desmembramento de municípios preexistentes. Quanto à situação socioeconômica, os novos municípios são, em sua maioria, precários, carecendo de serviços de infra-estrutura básica e com forte dependência financeira do governo do estado. Retomaremos essa questão da dependência do Fundo de Participação dos Municípios em capítulo posterior, de

[14] A distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) entre os municípios dá-se da seguinte forma:
I) 10 % para as capitais;
II) 86,4% para os municípios do interior com população abaixo de 156.216 habitantes;
III) 3,6% para os municípios do interior com população acima de 156.216 habitantes.

forma mais detalhada. No mapa 35 destacamos a localização dos municípios emancipados na década de 1990.



Mapa 35: Norte de Minas: municípios emancipados na década de 1990

Diante do exposto, é praticamente impossível abordarmos a região Norte de Minas sem analisarmos, ainda que de forma sucinta, o papel do Estado e das oligarquias regionais. É esse o assunto de que trataremos a seguir.

2.2 As transformações recentes e o papel do Estado

Até os anos de 1950, a região Norte de Minas era vista como uma região com problemas sociais e econômicos, mas havia, por outro lado, uma ideologia de ser carregada de potencialidades de desenvolver-se. Após a implantação da ferrovia, na década de 1920, a instalação da energia elétrica, várias escolas, rodovias sendo

construídas, havia uma “crença” na chegada do “progresso” à região. Nessa época, algumas cidades da região como Montes Claros, Pirapora, Januária e Bocaiúva possuíam uma boa infra-estrutura urbana no que se refere à prestação de serviços de saúde, educação, bancos e lazer, bem como uma significativa atividade comercial. Segundo Brazil (1935, p. 235),

> Montes Claros é o município “leader” do norte mineiro, porque, além de outros factores geographicos econômicos é, sobretudo, o último ponto de uma via-férrea. Montes Claros além de recebedor directo das produções dos municípios de Jequitinhonha, Fortaleza, Salinas, Rio Pardo, Tremendal, Espinosa, Grão Mogol, Brejo das Almas, Coração de Jesus, Brasília e, algo de Januária e São Francisco por efeito de intercâmbio com esses municípios, e também de alguns municípios baihanos é também o entreposto de suas producções exportadas directamente para outros mercados.[...] é para o nortemineiro que terão de emigrar capitais que queiram ter boas aplicações de rendas e segurança de operações, destacando-se nessa zona Montes Claros, que é, incontestavelmente, a metrópole daquella famosa região.

Concordamos com Evelina Oliveira (2000, p. 55) quando, ao referir-se à cidade de Montes Claros, afirma que

> [...] os traços modernos adquiridos pela cidade, entre 1940 e 1960, dizem respeito ao crescimento dos setores de comércio e serviços indicando a ampliação do espaço urbano e o incremento do aparato institucional. Eles trouxeram rotinas mais aprimoradas ao processo de crescimento das burocracias públicas e privadas.

Nessa época, em sintonia com o ideário desenvolvimentista que tomava conta do país, os grupos dirigentes do Norte de Minas articularam-se para atrair à região os recursos estaduais e federais, principalmente para o setor de energia e transportes, bem como a indústria. Essa última, por sua vez, implicaria a “inserção” definitiva da região no tão sonhado desenvolvimento[15]. Para tanto, houve a preocupação em identificar essa área com as imagens de progresso, urbanidade e "civilização". A cidade de Montes Claros era abordada nos jornais locais como a “Princesa do Norte”, o “Coração robusto do sertão”. Vale destacar que, entre os anos de 1930 e 1959, Montes Claros tornou-se um ponto de passagem de imigrantes nordestinos em direção a São Paulo. Esse fato incomodava as elites regionais que não queriam

[15] Entre as teorias de desenvolvimento mais conhecidas estão: Teorias da Localização (Weber), Teoria da Concentração Industrial (Isard), Teoria das Regiões Econômicas (Löch), Teoria do Lugar Central (Christaller), Pólos de Crescimento (Perroux), Aglomerações industriais (Hischmann), Desenvolvimento Regional em Países Desenvolvidos e Subdesenvolvidos (Myrdal), entre outras.

que a imagem da cidade fosse relacionada com o problema dos retirantes nordestinos, com a pobreza e suas conseqüências.

Entretanto, esse discurso mudou a partir de 1959, quando Juscelino Kubistcheck determinou a criação da SUDENE[16], sob a inspiração teórica e a direção administrativa de Celso Furtado. Tornou-se muito conveniente para a região ser identificada com o Nordeste. A partir da década de 1960, a região Norte de Minas Gerais define-se como "região das secas" e do "abandono", apesar do seu "grande potencial inexplorado". Segundo Evelina Oliveira (2000, p. 72), as oligarquias locais têm um papel preponderante nesse processo, considerando que “[...] o significado político do novo ordenamento corresponde a um aprofundamento das relações de dependência entre o município e os governos estadual e central, ao mesmo tempo em que são fortalecidas as lideranças locais”. Já Gonçalves (2000, p. 21) considera que

> [...] o Norte de Minas foi parte da Capitania da Bahia, pelo que tinha situado a leste do São Francisco, e parte da capitania de Pernambuco, pelo que tinha situado a oeste do *Velho Chico.* Há, portanto, raízes históricas para que o Norte de Minas esteja ligado à SUDENE e não exclusivamente por causa da semi-aridez.

No Brasil, existe uma vasta produção bibliográfica sobre a SUDENE[17], cuja implantação estava calcada nos princípios da visão desenvolvimentista da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Nas décadas de 1960 e 1970, esse ideário foi preponderante no que diz respeito ao Nordeste brasileiro. No entender de Oliveira (1977), crítico contundente das teses de Celso Furtado, a SUDENE estendeu o capitalismo hegemônico do Centro-sul para o Nordeste, eliminando as economias regionais e provocando a homogeneização do espaço.

---

[16] A SUDENE foi criada pela Lei n. 3692 de 15/12/1959. Antes da criação da SUDENE, a região já recebia atenção especial do governo federal por causa das secas. Em 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1911, transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945. Também a criação, em 1940, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952 se inserem nesse contexto de buscar soluções para os problemas da região Nordeste.

[17] SUDENE. **Brasil Nordeste**: 10 anos com a SUDENE. São Paulo: Telepress, 1969.
SUDENE. **Modernização regional em curso**: 30 anos de SUDENE. Recife: SUDENE, 1990.
SUDENE. **Nordeste, cidadania e desenvolvimento**: esboço de uma política regional. Sudene 35 anos. Recife: SUDENE, 1994.
SUDENE. **SUDENE vinte anos**.1959-79. Recife: SUDENE, 1979.
SUDENE. Uma Política de desenvolvimento para o Nordeste. Recife: SUDENE, 1985.

Consideramos importante ressaltar que, durante o governo militar, as concepções de Furtado e da CEPAL, bem como sua perspectiva democrática e reformista praticamente desapareceram na SUDENE em épocas do governo militar. Nesse período, a Superintendência perdeu sua autonomia e teve suas atribuições reduzidas, limitando-se praticamente à concessão das isenções fiscais.

O Norte de Minas só recebeu efetivamente os recursos da Superintendência a partir de 1965. Os incentivos do Poder Público, estadual e federal, foram destinados à modernização do campo e à industrialização. No campo, os investimentos concentraram-se nas fazendas de criação de gado, nos grandes projetos de irrigação e nas atividades de reflorestamento. De acordo com Marcos F. M. de Oliveira (2000), a industrialização ficou concentrada, basicamente, em Montes Claros que, até 1979, havia recebido 54,8% do número de projetos incentivados. Os demais foram implantados em Pirapora, 25,8%; Várzea da Palma, 13%; Bocaiúva, 3,2%; e os restantes 3,2%, em outros municípios da região. A década de 1970 pode ser considerada como a fase de maior crescimento da indústria em Montes Claros, quando a cidade já dispunha de uma infra-estrutura mais adequada, com a energia de Três Marias, com a pavimentação asfáltica entre Montes Claros e Belo Horizonte e com a implantação do Distrito Industrial. Mas não resta dúvida de que o principal fator atrativo para a industrialização foram os incentivos fiscais[18].

Não podemos esquecer que a base econômica dessa região sempre esteve calcada nas atividades primárias. O estudo do IPEA (2001, p. 59) constatou que

> [...] a economia do norte de Minas é tradicionalmente marcada pela pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência. Nos últimos anos, em virtude de sua inserção na área da SUDENE, a economia regional vem reestruturando-se rumo à industrialização, graças aos incentivos fiscais, muito embora sem grande dinamismo.

Podemos afirmar que a inclusão do Norte de Minas na área de atuação da SUDENE contribuiu para alterar a espacialidade regional. Cardoso (1996, p. 238-239) resume as inovações em sete pontos importantes: a implantação de diversos empreendimentos em vários setores produtivos regionais; a intensificação do processo de expropriação ou expulsão do homem do campo; a intensificação das

[18] Sobre os indicadores industriais na cidade de Montes Claros, vide Marcos F.M. de Oliveira (2000).

atividades de reflorestamento e carvoejamento; a emergência de projetos agroindustriais e de fruticultura; a expansão das atividades de transformação, com o conseqüente aumento da representatividade econômica das áreas mais industrializadas; a relativa desconcentração das atividades terciárias; e o aumento do grau de urbanização das localidades consideradas pólos ou micro-pólos regionais. Em trabalho sobre essa temática, consideramos que

> [...] com essa política a região passou a apresentar uma economia mais heterogênea em suas estruturas produtivas. Houve mudanças positivas com a implantação de indústrias atraídas pelas facilidades creditícias e fiscais possibilitadas pela SUDENE, o desenvolvimento da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, a modernização da pecuária e o desenvolvimento de serviços modernos. (PEREIRA; SOARES, 2005, p. 11.617)

Entretanto, o problema das disparidades regionais não foi resolvido. A condição inferior do Norte de Minas, nos padrões de desenvolvimento, tornou-se cada vez mais evidente e o grau de concentração de renda permaneceu alto. A crise da década de 1980, que se estendeu pelos anos de 1990, a opção pelo projeto liberal e a conseqüente desestruturação do Estado, em termos de política regional, afetaram a dinâmica de desenvolvimento do Norte de Minas, altamente dependente dos incentivos fiscais.

Diante do exposto até aqui, percebemos que Montes Claros exerceu uma atração seletiva dos elementos mais dinâmicos e empreendedores e para ela foi drenada a maior parte dos capitais. Concomitantemente, nela passaram a localizar-se os órgãos gestores de investimentos, de apoio técnico ou órgãos da gestão governamental. Montes Claros, consolidando cada vez mais sua posição de pólo regional, tornou-se a sede dessas instituições, a maioria ligada ao Poder Público estadual.

Há uma concentração de órgãos na cidade de Montes Claros, seguida pelas cidades de Pirapora, Janaúba, Januária, Salinas e São Francisco (conforme anexo C). A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) é o órgão que está presente em quase todas as cidades (76), seguido pela Secretaria de Fazenda, que possui unidades em 70 cidades.

Podemos perceber, ainda, que não há escritórios da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) em 76 cidades; do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) em 71; e do Instituto Estadual de Florestas (IEF) em 65 cidades. A Polícia Civil possui unidades em 32 cidades, a Defensoria Pública em 19, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG) em apenas 13 cidades e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER) somente em Brasília de Minas, Janaúba, Januária, Pirapora, Montes Claros e Salinas.

A Polícia Militar está centralizada em Montes Claros com o Batalhão da Polícia Militar, a Companhia de Polícia Florestal, a Companhia de Polícia Rodoviária, o Comando Regional de Policiamento, o Grupamento da Polícia Militar Florestal e o Destacamento de Polícia Militar, através dos quais atua em toda a região. Também a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE) tem a sua Diretoria regional e Posto do Sistema Nacional de Emprego (SINE) em Montes Claros, mas somente o último em Salinas, Pirapora e Janaúba. O Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) possui coordenadorias regionais nas cidades de Montes Claros, Janaúba, Januária, Rio Pardo de Minas e Salinas. Já a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) tem unidades em Montes Claros e Várzea da Palma, enquanto o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER) possui sua gerência regional em Janaúba.

Em Montes Claros, encontram-se localizadas, ainda, a Diretoria Regional de Saúde, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, o Hemocentro Regional da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais (HEMOMINAS), a Delegacia Regional do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais (IPEM), o Escritório Regional da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), a Coordenadoria Regional da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), a Diretoria Regional de Saúde vinculada à Secretaria de Estado de Saúde (SES), o Posto de Serviços Integrados Urbano (PSIU), ligado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Política Urbana (SEDRU), dentre outros.

Essa concentração de órgãos em Montes Claros cria uma dependência de vários municípios que, para encaminharem solicitações ou participarem de reuniões ou outros eventos, necessitam de deslocamento até essa cidade. Sendo assim, as instituições do estado estão presentes na região de forma ainda bastante concentrada, apesar de já percebermos indícios de uma pequena descentralização.

Para compreender a situação atual dessa região, consideramos necessário propor algumas reflexões sobre a sua realidade socioeconômica, temática que passamos a enfocar no próximo item.

2.3 O contexto socioeconômico da região

Do ponto de vista econômico, ainda hoje, as atividades predominantes na maior parte dos municípios da região são aquelas ligadas ao setor primário, como a agricultura de subsistência, silvicultura e pecuária de corte. A fruticultura irrigada, notadamente nos municípios de Jaíba, Janaúba, e Pirapora e algumas fazendas de pecuária melhorada representam nichos de modernização. Em Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora, Várzea da Palma e Capitão Enéas são desenvolvidas atividades industriais ligadas aos ramos da metalurgia, produtos alimentares, têxtil e química. No setor terciário, verifica-se a relevância de Montes Claros como cidade pólo, contando com grande dinamismo de seu comércio, transportes, estabelecimentos hospitalares e de ensino superior, como veremos de forma mais detalhada no próximo capítulo.

É comum, não só nas ciências econômicas, uma avaliação do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, indicador que mostra a riqueza por eles gerada. Em 2004, segundo dados da Fundação João Pinheiro, o PIB[19] do Norte de Minas permanecia baixo, quando comparado a outras regiões do estado, como mostra a tabela 1.

[19] O PIB – Produto Interno Bruto – é o indicador que mede a produção de um país levando em conta três grupos principais: a agropecuária, formada por agricultura extrativa vegetal e pecuária; a indústria, que engloba áreas extrativa mineral, de transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil; e os serviços, que incluem comércio, transporte, comunicação, serviços da administração pública e outros.

Tabela 1: Número de municípios, Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) e população segundo regiões de planejamento - Minas Gerais - 2004

REGIÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	PIBpm		POPULAÇÃO	
		otal (R$1.000,00)	Part.(%)	Habitantes	Participação (%)
Central	158	75.492.328	45,32	6.800.849	35,81
Mata	142	12.552.820	7,54	2.125.104	11,19
Sul de Minas	155	20.171.360	21,11	2.540.225	13,37
Triângulo	35	19.393.898	11,64	1.381.671	7,27
Alto Paranaíba	31	6.103.735	3,66	628.918	3,31
Centro-Oeste de Minas	56	7.808.539	4,57	1.0353.614	5,55
Noroeste de Minas	19	2.808.539	1,69	349.503	1,84
Norte de Minas	89	6.545.716	3,93	1.561.291	8,22
Jequitinhonha/Mucuri	66	3.106.989	1,87	980.890	5,16
Rio Doce	102	12.800.936	7,68	1.571.655	8,27

Fonte: FJP, dez./2006

A análise da tabela 1 deixa explícita uma concentração expressiva do PIB estadual na região central do estado. Se compararmos o PIB das regiões, percebemos que o PIB do Norte de Minas era, em 2004, superior ao das regiões Alto Paranaíba, Noroeste e Jequitinhonha/Mucuri. Nesse setor, apenas as regiões Sul, Central e Rio Doce superaram o Norte de Minas. Esses dados mostram que, no que se refere à produção, a região norte-mineira não é a pior do estado. Entretanto, esses dados não podem ser analisados de forma isolada, devendo ser associados a outros como o PIB *per capita*, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre outros, para mostrar a real situação socioeconômica da região.

Apenas Montes Claros, entre os municípios norte-mineiros, faz parte do grupo dos 10 líderes na geração do PIB estadual, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2: Os dez maiores municípios ordenados segundo o Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) de Minas Gerais 2000–2002-2004

MUNICÍPIO	2000		2002		2004	
	PIB (R$1.000,00)	Ranking	PIB (R$1.000,00)	Ranking	PIB (R$1.000,00)	Ranking
Belo Horizonte	16.100.007	1º	19.711.662	1º	24.513.367	1º
Betim	9.590.846	2º	10.898.225	2º	14.838.747	2º
Contagem	5.306.875	3º	6.464.236	3º	8.004.725	3º
Uberlândia	5.266.468	4º	6.207.426	4º	7.904.609	4º
Ipatinga	2.519.759	6º	3.059.952	7º	5.065.903	5º
Juiz de Fora	3.141.464	5º	3.469.150	5º	4.235.535	6º
Uberaba	2.292.759	7º	3.078.018	6º	3.981.918	7º
Sete Lagoas	1.109.709	10º	1.499.319	10º	2.762.437	8º
Poços de Caldas	1.604.746	8°	1.802.760	8°	2.337.290	9°
Montes Claros	1.546.101	9º	1.656.054	9º	2.082.221	10º

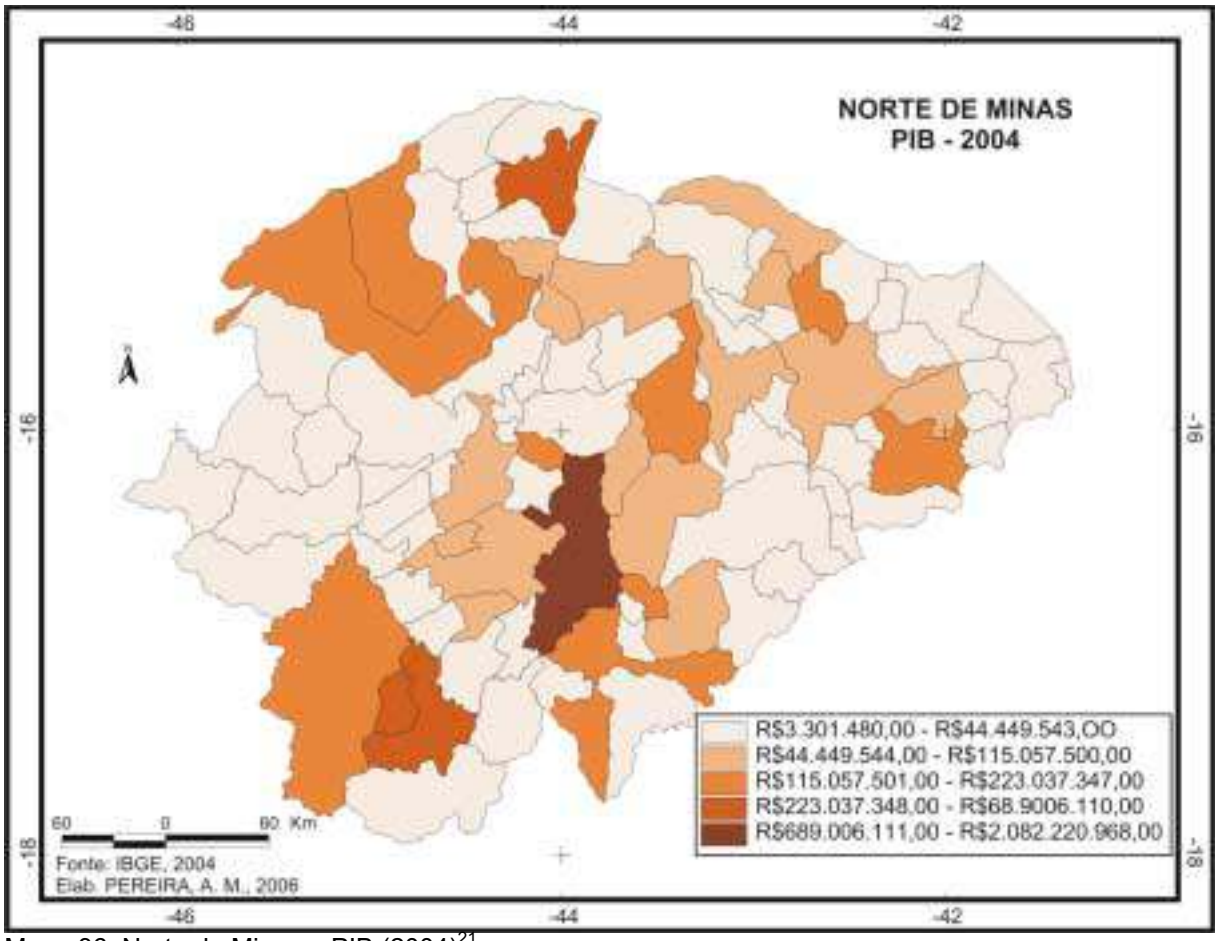
Fonte: FJP, dez./2006

De acordo com a tabela, Montes Claros está entre os dez maiores municípios que contribuem para a geração do PIB estadual, ocupando o 10º lugar. Sua posição já foi superior a Poços de Caldas e Sete Lagoas. Entretanto, quando comparado a outros municípios como os industriais da região metropolitana, verificamos que sua participação é, ainda, bastante reduzida. A Fundação João Pinheiro (2006), ao analisar o PIB das cidades relacionadas na tabela, acrescenta que

> Montes Claros possui variadas atividades, mas destaca-se na produção industrial de têxteis e biotecnologia. Na agropecuária, a produção de ovos de galinha e de efetivos de aves e bovinos é significativa. As culturas de frutas, batata-doce e de cana-de-açúcar são também relevantes. Seu setor de serviços evidencia-se devido à oferta de ensino superior.

Na escala intra-regional, utilizamos dados do IBGE (2004) para mostrar que ocorre uma variação espacial na composição do PIB. É relevante destacar que municípios que possuíam, no referido ano, o PIB mais elevado eram: Montes Claros (R$2.082.220.968,00), Pirapora (R$584.967.202,00), Várzea da Palma (R$411.481.681,00), Janaúba (R$223.037.347,00) e Bocaiúva (R$210.142.497,00)[20]. Já os municípios de Cônego Marinho, Glaucilândia, Josenópolis, Berizal e Miravânia apresentaram, no âmbito regional, os valores mais baixos do PIB em 2004, sendo, respectivamente, (R$3.300.480,00); (R$8.220.845,00); (R$9.489.068,00); (R$9.575.462,00); (R$9.991.221,00) e (R$9.783.320,00). Podemos inferir, a partir desses dados, que há uma participação desigual na composição do PIB regional, sendo Montes Claros o responsável pela maior parcela. Analisando o mapa 36, verificamos que a maioria dos municípios norte-mineiros possui uma participação pouco expressiva na composição do PIB regional.

[20]Além dos municípios citados apenas Januária, Salinas, São Francisco, Buritizeiro, Jaíba e Capitão Enéas possuíam, em 2004, um PIB superior a 100 milhões de reais.



Mapa 36: Norte de Minas – PIB (2004)[21]

A análise do PIB dos municípios, por setor, não apresenta muita diferença, quando comparado ao PIB geral, também mostrando um padrão de distribuição irregular. Os municípios com maiores valores de PIB agropecuários são Montes Claros (R$95.820.972,00), Buritizeiro (R$62.897.424,00), Janaúba (R$40.830.483,00), Jaíba (R$49.425.420,00) e Pirapora (R$26.963.999,00), com destaque para a produção de frutas, arroz, amendoim, cebola, feijão, mandioca e produtos da horticultura. Em Montes Claros, além da criação de gado, merece destaque a produção de horticultura, mesmo dentro da área urbana, como já destacamos em estudo anterior[22].

Consideramos relevante destacar o papel desempenhado pelo Estado, através de incentivos para a implantação da agricultura irrigada e melhoramento da pecuária. Essa interferência estatal é mais evidente no município de Jaíba, no qual foi

[21] A cotação média mensal do dólar correspondia, em 2004, a R$,.718.
[22] Vide artigo de PEREIRA, A. M.; LEITE, M. E. O rural no contexto de vida urbano: o caso de Montes Claros, publicado nos anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004.

implantado, na década de 1970, o Projeto Jaíba, que abrange uma superfície agrícola útil de 67.000 ha. São cultivadas nesse projeto diversas variedades de frutas, leguminosas e oleaginosas. Também em Janaúba e Pirapora, o Estado fez-se presente no setor agropecuário. Em Janaúba, merecem destaque o Projeto Gorutuba, localizado à margem direita do rio Gorutuba, compreendendo uma área de 5.286 ha, e o Projeto Lagoa Grande, localizado à margem esquerda do mesmo rio, abrangendo uma área de 1.660 ha. Um dos principais cultivos nessas áreas é o da banana. Já o Projeto Pirapora foi operacionalizado em 1979 e tornou-se referência na produção de uva em Minas Gerais, sendo que 30% da área destinam-se a esse cultivo.

Os demais municípios da região possuíam, em 2004, um PIB agropecuário inferior a R$3.000.000,00, sendo que Divisa Alegre (R$981.794,00), Padre Carvalho (R$1.195.737,00), Berizal (R$1.380.864,00), Josenópolis (R$1.529.442,00) e Novorizonte (R$1.753.395,00) apresentaram os menores valores, inferiores a dois milhões de reais. Mesmo assim, a agropecuária tem sido uma das atividades econômicas mais importantes na região, especialmente a criação de gado.

Quanto ao PIB industrial, percebemos amplas diferenças inter-regionais, pois há uma concentração em determinados municípios. Notamos que em 74 municípios este setor ocupa o terceiro lugar na composição do PIB, sendo que apenas em Pirapora, Várzea da Palma e Capitão Enéas a indústria ocupa o primeiro lugar. Dentre os municípios com maior representatividade nesse setor, destacam-se: Montes Claros, que lidera com um PIB industrial de R$836.945.368,00; Pirapora com R$367.753.655,00; Várzea da Palma com R$283.226.209,00; Bocaiúva com R$90.964.565,00; e Capitão Enéas com R$60.392.156,00. Na região em estudo, ocorre o predomínio de indústrias têxteis, ferroligas, alimentares e bebidas, farmacêutica e materiais eletrônicos.

A indústria montes-clarense, como já abordamos anteriormente, é resultado da política de desenvolvimento adotada pelo país na década de 1960. De acordo com Carvalho (1983, p. 62), “[...] tornava-se necessário implantar indústrias no norte do estado para gerar empregos; elevar a renda ‘*per capita’* regional e estancar o fluxo

migratório desta região em direção ao centro-sul do estado". Acrescenta, ainda, que Montes Claros, pelo papel regional que possuía, foi escolhida como palco para a primeira experiência mineira de criação de um Distrito Industrial[23] planejado. Montes Claros possuía, na década de 1960, cerca de 82 indústrias, em 1970 contava com 102 estabelecimentos industriais e, em 1980, com 179[24].

A década de 1990 foi marcada por uma redução dos empreendimentos industriais na cidade e na região. Algumas empresas abandonaram a cidade em busca de outras áreas com melhores vantagens competitivas, já que a SUDENE estava em franca decadência. Hoje, Montes Claros possui grupos importantes como: Lafarge (cimento), Coteminas (tecidos), Novo Nordisk (medicamentos), Nestlé (produtos lácteos), Vallée (produtos veterinários) e Somai Nordeste (alimentos). Existem ainda pequenas e médias empresas. Entretanto, apesar dos incentivos estaduais e municipais, a cidade não tem atraído investimentos industriais mais expressivos[25].

Com exceção dos municípios de Janaúba, Januária e Salinas, todos os demais integrantes do Norte de Minas possuíam uma participação pouco significativa no setor industrial, com um PIB industrial inferior a R$20.000.000,00. Tal diferenciação inter-regional da indústria também pode ser justificada pela interferência estatal, uma vez que a indústria implantada via incentivos da SUDENE instalou-se naqueles municípios que já possuíam certa infra-estrutura. A política de incentivos para o desenvolvimento industrial na região também resultou na centralização dos investimentos, o que se reflete espacialmente, conforme mostramos no mapa 36.

Ao fazerem referência ao PIB industrial mineiro, Abreu et al. (2002, p. 258) comentam que

---

[23] O Distrito Industrial "Ubaldino Assis" está estrategicamente localizado a cinco km do centro da cidade, entre a rodovia BR 135 e o anel Rodoviário BR 135/BR 122. É servido por rede de água, energia elétrica, telefonia, pavimentação asfáltica e serviço regular de transporte urbano.

[24] IBGE - Censo industrial de Minas Gerais (1960, 1970 e 1980).

[25] A Lei Municipal 2.300, de 26/12/95, garante às empresas que se instalarem no Município concessão de incentivos fiscais e subsídio na aquisição ou doação de terrenos para implantação de indústrias. Todos os benefícios e incentivos são definidos através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial. Outros benefícios são oferecidos através da Lei nº2566/97 (Código Tributário Municipal). No período de 1997/2001, diversas indústrias foram beneficiadas, num total de 18 (dezoito). Dentre essas, destacam-se a Hartmann Mapol, Expansão, Coteminas e Plásticos VZP.

> [...] tanto Montes Claros quanto o Vale do Aço se caracterizam por um aspecto de "enclave", cercados por municípios de baixo produto industrial. Aparentemente, o processo de industrialização do Estado, a partir da década de 1960/1970, não gerou efeito multiplicador nessas duas regiões. Isso é particularmente visível em Montes Claros, situada em região pouco desenvolvida do Estado, e cuja industrialização é fruto de uma política governamental específica (Sudene), da qual Montes Claros se beneficiou marcantemente mais que os outros municípios.

No que diz respeito à distribuição espacial do PIB de serviços, esse segue um padrão interessante, que merece uma análise mais específica. Cabe lembrar que uma das características do setor de comércio e serviços é a ausência de uma tipologia adequada para a definição do setor, que tem características próprias e diferenciadas do ponto de vista analítico, englobando diversas atividades que muitas vezes não são comparáveis entre si.

São várias as classificações para as atividades de comércio e de serviço que formam o setor terciário. Lipietz (1987), ao discutir a complexidade da definição do setor terciário, destaca que este compreende tanto a esfera da produção de bens imateriais, onde estão incluídos os serviços específicos, quanto a distribuição, circulação e venda de bens materiais dos outros setores. Já Kurz (2005) ressalta que a heterogeneidade do setor terciário é tão grande que "[...] sob a rubrica 'serviços' podem ser reunidas atividades extremamente distintas, bem distantes umas das outras. [...] A empregada doméstica e o arrumador de automóveis pertencem à mesma categoria que o médico e o artista".

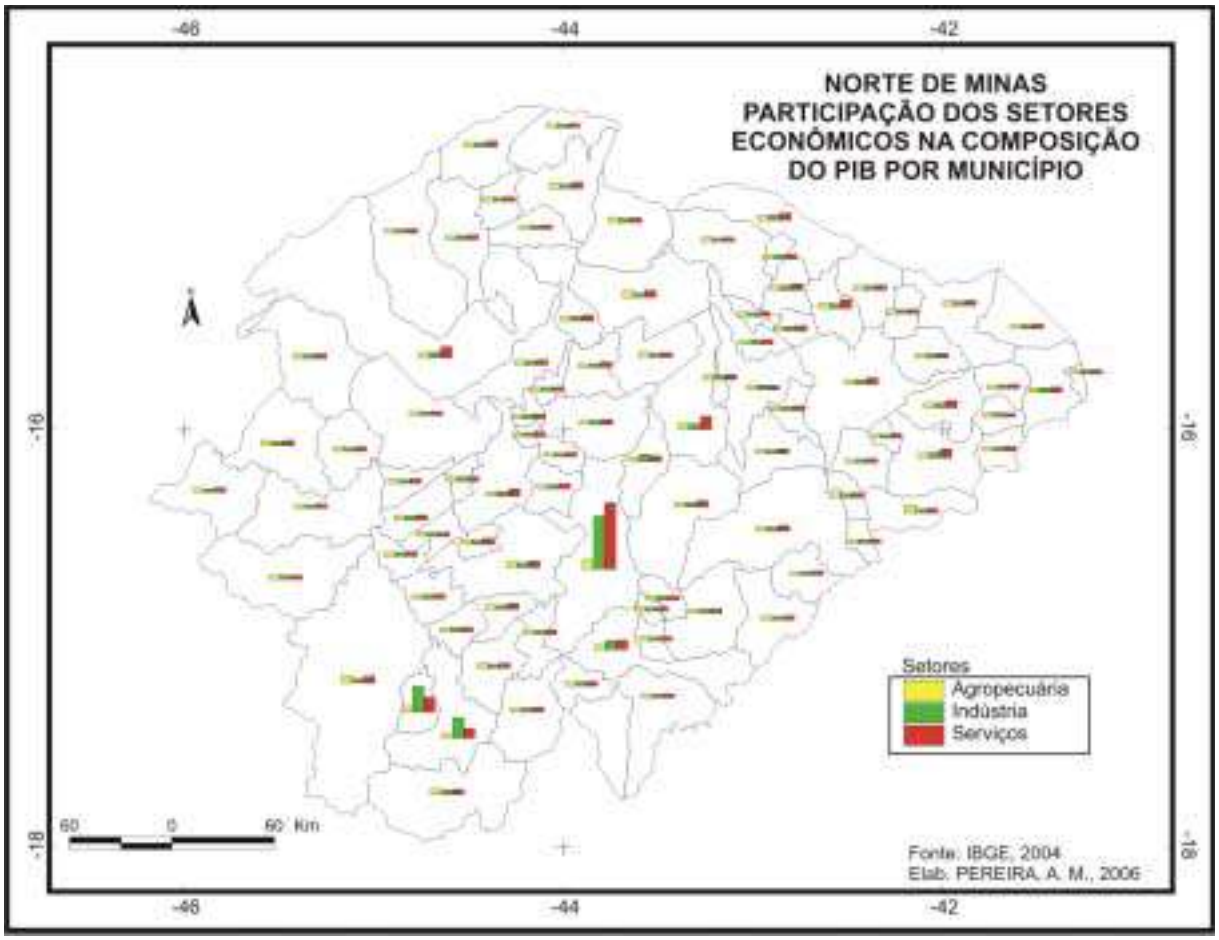
O IBGE utiliza uma classificação mais abrangente das atividades do setor terciário que engloba: comércio de mercadorias, transportes, comunicações, serviços pessoais e auxiliares, atividades financeiras e governamentais[26]. O comércio é, tradicionalmente, dividido em dois grandes segmentos, alimentos e não alimentos; ou, ainda, entre bens de consumo duráveis, semiduráveis e não duráveis. As duas definições compreendem diversas categorias de lojas, sendo que a última inclui a venda de veículos, de autopeças e de material de construção.

[26] Cabe ressaltar que a distinção entre serviços públicos e privados reforça a complexidade do terciário, assim como as novas modalidades de comércio e de serviços virtuais propiciadas pela internet e pelos avanços dos meios de comunicação.

É notório que o setor terciário vem sendo impulsionado pela revolução técnico-científica e pelo processo de urbanização. Seu crescimento em muitos lugares se dá de forma complementar à industrialização, como é o caso dos municípios de Montes Claros, Pirapora, Janaúba, Januária, Bocaiúva, Várzea da Palma, que se destacam quando analisamos o PIB de serviços na região. A superioridade de Montes Claros é visível, com uma participação de R$1.056.448.125,00, valor mais elevado do que o apresentado pelos setores industrial e agropecuário, o que pode ser uma característica de uma cidade média, fornecedora de serviços a sua área de influência. Salinas e São Francisco, apesar de terem poucas indústrias, têm expressiva participação no PIB de serviços.

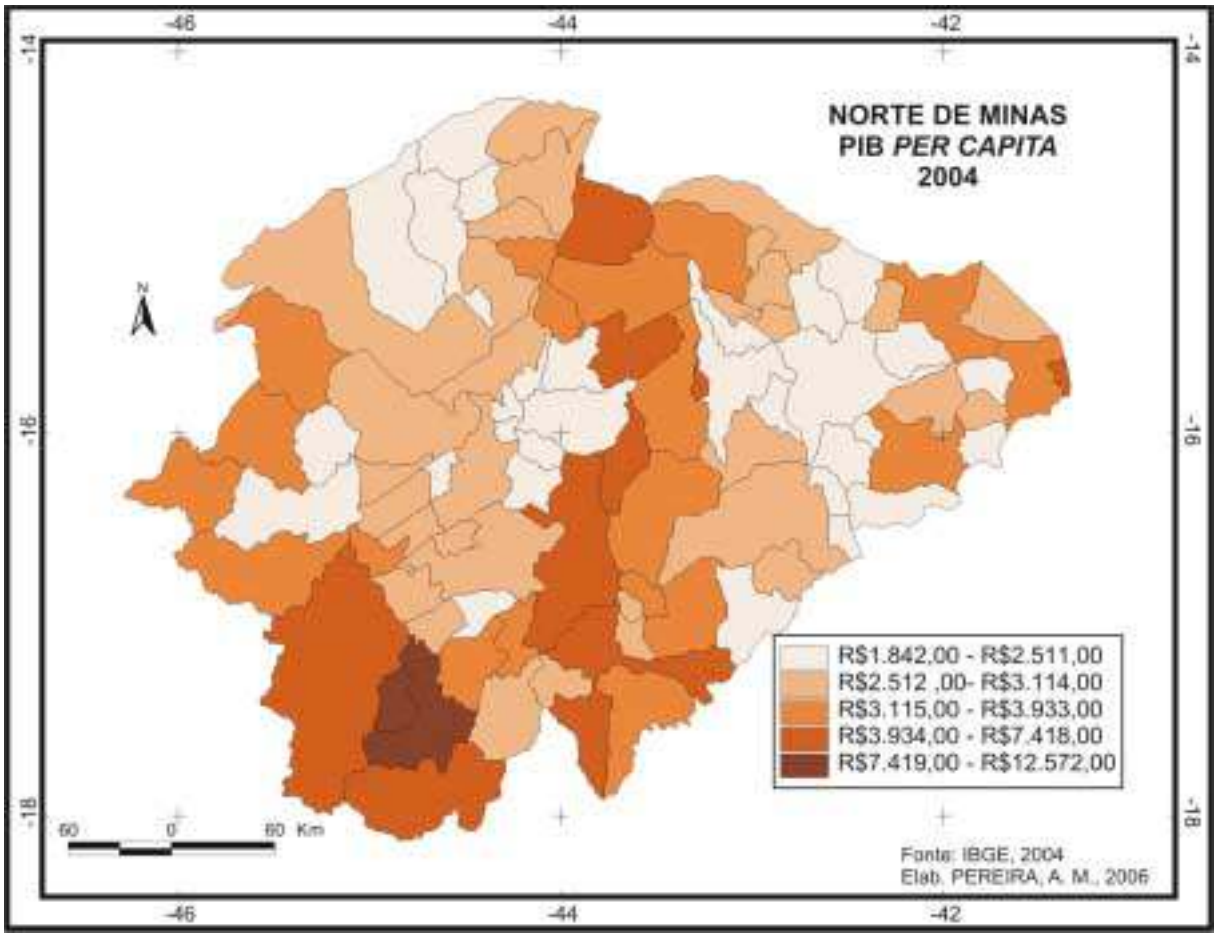
As cidades de Pirapora, Janaúba, Januária, Bocaiúva, Salinas e São Francisco são referências nas microrregiões das quais fazem parte, nas quais estão localizadas algumas unidades de órgãos governamentais, escritórios locais de determinados serviços, o que justifica o fato de possuírem um PIB nesse setor que varia entre R$183.684.182,00 e R$89.787.716,00. A maioria dos municípios da região possuía, no ano analisado, um PIB de serviços com valores inferiores a R$20.000.000,00. De acordo com os dados do IBGE, em 2004, apenas os municípios de Verdelândia, Matias Cardoso, Várzea da Palma, Santa Fé de Minas, Nova Porteirinha, Buritizeiro, Capitão Enéas e Botumirim não tinham no setor de serviços o principal componente do seu PIB.

Pelo exposto até o momento, verificamos que a economia regional não é homogênea internamente, possuindo contrastes importantes entre setores econômicos e entre os municípios. A participação de cada setor na composição do PIB regional é mostrada no mapa 37.



Mapa 37: Norte de Minas: participação dos setores econômicos na composição do PIB por município

No que diz respeito ao PIB *per capita* do ano de 2004, constatamos que, apesar de, no conjunto, ele ter se apresentado muito baixo, os municípios de Várzea da Palma (R$12.572,77), Pirapora (R$11.179,28), Capitão Enéas (R$7.418,14) e Montes Claros (R$76.194,65) possuíam os maiores valores. Entre os demais municípios, cerca de 50 apresentaram um PIB *per capita* inferior a R$3.000,00. O mapa 38 mostra a distribuição do PIB *per capita* na região norte-mineira, sendo possível verificar o predomínio de baixa renda.



Mapa 38: Norte de Minas: PIB per capita (2004)

Entretanto, esse indicador não pode ser avaliado de forma isolada, pois sabemos que a riqueza produzida não é distribuída de forma igualitária entre a população. A desigualdade social permanece elevada e a renda continua concentrada nas mãos de uma minoria. Marcos F.M. de Oliveira (2000, p. 97), em seus estudos sobre a área mineira da SUDENE, salienta que

> [...] quando se analisa a RMNe[27], a constatação é outra. Neste caso, apesar de também evoluir positivamente em relação a alguns indicadores sociais selecionados, a situação é semelhante, ou pior que o Nordeste do Brasil, região onde, reconhecidamente, se encontram as taxas mais desfavoráveis do país. Apesar da evolução a RMNe continua subdesenvolvida.

Estudos mais recentes têm mostrado esse problema da desigualdade social, conforme destacado por Maciel (2005, p. 15), quando afirma que

[27] RMNe significa Região Mineira do Nordeste, expressão muito utilizada para identificar o Norte de Minas, na década de 1980.

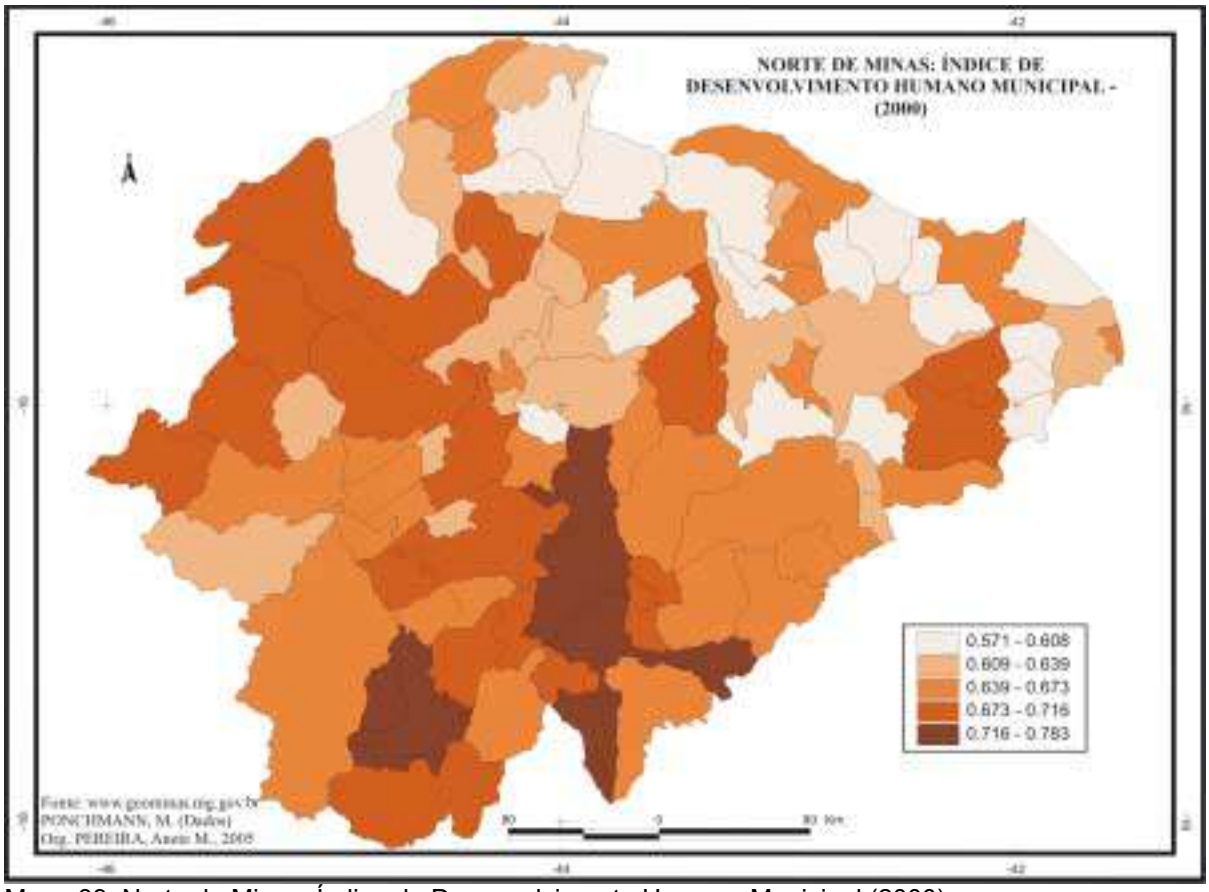
> [...] outro item importante que foi pesquisado no último censo é o percentual da renda apropriada, que apontou que os 80% mais pobres da população brasileira detinham 31,94. Entre os municípios norte-mineiros, 34,40% detinham valores entre 37,50 e 45,00, o que demonstra uma significativa desigualdade em termos de distribuição de renda na região.

Realizamos o cálculo aproximado da concentração de renda na região e verificamos que cerca dos 20% mais ricos concentram uma média aproximada de 64% da renda regional, enquanto os 20% mais pobres ficam com, aproximadamente, 1,34%. Essa realidade se assemelha com a apresentada pelo Brasil, no qual os 20% mais ricos se apropriam de 62,1% da renda e os 20% mais pobres de 2,6% (PNUD, 2006). Em Minas Gerais, de acordo com cálculos apresentados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG (2003, p. 50), os 10% mais ricos detêm metade da renda total, enquanto os 40% mais pobres ficam com apenas 8%. Tais dados demonstram que a pobreza é real, mas a característica que mais marca o Norte de Minas ainda é a grande concentração de renda.

Quanto ao "desenvolvimento", as desigualdades são perceptíveis quando examinamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - índice baseado em indicadores de educação, longevidade e renda –, os índices de desigualdade social, de pobreza e de exclusão.

Esses indicadores demonstram, ainda que parcialmente, a precariedade das condições sociais da população regional. Conforme o mapa 39, o Norte de Minas apresenta um valor de 0,54, inferior ao IDHM do Nordeste brasileiro (0,548), região mais pobre do Brasil.

Apenas os municípios de Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora e Várzea da Palma apresentam um IDHM superior a 0,700. A maioria dos municípios apresenta uma média regional em torno de 0,690, índice caracterizado como médio baixo. A região possui alguns destaques negativos: os municípios de Indaiabira e Pai Pedro ocupam a 3ª e 4ª piores posições no *ranking* do IDHM do Estado (0,571 e 0,575, respectivamente).



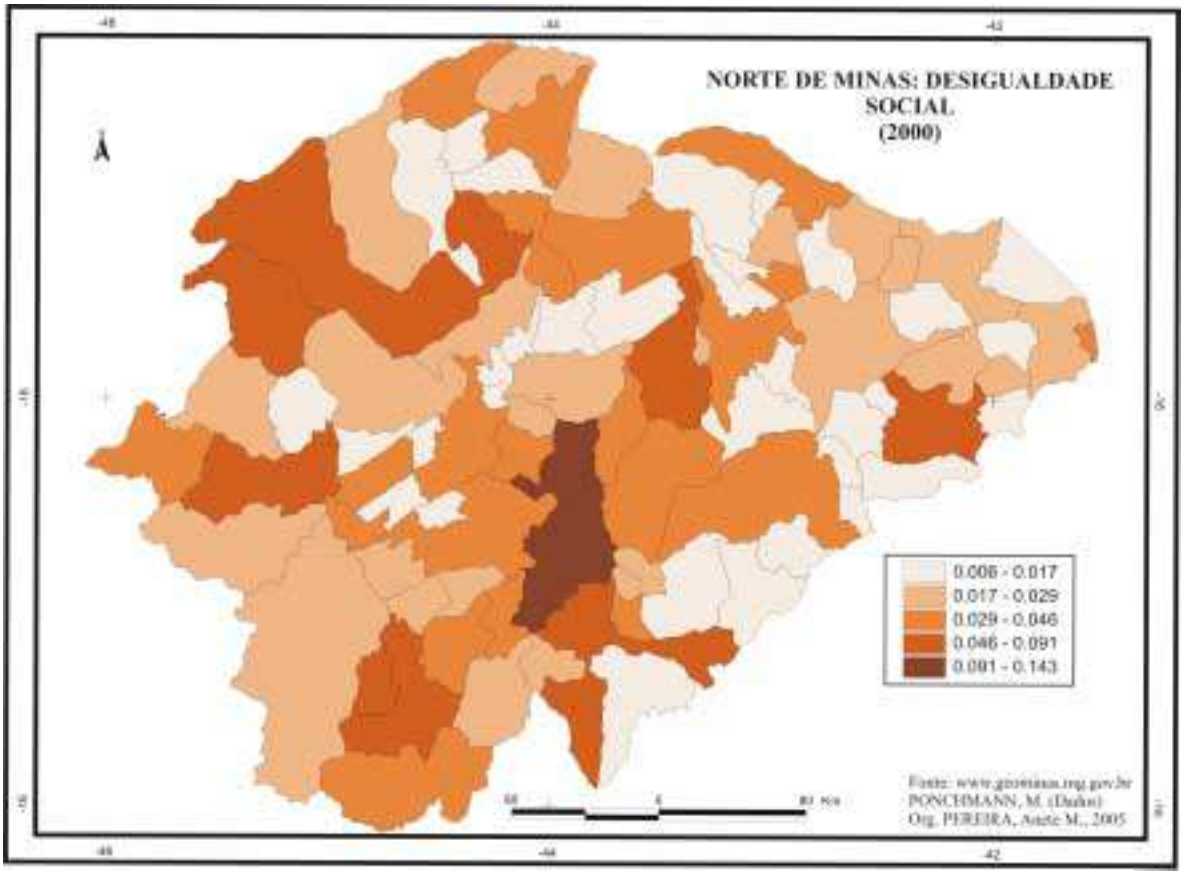
Mapa 39: Norte de Minas: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000)

Não podemos falar da desigualdade social da região norte-mineira sem contextualizá-la no Brasil, país que se reveza com poucos outros na posição de pior distribuição de renda do mundo. A desigualdade social no Brasil tem origem no período colonial e, de acordo com Bacelar (1999), a história econômica das regiões brasileiras confunde-se com a história da industrialização do país e da constituição e consolidação do mercado interno brasileiro. Nesses processos, tomou-se forma uma divisão inter-regional de trabalho e, em conseqüência, foram se definindo estruturas produtivas e papéis diferenciados para cada região, no interior da economia nacional, com repercussões sobre o desenvolvimento econômico e as condições de vida nas distintas regiões.

Nesse sentido, a desigualdade possui especificidades contemporâneas, produto de um processo de modernização e industrialização excludente e de base pobre. É, portanto, uma manifestação da violência estrutural, servindo como um pano de fundo, sobre o qual se expressam outras formas de violência: intra-familiar, comunitária, escolar e institucional. Independentemente da maneira como se

conceitue, defina ou meça a desigualdade, ela aparece como fenômeno que sinaliza um padrão de distribuição de recursos extremamente injusto.

Quanto à desigualdade social no Norte de Minas, conforme demonstrado no mapa 40, ela é mais expressiva nos municípios de economia de base agrária, com grande parte da população vivendo no campo. Mesmo os municípios detentores de uma economia mais diversificada, como é o caso de Pirapora, Bocaiúva, Janaúba, Januária, Várzea da Palma e Salinas, a sociedade é marcada por intensa desigualdade[28]. Mesmo em Montes Claros, o município mais importante da região, esse indicador é baixo.



Mapa 40: Norte de Minas: desigualdade social (2000)

[28] Na medida desse indicador, quanto mais próximo de 1, menor é a desigualdade social.

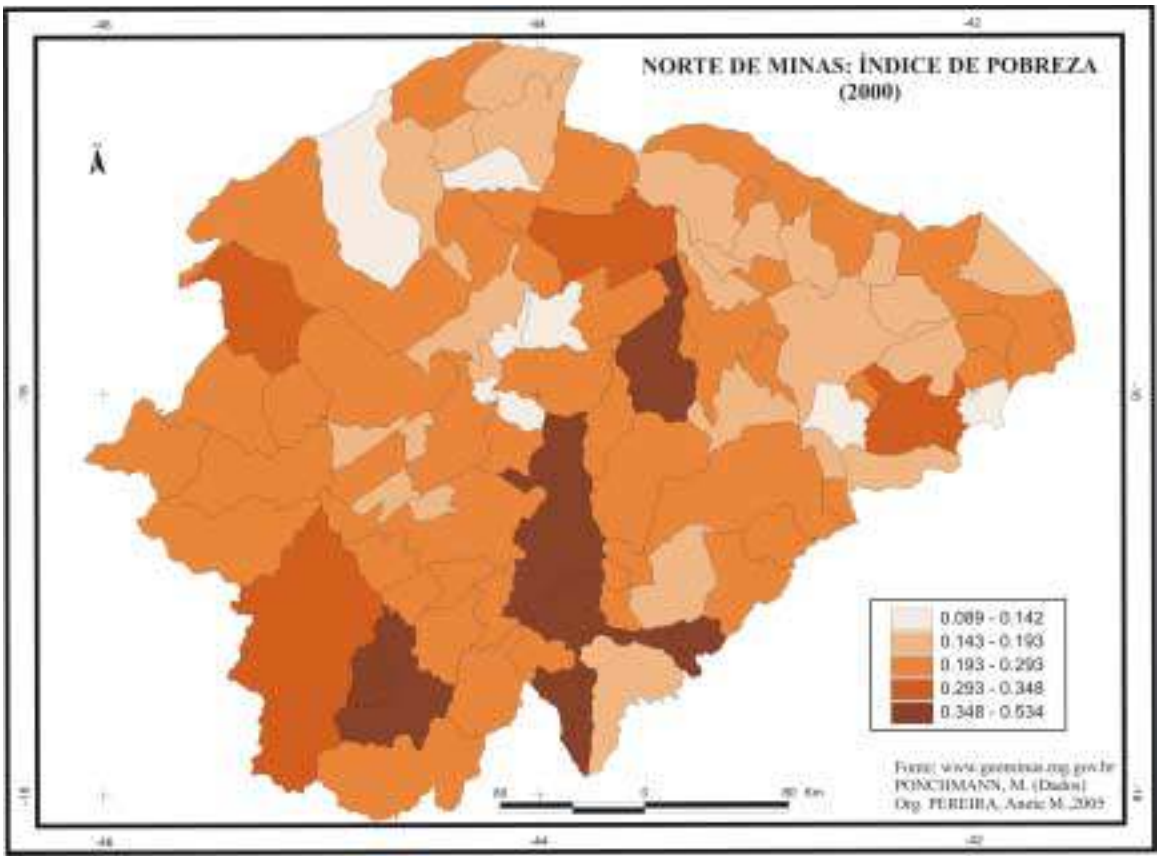
Entre os diversos estudos sobre a pobreza, como os de Santos (1979d), Andrade, Serra e Santos (2001b), Koga (2003), Schwartzman (2004) e Pochmann (2003; 2004), há um ponto comum: a difícil conceituação do que é pobreza. Teoricamente, a pobreza pode ser vista sob diferentes abordagens e, estatisticamente, pode ser definida com base em diferentes indicadores. Alguns estudos consideram a pobreza numa abordagem mais restrita, na qual predominam os aspectos econômicos, enquanto outros consideram não somente sua dimensão econômica, mas também seus aspectos políticos. Segundo Andrade, Serra e Santos (2001b, p. 253), a idéia de que a "[...] pobreza está relacionada com a falta de acesso a algum padrão de vida considerado essencial ou mínimo para uma vida adequada em sociedade" é o ponto comum entre essas diferentes concepções. No entender de Koga (2003, p.64),

> [...] as perspectivas de pobreza mantém-se fiéis ao cálculo do nível de renda como indicador preponderante, desde os anos 1960. Embora em 1970 o conceito tenha se ampliado para atingir uma série maior de necessidades básicas, em 1980 tenha agregado a questão do gênero, é nos anos 1990, sob influência de Amartya Sem, que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) destaca a idéia do desenvolvimento humano, agregando outros valores para além da renda, como oportunidades, liberdade, autoestima, dignidade e respeito aos outros.

A pobreza é um problema comum a todos os municípios da região Norte de Minas, com pequena variação de índices, como pode ser verificado no mapa 41. Com exceção de Montes Claros, Bocaiúva, Janaúba, Pirapora e Várzea da Palma, todos os municípios da região possuíam, em 2000, um índice de pobreza inferior a 0,348[29].

No caso de Montes Claros, onde a maioria da população reside na zona urbana, essa pobreza caracteriza-se como urbana, o que conduz a uma configuração de um espaço urbano complexo, dinâmico e contraditório. Consideramos importante lembrar que as condições de pobreza e desigualdade social se constituem em obstáculos para o desenvolvimento.

[29] Também esse indicador varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, menor é o índice de pobreza.

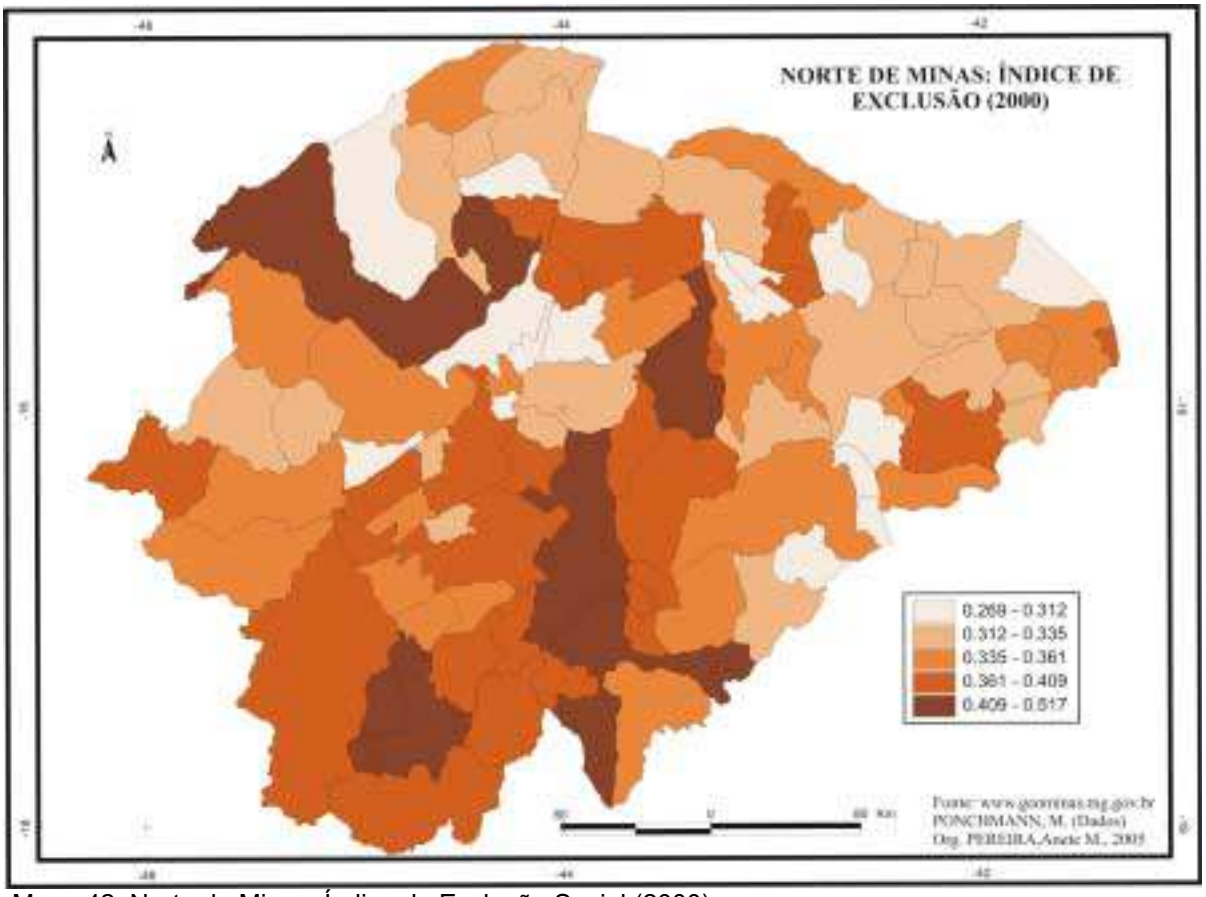


Mapa 41: Norte de Minas: índice de pobreza (2000)

Surgida na década de 1960, a expressão exclusão social passou, a partir da década de 1980, a ser utilizada nos discursos oficiais para designar as novas feições da pobreza. Esse termo não possui uma definição precisa, sendo normalmente empregado, segundo Carvalho (2003), "[...] para designar a forma de apropriação dos frutos da riqueza de uma sociedade e do desenvolvimento econômico ou o processo de distanciamento do âmbito dos direitos, em especial dos direitos humanos".

O índice de exclusão social varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 0, piores são as condições de vida da população, ou seja, maior é a exclusão existente no município. De acordo com Pochmann (2003), para o cálculo desse indicador foram considerados aspectos como o padrão de vida digno (avaliado segundo os indicadores de pobreza, emprego formal e desigualdade), conhecimento (avaliado segundo os indicadores de anos de estudo e alfabetização) e risco juvenil (avaliado segundo os indicadores de concentração de jovens e violência). A partir dos dados por esses autores organizados, produzimos o mapa da exclusão social no Norte de

Minas. A análise do mapa 42 mostra-nos que em todos os municípios a exclusão é bastante expressiva, notadamente naqueles que possuem uma economia baseada em atividades agropecuárias tradicionais. A situação de pobreza é demonstrada pelas figuras 4 e 5.



Mapa 42: Norte de Minas: Índice de Exclusão Social (2000)



Figura 4: Área urbana de Fruta de Leite
Autor: PEREIRA, A. M, 2006



Figura 5: Área rural no município de Mamonas
Autor: PEREIRA, A. M, 2006

Não pretendemos, com a análise de poucos indicadores, definir, de forma precisa, o que é a região norte-mineira. Tentamos apenas mostrar suas principais características, os problemas que enfrenta e que constituem entraves ao desenvolvimento regional. Sintetizando, o Norte de Minas é uma região com graves problemas de natureza socioeconômica, que, mesmo sendo foco de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento, não conseguiu superar sua condição de periferia no contexto estadual.

Inserida numa região historicamente caracterizada pelo baixo desempenho econômico e com graves problemas sociais, Montes Claros desempenha a função de centralizar os serviços de saúde, educação, suporte administrativo e serviços financeiros. A localização da cidade, entre entroncamento de importantes eixos rodoviários, facilita a realização de contínuos fluxos entre os municípios vizinhos: comércio varejista, inter-relação político-administrativa, serviços de saúde e ensino de nível superior. Cabe avaliar a intensidade, a abrangência e as conseqüências dessa influência no âmbito regional.



3. A CIDADE E A REGIÃO: Montes Claros e o Norte de Minas

"Depois que Montes Claros virou um curral de fábricas, tudo ficou mais claro, principalmente o passado e o futuro. A região volta a ser um arraial de formigas[30] obreiras, com luz elétrica e casinhas como as abelhas".

(João Balaio – 1978)

[30] O Arraial das Formigas foi elevado à categoria de Vila pela Lei de 13 de outubro de 1831, recebendo o nome de "Vila de Montes Claros de Formigas", que depois deu origem à cidade de Montes Claros.

Quando consideramos a concepção de espaço como um sistema composto de objetos e fluxos indissociáveis que se interconectam de forma contínua, conforme discutido por Santos (1996), constatamos que estudar o espaço urbano-regional norte-mineiro implica uma análise do sistema de cidades existentes, dos fixos e dos fluxos que compõem este sistema. A desigualdade socioespacial é revelada através dos centros urbanos face à produção, circulação, fluxos contínuos de pessoas, bens, serviços, investimentos, decisões, entre outras ações que se realizam dentro de uma rede internamente diferenciada.

Para compreendermos o contexto regional e as relações externas de Montes Claros, precisamos pensar a especialização funcional do centro principal, no que se refere aos serviços e comércio de maior alcance financeiro e geográfico, que têm como clientela os próprios moradores e habitantes das cidades vizinhas, bem como a situação dos centros menores, que possuem serviços de menor densidade e alcance. Os limiares que podem possibilitar essa análise encontram respaldo no cruzamento de dados demográficos, sociais e econômicos. Nessa perspectiva, buscaremos descrever e analisar alguns indicadores que possam nos conduzir à compreensão da organização urbano-regional do Norte de Minas, iniciando pelo processo de urbanização, a dinâmica dos serviços e comércio da cidade de Montes Claros e as relações externas.

3.1 O processo de urbanização regional

São vários os estudos que tratam da urbanização, haja vista o fato de a sociedade moderna ser eminentemente urbana. No entanto, quando se fala em urbanização, as pesquisas costumam abordar mais as grandes cidades. Corroborando com essa idéia, Sanfelieu e Torné (2004) consideram que

> [...] a menudo, cuando se habla de procesos de urbanización, sobre todo de los resultados de estos procesos, o cuando se hace referencia al término *ciudad*, se detecta la tendencia a referirse de forma casi exclusiva a las grandes aglomeraciones urbanas. De hecho, las grandes ciudades son las

> más estudiadas, las más conocidas, las más admiradas/repudiadas, las más filmadas y reproducidas en el cine, las artes y los medios audiovisuales. [...] De acuerdo con los datos de Naciones Unidas, en el año 2000, solo había 20 ciudades con más de 10 millones de habitantes y 31 centros más con una población de entre 5 y 10 millones (UNITED NATIONS, 2002). Se trata pues de un reducido número de ciudades en las que, además, se aloja un porcentaje muy pequeño de la población urbana del planeta: las ciudades de más de 10 millones concentran el 7'9% y las de entre 5 y 10 millones, un 5'9% más. Por lo tanto, las grandes aglomeraciones urbanas conforman un club marcadamente limitado y con escaso peso en el conjunto urbano global. La mayoría de la población urbana habita en ciudades pequeñas y medias que son, así mismo, notablemente más numerosas: conforme a la fuente ya citada, el 62'5% de la población urbana reside en ciudades con menos de un millón de habitante.

Também Spósito (1999, p.84) chama a atenção para o fato de que

> [...] uma urbanização que se reconstrói, também, como espacialidade que se redesenha a partir da fragmentação do tecido urbano e da intensificação da circulação de pessoas, mercadorias, informações, idéias e símbolos. A urbanização da sociedade não compreende, portanto, apenas a dinâmica demográfica de concentração de homens, ou a dinâmica econômica de concentração das riquezas, nem as formas concretas que expressam ou determinam essas dinâmicas, mas seu conteúdo social e cultural.

No caso brasileiro, esse não é um processo homogêneo no tempo e no espaço. Isso significa que algumas regiões são mais urbanizadas do que outras. No Brasil é adotado o critério político-administrativo para a definição de cidade. Sendo assim, a cada novo município criado, origina-se uma nova cidade. Quanto à definição de população urbana e rural é dada por critério censitário, sendo consideradas, na situação de urbana, "[...] as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas" (IBGE, [1996] 2005).

Veiga (2002) critica o uso desse critério, dizendo que ele induz a uma superestimação da urbanização brasileira, pois sedes de municípios muito pequenos são considerados cidades. Segundo o autor, ao utilizar apenas esse critério, corre-se o risco de considerar, como cidades, aglomerados cuja funcionalidade econômica está diretamente associada à terra.

Para Scarlato (1995), mais importante do que os números de população urbana ou rural são as atividades desenvolvidas numa concepção de que a urbanização decorre da dinâmica econômica da região. Esse autor define uma área urbana

> [...] como todo o aglomerado permanente cujas atividades não se caracterizam como agrícolas. A grande concentração das atividades terciárias públicas e privadas do aglomerado e a forma contínua dos espaços edificados onde se dá a proximidade das habitações da população que vive dessas atividades são atributos que permitem caracterizar o termo cidade. (SCARLATO, 1995, p. 401)

Nesse sentido, o grau de urbanização não pode ser definido apenas em termos demográficos. É preciso refletir sobre a intensidade da concentração urbana, os tipos de relações que as cidades estabelecem entre si, as atividades econômicas da população, o estágio de desenvolvimento tecnológico, os hábitos de vida, dentre outros fatores.

A cidade é aqui entendida como um sistema concentrado de pessoas e que possui características próprias de estruturação econômica, cultural, política e social, cujas relações dinâmicas modificam o espaço urbano e estende seus raios de influência para sua região. Nessa concepção, os fluxos de ligações de uma cidade ocorrem através das manifestações material e/ou imaterial dos objetos que constituem as redes sobre o território.

No caso do Norte de Minas, a taxa de crescimento da população urbana na região evoluiu de 27,6% (1970) para 53,97%, em 1991, e atingiu 65,37% em 2000 (IBGE, 2000). Esses dados deixam evidente o rápido processo de urbanização da região, cujo índice permanece bem abaixo da média brasileira, entretanto questionamos que espaços podem ser definidos como urbanos no Norte de Minas, apesar de o IBGE assim considerá-los.

A título de comparação, as fotos a seguir representam cidades da região Norte de Minas, pois ambas são sedes de municípios. A figura 6 mostra Josenópolis, que é um pequeno centro, podendo ser classificada, conforme estabelecido por Santos (1979c, p. 77), como uma cidade local que, para ele, é “[...] a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população,

função esta que implica uma vida de relações.” Já Montes Claros (figura 7), é uma cidade média, possuindo a maior concentração populacional da região e também uma maior complexidade no comércio e serviços. Em síntese, o processo de urbanização foi diferente entre essas cidades, o que se repete em outros municípios norte-mineiros.



Figura 6: Cidade de Josenópolis
Autor: PEREIRA, maio/2006

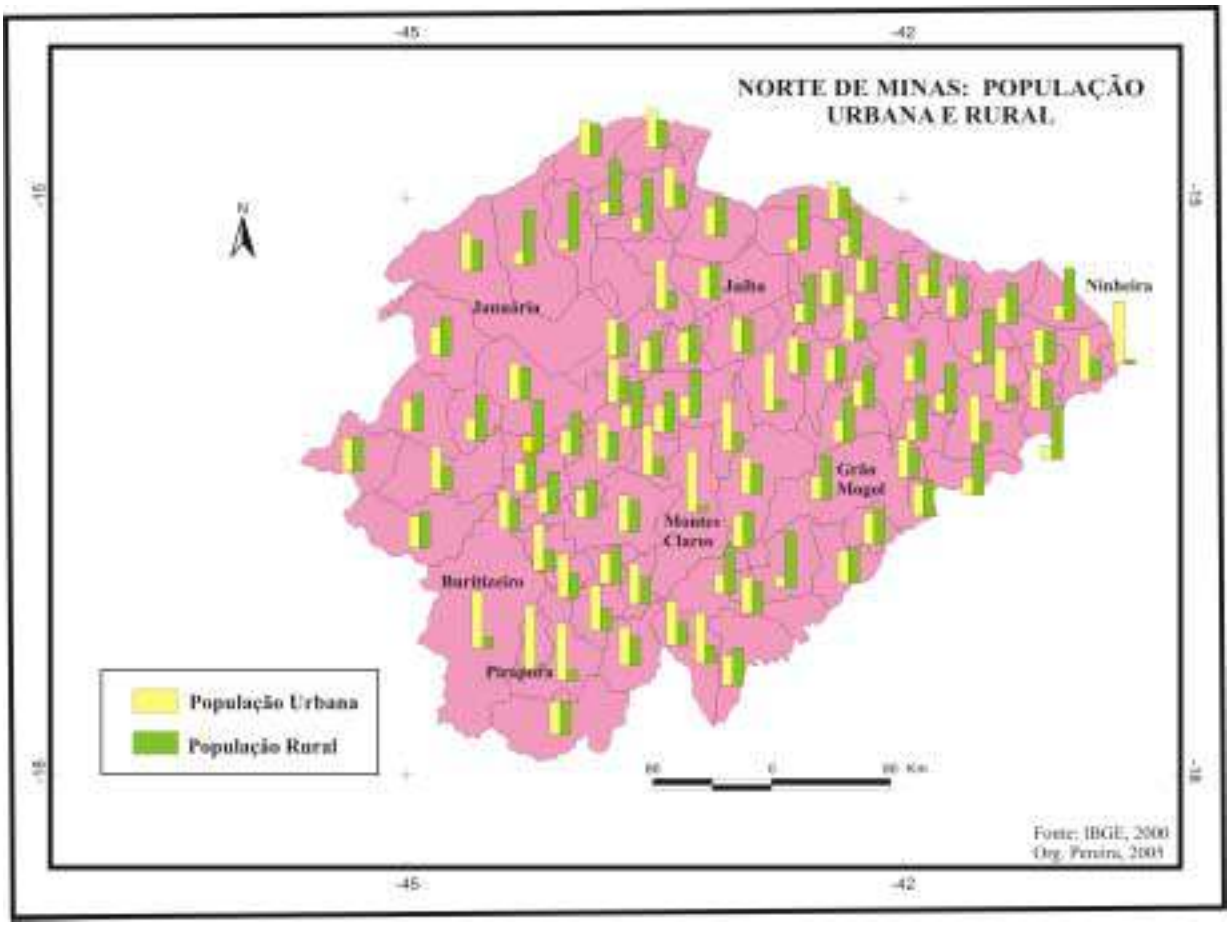


Figura 7: Cidade de Montes Claros
Fonte: montesclaros.com, 2005

Assim, podemos concluir que o processo de urbanização foi diferenciado entre os municípios e apenas em alguns a população urbana superou a rural. Uma análise, ainda que superficial, dos dados do Censo de 2000 (IBGE) revela que vários municípios norte-mineiros possuem a população rural superior à população urbana. Essa significativa parcela da população regional permanece rural e subsiste da agricultura tradicional. Em estudo anterior, salientamos que

> [...] no Norte de Minas, a industrialização estimulou os fluxos migratórios campo-cidade. A distribuição da indústria ocorreu de forma desigual, o que gerou uma urbanização também desigual. Uma das repercussões dessa urbanização foi a acentuação das desigualdades intra-regionais: Montes Claros concentra a maior parte dos investimentos industriais e um setor terciário diversificado. Essas informações são relevantes para o entendimento do fato do crescimento urbano ter sido mais intenso nas cidades que possuem uma industrialização ainda que incipiente, sem desconsiderar a influência de outros fatores como as mudanças na legislação rural, a emergência de uma sociedade de consumo e o significado da cidade, enquanto representação do moderno. As cidades de Montes Claros, Janaúba, Pirapora, Bocaiúva, Januária, Várzea da Palma, Taiobeiras, Salinas, Buritizeiro e São Francisco constituem as principais concentrações urbanas da região. Assim, atividades tipicamente urbanas se concentram em determinados municípios, enquanto outros, principalmente municípios emancipados na década de 1990, permanecem praticamente estagnados e com uma economia ligada a atividades agropecuárias. (PEREIRA; SOARES, 2005b, p. 11.763)

Essa idéia pode ser confirmada no mapa 43, o qual mostra, através da distribuição da população, que a urbanização norte-mineira tem um caráter concentrador. Percebemos ainda que alguns municípios da porção leste apresentam uma população urbana superior à rural. Essa situação pode ser justificada pelo fato de essa área ser cortada pela BR 122, que faz a ligação com o Nordeste do país, tornando algumas cidades em nós da circulação, como é o caso de Salinas e Divisa Alegre. Já na porção oeste da região ocorre o predomínio de municípios com maior percentual de população rural.



Mapa 43: Norte de Minas: população urbana e rural

Montes Claros é um caso à parte, pois tem apresentado elevados índices de urbanização e crescimento demográfico em grau condizente com o das demais cidades médias brasileiras, conforme explicitado na tabela 3.

Tabela 3: Montes Claros - evolução da população - 1960 – 2000

ANO	URBANA	PERCENTUAL	RURAL	PERCENTUAL	TOTAL
1960	43.097	42 %	59.020	58%	102.117
1970	85.154	73%	31.332	27%	116.486
1980	155.483	87%	22.075	13%	177.558
1990	250.573	89%	30.969	11%	281.542
2000	289.183	94%	17.764	6%	306.947

Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1960 a 2000
Org. PEREIRA, A. M., 2003

Analisando os dados da tabela, percebemos que a população urbana supera a rural já na década de 1970, quando há um crescimento expressivo da taxa de urbanização. Entretanto, o grande marco da urbanização montes-clarense é a década de 1980, quando o município atrai vários investimentos no setor produtivo, notadamente no campo industrial. O processo de industrialização, viabilizado por incentivos da SUDENE[31], alterou a organização espacial de Montes Claros, contribuindo para o aumento populacional, a expansão da malha urbana e o surgimento de problemas socioambientais, típicos das grandes cidades, como a violência, a falta de infra-estrutura de serviços urbanos, o desemprego, a favelização, a degradação ambiental, dentre outros.

No início do século XX, com a extinção da SUDENE, o setor industrial já não atrai muitos investimentos nem é um grande gerador de empregos, como o foi na década de 1980. Indústrias sucateadas, galpões vazios e máquinas desativadas caracterizam áreas do distrito industrial da cidade. Apesar disso, tal atividade ainda representa importante contribuição para a economia local.

Sabemos que, no atual mundo globalizado, o que é mais característico das cidades é a diversificação de suas atividades de serviços. Assim, em Montes Claros verificamos o surgimento de novas atividades em substituição a outras, como discutido por Leite (2003, p. 124), quando afirma que

[31] A SUDENE foi extinta em 2001 por uma Medida Provisória de Governo Federal, sob evidências de inúmeras fraudes no uso de recursos públicos. No seu lugar foi criada a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste – ADENE. A Lei nº 125 de 2007 recria a SUDENE, cuja finalidade é promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional.

> [...] a infra-estrutura criada para a industrialização passa a ser utilizada por outros setores econômicos. Assim, embora o ritmo de desenvolvimento tenha diminuído para o setor secundário, o que se percebe é que, Montes Claros, nas últimas décadas, tem-se firmado como centro comercial e de prestação de serviços principalmente no que se refere ao setor educacional e saúde.

O setor terciário tem se destacado como o principal responsável pelo papel regional desse município. O comércio, a expansão de atividades de apoio, transportes, setores financeiros, comunicação, saúde, educação, cultura e diversão despontam como as atividades mais importantes na composição da economia municipal, totalizando 69,30%, conforme destacado na tabela 4.

Tabela 4: Montes Claros - população ocupada por setores econômicos - 2000

Setores	Número de pessoas	Percentual
Agropecuária	8859	7,50 %
Indústria	27527	23,20%
Comércio	24778	21,00%
Serviços	57233	48,30%
Total	118.397	100%

Fonte: www.almg.gov.br, 2006

De acordo com a tabela, 69,30% da população de Montes Claros atua no comércio e na prestação de serviços. Interessa-nos saber qual a complexidade dos serviços prestados. Para tanto, utilizamos como referência a relação dos bens e serviços de baixa, média e alta complexidade, definida pelo REGIC/93[32], e selecionamos algumas atividades para compararmos sua evolução no período de 1982 e 2005. Utilizando as páginas amarelas dos catálogos telefônicos da cidade de Montes Claros[33], para os referidos anos, verificamos que, com exceção dos produtos para a agropecuária, agências bancárias e hospitais, todos os demais serviços de baixa complexidade tiveram um aumento expressivo ao longo desses 23 anos. Os dados da tabela a seguir confirmam essa idéia.

[32] Conferir anexo A.

[33] Sabemos que essa fonte não nos fornece os dados totais dos bens e serviços existentes na cidade, apenas daqueles que utilizam esse meio para anunciar seu produto ou serviço, por isso os resultados aqui apresentados apenas se aproximam da realidade, que acreditamos ser mais ampla.

Tabela 5: Montes Claros: distribuição de bens e serviços de baixa complexidade (1982 – 2005)

BENS E SERVIÇOS	1982	2005	%
Produtos para a Agricultura e Pecuária	24	14	-41
Ferragens e Louças em Geral	4	10	150
Aparelhos Eletrodomésticos em Geral	4	13	225
Filmes Fotográficos e Revelação em Geral	3	17	500
Móveis e Estofados	28	34	21,4
Automóveis Novos	9	36	300
Óculos com Receita Médica	5	29	480
Hospital Geral	11	7	-36
Laboratórios de Análises Clínicas	13	18	38,4
Cirurgiões Dentistas	72	160	122,2
Agências Bancárias	19	13	-31,5
Serviços Gráficos	8	43	437,5
Serviços de Contabilidade	68	139	104,4
Serviços de Advocacia	94	188	50

Fonte: Páginas amarelas dos catálogos telefônicos da TELEMIG (1982) e da TELEMAR (2005)
Org.: PEREIRA, A. M. (2005)

Utilizando a mesma metodologia, realizamos uma análise dos bens e serviços considerados de média e alta complexidade no setor de saúde[34] e algumas inovações. Selecionamos alguns para mostrar a evolução deles no período de 23 anos. A análise dos dados permite concluir que nenhum dos bens e serviços destacados foram reduzidos. Ao contrário, com exceção dos serviços médicos de oncologia, todos os bens e serviços tiveram um crescimento bastante significativo. Podemos, ainda, destacar serviços inexistentes na cidade em 1982, como o caso da ortodontia, cirurgias especializadas, cursos de mestrado, dentre outros que foram implantados nos últimos anos, atendendo à demanda do mercado local e regional, bem como ao processo de inserção da região no mundo técnico-científico-informacional.

[34] Os serviços médicos de alta complexidade são um conjunto de procedimentos que, no contexto do SUS, envolve alta tecnologia e alto custo, objetivando propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando os demais níveis de atenção à saúde. Sobre o assunto, vide www.saude.gov.br.

Tabela 6: Montes Claros: distribuição de bens, serviços de saúde de média e elevada complexidade e inovações 1982-2005

SERVIÇOS	1982	2005	∆%
Agências de Turismo	4	47	1075
Artigos Importados (perfumes, bebidas e eletrônicos)	1	15	1400
Caminhões Novos	3	7	133,3
Cirurgias Especializadas	-	26	2600
Computadores, Microcomputadores e Periféricos	1	30	2900
Cursos de Nível Superior	12	129	975
Cursos de Pós-graduação (Mestrado/Doutorado)	-	6	600
Escritórios de Consultoria e Planejamento	3	21	60
Escritórios e Agências de Publicidade	-	14	1400
Instrumentos Musicais	1	8	700
Médico Cardiologista	6	14	133,3
Médico Oftalmologista	8	14	75
Médico Oncologista e/ou Médico Nefrologista	2	2	0
Móveis para Escritório	2	5	150
Persianas, Cortinas e Tapetes	7	14	100
Prataria, Cristais e Objetos de Decoração	1	19	1800
Serviços Autorizados de Eletrônicos	2	8	300
Serviços de Engenharia	2	10	400
Serviços de Ortodontia	-	17	1700
Serviços Especializados de Saúde	-	26	2600

Fonte: Páginas amarelas dos catálogos telefônicos da TELEMIG (1982) e da TELEMAR (2005)
Org.: PEREIRA, A. M. (2005)

A prestação de assistência ou a realização de tarefas, as quais contribuem para a satisfação das necessidades individuais ou coletivas de outro modo que não seja pela transferência da propriedade de um bem material, caracteriza o denominado setor de serviços. Sendo assim, é o setor que tem denotado maior crescimento no início do século XXI. Fazem parte desse ramo o turismo, os serviços financeiros, jurídicos, de informática, comunicação, engenharia, auditoria, consultoria, propaganda e publicidade, seguro, corretagem, transporte e armazenagem, além das atividades públicas e privadas de defesa, segurança, saúde e educação, dentre outros. Montes Claros tem uma densidade de fluxos a partir da oferta de equipamentos hospitalares especializados, do setor educacional e dos fluxos de capital através das atividades de comércio e serviços.

Analisar tais espaços, caracterizados por fixos e fluxos é um desafio complexo, mas tentaremos abordá-los, ainda que sucintamente. Para efeito de análise, iniciaremos

pelo espaço da saúde, tendo como foco a distribuição espacial dos equipamentos e serviços a ele relacionados. Chamamos a atenção, em diversos momentos, para um exercício de comparação entre a cidade de Montes Claros e outras cidades norte-mineiras, demonstrando a superioridade dos serviços de saúde oferecidos pela primeira.

3.2 O espaço da saúde

O espaço de saúde, na cidade de Montes Claros, apresenta um grande destaque, devido à organização e à existência de serviços médicos especializados e uma rede de hospitais e clínicas interligadas, sendo referência regional. É possível identificar sedes de empresas de seguro saúde, seguindo a lógica nacional do sistema de saúde privado. Atreladas ao sistema de saúde, encontramos também grandes redes de farmácias e drogarias, lojas e magazines, especializadas na venda de artigos de diferentes origens.

Os serviços de saúde constituem, *a priori*, um atributo intrínseco à vida urbana. Além da localização dos serviços de saúde, os aspectos ligados aos movimentos sociais, circulação de pessoas, mercadorias ou informações devem ser considerados quando estamos abordando a relação cidade e região. A esse respeito, Guimarães (2001, p. 157) considera que a rede de saúde “[...] não se trata só de uma rede de equipamentos conectados, mas de um conjunto de atores sociais que a freqüentam em busca de um objetivo ou para cumprir uma tarefa bem localizada territorialmente”.

Podemos analisar essa rede de serviços diversificados como objeto técnico inserido no tecido urbano, ocupando parcelas do solo como equipamento urbano e, por isso, podem ser considerados elementos fundamentais do processo de estruturação da centralidade urbana.

No caso de Montes Claros, a concentração de recursos e a forte atração exercida pelos hospitais caracterizaram a estrutura espacial dos serviços de saúde na cidade no ano de 1982. Nesse ano, existiam na cidade 11 hospitais, sendo quatro localizados na área central[35], e os demais, em áreas próximas ao centro. Em estudo sobre esse assunto consideramos que

> [...] tendo por base um modelo de assistência à saúde que tinha por princípio a medicina biologista e individualista, o sistema de saúde em Montes Claros se organizava a partir da centralidade exercida pelos hospitais, que além do atendimento mais especializado, responsabilizavam-se também pela atenção primária. Dada à sua posição de maior cidade da região norte mineira, os hospitais atendiam a demanda da área urbana e de municípios vizinhos. Isso justifica, de certa forma, a aglomeração de serviços na área central que apresentava algumas vantagens, como a facilidade de acesso. (PEREIRA; LEITE, 2004, p.18)

Se fizermos uma comparação entre a estrutura de serviços de saúde que existia em Montes Claros em 1982 e a existente em 2005, verificaremos uma expansão, tanto no número de estabelecimentos ligados à saúde quanto na variedade e complexidade dos serviços prestados.

Em 1982, havia na cidade em foco uma loja de aparelhos médicos (ortomédica), uma de aparelhagem dentária e cinco óticas. Quanto aos profissionais de saúde, atuavam na cidade 72 cirurgiões-dentistas, 10 médicos pediatras, oito oftalmologistas, seis cardiologistas e dois oncologistas e/ou nefrologistas. Não havia nenhum serviço especializado de saúde – tomografia computadorizada, medicina nuclear e hemodiálise, cirurgias especializadas – de olhos, cardiovasculares, neurocirurgias e transplantes. As mudanças nesse setor são mostradas na tabela a seguir.

[35] A área central é aqui utilizada conforme definição do Plano Diretor de Montes Claros.

Tabela 7: Montes Claros: número de médicos e especialidades médicas - 2005

ESPECIALIDADE	Nº MÉDICOS	ESPECIALIDADE	Nº MÉDICOS
Alergia e Imunol.	3	Neurologia	14
Cirurgia Plástica	12	Obstetrícia	29
Angiologia	8	Oftalmologia	15
Cancerologia	1	Ortopedia	9
Cardiologia	14	Otorrinolaring.	16
Clínica Geral	9	Pediatria	10
Dermatologia	11	Pneumologia e Tisiologia	5
Endocrinologia	10	Proctologia	6
Endoscopia	4	Psiquiatria	6
Gastroenterologia	7	Radiologia	1
Geriatria	5	Reumatologia	4
Ginecologia	33	Sexologia	1
Hematologia	2	Ultra-sonografia	13
Homeopatia	1	Urologia	6
Mastologia	1	Nefrologia	1
Total	**117**	**Total**	**138**

Fonte: Páginas Amarelas do Catálogo Telefônico de Montes Claros -TELEMAR, 2005
Org. PEREIRA, A. M. 2005

O aumento das especialidades médicas veio atender à demanda local e regional, pois antes as pessoas tinham de se deslocar até Belo Horizonte para consultas dessa natureza. Merecem destaque as atividades ligadas à medicina estética, à cirurgia plástica, à dermatologia e à endocrinologia que apresentaram um expressivo crescimento, a exemplo do que acontece no país[36] que, segundo pesquisas recentes, é um dos maiores consumidores do mundo desse tipo de serviço.

É relevante lembrar que alguns fatores foram responsáveis pelas mudanças no setor de serviços de saúde no país que, conseqüentemente, afetaram a organização desse serviço em Montes Claros. A Constituição de 1988 veio implementar um novo modelo assistencial, definindo a saúde como um direito social. Conforme exposto no artigo 198, "[...] as ações de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único". Assim, o Sistema Único de Saúde (SUS) organiza-se com base no nível local, tendo como princípios a universalização, a eqüidade e a integralidade. Suas principais diretrizes são a descentralização e a participação. Isso significa que a gestão global do sistema de saúde é responsabilidade da

[36] A média anual de procura de médicos pela especialização em medicina estética tem aumentado 30% ao ano. A indústria cosmética e da beleza movimenta, no Brasil, aproximadamente 4 bilhões de dólares anuais, sendo o segundo no ranking mundial. O primeiro são os Estados Unidos. Em tratamentos estéticos, sem incluir produtos, o consumo médio gasto é de 500 milhões de dólares por ano. Cerca de 6000 mil médicos atuam na área da Medicina Estética no país (Jornal O dia *on line*, 06/06/07).

administração municipal, mas em novos moldes, pois o setor de saúde deve estar inserido no planejamento local e ter a participação social nos processos decisórios.

Para o Sistema Único de Saúde, a apropriação dos conceitos de território usado e sistemas de engenharia – importados da geografia – possibilita uma formulação teórica que dê conta da noção de território de saúde (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Neles, é possível incorporar as expressões materiais advindas do progresso das ciências, das técnicas e da circulação de informações, de modo a criar condições, também materiais e imateriais, para o ajuste do trabalho e das condições de ocupação dos lugares, bem como remodelar regiões já ocupadas. Essa mudança trouxe reflexos diretos na distribuição de hospitais, policlínicas e postos de saúde na cidade de Montes Claros. Um exemplo dessas mudanças aparece na tabela abaixo, que mostra uma redução no número de hospitais na cidade e o aumento das policlínicas e laboratórios. Associado a isso, verificamos um aumento no atendimento e no grau de complexidade das intervenções cirúrgicas.

Tabela 8: Montes Claros: laboratórios, clínicas e hospitais - (1982-2005)

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	ANOS	
	1982	2005
LABORATÓRIOS	13	18
POLICLÍNICAS	0	3
HOSPITAIS	11	7

Fonte: Catálogos Telefônicos Telemig - 1982 e Telemar - 2005.
Org. PEREIRA, Anete M., 2005

Tais transformações foram determinadas pelo governo federal através da Norma Operacional da Assistência a Saúde/SUS - NOAS-SUS 01/2001. Seu capítulo I, que trata da regionalização, estabelece esse processo “[...] como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior eqüidade”. Acrescenta ainda, que

> [...] o processo de regionalização deverá contemplar uma lógica de planejamento integrado, compreendendo as noções de territorialidade na identificação de prioridades de intervenção e de conformação de sistemas funcionais de saúde, não necessariamente restritos à abrangência municipal, mas respeitando seus limites como unidade indivisível, de forma a garantir o acesso dos cidadãos a todas as ações e serviços necessários para a resolução de seus problemas de saúde, otimizando os recursos disponíveis.

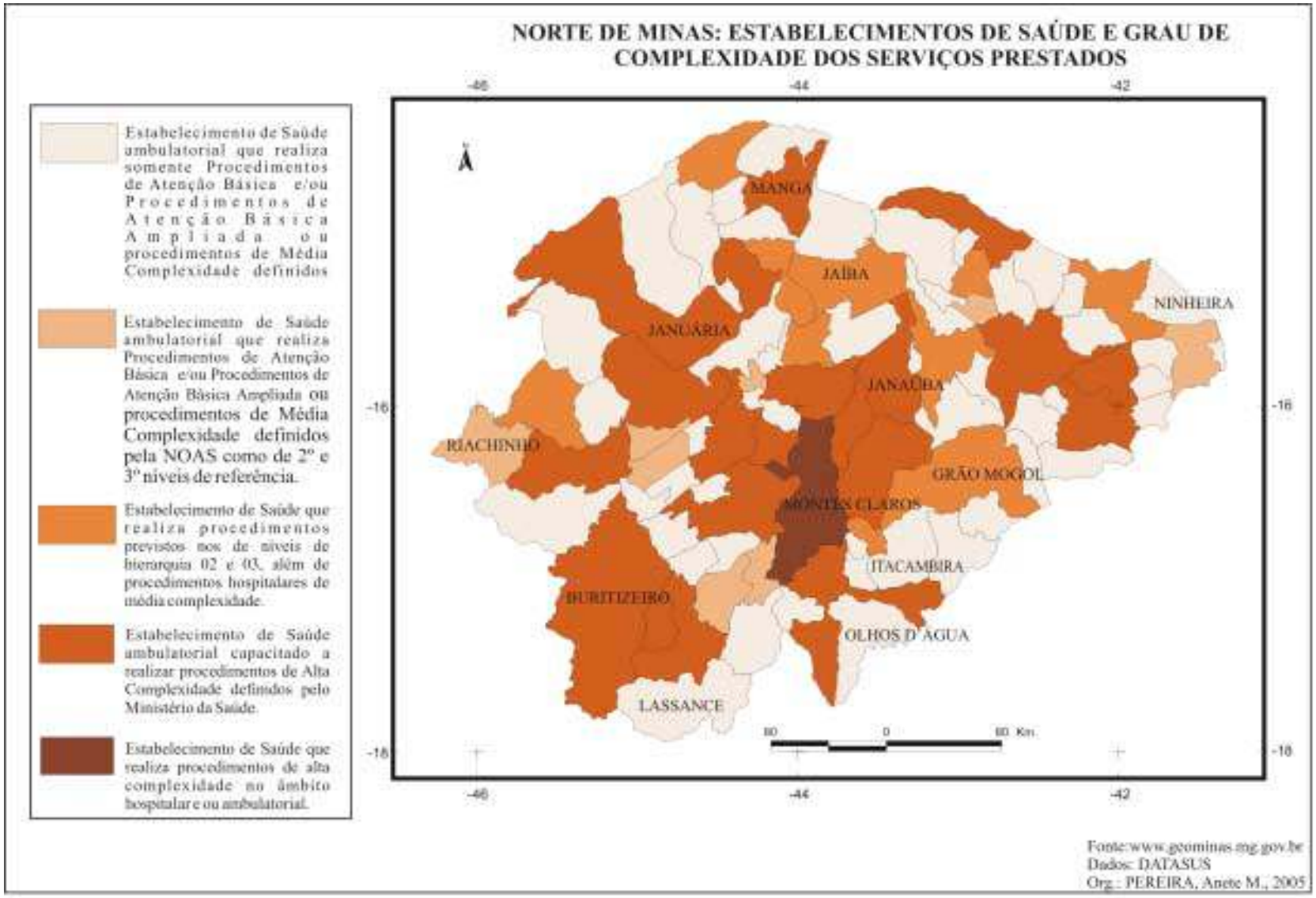
Essa norma destaca que a menor base territorial de planejamento regionalizado pode compreender um ou mais módulos assistenciais. Também define que o município sede do módulo deve ter a capacidade de ofertar a totalidade dos serviços correspondente ao primeiro nível de referência intermunicipal, com suficiência, para sua população e para a população de outros municípios a ele adstritos. Já o município-pólo deve representar papel de referência para outros municípios, em qualquer nível de atenção.

Assim sendo, a rede de serviços do SUS deve ser organizada de forma regionalizada e hierarquizada, buscando favorecer ações de vigilância epidemiológica, sanitária, controle de vetores, educação em saúde, além das ações de atenção ambulatorial e hospitalar em todos os níveis de complexidade. O acesso da população à rede deve concretizar-se através dos serviços de nível primário de atenção, a Unidade Básica de Saúde. Os problemas que não forem resolvidos nesse nível deverão ser encaminhados para os serviços de maior complexidade tecnológica. Os centros de especialidades e os hospitais de referência responsabilizam-se pelos casos mais complexos.

Os níveis de complexidade variam de acordo com uma escala definida pela Norma Operacional da Assistência à Saúde, NOAS-SUS 01/2001, sendo que a Atenção Básica e a Atenção Básica Ampliada estão no nível mais baixo da escala de complexidade. Segundo essa norma, a Atenção de Média Complexidade (MC)

> [...] compreende um conjunto de ações e serviços ambulatoriais e hospitalares que visam atender os principais problemas de saúde da população, cuja prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico, que não justifique a sua oferta em todos os municípios do país.

De acordo com essa variação no grau de complexidade, podemos identificar uma hierarquização dos serviços de saúde no Norte de Minas, conforme explicitado no mapa 44 e na figura 8.



Mapa 44: Norte de Minas: estabelecimentos de saúde e grau de complexidade dos serviços prestados

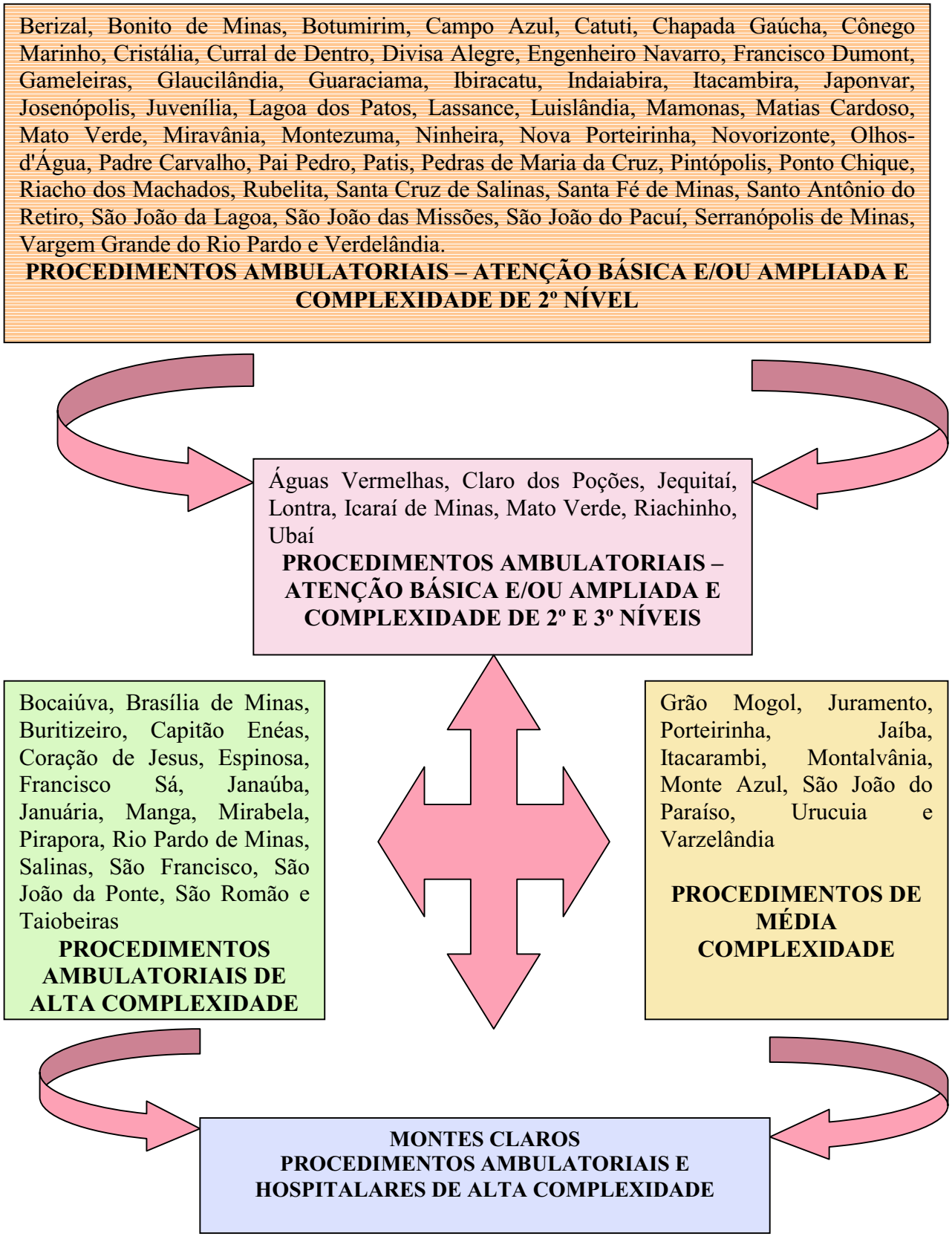


Figura 8: Norte de Minas: hierarquia urbana com base nos serviços de saúde
Fonte: SES/MG
Org. PEREIRA, A. M., 2005

Pela análise das informações supracitadas, verificamos que Montes Claros exerce uma centralidade ímpar no setor de saúde e dela depende a maioria dos municípios norte-mineiros. Podemos constatar ainda que, em mais de 50% dos municípios, o setor de saúde restringe-se à atenção básica ou básica ampliada. Isso justifica o grande número de ambulâncias que diariamente se desloca para Montes Claros, vindas dos mais diversos municípios da região. Um exemplo dessa situação é mostrado na foto que ilustra a travessia de balsa no rio São Francisco, na cidade de mesmo nome. As ambulâncias, mostradas na figura 9, são de cidades como Urucuia, Pintópolis e Chapada Gaúcha e se destinam a Montes Claros[37].



Figura 9: Travessia da balsa – São Francisco
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006

A posição de Montes Claros como Macro Pólo Regional é justificada pela variedade e oferta de serviços de maior complexidade. De acordo com o IBGE (2000), existiam em Montes Claros 138 estabelecimentos de saúde, sendo 52 públicos e 86 privados, com 739 leitos disponíveis para o SUS. O Hospital Santa Casa é o mais antigo da cidade, o maior e o único localizado na área central.

[37] A fotografia foi tirada às 06 horas, antes do nascer do sol.



Figura 10: Hospital Santa Casa
Autor: PEREIRA, A. M., 2003

A Santa Casa de Montes Claros, fundada em 1871, é uma instituição filantrópica e hospital geral de referência em toda a região norte-mineira. Hoje, oferece serviços de alta complexidade nas mais variadas especializações médicas, tais como: Serviço de Hemodiálise, elevado a tipo II pelo Ministério da Saúde; Unidade de transplantes renais, um dos 20 maiores centros de transplantes do país em volume de atividade; Unidade de transplante de córnea e outras cirurgias oftalmológicas; Cirurgias cardíacas; Ortopedia de alta complexidade; Neurologia de alta complexidade; Oftalmologia de alta complexidade; Referência estadual em Pronto-Socorro, como tipo III pela região do Norte de Minas; Tomografia helicoidal; Ressonância magnética, Maternidade de alto risco e CTI neonatal; Centro de tratamento do Câncer, composto de quimioterapia, cirurgias oncológicas e radioterapia. A instituição contava, em 2005, com mais de 311 leitos, 982 funcionários e cerca de 234 médicos atendendo, em média, 1.716 pacientes/mês para internação e mais de 12.353 procedimentos/mês de urgência e emergência. A tabela 9 mostra o número de atendimentos em 2005.

Tabela 9: Montes Claros: atendimentos da Santa Casa em 2005

Consultas	Internações	Cirurgias	Atendimentos de urgência e emergência	Exames de diagnóstico e terapia
106.108	20.597	13.278	148.244	415.513

Fonte: Santa Casa, 2006
Org. PEREIRA, A. M., 2006

Outro hospital referência no Norte de Minas é o São Lucas. A instituição é privada e tem capacidade para 200 leitos, mas opera com apenas 110, devido à falta de incentivo para o funcionamento. Com 110 funcionários, o São Lucas atende 160 pacientes/dia.

O Hospital Aroldo Tourinho foi criado em 1987, sendo também considerado como um hospital de referência, pois atende a pacientes de mais de 100 municípios do Norte de Minas Gerais e do Sul da Bahia. Possui mais de 40 clínicas médicas e unidades de serviços assistenciais, instaladas dentro do hospital, com um quadro de pessoal de 552 funcionários, 189 médicos e 32 profissionais da área de saúde (IBGE, 2000). É uma instituição privada cuja gestão é municipal.

Também o Hospital UNIMED de Montes Claros, o Pronto Socorro do Coração (PRONTOCOR) e a Prontomente - Clínica Psiquiatra de Repouso são importantes unidades de saúde existentes na cidade e que são utilizadas pela população regional.

Já o Hospital Universitário Clemente Faria (HUCF) possui 156 leitos disponíveis para o SUS, sendo referência em gravidez de alto risco, acidentes por animais peçonhentos, tuberculose, calazar e no tratamento da Aids. Em 2004, 314 mil procedimentos – entre internações, consultas e exames – foram feitos. Em 2005, cerca de 200 pacientes passaram por dia pelo pronto-atendimento do hospital. São feitas mais de 100 consultas especializadas por dia.

Tabela 10: Montes Claros: procedimentos do HUCF - 2005

Proced.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Consultas	5075	4526	5674	5988	5727	5295	5112	4792	5692	5793	4881	5429	**63984**
Internações	630	569	683	645	647	642	637	700	667	635	636	665	**7756**
Exames de Apoio	14031	1028	10084	15646	16743	16767	15146	15441	14207	14069	13287	13382	**172831**
Cirurgias	289	246	313	274	278	290	286	295	265	223	274	265	**3298**
Partos	148	170	180	182	175	159	147	155	175	163	162	188	**2004**
Vacinas	456	480	512	460	445	453	473	488	557	531	571	494	**5920**
Soros	21	17	140	17	15	43	26	18	30	19	28	35	**409**
Transfusões	188	117	108	195	204	388	242	217	184	179	186	197	**2405**
Total	**20838**	**20153**	**17694**	**23407**	**24234**	**24037**	**22069**	**22106**	**21777**	**21612**	**20025**	**20655**	**258607**

Fonte: Serviço de arquivo médico e estatísticas – SAME/HUCF – 2005

Acatando a prerrogativa constitucional da descentralização, existem na cidade 15 centros de saúde, localizados nos bairros: de Lourdes, Dr. Antônio Pimenta, Cintra, Delfino Magalhães, Eldorado, Esplanada, Major Prates, Maracanã, Planalto, Renascença, Santos Reis, Vera Cruz, Vila Oliveira, Vila Sion e São Judas; oito postos de saúde, quatro policlínicas[38], um centro de apoio diagnóstico e assistência e oftalmologia, distribuídos pelos diferentes bairros, com exceção da policlínica da Unimontes que se localiza na área central. Nos centros e nos postos de saúde, é feito o atendimento básico à população, através da atuação de médicos mais generalistas. Quando necessário, são feitos os encaminhamentos para outras unidades de saúde, nas quais existem os serviços mais especializados. Nas policlínicas públicas, há uma maior diversidade de especializações médicas.

[38]Administradas pela prefeitura são três policlínicas: a Carlos Espírito Santo, localizada no Alto São João, a Policlínica Hélio Sales, no Bairro Canelas e a policlínica Servidores Municipais - Ariosto C. Machado, localizada no Bairro Jardim Alvorada. A policlínica Hermes de Paula pertence à UNIMONTES.



Figura 11: Policlínica Hermes de Paula
Autor: PEREIRA, A. M, 2003



Figura 12: Consultórios na Pça Honorato Alves
Autor: PEREIRA, A. M, 2003



Figura 13: Clínica particular na Rua Irmã Beata
Autor: PEREIRA, A. M, 2003

O problema do setor de saúde na região é dramático, como mostra este trecho de reportagem publicada recentemente.

> O município de Montes Claros tem sofrido com a grande demanda da saúde. Considerada pólo regional na área, a cidade atende a dezenas de municípios do Norte de Minas. Por isso, os hospitais da cidade têm recebido pacientes além de suas capacidades e, muita gente, acaba voltando para o local de origem sem ser atendida. Segundo diretores dos três principais hospitais da região, todos em Montes Claros, o aumento do número de leitos e a criação de uma central de regulação desses leitos seriam as alternativas mais viáveis para a resolução do problema. Para eles, a central faria com que o atendimento não se concentrasse e a abertura de novos leitos possibilitaria expandir o atendimento. A Santa Casa de Montes Claros, por exemplo, em 2004, realizou 109.488 consultas, 20.110 internações, 13.149 cirurgias, 43.392 procedimentos ambulatoriais e 72.730 pronto-atendimentos – todos de âmbito regional. (JORNAL “O TEMPO”, 22 de março de 2005)

Através da Portaria n. 247, de 6 de fevereiro de 2006, foi implantado, em Montes Claros, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU/192), programa cujo objetivo é prestar o socorro à população, em casos de emergência. O serviço funciona 24 horas por dia, com equipes de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas, que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

A título de comparação entre os municípios considerados Micro Pólos com Montes Claros, Macro Pólo, elaboramos a tabela 11, na qual constam os serviços e equipamentos de saúde neles disponibilizados, abrangendo os setores público e privado. A análise da tabela permite verificar a superioridade dos serviços oferecidos por Montes Claros, notadamente daqueles de maior complexidade, como é o caso de equipamentos de hemodiálise, Raio X para densitometria óssea, equipamentos para terapia por radiação e tomógrafo, só existentes nessa cidade. Outros equipamentos como mamógrafos, existem um - com comando simples - em Januária e três - com estereotaxia - , sendo um desses em Brasília de Minas e, os outros, em Francisco Sá e Montes Claros.

Tabela 11: Norte de minas: serviços de saúde - 2000

Descrição	Bocaiúva	Brasília de Minas	Coração de Jesus	Francisco Sá	Janaúba	Januária	Monte Azul	Montes Claros	Pirapora	Salinas	São Francisco	Taiobeiras	Total
Estabelecimentos de Saúde total	26	26	16	9	27	24	16	138	29	18	18	14	361
Estabelecimentos de Saúde públicos	18	21	13	8	12	22	13	52	18	15	18	12	222
Estabelecimentos de Saúde privados	8	5	3	1	15	2	3	86	11	3	0	2	139
Estab Saúde de apoio à diagnose e terapia	2	3	1	0	7	0	1	43	7	2	0	2	68
Postos de trabalho de médicos	55	61	45	30	50	63	37	1321	70	34	32	24	1785
Postos de trabalho de enfermeiros	12	10	11	6	17	11	13	96	10	17	10	10	223
Postos de trabalho de odontólogos	9	8	10	8	14	8	6	285	17	6	1	4	376
Postos de trabalho de nível técnico/auxiliar	111	81	72	40	73	138	4	1771	151	93	78	64	2676
Postos de trabalho de auxiliar de enferm.	81	56	35	21	35	111	4	1033	104	80	68	57	1685
Postos de trabalho de técnicos de enferm.	1	0	12	12	2	3	0	133	2	0	1	1	163
Leitos	50	95	118	36	108	113	35	876	132	135	53	71	1822
Equip. de diagnóstico através de imagem	4	9	8	4	12	8	3	106	3	7	1	3	168
Equipamentos por métodos óticos	0	1	6	0	3	1	0	44	3	3	0	2	63
Equipamentos por métodos gráficos	5	6	3	2	1	3	1	43	4	3	1	3	79
Equipamentos para terapia por radiação	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4
Equipamentos para manutenção da vida	10	22	29	3	54	32	0	496	29	19	11	16	721
Mamógrafos com comando simples	0	0	0	0	0	1	0	7	0	0	0	0	8
Mamógrafos com estereotaxia	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	3
Tomógrafos	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	6
Eletrocardiógrafos	4	4	3	2	1	3	1	39	3	3	1	3	67
Ultra-som dopller colorido	0	1	1	0	2	0	1	15	0	0	0	0	20
Ultra-som ecógrafo	1	2	1	1	3	1	1	18	0	2	0	1	31
Eletroencefalógrafos	1	2	0	0	0	0	0	4	1	0	0	0	8
Equipamentos de hemodiálise	0	0	0	0	0	0	0	66	0	0	0	0	66
Raio X para densitometria óssea	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Raio X até 100mA existentes	2	2	2	1	2	1	1	9	0	0	0	1	21
Raio X de 100 a 500mA	1	0	1	0	1	3	0	15	2	3	0	1	27
Raio X mais de 500mA	0	1	0	1	1	1	0	7	1	2	1	0	15
Equipo odontológicos	7	6	5	6	12	5	2	98	9	0	0	3	153

Fonte: DATASUS/2002
Org. PEREIRA, A. M.

Em termos comparativos, os dados da tabela deixam bastante evidente a concentração de serviços e equipamentos, ligados à saúde, na cidade de Montes Claros. Alguns itens nos chamam a atenção, como é o caso dos serviços de hemodiálise e de densitometria óssea, só ofertados na referida cidade. A concentração de serviços é extremamente notória, o que justifica o encaminhamento de pacientes de toda a região para Montes Claros.

Quanto ao Conselho Regional de Medicina, Montes Claros sedia uma Delegacia regional que tem, sob a Jurisdição, 101 Municípios, extrapolando a região Norte de Minas e atendendo ainda os municípios de Arinos, Augusto de Lima, Bonfinópolis de Minas, Buenópolis, Buritis, Cabeceira Grande, Coronel Murta, Dom Bosco, Formoso, João Pinheiro, Joaquim Felício, Unaí, Uruana de Minas e Virgem da Lapa.

No que diz respeito aos planos de saúde, existem na cidade vários, como o CAIXA PEC Assistência Previdenciária, Serv. Fund. SERV. Saúde Pública, o Plano Médico Hospitalar São Lucas, o Plano Médico Hospitalar Santa Casa/PAS, a UNIMED, Saúde Bradesco, CAMED, PLANORTE, além de Convênios odontológicos, a saber, SALVDENT, SALUTE - Núcleo de Odontologia Preventiva, dentre outros.

Dando continuidade ao nosso estudo, ressaltamos que não é somente no setor de saúde que Montes Claros desempenha o papel de centro regional. Também na área da educação, em todos os níveis de ensino, a cidade é referência na região norte-mineira. A trama social e espacial vinculada ao setor educacional cria, de forma cada vez mais contundente, uma reorganização do espaço regional, tendo Montes Claros como centro difusor do referido serviço. É com a caracterização desse espaço, notadamente no nível de ensino superior, que nos ocuparemos a seguir.

3.3 O espaço do ensino superior

Em Minas Gerais, segundo dados de 2003, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), existiam 265 instituições de

ensino superior, sendo 15 federais, quatro estaduais e 242 privadas. Nessa data, estavam matriculados aproximadamente 371.752 alunos em cursos de graduação, sendo 84.502, em instituições públicas e 287.250, em privadas. A maior concentração de cursos ocorria na região metropolitana de Belo Horizonte.

No interior, Montes Claros constitui um pólo regional no que se refere ao ensino superior. Entretanto, esse setor possui uma expansão ainda recente. Ao fazer um diagnóstico da região Norte de Minas, em 1975, a Fundação João Pinheiro (1975, p. 205) concluiu que

> [...] o ensino superior da região concentra-se em Montes Claros, centro polarizador de toda a área. Encontra-se ali em organização a Universidade do Norte de Minas, com as seguintes escolas a nível de Faculdade: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (1964); Faculdade de Direito (1965); Faculdade de Medicina (1969) e a Faculdade de Economia (1972)[39].

Transformada em Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM), uma entidade privada, essa instituição ministrava, em 1982, os cursos de Filosofia, História, Pedagogia, Letras, Geografia, Ciências Sociais, Medicina, Direito, Economia, Ciências Contábeis e Administração. Na década de 1990, a FUNM foi transformada em Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) que se organiza na forma de centros. Com o título “Moc é pólo universitário do sertão de MG”, o Jornal Hoje em Dia informava que

> [...] seis estabelecimentos de ensino superior já têm Montes Claros como sede, sendo o mais importante deles a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), com 40 cursos, seguido de perto pelo Núcleo de Ciências Agrárias da UFMG, com o curso de Agronomia. As duas instituições são públicas. (JORNAL HOJE EM DIA, 09/03/2004)

No ensino privado, a cidade sedia várias instituições de ensino superior. As Faculdades Unidas do Norte de Minas (FUNORTE) é uma das pioneiras entre as faculdades de ensino privado de Montes Claros, tendo iniciado suas atividades em 1998, com o curso de Comunicação Social – Jornalismo. No início dos anos 2000, outras instituições foram criadas na cidade e também na região. A tabela a seguir

[39] É relevante observar que algumas prefeituras davam bolsas de estudos para estudantes de medicina, mediante o compromisso de, após o término do curso, exercerem a profissão nos respectivos municípios.

mostra o número de cursos existentes nas universidades e faculdades de Montes Claros, ficando evidente a superioridade da Unimontes, tanto no ensino da graduação quanto da pós-graduação.

Tabela 12: Montes Claros - universidades e faculdades existentes em 2006

Universidades/ Faculdades	Número de cursos de graduação	Número de cursos de Pós-graduação *lato sensu*	Número de cursos de Pós-graduação *stricto sensu*
UNIMONTES	58	23	5
UFMG - *Campi*	2	1	1
FUNORTE	21	19	-
Sto Agostinho	13	18	-
Ibituruna	14	-	-
Pitágoras	12	2	-
FEMC	5	-	-
UNIPAC	4	-	-
TOTAL	**129**	**63**	**6**

Fonte: Pesquisa direta
Org. PEREIRA, A. M., 2006

No relatório de Gestão Unimontes do ano 2005 (p. 17), consta que

> [...] a UNIMONTES é a única Universidade Pública[40] inserida em vasta região do Estado. Está localizada numa área de 120.000 Km, o que corresponde a quase 30% do total do Estado, alcançando mais de 336 municípios do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, abrangendo uma clientela que, em potencial, ultrapassa a dois milhões de habitantes.

A tabela 13 apresenta-nos o total de alunos matriculados na Unimontes. Podemos observar, nessa tabela, que a graduação agrega um maior número de alunos. Consideramos relevante ressaltar que ainda é muito recente a criação de cursos de pós-graduação *Stricto sensu*, por isso o reduzido número de alunos neles matriculados.

[40] Como a UFMG possui apenas dois cursos no seu Campus em Montes Claros, ela não atua em todo o âmbito regional.

Tabela 13 : Número de alunos matriculados na Unimontes em 2005

CURSOS	NÚMERO DE ALUNOS
Graduação (regulares)	7.157
Normal Superior	1.953
Projeto Veredas	1.221
Cursos Seqüenciais	153
Modulares	1.180
Pós-Graduação *"Lato sensu"* e *"Stricto sensu"*	525
Cursos de nível médio e fundamental	477
Total de alunos da Unimontes	12.666

Fonte: Relatório de Gestão UNIMONTES/2005

A Unimontes possui como slogan, a idéia de uma "universidade de integração regional", baseando-se tanto no fato de procurar desenvolver pesquisas voltadas para a melhoria da realidade regional quanto pelos programas de extensão universitária que desenvolve também dentro dessa perspectiva. Além disso, há uma preocupação em levar os cursos de graduação, principalmente aqueles ligados às licenciaturas, para as áreas mais carentes de profissionais do ensino básico, principalmente nas cidades mais distantes da sede[41]. Com esse objetivo, a Universidade possui, além dos *campi* de Almenara, Brasília de Minas, Espinosa, Janaúba, Januária e Noroeste, vários núcleos onde oferece cursos modulares de graduação e pós-graduação.

A esse respeito, a revista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG (2001) - traz uma referência à Unimontes, considerando que a

> [...] cidade de Montes Claros, localizada no polígono da seca, no Norte de Minas, é tradicionalmente conhecida como a terra do pequi e da carne de sol. Atualmente, é também referência em ensino superior, saúde e educação e efetivamente atende, nessas áreas, à população de quase a metade do território mineiro, por meio da interiorização do ensino superior público no Norte e Noroeste de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, bolsões de pobreza em Minas Gerais. A transformação da região pode ser creditada em grande parte à atuação da Unimontes - Universidade Estadual de Montes Claros -, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, que vem desempenhando um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. A Universidade é um exemplo concreto do ensino e pesquisa em prol da comunidade.

Diante do exposto, não há como contestar a importância da Unimontes para a região norte-mineira, principalmente quando constatamos que cerca de 92% dos egressos dessa instituição exercem suas profissões na região.

[41] Conferir anexo D dos cursos modulares.

As figuras abaixo relacionadas mostram aspectos da sede, alguns *campi* da Unimontes, e alguns núcleos onde são oferecidos cursos modulares, na área das licenciaturas, com aulas nos finais de semana e/ou férias, ou recessos escolares.



Figura 14: Montes Claros: Campus da Unimontes
Fonte: Unimontes, 2006



Figura 15: Montes Claros: Campus da Unimontes
Fonte: Unimontes, 2006



Figura 16: *Campi* de Januária
Fonte: Unimontes, 2006



Figura 17: *Campi* de Janaúba
Fonte: Unimontes, 2006

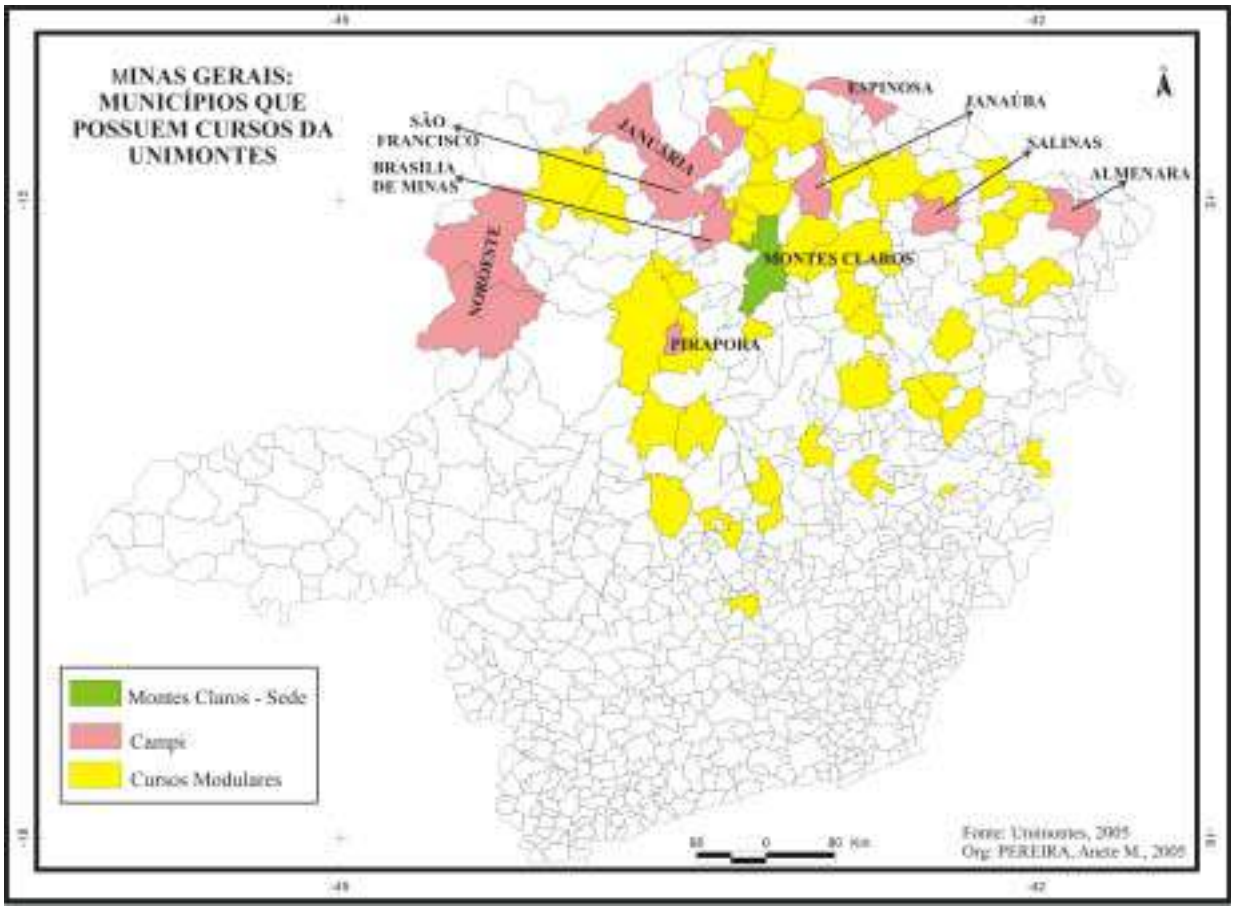


Figura 18: *Campi* de Salinas
Fonte: Unimontes, 2006



Figura 19: Núcleo de Varzelândia
Fonte: Unimontes, 2006

O mapa 45 mostra a sede da Unimontes, a localização de *campi* e cidades nas quais estão sendo desenvolvidos cursos modulares.



Mapa 45: Norte de Minas: municípios que possuem cursos da Unimontes

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) possui um *Campus* em Montes Claros, onde oferece os cursos de graduação em Agronomia e Zootecnia, Técnico em Agropecuária e Pós-graduação *lato sensu* em recursos hídricos e ambientais. O curso de mestrado em Ciências Agrárias, com área de concentração em Agroecologia, teve início no primeiro semestre de 2006 no Núcleo de Ciências Agrárias - NCA/UFMG. Ele surgiu da necessidade de buscar-se modelos agrícolas que privilegiassem a auto-suficiência, sustentabilidade e a convivência com recursos naturais e com a seca, a partir do conhecimento profundo da natureza dos agroecossistemas e dos princípios que regulam seu funcionamento.

As faculdades particulares em funcionamento na cidade de Montes Claros procuram oferecer cursos que não existam na Unimontes ou na UFMG, para evitar o problema das transferências e a concorrência com as universidades públicas. Alguns cursos, como Direito, Serviço Social, Educação Física, Letras, História e Geografia, ainda oferecidos por essas instituições, têm tido, gradualmente, a demanda reduzida. A opção dessas instituições, para contornar essa problemática, tem sido a criação de novos cursos, como Fisioterapia, Turismo e Hotelaria, Farmácia, dentre outros[42].

A expansão dos setores de saúde e ensino superior em Montes Claros implica uma série de mudanças econômicas e sociais com reflexos diretos na organização de outras atividades a eles associados, como as atividades imobiliárias, restaurantes, o comércio, o lazer, dentre outras. Também os fluxos intra-urbanos e inter-regionais passaram por transformações visíveis, nos últimos anos, em função das alterações econômicas em curso. Um dos setores que tem incorporado novas tecnologias, com bastante rapidez, é o setor bancário. Portanto, trataremos de mostrar como está estruturada a rede bancária e o comércio na cidade de Montes Claros.

[42] Ver anexo dos cursos superiores em Montes Claros.

3.4 O espaço do comércio e da rede bancária

Quanto ao comércio, consideramos relevante destacar que o seu papel[43] no crescimento das cidades tem sido estudado de forma mais pontual, centrando-se, quase que exclusivamente, nos aspectos relacionados com a localização dos estabelecimentos comerciais. Foi Christaller quem, na década de 1930, desenvolveu uma teoria que propunha justificar a dimensão, a distribuição e o número de centros urbanos existentes num determinado território com base nos princípios reguladores da oferta e da procura. Essa era a denominada teoria dos lugares centrais, sendo a cidade apresentada como centro por excelência de aprovisionamento de bens e serviços. O grau de especialização de uma cidade, ou seja, a variedade e a amplitude de bens e serviços que oferece, implicava sua posição na hierarquia urbana e, conseqüentemente, sua dimensão. Apesar das inúmeras críticas que essa teoria recebeu, não podemos negar que, entre os fundamentos da evolução da cidade, está o acréscimo de consumo dos bens e serviços que oferece. Resta analisar, contudo, os fatores desencadeadores do crescimento de rendimentos e das oportunidades de mercado.

No Norte de Minas, também na área comercial[44], há um maior desenvolvimento da cidade de Montes Claros, haja vista o fato de que o papel de um centro regional também é caracterizado por sua capacidade de distribuição, à região, dos bens necessários. Um diagnóstico produzido pela Fundação João Pinheiro (1975, p. 221) já afirmava que

> [...] todo o Norte de Minas compra no varejo de Montes Claros. A maior freqüência de vendas ocorre nos municípios mais próximos, situados no vale do rio Verde Grande e nos Gerais. Os limites dessa atuação a oeste e sul atingem São Romão, Pirapora, Várzea da Palma, Joaquim Felício, Buenópolis, Augusto de Lima e Lassance. Reduzem-se aí alguns tipos de comércio, particularmente as vendas de produtos farmacêuticos,

[43] A literatura oferece ao menos três possibilidades à definição de eficiência no comércio: eficiência Ricardiana (Ricardian efficiency), eficiência em Crescimento (Growth efficiency) e eficiência Schumpeteriana (Schumpeterian efficiency). A este respeito, vide Dosi (1988), Dosi e Orsenigo (1988), Dosi e Soete (1988), Dosi, Tyson e Zysman (1989) e Dosi, Pavitt e Soete (1990).

[44] De acordo com a definição do SEBRAE (2006), no caso do comércio varejista, as vendas são feitas diretamente ao consumidor. Já no comércio atacadista, ocorre a compra diretamente do produtor ou de outros revendedores atacadistas, para que seja efetuada a venda a outros revendedores atacadistas ou ao comerciante varejista.

> confecções, veículos e material fotográfico. À leste, Salinas e Taiobeiras registram um volume expressivo de comércio com Montes Claros, enquanto Águas Vermelhas marca o limite de influência dessa cidade.

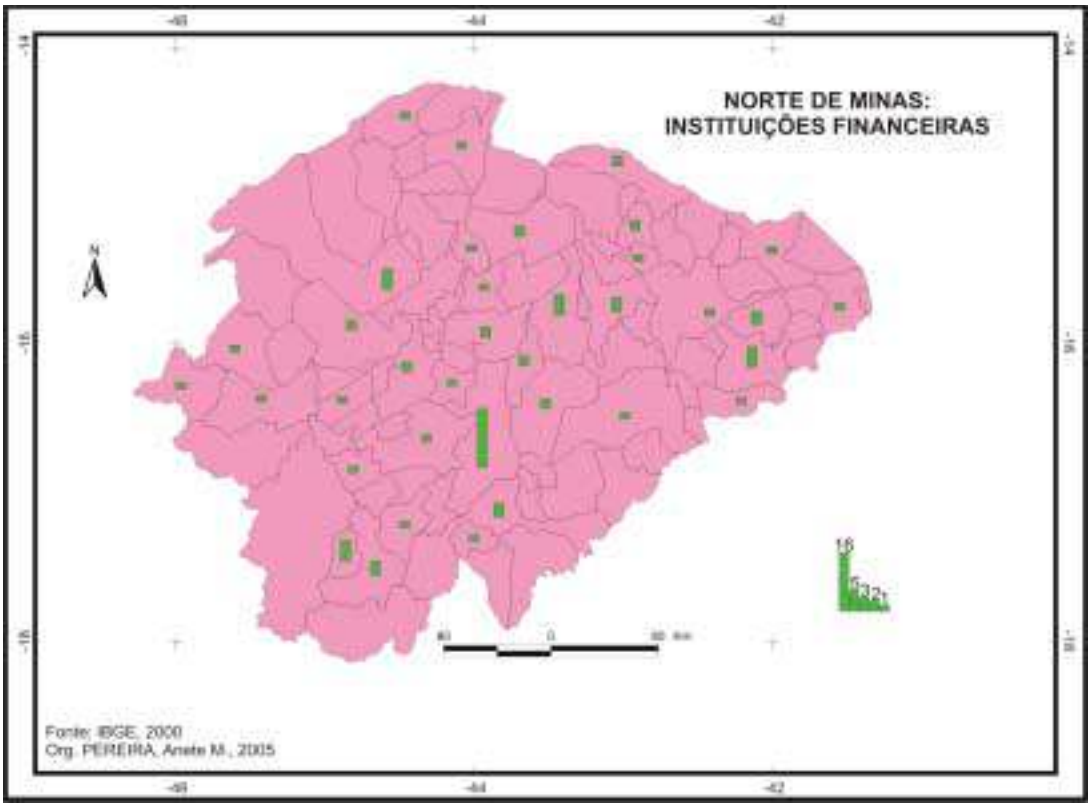
No início do século XXI essa situação não mudou muito. Montes Claros possui uma vasta rede de comércio varejista, na qual predominam médias e pequenas empresas. Ocorre a presença de lojas integrantes de grandes redes nacionais como Casas Bahia, Ricardo Eletro, Magazine Luiza, Ponto Frio, entre outras. Não há, na cidade, nenhum hipermercado, apenas supermercados, uma média de 45, dentre os quais se destacam o Bretas, o Villefort, o Opção que, pela variedade de produtos e preços, atraem consumidores das cidades vizinhas. O comércio atacadista local não tem grande significado, merecendo destaque poucas empresas nesse setor como a Palimontes, a Lógica Alimentos, a Comercial Katira, dentre outras. Merece destaque o setor automobilístico que cria verdadeiros territórios constituídos por concessionárias, lojas de peças e oficinas.

No que diz respeito aos bancos e instituições financeiras, não caberia, neste estudo, aprofundar na análise sobre as transformações pelas quais passaram nos últimos anos. Os vários planos econômicos, a oscilação do valor da moeda, os avanços da informática, dentre outros, foram alguns dos fatores que contribuíram para as alterações nesse setor, levando os bancos a adotarem estratégias de reestruturação. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (1988, p. 6),

> [...] em 1985, de 4.145 municípios existentes no país, 4.096 - ou seja, 98,8% do total - eram assistidos por serviços bancários. Esse percentual caiu para 81,49% em 1987, quando, dos 4.208 municípios, 779 encontravam-se desassistidos. Muitos bancos privados estão acordando entre si o fechamento de agências e/ou praças, dividindo o mercado segundo sua conveniência.

De acordo com Costa e Gonçalves (1997, p. 31), os bancos de atacado/investimento operam com uma carteira de clientes mais seleta, com um volume financeiro por cliente maior, e possuem reduzido número de agências, localizadas nas principais metrópoles financeiras do território, uma estrutura operacional mais enxuta e número menor de funcionários.

Entre 1991 e 1996, o número de agências em Minas Gerais apresentou um aumento, mas decresceu no período entre 1996 e 2000, principalmente devido ao processo de concentração bancária pós-Plano Real. As regiões que apresentam maior número de agências no estado são a Metropolitana de Belo Horizonte, Sul/Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Se formos comparar as mesorregiões mineiras, a região Norte de Minas apresenta baixo acesso bancário. A explicação para esse resultado é que é uma região onde as principais atividades econômicas são a agricultura e a pecuária e com os mais baixos valores para o PIB *per capita* do estado. Apresenta, ainda, elevado número de analfabetos e população com baixa renda média. Em outras palavras, essa situação pode ser reflexo das características econômicas e sociais dessa região, tais como menor integração, baixa produtividade, baixo PIB *per capita* e população, e podem significar uma menor disponibilidade de crédito por parte do sistema bancário. Essa realidade é exposta com clareza no mapa 46, cuja análise permite inferir que há uma concentração de serviços financeiros em Montes Claros, numa proporção muito superior aos demais municípios da região. É relevante acrescentarmos que mais de 50% dos municípios estão, de certa forma, excluídos também desse serviço. São 49 municípios que, segundo o IBGE (2000), não possuem nenhuma instituição financeira.



Mapa 46: Norte de Minas: instituições financeiras

Na nossa pesquisa de campo identificamos os bancos existentes nos municípios, organizados no quadro abaixo.

Quadro 4: Norte de Minas - distribuição de agências bancárias por município - 2006

BANCOS	MUNICÍPIOS
Brasil	Águas Vermelhas, Bocaiúva, Brasília de Minas, Buritizeiro, Capitão Enéas, Coração de Jesus, Francisco Sá, Grão Mogol, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Januária, Manga, Mato Verde, Mirabela, Monte Azul, Montes Claros, Montezuma, Pirapora, Riachinho, Rio Pardo de Minas, Salinas, São Francisco, São João da Ponte, Taiobeiras, Várzea da Palma e Varzelândia.
Itaú	Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Francisco Sá, Ibiaí, Jaíba, Janaúba, Januária, Jequitaí, Montes Claros, Porteirinha, Riacho dos Machados, Rubelita, São Romão e Várzea da Palma.
Bradesco	Bocaiúva, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Porteirinha, Salinas, São Francisco e Taiobeiras.
Nordeste	Coração de Jesus, Espinosa, Janaúba, Januária, Montalvânia, Montes Claros, Monte Azul, Pirapora, Porteirinha e Salinas.
Caixa Econômica Federal	Bocaiúva, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas e Várzea da Palma.
Real	Montes Claros
HSBC	Montes Claros
Mercantil	Montes Claros
Unibanco	Montes Claros

Fonte: Pesquisa de campo
Org.: PEREIRA, A. M., 2006

Notamos que a maior concentração e diversificação de agências bancárias ocorre em Montes Claros, seguido por Pirapora, Janaúba, Januária, Bocaiúva, Salinas, Taiobeiras e Várzea da Palma. Apenas na cidade de Montes Claros encontramos o serviço de banco 24 horas. Já o serviço de caixa eletrônico das 06h00 às 22h00 foi encontrado nas cidades de Montes Claros, Bocaiúva, Janaúba, Januária, Espinosa e Várzea da Palma. Nos municípios que não constam do quadro supra, o serviço bancário é feito através dos correios, das casas lotéricas e pontos de atendimento. Olhos D'Água e Curral de Dentro não possuem nenhuma forma de serviço bancário, sendo que a população depende da cidade mais próxima para efetuar qualquer transação financeira.

Merece destaque, também, a presença na região de agências financeiras voltadas para o atendimento aos aposentados, principalmente com serviços de empréstimo, os chamados "bancos dos aposentados". Tais bancos possuem agências nas cidades mais importantes, mas atuam de forma itinerante nos centros menores. Também alguns bancos fazem isso, principalmente os que trabalham com financiamentos para o pequeno agricultor.

Sabemos que a logística informacional acompanha a dinâmica da organização espacial, das redes visíveis e invisíveis, através da informatização dos principais atores de circulação do capital no município. Por fim, a identificação dessas redes é de grande importância para o entendimento do espaço regional e do papel do capital através de sua circulação, modificando-o, e os demais aspectos sociais e culturais vigentes. Dessa idéia, resulta nossa preocupação em compreender o espaço dos fluxos na região norte-mineira. Para isso, procuraremos analisar a estrutura das redes de transportes, comunicação e informação.

3.5 O espaço dos eixos de circulação

Conscientes da importância que os eixos de circulação têm para a centralidade exercida por uma cidade, consideramos necessário abordar a realidade da região,

ainda que de forma sucinta. Para tanto, destacamos que o principal meio de transporte é a rodovia, sendo que algumas são pavimentadas, como as BR's 135 (Bocaiúva/Montes Claros/Januária), a 365 (Montes Claros/Pirapora), a 251 (Montes Claros/Salinas), a 122 (Montes Claros/Espinosa) e a 496 (Pirapora/Lassance). Alguns trechos de rodovias estaduais também já estão pavimentadas, como os trechos de Salinas/Taiobeiras, Montes Claros/Juramento, Divisa Alegre/Águas Vermelhas, Montes Claros/Coração de Jesus, Berizal/Taiobeiras, Montes Claros/Matias Cardoso, São Francisco/Brasília de Minas, além dos acessos à Ibiaí, Olhos D'Água, Riacho dos Machados, São João da Ponte e Claro dos Poções. Infelizmente, grandes distâncias de estradas federais e estaduais permanecem em leito natural, o que dificulta o acesso a 43 cidades da região norte-mineira.

O atual terminal rodoviário de Montes Claros, denominado Hildeberto Alves de Freitas, foi inaugurado em 03 de outubro de 1980, à praça Presidente Tancredo Neves, s/n, no bairro Canelas (figura 20). Até então, a rodoviária funcionava na área central, ao lado da estação ferroviária. O aumento do fluxo de ônibus tornou essa localização inadequada, justificando, assim, sua transferência.

As empresas que operam com linhas estaduais e interestaduais são: Alprino, Santo Antônio, Viação Expresso, Saritur, Expresso União, Viação Novo Horizonte, Gontijo, Transnorte e Viação Xavier. Quanto às linhas municipais, elas ficam sob a responsabilidade das empresas Expresso Ribeiro, Viação Mariano, PAS Transporte, Viação São Pedro e Viação Irmãos Silva.

A única ferrovia que existe na região, a Centro Atlântica, faz apenas o transporte de cargas e, no que diz respeito ao transporte aéreo, apesar de várias cidades da região possuírem aeroportos ou pistas de pouso, apenas Montes Claros disponibiliza um aeroporto (figura 21) com vôos regulares. O mapa 47 mostra as principais rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos da região[45].

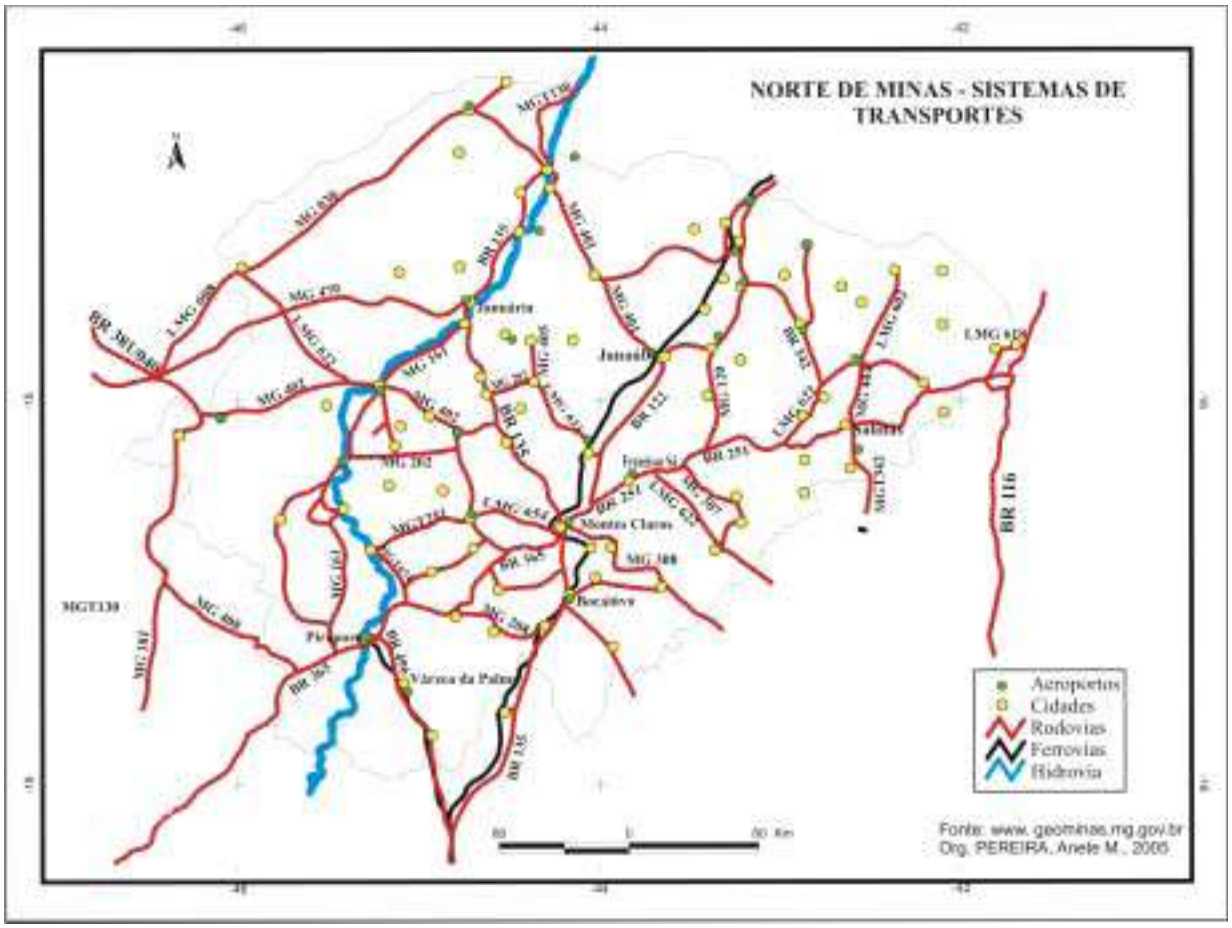
[45] No mapa, as rodovias denominadas AMG são rodovias de acesso, as LMG são rodovias de ligação, as MGT são rodovias transitórias e as BRs são rodovias federais.



Figura 20: Montes Claros – Rodoviária
Fonte: Prefeitura Municipal, 2006



Figura 21: Montes Claros – Aeroporto
Fonte: Prefeitura Municipal, 2006



Mapa 47: Norte de Minas: Sistemas de transportes

No que se refere ao setor de telecomunicações, existem na cidade os jornais diários: O Norte, Gazeta Norte Mineira, Jornal de Notícias, bem como sucursais dos jornais Hoje em Dia e do Estado de Minas. A primeira emissora de rádio da cidade, a então denominada Rádio ZYD-7, foi inaugurada oficialmente em maio de 1944, com 250

watts na antena. Atualmente, faz parte da Fundação Paiva Neto, sob a denominação de Rádio Sociedade Norte de Minas. Existem ainda, na cidade, a Rádio Educadora AM e a Rádio Terra de Montes Claros – AM. Na freqüência FM, destacam-se a Rádio Itatiaia FM, Rádio Montes Claros 98,9 FM, a Rádio São Francisco de Assis 93,5 FM, a Rádio Transamérica – FM, a Rádio Unimontes – FM, a Rádio Comunitária e a Rádio 107 - FM (Comunitária).

Com a denominação “TV Montes Claros”, foi fundada, em 1972, a primeira emissora e retransmissora de televisão da cidade, hoje sob o nome InterTV Grande Minas, possui sua sede em Montes Claros e sucursais em Teófilo Otoni, Curvelo e Unaí. Responde pela produção de dois telejornais diários e um programa semanal, o Intertv Rural. Além dessa, existe na cidade a TV Geraes, com parte da programação local e a TV Vídeo Cabo.



Figura 22: Sede da INTERTV
Autor: PEREIRA, A. M., 2006

No que se refere à rede de Internet, há na cidade alguns provedores, e vários sites informativos, como o da Prefeitura Municipal, Universidades, escolas estaduais, ONGs ambientais, Associação de Desenvolvimento de Montes Claros, jornais, revistas, rádios e televisão.

Através da realização de entrevistas com representantes da administração municipal, em cada cidade do Norte de Minas, tivemos a oportunidade de constatar que Montes Claros é, de fato, para as demais cidades norte-mineiras, o seu centro urbano de referência, conforme exposto na figura 23.

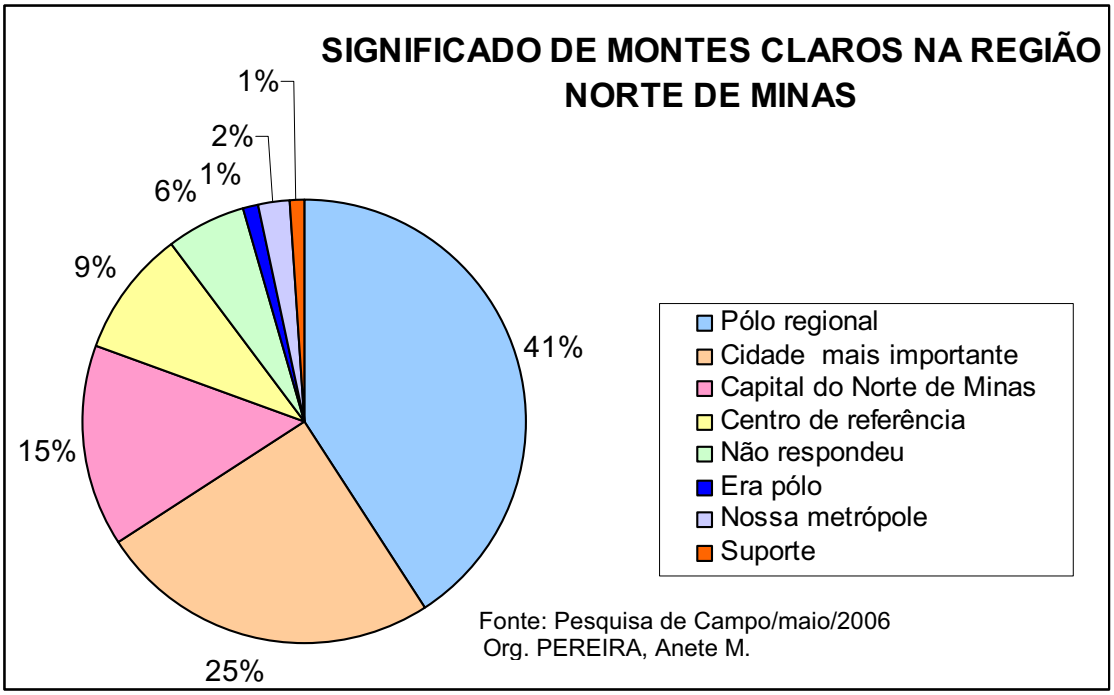


Figura 23: Significado de Montes Claros na região norte de Minas

A análise do gráfico deixa evidente a importância de Montes Claros para a região, uma vez que, para cerca de 90% dos entrevistados, essa cidade é o pólo regional ou, em outras palavras, a capital da região ou, ainda, o centro urbano mais importante.

Quando questionados sobre que tipo de relações as suas cidades mantêm com Montes Claros, representantes delas destacaram a busca por serviços que não possuem e a atração exercida pelo comércio variado, notadamente o automotivo. Com exceção de Divisa Alegre e Riachinho, todos os demais municípios têm como principal relação com Montes Claros os serviços na área da saúde. As respostas obtidas nessa questão estão organizadas na figura 24.

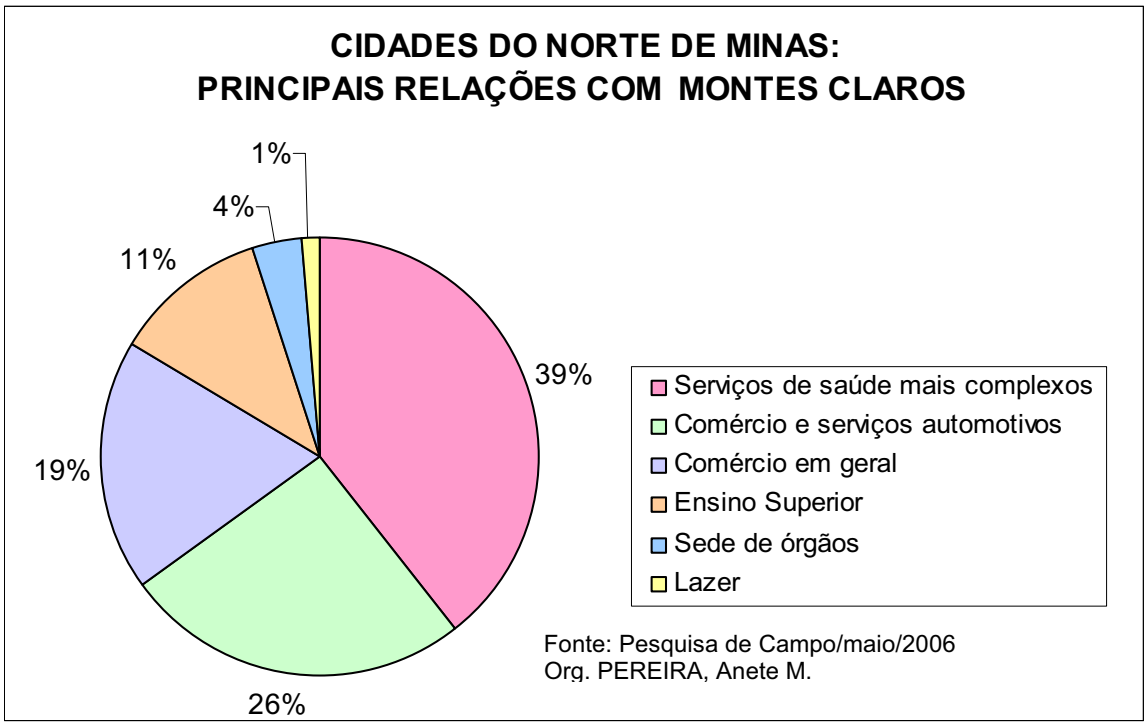


Figura 24: Cidades do norte de Minas: principais relações com Montes Claros

Além dos serviços de saúde, Montes Claros centraliza atividades ligadas ao mercado automobilístico, incluindo concessionárias de veículos novos e usados, oficinas e lojas de peças. Na nossa pesquisa de campo, essa atividade aparece como a segunda mais importante, uma vez que quase todos os municípios, com exceção de Riachinho, buscam esse bem e/ou serviço em Montes Claros. O comércio em geral foi considerado o terceiro motivo das relações entre os municípios e Montes Claros. A existência de uma ampla rede de ensino superior justifica ser este o setor responsável por mais um vínculo entre essa cidade e a região. A localização nessa cidade de diretorias regionais de órgãos e instituições governamentais também confirma a centralidade de Montes Claros, sendo que todos os municípios da região com ela mantêm relações em virtude desse fator. Finalmente a busca pelo lazer, com destaque para o cinema, figura como uma outra importante relação estabelecida com a referida cidade.

O comércio diversificado, a expansão de atividades de apoio, transportes, setores financeiros, comunicação, saúde, educação, cultura e lazer, bem como a presença de órgãos estaduais (que possuem escritório regional apenas em Montes Claros)

despontam como as atividades mais importantes na economia municipal e contribuem para confirmar o importante papel regional que essa cidade representa.

Para compreender o significado que Montes Claros possui na região, apenas a opinião dos entrevistados parece-nos insuficiente. Acreditamos ser necessário conhecer as demais cidades da região, no propósito de compreender melhor os fluxos existentes entre elas e Montes Claros.



4. DA PEQUENA CIDADE À CIDADE MÉDIA: a estrutura urbana no Norte de Minas

"[...] Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles."

(Ítalo Calvino)

4.1 As pequenas cidades: uma introdução ao tema

Estudos envolvendo as cidades metropolitanas e mesmo as cidades médias já fazem, ainda que em escalas diferenciadas, parte da tradição geográfica, apesar da complexidade que envolve a definição de seus limiares. Entretanto, quando pensamos em inúmeras cidades brasileiras que não compõem estes dois grupos, nos deparamos com as chamadas cidades pequenas e com a falta de pressupostos teórico-metodológicos quando nos propomos a estudá-las. A esse respeito, Wanderley (2001, p. 2) chama a atenção para o fato de que "[...] a pesquisa sobre os pequenos municípios parece permanecer à margem do interesse dos pesquisadores, sem que se formule sobre eles uma reflexão mais sistemática [...]".

Concordamos com Bacelar (2003, p. 1) quando ele atesta que

> [...] ao observarmos as principais obras sobre a temática, percebemos que se criaram vários critérios de delimitação e classificação para várias classes e tamanhos de cidades, mas as pequenas cidades são, em geral, englobadas em um "limbo" conceitual e epistemológico, ou são genericamente denominadas de pseudocidades, áreas de "resistência" como exposto em Santos (1979, 1996, 2001) e reafirmado por Oliveira e Soares (2000), municípios rurais para Veiga (2001), ou mesmo de cidades rurais como em Abramovay (2000). A classificação mais "branda" é do IBGE (2000) que as denomina apenas de cidade, pois para este órgão oficial do governo federal, é considerada cidade, não importando o número de habitantes, desde que sua população esteja agrupada em locais, considerados por este órgão, urbanos.

Evidentemente não podemos analisar as pequenas cidades apenas do ponto de vista demográfico, haja vista a diversidade que as caracteriza e o papel que exercem na rede urbana brasileira. Maia (2005, p.7) ressalta que

> [...] este critério tem sido adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela maioria dos estudos que versam sobre o assunto. Realmente não se pode deixar de considerar a contagem populacional quando se quer pensar sobre o que se denominou de pequenas cidades, mas por outro lado, não se pode partir unicamente deste dado. Pois, mesmo que se enquadrem dentro de uma mesma faixa de número de habitantes, há ainda muita discrepância entre estes espaços.

Como principais características dos pequenos centros, podemos destacar: a pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos, ligados à saúde, à educação e à segurança, conforme já mostramos em capítulo anterior; a baixa articulação com as cidades do entorno; as atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos e a predominância de atividades caracterizadas como relacionadas ao rural.

Também não podemos adotar, de forma generalizada, o conceito de cidades locais[46], utilizado por Santos (1979c, p. 70), que as define como cidades que "[...] dispõem de uma atividade polarizante e, dadas as funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de cidades de subsistência." Esse conceito pode ser aplicável nas áreas de maior modernização, todavia há um grande número de cidades que não apresentam inovações sendo que, em muitos casos, não possuem sequer a capacidade de suprir sua população com a oferta de serviços e produtos de consumo básicos.

A maioria das cidades da região norte-mineira se enquadra nesse grupo, por isso optamos por empregar o termo pequena cidade ao nos referirmos a elas, lembrando que "[...] as pequenas cidades nasceram ou rapidamente se tornaram lugares centrais de pequenas hinterlândias agropastoris. Localizam-se por toda parte e suas hinterlândias são diferenciadas em termos demográficos, produtivos e de renda" (CORRÊA, 2004, p.75).

Um ponto que não poderia deixar de constar na nossa análise encontra respaldo nas palavras de Soares e Melo (2006, p.6) quando destacam que

> [...] as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional onde estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese bem como no conjunto de sua formação espacial. Nesse sentido ressalta-se que a definição de parâmetros nacionais rígidos para classificação e definição desses espaços pode incorrer em sérios problemas impedindo uma melhor aproximação com a realidade socioespacial, dada à complexidade e diversidade do espaço brasileiro.

[46] Santos apresenta na discussão sobre cidades locais outros elementos que complementam a sua definição. Sobre o assunto, vide Santos (1979c); Soares e Melo (2005c); Maia (2005), entre outros.

Considerando as questões até então apresentadas e para melhor delinearmos os fundamentos da nossa opção teórico-metodológica, utilizaremos um dos caminhos sugeridos por Corrêa (2004) para caracterizar as pequenas cidades da região e compreender as suas relações com Montes Claros. Acatando a sugestão do referido autor, entendemos que as cidades em estudo podem ser enquadradas no nível quatro[47], definido como o

> [...] dos pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos. A renda da cidade é em grande parte procedente de emigrantes que mensalmente enviam escassas sobras de recursos aos familiares que permanecem, ou procedente de aposentadorias de trabalhadores agrícolas. A pobreza desses centros, freqüentes no Nordeste, contrasta com a prosperidade dos centros do primeiro tipo. (CORRÊA, 2004, p. 75-76).

Assim, o que denominamos de pequenas cidades no Norte de Minas são todas aquelas com população inferior a 20 mil habitantes, que possuem uma relação direta com atividades rurais e forte dependência do poder público, em todas as suas esferas. Faremos uma abordagem simplificada, sem a pretensão de mostrar todas as características de tais cidades. Por isso, selecionamos apenas alguns indicadores como: aspectos demográficos, infra-estrutura urbana - incluindo equipamentos tanto culturais como comerciais - e a dinâmica urbana. Os dados e informações para tal caracterização são originados do banco de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002 do IBGE, de sites governamentais e da nossa pesquisa de campo.

---

[47] Esse autor organiza as pequenas cidades em mais três tipos:
1 - Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico. Esses centros distribuem produtos para as atividades agrícolas e para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. Podem, em muitos casos, realizar o beneficiamento da produção agrícola. O oeste catarinense fornece bons exemplos desses lugares centrais.
2 - Pequenos centros especializados. A modernização do campo esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos, pode mesmo crescer econômica e demograficamente. O oeste paulista e o norte paranaense apresentam inúmeras cidades que se enquadram nesse tipo.
3 - Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho ou que assim nasceram. No primeiro subtipo o esvaziamento do campo gerou a perda de inúmeras funções centrais, resultou em centros habitados por assalariados rurais com emprego temporário. O oeste paulista é rico de exemplos desse subtipo. O segundo subtipo, que ocorre, por exemplo, na Amazônia oriental, resulta de um processo de concentração da força de trabalho, os “peões”, que é assim confinada em pequenos e pobres lugares.

4.2 O perfil urbano das pequenas cidades norte-mineiras

Assim como em quase todo o Brasil, o quadro urbano no Norte de Minas é bastante diverso. Diversidade essa que se expressa nos elementos econômicos, sociais, culturais e políticos que produzem tais espaços. Nessa perspectiva, as diversidades, contradições e desigualdades produzidas pela sociedade capitalista se fazem presentes, de forma muito específica, na região em estudo e, conseqüentemente, no espaço urbano de cada uma das cidades que nela se localizam.

Como elemento inicial na nossa abordagem, destacamos os registros populacionais, apresentados na tabela 14. Entre os 89 municípios apenas dez possuem população urbana superior a 20.000 habitantes[48]. Somente Porteirinha, Brasília de Minas, Espinosa, Manga, Coração de Jesus, Espinosa, Itacarambí, Francisco Sá, Jaíba, Monte Azul e Rio Pardo de Minas possuem entre 10.000 e 20.000 habitantes na área urbana. As demais, uma maioria de 68 municípios, possuem população urbana inferior a 10.000 habitantes, sendo que Santa Cruz de Salinas, Gameleiras, Cônego Marinho, Glaucilândia, Miravânia e Itacambira possuem menos de 1.000 habitantes. As figuras a seguir mostram alguns aspectos paisagísticos das duas cidades com menor população: Itacambira e Miravânia.



Figura 25: Cidade de Itacambira
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 26: Cidade de Miravânia
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

[48] São eles: Bocaiúva, Pirapora, Salinas, Taiobeiras, Janaúba, Januária, São Francisco, Buritizeiro, Várzea da Palma e Montes Claros.

Tabela 14: Norte de Minas - municípios com população urbana inferior a 20.000 habitantes - 2000

CIDADE	POPULAÇÃO 2000	CIDADE	POPULAÇÃO 2000
PORTEIRINHA	18140	LAGOA DOS PATOS	2902
BRASÍLIA DE MINAS	17580	CATUTI	2900
ESPINOSA	16811	IBIRACATU	2856
MANGA	13972	CRISTÁLIA	2595
CORAÇÃO DE JESUS	13948	FRANCISCO DUMONT	2592
ITACARAMBI	13304	JAPONVAR	2577
FRANCISCO SÁ	13191	RUBELITA	2521
JAÍBA	13148	GUARACIAMA	2406
MONTE AZUL	11478	MONTEZUMA	2308
RIO PARDO DE MINAS	10495	LUISLÂNDIA	2208
CAPITÃO ENÉAS	9967	PINTÓPOLIS	2204
MIRABELA	9476	PONTO CHIQUE	2120
MATO VERDE	9349	SÃO JOÃO DAS MISSÕES	2089
VARZELÂNDIA	8531	BERIZAL	2067
MONTALVÂNIA	8473	FRUTA DE LEITE	2042
SÃO JOÃO DO PARAÍSO	8231	PATIS	2034
ÁGUAS VERMELHAS	8115	JOSENÓPOLIS	2020
SÃO JOÃO DA PONTE	7862	VARGEM G. DO RIO PARDO	1977
JEQUITAÍ	5981	SANTA FÉ DE MINAS	1967
SÃO ROMÃO	5169	ICARAÍ DE MINAS	1942
IBIAÍ	5141	NINHEIRA	1942
CLARO DOS POÇÕES	5057	SÃO JOÃO DA LAGOA	1928
PEDRAS DE M. DA CRUZ	4983	OLHOS D ÁGUA	1890
LONTRA	4954	JURAMENTO	1873
GRÃO MOGOL	4831	MAMONAS	1785
ENGENHEIRO NAVARRO	4714	PAI PEDRO	1592
DIVISA ALEGRE	4656	SERRANÓPOLIS DE MINAS	1567
UBAÍ	4621	SÃO JOÃO DO PACUÍ	1525
URUCUIA	4319	BONITO DE MINAS	1420
JUVENÍLIA	4213	CAMPO AZUL	1322
NOVA PORTEIRINHA	4182	SANTO ANTONIO DO RETIRO	1257
RIACHINHO	3899	NOVORIZONTE	1242
MATIAS CARDOSO	3743	INDAIABIRA	1233
VERDELÂNDIA	3687	SANTA CRUZ DE SALINAS	911
CURRAL DE DENTRO	3566	GAMELEIRAS	855
BOTUMIRIM	3306	CÔNEGO MARINHO	764
LASSANCE	3275	GLAUCILÂNDIA	763
RIACHO DOS MACHADOS	3084	MIRAVÂNIA	687
CHAPADA GAÚCHA	3080	ITACAMBIRA	656
PADRE CARVALHO	2970		

Fonte: IBGE, 2000
Org.: PEREIRA, A. M., 2006

Assim, é bastante expressivo o quadro apresentado como de cidades pequenas na região. Também o crescimento demográfico dessas cidades, no período intercensitário 1991-2000, mostra uma variação, não sendo homogêneo, conforme mostra a tabela 15.

Tabela 15: Pequenas cidades - crescimento populacional (1991-2000)

MUNICÍPIO	TAXA DE CRESC. %	MUNICÍPIO	TAXA DE CRESC. %
JAÍBA	4,99	GLAUCILÂNDIA	0,61
MIRAVÂNIA	4,63	RIO PARDO DE MINAS	0,61
SÃO JOÃO DO PARAÍSO	4,40	CATUTI	0,52
URUCUIA	3,67	JURAMENTO	0,42
DIVISA ALEGRE	3,31	NOVORIZONTE	0,27
CHAPADA GAÚCHA	3,12	BRASÍLIA DE MINAS	0,25
PADRE CARVALHO	3,06	IBIAÍ	0,25
SANTA CRUZ DE SALINAS	2,73	PATIS	0,24
CURRAL DE DENTRO	2,70	RUBELITA	0,22
LUISLÂNDIA	2,37	MONTEZUMA	0,16
PINTÓPOLIS	2,37	ESPINOSA	0,14
FRANCISCO DUMONT	2,36	JOSENÓPOLIS	0,13
LONTRA	2,34	SÃO JOÃO DA LAGOA	0,09
SANTO ANTONIO DO RETIRO	2,32	IBIRACATU	0,07
PONTO CHIQUE	2,31	PORTEIRINHA	0,01
NOVA PORTEIRINHA	2,21	CLARO DOS POÇÕES	-0,06
OLHOS D ÁGUA	2,09	ICARAÍ DE MINAS	-0,09
ITACARAMBI	1,98	SÃO JOÃO DA PONTE	-0,09
GRÃO MOGOL	1,93	LASSANCE	-0,15
JAPONVAR	1,68	MONTE AZUL	-0,19
JUVENÍLIA	1,61	UBAÍ	-0,22
VARZELÂNDIA	1,37	MONTALVÂNIA	-0,37
MANGA	1,31	NINHEIRA	-0,40
CAPITÃO ENÉAS	1,29	GUARACIAMA	-0,57
CRISTÁLIA	1,27	BOTUMIRIM	-0,65
PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	1,21	FRANCISCO SÁ	-0,68
BERIZAL	1,17	CÔNEGO MARINHO	-0,70
VARGEM G. DO RIO PARDO	1,11	BONITO DE MINAS	-0,71
VERDELÂNDIA	1,11	ENGENHEIRO NAVARRO	-0,76
RIACHINHO	1,10	JEQUITAÍ	-0,76
ÁGUAS VERMELHAS	1,09	FRUTA DE LEITE	-0,82
LAGOA DOS PATOS	0,9	RIACHO DOS MACHADOS	-0,99
PAI PEDRO	0,86	SANTA FÉ DE MINAS	-1,00
SÃO JOÃO DO PACUÍ	0,84	MATO VERDE	-1,35
CAMPO AZUL	0,83	SERRANÓPOLIS DE MINAS	-1,46
CORAÇÃO DE JESUS	0,82	MAMONAS	-1,49
GAMELEIRAS	0,73	SÃO JOÃO DAS MISSÕES	-1,98
SÃO ROMÃO	0,73	MATIAS CARDOSO	-4,11
INDAIABIRA	0,70	ITACAMBIRA	-4,52
MIRABELA	0,68		

Fonte: IBGE, 2000
Org.: PEREIRA, A. M., 2006

A análise dos dados permite inferir que, liderados por Jaíba[49] (que possui implantados, em seu território, 46 mil hectares irrigados com 40 espécies cultivadas),

[49] Segundo o entrevistado, a tendência é de um crescimento entre 9% a 10% nos próximos anos.

17 municípios tiveram um crescimento superior a 2,0% (como São João do Paraíso e Padre Carvalho – figuras 27 e 28), enquanto a maioria ficou na faixa de 1% a 2%, sendo que 24 tiveram um crescimento negativo, como foi o caso de Serranópolis de Minas e São João das Missões (figuras 29 e 30). Essa situação ainda tem como explicação a baixa condição de vida da população regional e a migração. A mera verificação do indicador demográfico não é suficiente para nos mostrar a realidade dessas cidades, pois, mesmo com poucos habitantes, elas poderiam ter uma dinâmica tipicamente urbana, porém não é o que ocorre no Norte de Minas, onde há certa correspondência entre o tamanho populacional e a reduzida dinâmica urbana.



Figura 27: Vista da cidade de São João do Paraíso
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006



Figura 28: Cidade de Padre Carvalho
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006



Figura 29: Cidade de Serranópolis de Minas
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006



Figura 30: Cidade de São João das Missões
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006

Do ponto de vista cultural, verificamos que teatros ou salas de espetáculos foram encontrados apenas nas cidades de Porteirinha e Jequitaí; orquestra, somente em Grão Mogol e banda de música em Francisco Dumont, Mirabela, Monte Azul, Santa Cruz de Salinas, São João da Ponte, São Romão e Vargem Grande do Rio Pardo. Esses indicadores estão destacados na figura 31.

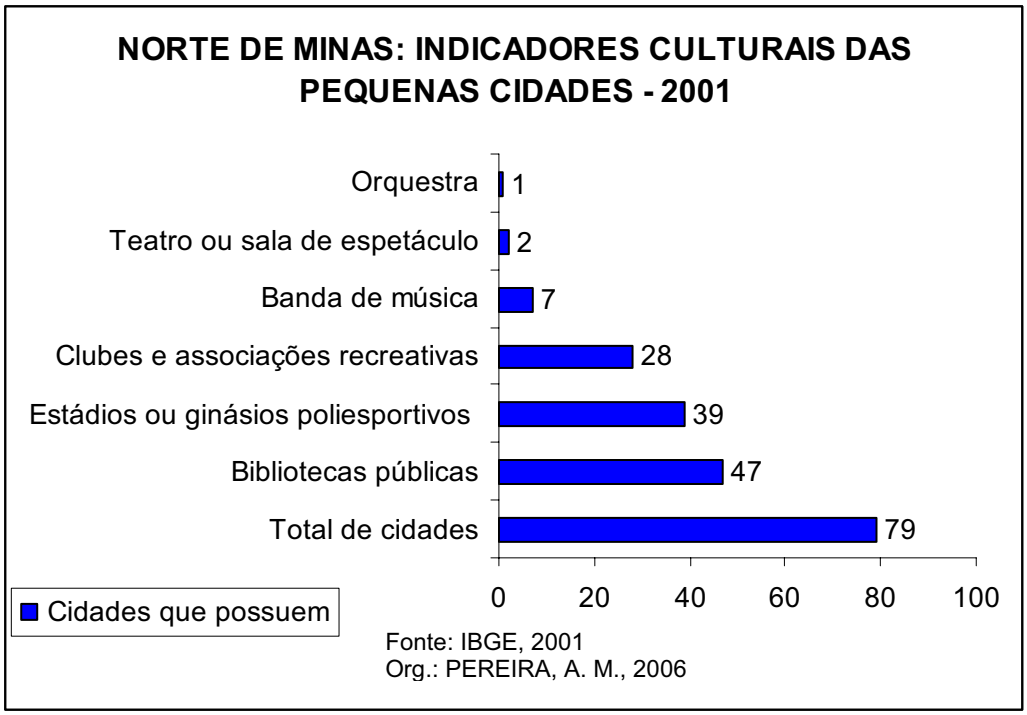


Figura 31: Norte de Minas: indicadores culturais das pequenas cidades (2001)

As cidades de Berizal, Catuti, Chapada Gaúcha, Curral de Dentro, Fruta de Leite, Gameleiras, Guaraciama, Ibiracatu, Jaíba, Japonvar, Josenópolis, Juvenília, Lontra, Matias Cardoso, Miravânia, Ninheira, Nova Porteirinha, Novorizonte, Olhos D'Água, Padre Carvalho, Pai Pedro, Patis, Pintópolis, Ponto Chique, Riacho dos Machados, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João da Lagoa, São João das Missões, São João do Pacuí, Serranópolis de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo não possuem nenhuma biblioteca pública, apenas as bibliotecas das escolas. Acrescentamos ainda um outro indicador que fez parte da nossa pesquisa de campo: a ausência de bancas de jornal e revistas em praticamente todas as pequenas cidades visitadas.

Apesar de quase todos os entrevistados terem demonstrado uma preocupação com o esporte, em 40 pequenas cidades não há estádios ou ginásios poliesportivos.

Também clubes e associações recreativas inexistem em 51 pequenas cidades da região. Para Maia (2005, p.12),

> [...] a ausência de associações recreativas reforça a análise [...] de que há uma ausência quase total de vida cultural urbana nessas localidades. E a ausência de bibliotecas demonstra ainda a pouca vida intelectual, que por sua vez certamente coincide com a baixa escolaridade da maioria dos seus habitantes.

As figuras 32 e 33 mostram, respectivamente, duas áreas de lazer existentes na região, as piscinas naturais na cidade de Francisco Dumont e o Balneário de Montezuma, que foi construído pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) e é, hoje, administrado pela prefeitura.



Figura 32: Piscinas Naturais –Francisco Dumont
Autora: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 33: Balneário de Águas Termais – Montezuma
Autora: PEREIRA, A. M., maio/2006

Esses dados mostram que há uma carência de espaços culturais urbanos. Isso não significa dizer que as cidades com mais de 20.000 habitantes possuam esses indicadores, nem tampouco que os habitantes das pequenas cidades não tenham uma vida cultural. Devemos lembrar que as informações chegam através do rádio e da televisão, estando esta última presente em, aproximadamente, 59% das residências, ainda que através das antenas parabólicas (figuras 34 e 35). Há ainda o acesso à Internet.



Figura 34: Área urbana de Francisco Dumont
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006



Figura 35: Área urbana de Indaiabira
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006

A falta dos elementos citados nos preocupa, na medida em que interfere na capacidade de as populações locais desenvolverem suas tradições culturais, suas manifestações artísticas. Entretanto, concordamos com Corrêa (2003, p. 158) quando este afirma que

> [...] a cidade, enquanto marca e matriz cultural, enquanto texto que permite múltiplas interpretações, está recoberta por inúmeros mapas de significados. Mitos, utopias, crenças e valores, particularmente, mas não de modo exclusivo, da cultura dominante, levam ao estabelecimento de grafias – a própria cidade é uma grafia – na cidade e de movimentos, sistemáticos ou não, construindo uma geografia urbana que, simultaneamente é cultural, econômica, social e política.

Cabe ressaltar que todas as cidades têm as suas festas populares folclóricas e/ou religiosas. Normalmente há a festa do santo padroeiro que, além de movimentar o comércio local, atrai os "filhos ausentes" da terra natal, bem como os vendedores ambulantes. Além das festas religiosas, há ainda as festas folclóricas como as folias de reis, lundu, pastorinhas, festa do boi[50], entre outras. As vaquejadas e os torneios desportivos também fazem parte das práticas culturais na região. Durante as entrevistas, essa temática foi lembrada em todas as cidades, como foi o caso de São João da Ponte onde ouvimos que "[...] o povo da cidade tem uma cultura bem

[50] A folia de reis é um festejo realizado através da visitação das casas, que começa no final de dezembro e vai até o dia de Reis, seis de janeiro. O lundu foi o primeiro gênero afro-brasileiro da canção popular, uma música alegre de versos maliciosos, que tem na dança praticada em rodas de batuque sua forma mais simples. As pastorinhas são uma tradição folclórica natalina, constituída por um grupo de meninas que param e cantam nas casas onde há presépios, anunciando o nascimento de Jesus. Já a festa do boi é uma espécie de ópera popular, originada no Nordeste brasileiro.

forte, com predomínio de diversas manifestações, festas populares e ainda há os remanescentes de quilombolas."

Observamos, em praticamente todas as cidades, o papel importante que as praças centrais e as igrejas desempenham, pois, na ausência de outros espaços públicos, é nestes locais que ocorrem os encontros, as festas e outras manifestações culturais da população. Algumas dessas construções demonstram que já houve períodos de riqueza em determinados locais, como mostram as figuras 36 e 37 que retratam as igrejas Matriz de Santo Antônio de Grão Mogol, construída no século XIX pelo trabalho escravo para atender às necessidades de serviços religiosos da população branca local, e a de Matias Cardoso que, de acordo com Costa (2003), foi a primeira de Minas Gerais.



Figura 36: Igreja de Grão Mogol
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 37: Igreja de Matias Cardoso
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

A vida social nessas cidades tem na praça um importante centro de convívio. Notamos, em todas as cidades visitadas, uma preocupação da administração pública em manter a praça principal, geralmente a da igreja, bem cuidada, como se fosse o "cartão postal" da cidade. Em Rubelita, a entrevistada disse que a praça, localizada em frente à igreja, "[...] é o nosso jornal diário, pois é aqui que todos se encontram no final da tarde e ficamos sabendo o que aconteceu durante o dia, de todas as novidades políticas e sociais."

Poderíamos até arriscar aplicar, na análise dessas cidades, a idéia de tempo rápido e tempo lento, discutida nos estudos de Milton Santos. Apesar da presença de

alguns elementos que caracterizam o tempo rápido, o que predomina nesses espaços é o tempo lento. Conforme o referido autor,

> [...] a cidade é o palco de atores os mais diversos: homens, firmas, instituições, que nela trabalham conjuntamente. Alguns movimentam-se segundo tempos rápidos, outros, segundo tempos lentos, de tal maneira que a materialidade que possa parecer como tendo uma única indicação, na realidade não a tem, porque essa materialidade é atravessada por esses atores, por essa gente, segundo os tempos, que são lentos ou rápidos. Tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas e tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemonizados. A economia pobre trabalha nas áreas onde as velocidades são lentas. (SANTOS, 2002, p.4-5)

Ademais, na cidade encontramos coexistência de espaços apropriados para diferentes usos e funções e com diferentes ritmos. As figuras 38, 39, 40 e 41 retratam algumas praças de cidades norte-mineiras, cada uma constituindo lugares apropriados e produzidos por distintos grupos sociais, em tempos diferentes[51].



Figura 38: Praça central Coração de Jesus
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006



Figura 39: Praça central de Santa Fé de Minas
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006

[51] Sobre esse assunto, vide Salgueiro (2003), Machado (2003) e Braudel (1997).



Figura 40: Praça Central – Águas Vermelhas
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 41: Praça Central – Gameleiras
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

Ao realizarmos este estudo que também tem como objeto as pequenas cidades, concordamos com Maia (2005, p.15-16) quando ela diz que

> [...] para entender as pequenas cidades é imprescindível a observação em campo, ou mais exatamente nas cidades. As apurações estatísticas são valiosas e muito contribuem para algumas conclusões. No entanto, é através da observação direta – aqui entendida no seu sentido mais amplo – da maior aproximação com essas localidades que se pode apreender essas realidades. Assim, é com base nas observações in loco que podemos afirmar que a vida nessas localidades, normalmente definidas como pequenas cidades, está fundada na imbricação do campo na cidade, ou ainda de uma vida rural na vida urbana. Tal imbricação não se pode desvendar a partir unicamente da análise das atividades econômicas, mas principalmente do conhecimento dos costumes, dos hábitos, da vida cotidiana dos seus habitantes e ainda do tempo que rege essas localidades. Constata-se que nessas localidades a vida urbana se faz presente não pelo que se faz ou pelo que se produz ali, mas pelo que vem de fora, pela televisão, pelo vídeogame, pelo telefone, pelo celular, pelos ônibus ou pelos visitantes. O que na verdade a maioria dos habitantes faz é cuidar do roçado, tirar ou pegar o leite no curral, levar os animais para o pasto e à noite colocar a cadeira na calçada e esperar o horário da novela e/ou do jornal na televisão e também o vento chegar para poder dormir.

Seguindo esse pressuposto, nas visitas feitas nas cidades da região, constatamos que o padrão urbanístico nelas predominante é simples. De um modo geral, na maioria das cidades pequenas a vida urbana gira em torno da praça central, que normalmente é a da igreja, para a qual convergem ruas e caminhos. Essa é também a parte da cidade que possui as melhores casas, geralmente habitadas por pessoas que têm prestígio social ou político. O perfil habitacional é muito variável, indo de poucas casas requintadas a construções simples, algumas feitas de adobe (figuras 42 e 43) ou pau a pique. No interior dessas cidades é comum encontrarmos as

pessoas se deslocando utilizando cavalos, carroças ou carro de boi (figuras 44 e 45).

Além desses aspectos, em todas as cidades encontramos outros traços da vida rural no tecido urbano, que se expressa, entre outros, pela ocupação da população em atividades rurais tradicionais, na manutenção de hábitos ligados ao rural (figuras 46 e 47), pela presença dos currais nos arredores das cidades, sem falar nos animais domésticos, que normalmente perambulam nas ruas.



Figura 42: Cidade de Campo Azul
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 43: Cidade de Jequitaí
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 44: Praça Central – Guaraciama
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 45: Cidade de Itacarambi
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 46: Área central de Mamonas
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 47: Área central de Luislândia
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 48: Secagem de feijão – São João do Pacuí
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 49: Moradoras de São João do Pacuí
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

Quanto às atividades econômicas desenvolvidas nas pequenas cidades da região, verificamos uma baixa dinâmica comercial, que pode ser comprovada com a presença de determinados elementos, conforme mostra a figura 50.

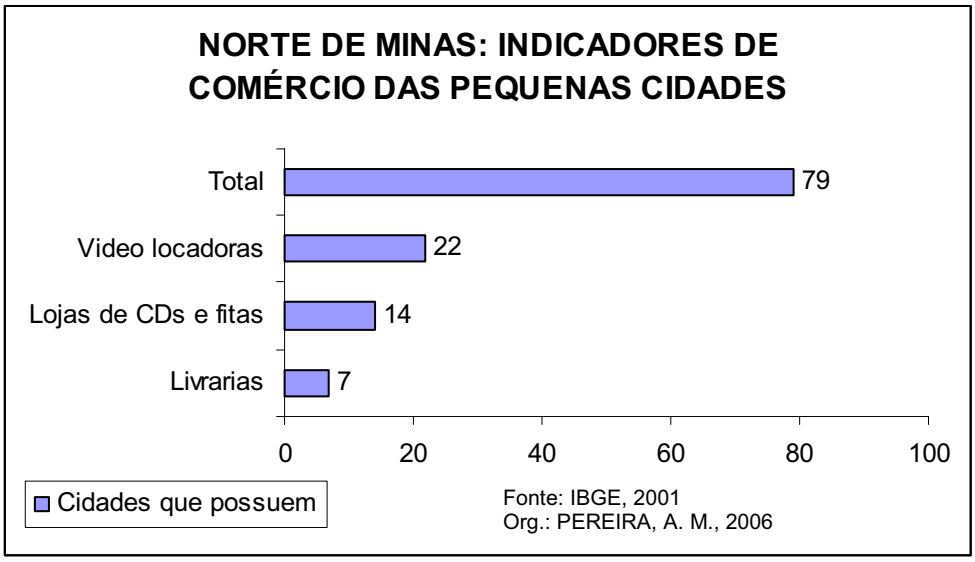


Figura 50: Norte de Minas: indicadores de comércio das pequenas cidades

Conforme a figura 50 há, em termos gerais, uma maior disseminação das videolocadoras, fato justificável uma vez que não existe cinema em nenhuma dessas cidades. Também as lojas de CDs e fitas existem nas cidades com maior população como é o caso de Porteirinha, Brasília de Minas, Claro dos Poções, Espinosa, Coração de Jesus, Francisco Sá, Jaíba, Itacarambi, Manga, Montalvânia e Rio Pardo de Minas, entre outras. As livrarias inexistem na maioria das cidades estudadas.

Encontramos, em todas as cidades visitadas, atividades comerciais voltadas para o consumo mais imediato da população como as padarias (figuras 51 e 52), bares, açougues, lojas e supermercados (que em algumas cidades só substituiu, no nome, as antigas “vendas”[52] ou os empórios).

[52] Venda é um termo regional utilizado nas pequenas cidades para os estabelecimentos comerciais que vendiam diversas mercadorias, desde alimentos, material de papelaria, material de limpeza, utensílios domésticos, entre outros.



Figura 51: Comércio local - Miravânia
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 52: Comércio local – Claro dos Poções
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

A diversidade de produtos depende da importância comercial da cidade, assim, centros como Montalvânia, Brasília de Minas, Coração de Jesus, Monte Azul e Porteirinha possuem uma área comercial mais ampla e variada. No lado oposto, encontramos cidades que dependem dos centros maiores para o consumo de determinados bens. É o caso de Itacambira que, segundo o entrevistado, "[...] depende de Bocaiúva e Montes Claros para a aquisição de tudo, desde produtos de supermercado, remédios, até material de construção."

Em Mato Verde, a reclamação refere-se ao que consideram uma concorrência desleal com o comércio de Monte Azul, que é mais diversificado em roupas, material de construção, supermercado, entre outros. Essa é a mesma reclamação que ouvimos em Porteirinha, onde, segundo o entrevistado, "[...] há uma cultura de comprar fora, apesar de ter um comércio variado na cidade."

Já em Olhos D'Água o entrevistado destacou que

> [...] a cidade não desenvolve seu comércio por causa da falta de um banco. Todos os trabalhadores da cidade vão receber o pagamento em Bocaiúva e lá mesmo eles fazem suas compras: feira de supermercado, móveis, roupas, etc. No mês seguinte vão receber novamente, pagar as prestações ou adquirirem mais mercadorias. Assim, o comércio local só vende o básico, coisas de menor valor.

Também moradores de Rubelita, Fruta de Leite e Novorizonte fazem compras de supermercado em Salinas. Em Pintópolis, foi-nos informado que há uma grande dificuldade para comprar verduras e frutas, que são adquiridas de um atravessador que tem um sacolão em São Francisco e, ao comprar as mercadorias na Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE) de Montes Claros, repassa uma parte para um ponto comercial em Pintópolis.

Outro fato que nos chamou a atenção em algumas dessas cidades foi a ausência da feira semanal, que sempre foi uma característica típica dos pequenos centros, quando os produtores rurais levam suas mercadorias para serem comercializadas na cidade e lá adquirem outras que não produzem. Várias cidades não possuem mercado municipal, como é o caso de Grão Mogol (figura 53), cuja feira persiste, ainda que no meio da rua.



Figura 53: Feira semanal – Grão Mogol
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

Em outras cidades, os produtores preferem vender no mercado mais movimentado como é o caso de Cristália, que vende em Botumirim, Nova Porteirinha em Janaúba, entre outros. Deste modo, alguns tradicionais mercados que eram considerados municipais são, hoje, mercados regionais, como ocorre com o famoso mercado de Monte Azul (figuras 54 e 55).



Figura 54: Mercado Monte Azul
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 55: Estacionamento de carroças Monte Azul
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

Algumas cidades buscam se especializar na comercialização de determinado produto para competir no mercado regional, como é o caso de Mirabela que é

identificada como a “cidade da carne de sol” (figura 56) e Japonvar, com a coleta e produção de produtos derivados do pequi (figura 57).



Figura 56: Açougue – Mirabela
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 57: Subprodutos do Pequi – Japonvar
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

Outras possuem uma atividade comercial predominante, como ocorre em Chapada Gaúcha (sementeiras) e Jaíba (agricultura irrigada), com lojas de implementos e insumos agrícolas (figuras 58 e 59).



Figura 58: Centro Comercial – Chapada Gaúcha
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 59: Centro comercial – Jaíba
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

Quando questionamos sobre a principal base econômica dos municípios que essas cidades sediam, a maioria destacou a agropecuária, conforme demonstrado no quadro 5. Apesar de os entrevistados terem destacado a atividade mais importante, muitas delas coexistem com outras.

Quadro 5: Norte de Minas: atividades econômicas predominantes em municípios com população urbana inferior a 20.000 habitantes

Principal atividade	Município
Agropecuária	Porteirinha, Olhos D'Água, Patis, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Grão Mogol, Itacambira, Jaíba, Mato Verde, Pai Pedro, Porteirinha, Serranópolis de Minas, Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi, Manga, Matias Cardoso, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, São João das Missões, Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Glaucilândia, Juramento, Luislândia, Mirabela, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia, Verdelândia, Ibiaí, Jequitaí, Lassance, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão, Curral de Dentro, Indaiabira, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Santa Cruz de Salinas e Vargem Grande do Rio Pardo.
Agricultura	Pintópolis, Urucuia, Ibiracatu, Guaraciama, Santo Antônio do Retiro, Chapada Gaúcha, Montezuma, Cristália, Japonvar, Mamonas e Nova Porteirinha.
Pecuária de corte	Ponto Chique, Miravânia, Lontra, Juvenília, Icaraí de Minas, Francisco Sá (leite e corte), Botumirim, Catuti, Espinosa, Gameleiras e Riacho dos Machados.
Carvoejamento	Lagoa dos Patos e Josenópolis.
Reflorestamento	Águas Vermelhas, Berizal, Divisa Alegre, Fruta de Leite, São João do Paraíso, Padre Carvalho, Novorizonte e Ninheira.

Fonte: Pesquisa de campo maio/2006
Org.: PEREIRA, A. M., 2006

Ainda com o objetivo de caracterizar economicamente essas cidades, perguntamos qual era a principal fonte de emprego para a população local. As respostas não variaram muito, sendo as prefeituras municipais as maiores empregadoras, como mostrado no quadro 6. Isso cria um dos maiores problemas dessas cidades: a forte dependência da população em relação à prefeitura.

Quadro 6: Norte de Minas: principal fonte de emprego nas pequenas cidades - 2006

Cidades	Principal fonte de empregos
Porteirinha, Patis, Engenheiro Navarro, Grão Mogol, Jaíba, Mato Verde, Porteirinha, Serranópolis de Minas, Bonito de Minas, Itacarambi, Manga, Matias Cardoso, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, São João das Missões, Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Coração de Jesus, Glaucilândia, Luislândia, Mirabela, São João do Pacuí, Varzelândia, Verdelândia, Ibiaí, Jequitaí, Lassance, Riachinho, Santa Fé de Minas, Curral de Dentro, Santa Cruz de Salinas, Vargem Grande do Rio Pardo, Pintópolis, Ibiracatu, Santo Antônio do Retiro, Montezuma, Japonvar, Mamonas, Nova Porteirinha, Ponto Chique, Miravânia, Lontra, Icaraí de Minas, Francisco Sá, Botumirim, Catuti, Espinosa, Gameleiras, Riacho dos Machados, Lagoa dos Patos, Águas	Prefeitura municipal

Cidades	Principal fonte de empregos
Vermelhas, Berizal e Ninheira.	
Pai Pedro, Rubelita, São João da Lagoa, São João da Ponte, São Romão, Ubaí, Juvenília, Juramento, Itacambira, Francisco Dumont, Cônego Marinho, Claro dos Poções, Urucuia e Josenópolis.	Prefeitura e estado
Padre Carvalho, Olhos D'Água, Guaraciama, Cristália, Indaiabira, Novorizonte e Rio Pardo de Minas.	Reflorestamento e prefeitura
Divisa Alegre	Empresas
Chapada Gaúcha	Serviços públicos e sementeiras
Fruta de Leite e São João do Paraíso	Reflorestamento

Fonte: Pesquisa de campo maio/2006
Org.: PEREIRA, A. M., 2006

Considerando que na maioria das cidades a principal fonte empregadora é a prefeitura municipal, interessou-nos saber qual a principal fonte de recursos nas cidades da região. Em quase todos os municípios, nos quais não existe atividade econômica intensa, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é fundamental. Na maioria dos casos, o fundo chega a ser a única fonte de renda das prefeituras.

Vale ressaltar que o referido recurso é repassado aos municípios pelo governo federal. Trata-se de uma transferência prevista na Constituição, composta de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,6 para municípios com até 10.188 habitantes e o máximo é 4,0 para aqueles acima 156 mil[53].

Dentre as 79 cidades, aqui consideradas como pequenas, 60 delas têm no Fundo de Participação dos Municípios a principal fonte de recursos, conforme expresso na tabela 16.

[53] Os critérios atualmente utilizados para o cálculo dos coeficientes de participação estão baseados na Lei 5172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei 1881/81. Do total de recursos, 10% são destinados às capitais, 86,4% para os demais municípios e os 3,6% restantes vão para um fundo de reserva que beneficia os municípios com população superior a 142.633 habitantes (coeficiente de 3.8), excluídas as capitais.

Tabela 16: Norte de Minas: repasse de recursos para as pequenas cidades - 2006[54]

MUNICÍPIO	FPM	REPASSE TOTAL DA UNIÃO	MUNICÍPIO	FPM	REPASSE TOTAL DA UNIÃO
BERIZAL	2.662.869,81	3.220.234,87	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	2.662.869,81	3.751.376,22
BONITO DE MINAS	2.662.869,81	3.665.789,52	PINTÓPOLIS	2.662.869,81	3.677.238,50
BOTUMIRIM	2.662.869,81	3.242.812,05	PONTO CHIQUE	2.662.869,81	3.319.830,56
CAMPO AZUL	2.662.869,81	3.406.503,67	RIACHINHO	2.662.869,81	3.671.920,39
CATUTI	2.662.869,81	3.405.497,39	SANTA CRUZ DE SALINAS	2.662.869,81	3.573.174,57
CHAPADA GAÚCHA	2.662.869,81	3.761.101,69	SANTA FÉ DE MINAS	2.662.869,81	3.006.422,23
CLARO DOS POÇÕES	2.662.869,81	3.346.544,36	SANTO ANTONIO DO RETIRO	2.662.869,81	4.256.366,60
CÔNEGO MARINHO	2.662.869,81	3.479.703,15	SÃO JOÃO DA LAGOA	2.662.869,81	3.197.011,50
CRISTÁLIA	2.662.869,81	3.625.749,81	SÃO JOÃO DO PACUÍ	2.662.869,81	3.144.107,11
CURRAL DE DENTRO	2.662.869,81	3.719.834,52	SERRANÓPOLIS DE MINAS	2.662.869,81	3.240.406,35
DIVISA ALEGRE	2.662.869,81	4.217.833,20	VARGEM G. DO RIO PARDO	2.662.869,81	3.421.508,62
ENGENHEIRO NAVARRO	2.662.869,81	3.336.575,15	VERDELÂNDIA	2.662.869,81	5.265.304,96
FRANCISCO DUMONT	2.662.869,81	3.490.765,36	JEQUITAÍ	2.681.706,21	3.814.977,05
FRUTA DE LEITE	2.662.869,81	3.366.313,74	MATIAS CARDOSO	2.681.706,21	4.488.388,85
GAMELEIRAS	2.662.869,81	3.521.743,39	RIACHO DOS MACHADOS	2.681.706,21	4.089.933,28
GLAUCILÂNDIA	2.662.869,81	3.115.987,20	SÃO ROMÃO	2.849.894,27	4.399.358,19
GUARACIAMA	2.662.869,81	3.202.369,80	UBAÍ	3.519.545,55	4.635.442,14
IBIAÍ	2.662.869,81	3.552.547,92	URUCUIA	3.549.805,06	4.777.449,24
IBIRACATU	2.662.869,81	3.591.150,30	RUBELITA	3.550.492,91	4.441.996,45
ICARAÍ DE MINAS	2.662.869,81	3.393.638,38	SÃO JOÃO DAS MISSÕES	3.550.492,91	4.453.830,73
INDAIABIRA	2.662.869,81	3.539.169,73	ÁGUAS VERMELHAS	3.687.733,48	4.860.605,71
ITACAMBIRA	2.662.869,81	3.357.821,09	MATO VERDE	3.687.733,48	5.469.238,39
JAPONVAR	2.662.869,81	3.916.922,65	MIRABELA	3.687.733,48	5.424.175,55
JOSENÓPOLIS	2.662.869,81	3.359.847,28	CAPITÃO ENÉAS	4.436.241,60	6.023.777,55
JURAMENTO	2.662.869,81	3.180.456,09	GRÃO MOGOL	4.525.572,70	6.792.657,36
JUVENÍLIA	2.662.869,81	3.380.072,30	FRANCISCO SÁ	5.195.223,93	6.559.611,49
LAGOA DOS PATOS	2.662.869,81	3.559.411,29	MONTALVÂNIA	5.195.223,93	6.406.197,21
LASSANCE	2.662.869,81	3.421.355,02	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	5.195.223,93	6.956.507,81
LONTRA	2.662.869,81	3.411.300,35	VARZELÂNDIA	5.195.223,93	6.915.735,29
LUISLÂNDIA	2.662.869,81	3.179.810,20	ITACARAMBI	5.325.739,09	9.280.063,08
MAMONAS	2.662.869,81	3.292.812,75	MANGA	5.531.599,84	8.306.921,53
MIRAVÂNIA	2.662.869,81	3.376.351,33	MONTE AZUL	5.699.787,78	7.531.063,65
MONTEZUMA	2.662.869,81	3.415.088,50	CORAÇÃO DE JESUS	6.033.063,11	7.420.311,26
NINHEIRA	2.662.869,81	3.664.277,16	SÃO JOÃO DA PONTE	6.033.063,11	10.841.913,01
NOVA PORTEIRINHA	2.662.869,81	3.634.413,58	BURITIZEIRO	6.213.362,14	8.958.405,48
NOVORIZONTE	2.662.869,81	3.271.093,14	RIO PARDO DE MINAS	6.537.627,00	11.168.172,71
OLHOS D ÁGUA	2.662.869,81	3.404.777,27	BRASÍLIA DE MINAS	7.037.767,30	8.921.210,94
PADRE CARVALHO	2.662.869,81	3.378.315,30	ESPINOSA	7.039.090,29	8.665.740,78
PAI PEDRO	2.662.869,81	4.220.287,54	JAÍBA	7.098.498,02	9.139.026,67
PATIS	2.662.869,81	3.645.438,75	PORTEIRINHA	7.876.929,58	11.268.397,65

Fonte: http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/municipios.asp
Org. PEREIRA, A. M., 2007

Os dados do quadro mostram que os municípios menos populosos receberam, em 2006, um valor inferior a três milhões de reais. Já municípios como Claros dos Poções, São João da Ponte, Cristália, Matias Cardoso, Mato Verde, Japonvar,

[54] O valor médio mensal do dólar em 2006 era de R$2,176.

Jaíba, Botumirim, Coração de Jesus, Itacarambi, Ibiaí, Montalvânia, Lagoa dos Patos, São João das Missões, Riachinho, Patis, Pintópolis e Nova Porteirinha, além do FPM, tem como segunda fonte de recursos o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS).

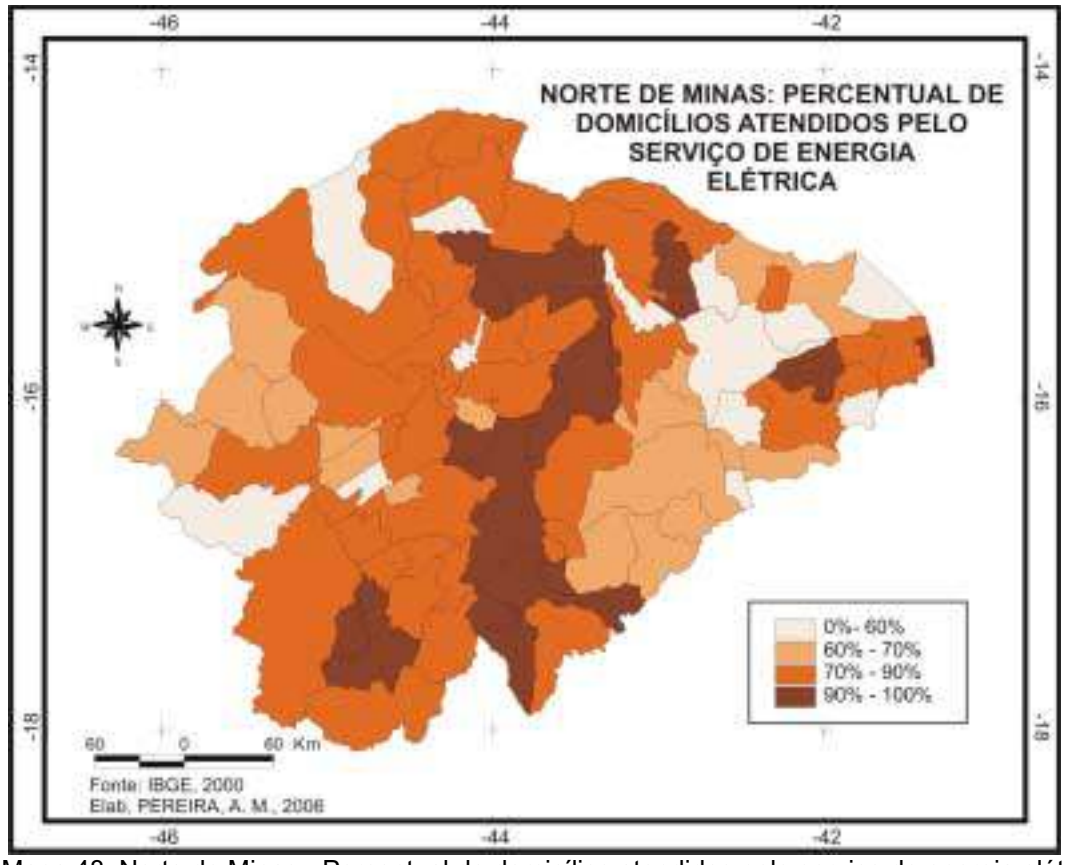
Carvalho (2002, p. 545) chama a atenção, ainda, para o fato de que

> [...] estes pequenos municípios, geralmente de base econômica tipicamente rural, não possuem uma massa de contribuintes, quantitativamente e qualitativamente capaz de lhes possibilitar uma receita tributária expressiva. [...] Registra-se que para a maioria dos municípios brasileiros a arrecadação do IPTU e do ISS é difícil de ser realizada, pois demanda a constituição e atualização de cadastros de contribuintes e a contratação de pessoal altamente qualificado.

Na pesquisa de campo, quando questionados sobre a principal fonte de recursos das prefeituras das pequenas cidades, os entrevistados afirmaram ser o FPM a principal fonte, porém insuficiente. Perguntamos quais alternativas as administrações municipais utilizam para obter outros recursos. As respostas convergiram para a intervenção de deputados junto aos governos estadual e federal. Alguns afirmaram que enviam projetos para órgãos e instituições variados, enquanto outros alegaram que nem sempre a equipe técnica das prefeituras possui conhecimento suficiente para a elaboração de projetos de acordo com as exigências das instituições de fomento e, por isso, acabam dependentes do fundo de participação.

4.2.1 A infra-estrutura urbana das pequenas cidades

Além dos indicadores acima relacionados, optamos em utilizar a infra-estrutura urbana existente nas pequenas cidades a fim de caracterizá-las. Iniciamos a análise pelo fornecimento de energia elétrica que, em Minas Gerais, se dá através da CEMIG, presente em todos os municípios da região, ficando o consumo nas residências na faixa de um a mil KWh/consumidor (IBGE, 2000).

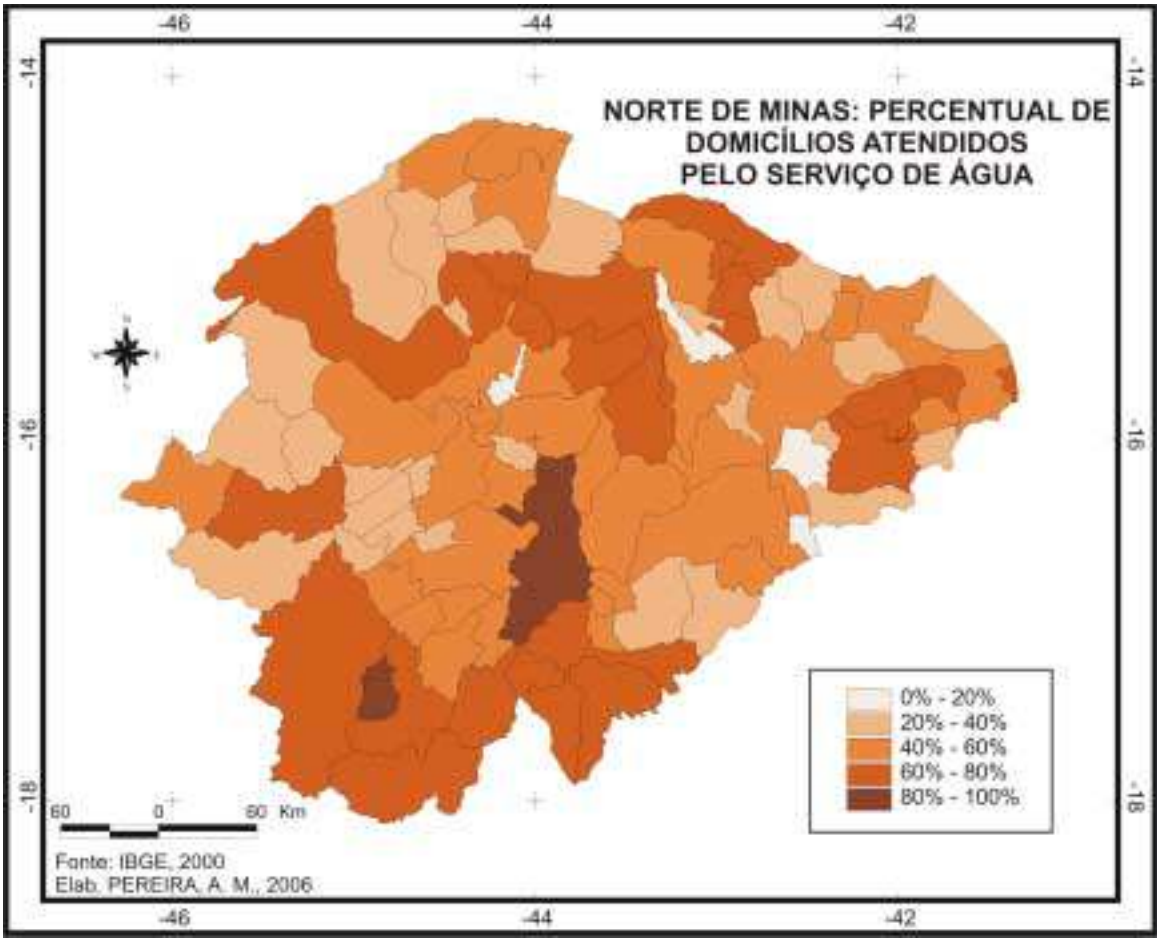


Mapa 48: Norte de Minas - Percentual de domicílios atendidos pelo serviço de energia elétrica

Já o abastecimento público de água e a coleta de esgoto e lixo domésticos são de competência do município, que deve operar os serviços diretamente ou por meio de concessões. De acordo com informações da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA (2006),

> [...] no Estado de Minas Gerais o abastecimento de água urbano é realizado por concessão, sendo que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA atende à maioria dos municípios: 522 (61%) em 2000 e 559 (66%) em 2004, os demais são atendidos por serviços autônomos de água e esgoto (SAAE). (Disponível em: www.copasa.com.br)

O serviço de água também existe em todas as cidades do Norte de Minas, só que com abrangência bastante diferenciada. Analisando o mapa 49, verificamos que Josenópolis, Fruta de Leite, Pai Pedro e Indaiabira apresentaram os índices mais baixos de domicílios atendidos pelo serviço de água. Na cidade de Pai Pedro, o entrevistado disse que "[...] a água que nós consumimos não é de boa qualidade, pois é salobra [...]". Também em Ninheira nos foi informado que a água usada para abastecer a cidade vem de outro município, já que não há rios no seu território municipal.



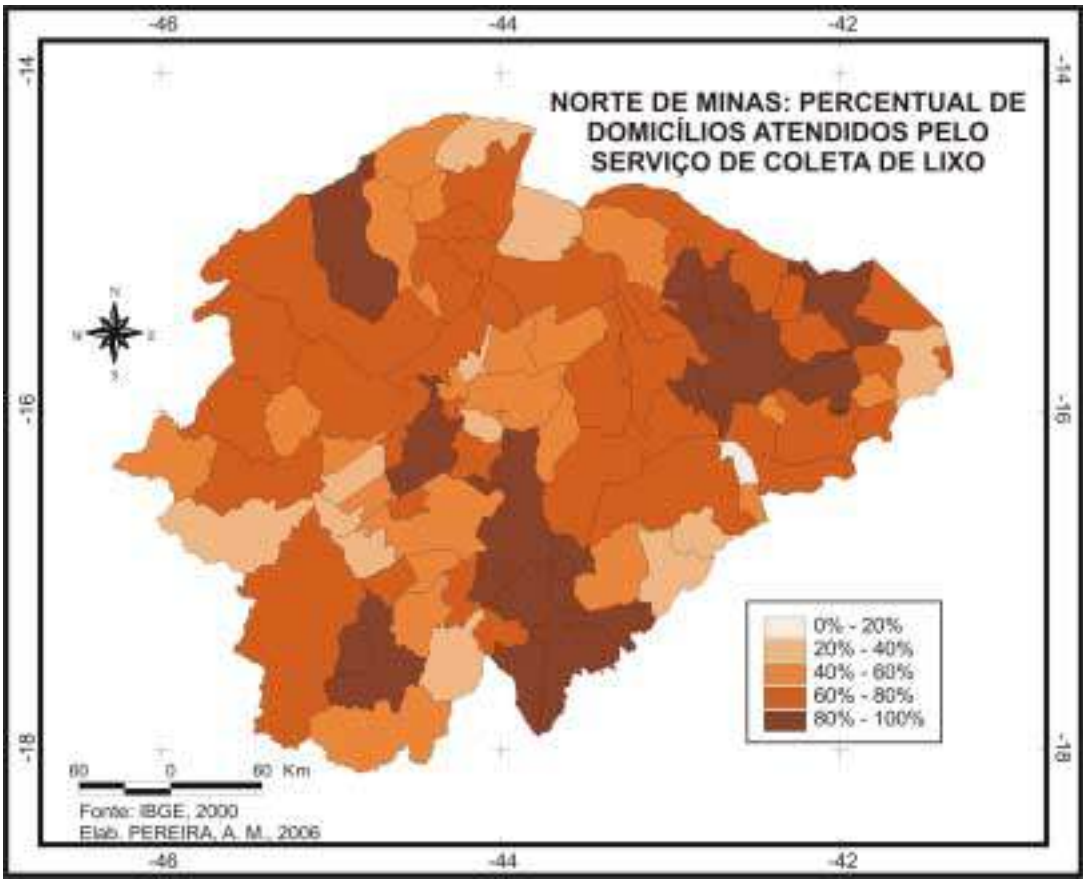
Mapa 49: Norte de Minas - percentual de domicílios atendidos pelo serviço de água

Ainda a respeito dessa questão, consideramos importante ressaltar que apenas as cidades de Bocaiúva, Buritizeiro, Francisco Dumont, Francisco Sá, Fruta de Leite, Guaraciama, Lassance, Mamonas, Olhos D'Água, Padre Carvalho, São João da Lagoa e São João do Pacuí não têm o serviço de água explorado pela COPASA. Em algumas dessas cidades a prefeitura é responsável pela distribuição gratuita da água, mas sem tratamento, como ocorre em Olhos D'Água.

Quanto à coleta de lixo, a maioria das cidades tem entre 40% a 60% do lixo produzido coletado (mapa 50). Não conseguimos obter informações precisas sobre o destino final dos resíduos coletados. Segundo o IBGE (2000), as cidades de Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Fruta de Leite, Guaraciama, Matias Cardoso, Manga, Lontra, Santa Fé de Minas, Rio Pardo de Minas, Ninheira, Ibiracatu e Grão Mogol possuem o serviço de coleta de lixo terceirizado[55]. Nas

[55] Também Montes Claros, Januária e Várzea da Palma possuem a coleta de lixo terceirizada.

demais cidades este serviço é de responsabilidade da administração municipal. Não identificamos na região nenhum consórcio para coleta seletiva de lixo, nem para a reciclagem.



Mapa 50: Norte de Minas - percentual de domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo

Porém, o quadro mais dramático se refere ao serviço de esgoto. Segundo dados do IBGE (2000), o nível de carência do serviço na região, quando comparado com outras regiões mineiras, é de 17,2%. De acordo com a tabela 17, a situação é mais grave em Bonito de Minas, Catuti, Cônego Marinho, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Gameleiras, Glaucilândia, Lagoa dos Patos, Lontra, Novorizonte, Padre Carvalho, Pai Pedro, Patis, Riachinho, Santa Fé de Minas, São João do Pacuí, Urucuia e Vargem Grande do Rio Pardo que não possuem rede geral de esgoto. Mesmo tendo rede geral de esgoto, cidades como Capitão Enéas, Várzea da Palma, Taiobeiras, São João do Paraíso, Rio Pardo de Minas, São Francisco, Pirapora, Manga, Jequitaí, Janaúba, Mato Verde, dentre outras, utilizam como destino do esgoto outras formas que não a rede geral, nem as fossas sépticas. Essa

situação é preocupante, principalmente no caso das cidades ribeirinhas, que jogam seus resíduos diretamente nos rios.

Tabela 17: Norte de Minas: domicílios particulares permanentes urbanos, por tipo de esgotamento sanitário, segundo municípios - Minas Gerais - 2000

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS	TIPO DE INSTALAÇÃO SANITÁRIA			NÃO TEM INSTALAÇÃO SANITÁRIA
		rede geral	fossa séptica	outras formas (1)	
Águas Vermelhas	1874	71	12	1612	179
Berizal	471	150	-	229	92
Bocaiúva	8042	5566	117	2004	355
Bonito de Minas	305	-	185	62	58
Botumirim	730	2	3	617	108
Brasília de Minas	4036	3014	51	745	226
Buritizeiro	4997	25	46	4537	389
Campo Azul	309	1	-	252	56
Capitão Enéas	2231	52	482	1440	257
Catuti	693	-	-	663	30
Chapada Gaúcha	694	2	294	281	117
Claro dos Poções	1247	273	2	898	74
Cônego Marinho	167	-	1	157	9
Coração de Jesus	3442	205	19	2886	332
Cristália	589	2	5	492	90
Curral de Dentro	841	-	34	748	59
Divisa Alegre	1100	-	4	1051	45
Engenheiro Navarro	1122	18	2	1018	84
Espinosa	3955	13	15	3652	275
Francisco Dumont	642	3	-	590	49
Francisco Sá	3146	403	1856	591	296
Fruta de Leite	504	-	2	439	63
Gameleiras	197	-	-	153	44
Glaucilândia	187	-	34	136	17
Grão Mogol	1119	461	308	251	99
Guaraciama	583	1	-	522	60
Ibiaí	1169	13	4	1077	75
Ibiracatu	647	3	6	580	58
Icaraí de Minas	391	9	-	278	104
Indaiabira	282	213	6	56	7
Itacambira	151	38	24	84	5
Itacarambi	2819	21	21	2659	118
Jaíba	2770	8	24	2373	365
Janaúba	12577	48	264	11737	528
Januária	8320	1315	2365	4163	477
Japonvar	591	1	2	496	92
Jequitaí	1446	2	-	1293	151
Josenópolis	458	7	1	263	187
Juramento	437	93	2	321	21
Juvenília	898	10	616	79	193
Lagoa dos Patos	625	-	2	589	34

continua

continuação da Tabela 17

Lassance	801	2	2	628	169
Lontra	1157	-	6	1054	97
Luislândia	460	4	7	394	55
Mamonas	512	1	-	497	14
Manga	2978	15	11	2578	374
Matias Cardoso	775	6	14	434	321
Mato Verde	2486	14	52	2152	268
Mirabela	2109	5	62	1766	276
Miravânia	148	2	27	92	27
Montalvânia	2007	16	30	1749	212
Monte Azul	3056	325	28	2571	132
Montes Claros	71137	64552	781	4653	1151
Montezuma	531	266	2	208	55
Ninheira	452	12	69	291	80
Nova Porteirinha	975	1	1	926	47
Novorizonte	312	-	3	235	74
Olhos-D'Água	434	3	19	377	35
Padre Carvalho	633	-	9	486	138
Pai Pedro	413	-	1	380	32
Patis	487	-	-	410	77
Pedras de Maria da Cruz	1099	5	32	952	110
Pintópolis	467	1	4	366	96
Pirapora	11937	433	108	11198	198
Ponto Chique	449	1	5	359	84
Porteirinha	4510	601	751	2825	333
Riachinho	944	-	1	763	180
Riacho dos Machados	707	138	8	496	65
Rio Pardo de Minas	2439	14	4	2331	90
Rubelita	606	154	6	307	139
Salinas	6684	4005	25	2200	454
Santa Cruz de Salinas	243	53	-	150	40
Santa Fé de Minas	458	-	-	359	99
Santo Antônio do Retiro	285	243	-	17	25
São Francisco	5951	26	49	5439	437
São João da Lagoa	487	1	3	453	30
São João da Ponte	1756	7	2	1580	167
São João das Missões	419	48	335	6	30
São João do Pacuí	366	-	-	337	29
São João do Paraíso	1950	39	6	1875	30
São Romão	1055	3	3	953	96
Serranópolis de Minas	382	3	140	209	30
Taiobeiras	5437	8	21	5282	126
Ubaí	1042	3	1	950	88
Urucuia	924	-	2	656	266
Vargem Grande do Rio Pardo	430	-	-	420	10
Várzea da Palma	6890	290	11	6050	539
Varzelândia	1907	115	242	1412	138
Verdelândia	753	10	2	394	347

Fonte FJP, 2006

Também os problemas relacionados com a infra-estrutura urbana são comuns a todos os municípios da região, mas em diferentes escalas de importância. Alguns

municípios emancipados na década de 1990 já conseguiram dotar a cidade de certa infra-estrutura, incluindo sede própria para a prefeitura (figuras 60 e 61), calçamento de ruas, expansão das redes de água e energia, enquanto outras ainda funcionam em prédios alugados, algumas até em condições bastante precárias, como podemos verificar nas figuras 62 e 63.



Figura 60: Prefeitura de Águas Vermelhas
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 61: Prefeitura de Ninheira
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 62: Prefeitura de Curral de Dentro
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 63: Prefeitura de Patis
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

Outras prefeituras são difíceis de serem localizadas, como ocorre em Catuti, onde o acesso à prefeitura lembra a entrada de uma fazenda.



Figura 64: Entrada da Prefeitura de Catuti
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 65: Prefeitura de Catuti
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

Verificamos ainda, em todas as cidades, a necessidade de calçamento de várias ruas. Em algumas, como Novorizonte, esse serviço estava sendo realizado no momento da nossa visita (figura 66). A arborização e a falta de pavimentação de ruas também têm sido uma preocupação das administrações de muitas cidades (figuras 67, 68 e 69). Concluímos que, quase sempre, são os pequenos núcleos, que se emanciparam com fraca ou nenhuma infra-estrutura, tendo como base econômica o repasse de recursos públicos, os que parecem mais um aglomerado rural do que uma cidade. Esses carecem de atividades econômicas caracterizadas como urbanas.



Figura 66: Prefeitura de Novorizonte
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 67: Vargem Grande do Rio Pardo
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 68: Área urbana de Padre Carvalho
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 69: Área urbana de Pai Pedro
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

No que se refere aos principais problemas existentes nesses municípios, apresentamos as respostas dos entrevistados na figura 70. O maior problema identificado em quase todas as cidades foi a falta de emprego, fato que está relacionado com a fraca dinâmica econômica dessas áreas e a baixa qualificação profissional da população local.

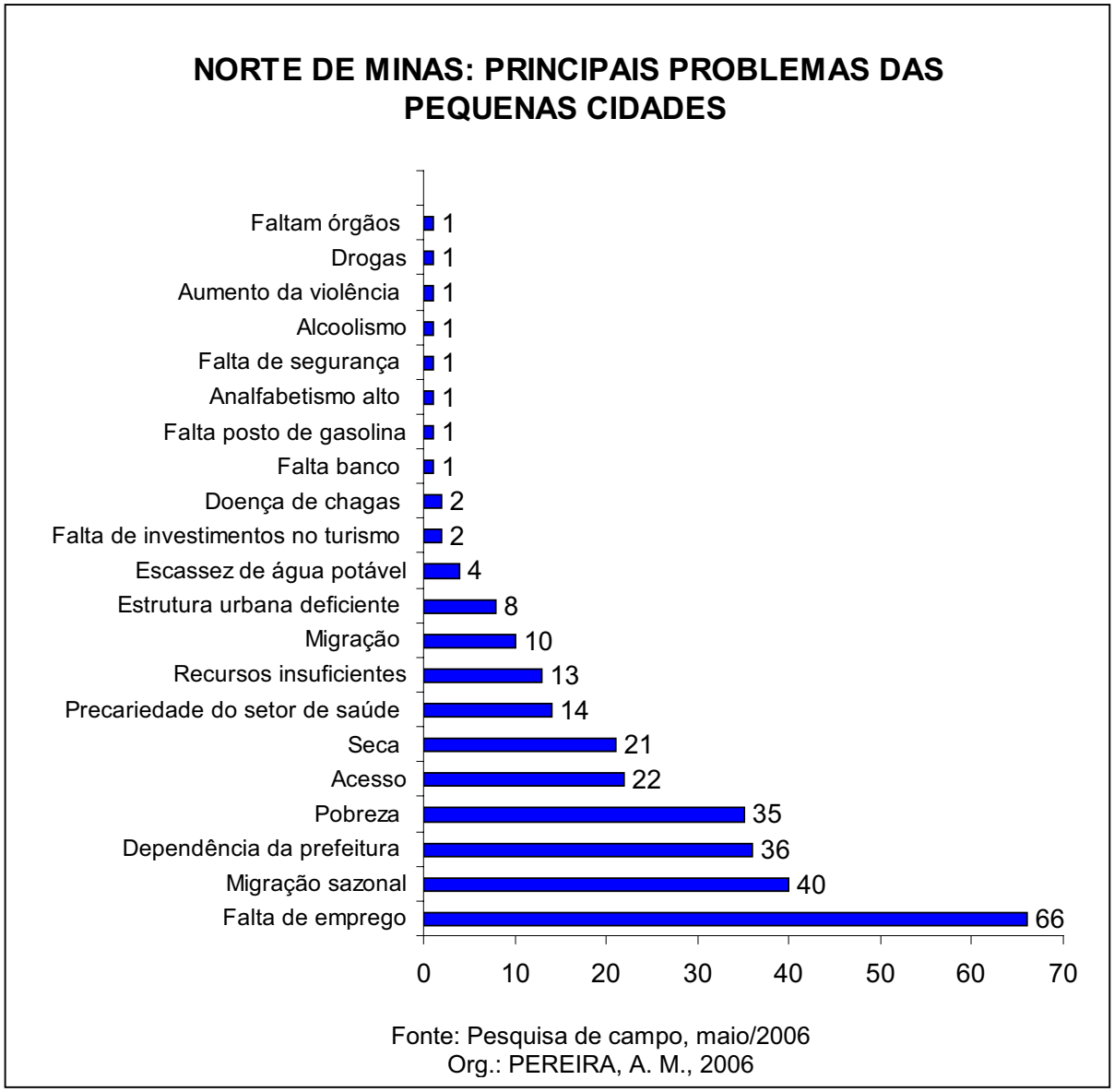


Figura 70: Norte de Minas: principais problemas das pequenas cidades

A falta de oportunidades de emprego tem levado os moradores de várias cidades mineiras à chamada migração sazonal, na linguagem local migração “entre-safra”, que se estende de abril a outubro. Trabalhadores de Montalvânia, Cristália, Itacarambi, Itacambira, Rubelita, Fruta de Leite, São João do Paraíso, Novorizonte, Vargem Grande do Rio Pardo, Santo Antônio do Retiro, Catuti, Berizal, Montezuma, Brasília de Minas e Manga costumam ir para o corte da cana em São Paulo e outras regiões de Minas Gerais.

Alguns trabalhadores migram tanto para o corte de cana como para a colheita do café, como os provenientes de Mamonas, Gameleiras, Mirabela, Manga, São João da Ponte, Pedras de Maria da Cruz, Botumirim, São João das Missões e Pai Pedro. Para a colheita do café, principalmente para o Triângulo Mineiro e sul de Minas, migram trabalhadores de Verdelândia, de Varzelândia, de Porteirinha, de Riacho dos Machados, de Japonvar, de Ponto Chique e de Mato Verde.

Outras atividades são mais diferenciadas como é o caso dos migrantes de Lagoa dos Patos que costumam ir para São Gotardo para trabalhar na colheita do alho, dos "gesseiros" de Águas Vermelhas que vão para São Paulo, dos trabalhadores de Josenópolis que vão para Ilha Bela e Guaratinguetá, para trabalhar em hotéis na alta temporada, e os de Ninheira que vão para a construção civil, também em São Paulo. Há ainda o caso de migrantes que saem para exercer qualquer atividade como os de Espinosa (queijeiros, corte de cana e colheita de café), de Serranópolis (algodão, cana e café), Ibiracatu e Icaraí de Minas (café, cana, carvoaria), de Ubaí (carvoaria) e de Claro dos Poções (reflorestamento e café).

Nenhuma prefeitura tem o número exato de pessoas que saem todos os anos para o trabalho sazonal, mas, quando visitamos Serranópolis, quase todas as residências estavam fechadas e fomos informados que, no dia anterior, haviam saído dois ônibus, com famílias, incluindo crianças, para a colheita do algodão. O entrevistado acrescentou, ainda, que tal prática cria vários problemas para a cidade, principalmente a saída dos alunos das escolas e o cadastramento das famílias carentes nos programas emergenciais do governo federal.

Sobre esse processo de migração sazonal,

> [...] como o capitalismo parece ser [...] próprio da modernidade, e as migrações, próprias do capitalismo, estas podem ser entendidas como um fenômeno moderno, à medida que ganham significância no capitalismo. Além disso, a aceitação de que a modernidade tem sentido ambivalente — destruição e criação — provoca novos desdobramentos para a reflexão sobre as práticas migratórias, ou seja, é possível pensar na existência desse sentido ambivalente como sendo também imanente da prática cotidiana daqueles que migram tanto em seus locais de origem quanto nos locais a que se destinam. Nesse sentido, a migração sazonal pode ser entendida como a sintetização da modernidade; por um lado, é algo que lhe é próprio; por outro, apresenta o mesmo movimento interno. (BOTELHO, 2003, p. 3)

A dependência da população em relação à prefeitura aparece como o terceiro problema. Ouvimos quase sempre a mesma resposta em todas as prefeituras: “[...] o povo pede tudo para a prefeitura desde dentaduras, até inseminação artificial.”; “[...] há filas de pessoas para falarem com o prefeito e quando ele não pode atender vira inimigo político.”

Normalmente essa dependência pode ser considerada como um vínculo econômico, pois inúmeras pessoas são empregadas pela prefeitura ou de algum modo dependem dela para viver. Mesmo as empresas privadas mantêm essa relação de dependência, seja fornecendo seus produtos à prefeitura, seja prestando-lhe serviços.

Outro problema ressaltado foi a pobreza, que está relacionada com a falta de empregos, com a migração e com a forte dependência da prefeitura. De acordo com Santos (1979d), é a partir da expansão das desigualdades geradas pela acumulação do capital que a pobreza vai se manifestar de forma mais intensa e perceptível nas cidades. Além da exclusão ao acesso às condições básicas de sobrevivência, ele constata que a pobreza se dá a partir de uma participação maior ou menor na modernização. As figuras 71 e 72 mostram paisagens urbanas que exemplificam um pouco a situação de pobreza na região.



Figura 71: Área urbana de Campo Azul
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006



Figura 72: Área urbana de São Romão
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006

Para termos uma idéia da dimensão da pobreza na região, utilizamos dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o programa Bolsa Família.

Tabela 18: Norte de Minas – número de famílias atendidas pelo Bolsa Família por município(dez./2006)

Município	Quantidade de famílias atendidas	Município	Quantidade de famílias atendidas
Porteirinha	4.718	Verdelândia	877
Espinosa	3.707	São Romão	860
Rio Pardo de Minas	3.596	Engenheiro Navarro	851
Coração de Jesus	3.269	Curral de Dentro	833
Monte Azul	3.265	Catuti	824
Brasília de Minas	3.068	Santo Antônio do Retiro	824
Francisco Sá	2.779	Indaiabira	822
Jaíba	2.701	Pedras de Maria da Cruz	788
São João do Paraíso	2.578	Chapada Gaúcha	773
São João da Ponte	2.522	Pai Pedro	769
Varzelândia	2.257	Guaraciama	725
Manga	2.161	Padre Carvalho	721
Montalvânia	1.862	Itacambira	690
Mato Verde	1.815	Montezuma	687
Itacarambi	1.661	Divisa Alegre	684
Grão Mogol	1.472	Cristália	679
Capitão Enéas	1.470	Santa Cruz de Salinas	674
Águas Vermelhas	1.420	Pintópolis	667
Mirabela	1.344	Luislândia	630
Ubaí	1.340	Lassance	619
Riacho dos Machados	1.326	Vargem Grande do Rio Pardo	605
Rubelita	1.188	São João da Lagoa	583
Jequitaí	1.156	Gameleiras	575
Ninheira	1.139	Josenópolis	550
Lontra	1.129	Patis	546
São João das Missões	1.103	Berizal	549
Bonito de Minas	1.084	Miravânia	542
Japonvar	1.078	Novorizonte	540
Icaraí de Minas	1.045	Francisco Dumont	534
Matias Cardoso	1.045	Serranópolis de Minas	522
Claro dos Poções	1.031	Cônego Marinho	497
Urucuia	1.019	Olhos-D'Água	493
Riachinho	970	Lagoa dos Patos	458
Ibiaí	959	Ponto Chique	450
Fruta de Leite	943	Campo Azul	435
Nova Porteirinha	943	São João do Pacuí	418
Ibiracatu	907	Glaucilândia	386
Mamonas	903	Juramento	383
Botumirim	902	Santa Fé de Minas	359
Juvenília	886	**TOTAL**	94.178

Fonte: https://webp.caixa.gov.br/sibec
Org. PEREIRA, A. M., 2007

Os dados não mostram a porcentagem de pobres em cada município nem os identificam como rurais ou urbanos. Permite-nos apenas inferir que, nos municípios cuja área urbana é mais populosa, o número de famílias atendidas também é mais elevado. No momento em que as pessoas entrevistadas, nas prefeituras, destacavam a pobreza como um dos principais problemas locais, questionamos sobre os programas emergenciais do governo. Ouvimos as mais variadas respostas que listamos sem identificar os autores, já que alguns pediram para não publicar uma opinião tão pessoal. Há aqueles que não quiseram opinar. Entre os demais, 39 responderam que representa ajuda e nove disseram que "[...] ajuda muito, pois atinge quem é mais carente, existem muitas famílias vivendo desses programas." Outros 23 entrevistados fizeram os seguintes comentários:

> [...] ajuda, mas cria uma cultura de assistencialismo.
> [...] em parte, pois o povo ficou mais preguiçoso.
> [...] ajuda, mas acomoda, vicia, torna as pessoas mais preguiçosas.
> [...] ajuda e atrapalha, pois ensina o povo a ficar mais dependente.
> [...] são bons, mas não são sustentáveis.
> [...] são bons, mas deviam ter um melhor gerenciamento[56].
> [...] ajuda, mas não resolve, é um paliativo.
> [...] põe o povo mais sem-vergonha do que antes.
> [...] tem trazido muitos problemas, porque o povo não vê como complemento de renda e sim, como aposentadoria.

Além da pobreza, a questão da precariedade do acesso a algumas cidades e as condições das estradas vicinais foi um problema citado por pessoas de Montezuma, cidade que tenta desenvolver o turismo, mas a péssima condição das estradas dificulta tal política. Também em Ninheira, Ponto Chique, São João do Paraíso, Miravânia, Manga, Montalvânia, São Romão, Novorizonte, Grão Mogol, Icaraí de Minas, Campo Azul, Bonito de Minas, Berizal, Urucuia, Chapada Gaúcha, Juvenília, Cônego Marinho, Pintópolis, Riachinho, Cristália e Espinosa, a condição das estradas foi um dos problemas citados.

[56] Esse entrevistado acrescentou que a prefeitura não devia ser o gestor desse programa, pois nas pequenas cidades, se uma família não atende os critérios e não pode receber a bolsa, a culpa é do prefeito, o que cria problemas políticos internos.

A entrevistada em Montalvânia afirmou que “[...] a cidade não é mais a mesma: ninguém quer investir aqui por falta de estrada. Na zona rural tem quase só aposentado e outro problema é o endividamento do pecuarista, pois a pecuária era muito forte no município.”

A seca foi um problema destacado em 21 cidades. A fragilidade do meio físico associada a práticas de exploração inadequadas contribuem para ampliar as conseqüências das secas periódicas que ocorrem na região. Tal problemática está intrinsecamente relacionada com o problema da migração, tanto sazonal quanto definitiva, bem como com a escassez de água potável em alguns municípios.

Alguns problemas foram citados em apenas uma cidade como é o caso das drogas em Jaíba, os assaltos em Montalvânia, a violência em São Romão, a falta de posto de combustível em Catuti, o alcoolismo em Cônego Marinho, a falta de órgãos estaduais e/ou federais em Padre Carvalho, a falta de banco em Olhos D’Água, e o problema da doença de chagas em Fruta de Leite e Riacho dos Machados[57] (figuras 73 e 74).



Figura 73: Área urbana de Fruta de Leite
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006



Figura 74: Área urbana de Riacho dos Machados
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006

Problemas como recursos insuficientes, falta de investimento no turismo, falta de segurança, aumento da violência, analfabetismo e deficiência na estrutura urbana foram problemas citados por alguns municípios. Um outro fato que foi citado como

[57] Em Riacho dos Machados existe uma comunidade rural com cerca de 300 famílias, todas portadoras da doença. Em Fruta de Leite já existe uma associação dos portadores do mal de chagas com 600 associados.

problema em cidades como Itacambira, Juvenília, Jequitaí, Francisco Dumont, Monte Azul, Águas Vermelhas, Lontra, Pai Pedro, São João do Pacuí, Serranópolis de Minas e Santo Antônio do Retiro foi o elevado número de aposentados, sendo que alguns entrevistados repetiram a idéia que "a aposentadoria é a maior indústria da região." Entretanto, não tivemos acesso ao número de aposentados por município. De acordo com reportagem do Jornal O Norte (26/01/07),

> [...] o titular da Agência Regional do INSS, Amarildo de Lemos Garcia, disse oficialmente ao O Norte que nos 86[58] municípios jurisdicionados à unidade, existem 202.918 aposentados e pensionistas. Só em Montes Claros, sede da Regional, o nº de aposentados e pensionistas, aptos ao empréstimo consignado, chega a 57.828.

A partir dessa breve análise constatamos que há certa estagnação na economia das pequenas cidades estudadas. Todavia, essa situação não é exclusiva da região norte-mineira. No Brasil, cerca de 4.000 municípios encontram-se estagnados ou decadentes. Apresentam economias frágeis e sem dinamismo, ocorrendo retração ou estabilização da oferta de emprego e as administrações municipais dependem exclusivamente do FPM. Sem crescimento econômico e sem arrecadação de impostos municipais, eles não conseguem financiar pequenos programas de obras. Lembramos, ainda, que a estagnação da grande maioria dos municípios brasileiros tem funcionalidade política, pois as emendas de orçamento, repasses e convênios, estaduais e federais vêm servindo principalmente como moeda política e, com isso, os municípios não conseguem superar a estagnação econômica.

Além dessa problemática, uma outra questão que nos preocupa diante da variedade de problemas que as pequenas cidades enfrentam - problemas estes oriundos da associação das condições do espaço físico com a insuficiência de recursos, com a situação de pobreza da população – é como as prefeituras estão administrando essas cidades. Essa será a temática que abordaremos ainda nesse capítulo. Antes, porém, pensamos ser necessário caracterizar, ainda que de forma sucinta, as cidades consideradas emergentes e que possuem uma população entre 20.000 e 70.000 habitantes.

---

[58] Na regionalização do INSS não fazem parte do Norte de Minas os municípios de Divisa Alegre, Águas Vermelhas e Curral de Dentro que fazem parte da regional de Teófilo Otoni (nota nossa).

4.3 Os centros emergentes - rumo à categoria de cidades médias?

Entre as 89 cidades que compõem a região Norte de Minas, nove possuem uma situação um pouco diferente daquelas que caracterizamos como pequenas cidades. A tabela 19 mostra alguns dos indicadores demográficos dessas cidades.

Tabela 19: Norte de Minas: centros emergentes população (2000) e crescimento populacional (1991-2000)

Município	População Urbana	Crescimento Populacional (1991 a 2000)
Janaúba	53.891	2,42%,
Taiobeiras	21.795	1,97%,
São Francisco	27.835	1,30%,
Salinas	26.278	1,25%,
Bocaiúva	32.446	1,15%,
Pirapora	49.377	0,95%,
Várzea da Palma	27.632	0,80%,
Buritizeiro	21.804	0,66%,
Januária	35.923	0,16%,

Fonte: IBGE, 2000
Org. PEREIRA, A. M., 2006

A análise dos dados do quadro indica uma diferença muito grande em termos de tamanho populacional, sendo que as cidades de Taiobeiras e Buritizeiro poderiam fazer parte do grupo de pequenas cidades, fato que justificaremos com mais informações sobre esses centros. O maior crescimento populacional ocorreu em Janaúba, em virtude dos projetos relacionados à agricultura irrigada nela implantados, e o menor em Januária. Na nossa análise excluiremos Montes Claros desse conjunto por ser esta uma cidade média. Todavia, a título de comparação, ela aparecerá em alguns momentos da nossa exploração.

Quanto aos indicadores culturais, podemos concluir, segundo dados do IBGE (2000), que todas essas cidades possuem biblioteca pública, clubes e associações recreativas (figura 75). Somente Bocaiúva, Janaúba, Januária e Salinas possuem teatros ou salas de espetáculos. Apenas Buritizeiro não possui estádio ou ginásio poliesportivo, enquanto Janaúba e Taiobeiras não possuem banda de música.

Orquestras não são encontradas em Buritizeiro e Pirapora. Com exceção de Buritizeiro todas as cidades desse grupo possuem curso superior (figuras 76 e 77).

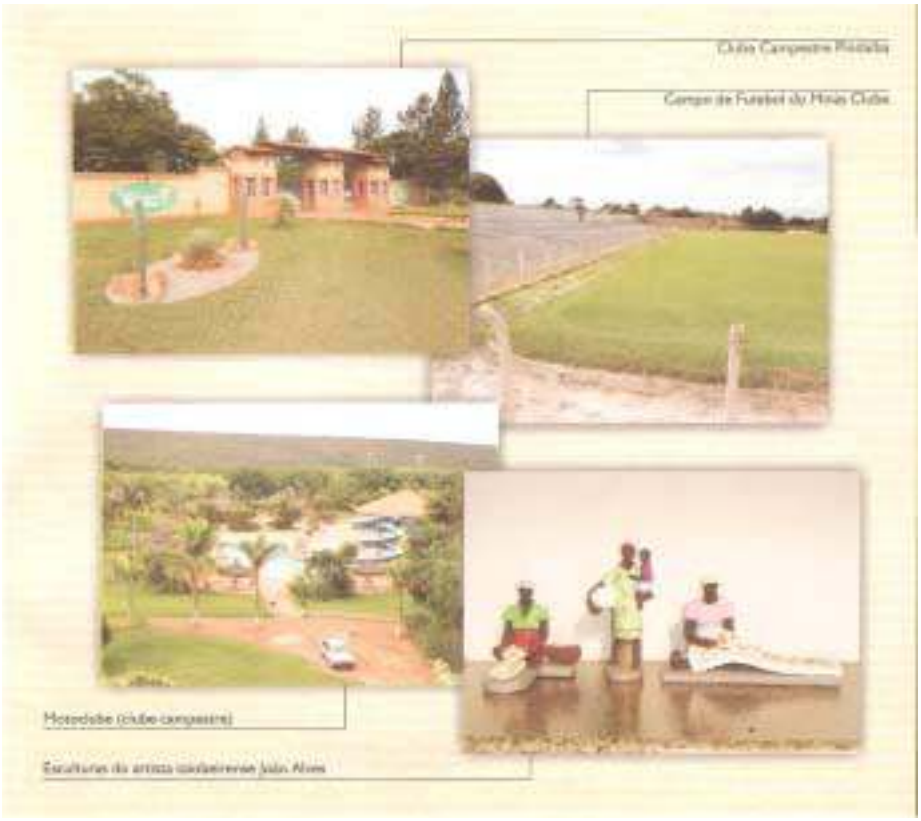


Figura 75: Aspectos culturais de Taiobeiras
Fonte: Prefeitura municipal de Taiobeiras, 2006



Figura 76: Ensino superior – Salinas
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 77: Ensino superior – Januária
Autor: PEREIRA, A. M., maio./2006

Um exercício interessante é comparar tais indicadores com os existentes nessas cidades em 1950, conforme a tabela 20.

Tabela 20: Norte de Minas: indicadores culturais de alguns centros urbanos - 1950

Cidades	Cinema	Biblioteca	Jornais	Clubes	Livrarias	Teatros
Pirapora	3	8	-	sim	-	-
Januária	3	6	3	sim	2	2
Bocaiúva	3	4	-	sim	-	-
Salinas	1	2	2	-	-	-
Janaúba	1	-	-	-	-	-
Várzea da Palma	1	-	-	-	-	-
São Francisco	1	2	-	-	-	-

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE – 1950
Organização: PEREIRA, A. M., 2005

Percebemos que todos os cinemas existentes nessas cidades desapareceram provavelmente com a chegada da televisão e do videocassete e, mais recentemente, com o DVD. O que nos chama mais a atenção nesses dados é a importância que Januária possuía no contexto regional, quando apresentava uma vida cultural muito ativa, superando outras cidades. Neste início de século, as cidades de Januária, Pirapora, São Francisco, Janaúba, Bocaiúva e Pirapora possuem jornais. Todas possuem clubes recreativos.

Apesar de serem maiores, algumas práticas culturais existentes nas cidades pequenas, como as festas religiosas e folclóricas, estão presentes também nessas cidades. A importância dada às praças, principalmente em Salinas, Taiobeiras e Bocaiúva, é visível ao se visitar essas cidades (figuras 78, 79, 80 e 81). Já em Pirapora notamos uma preocupação maior com a orla, local atrativo do ponto de vista turístico.



Figura 78: Igreja matriz – Bocaiúva
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006



Figura 79: Praça Central – Salinas
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 80: Praça Central – Janaúba
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 81: Rio São Francisco – Pirapora
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

De acordo com o IBGE (2000), entre os indicadores comerciais são encontradas videolocadoras e lojas de CDs e fitas em todas as cidades, enquanto em Bocaiúva, em Buritizeiro, em São Francisco, em Taiobeiras e em Várzea da Palma não há registros de livrarias. Apenas em Montes Claros há dois shopping centers, sendo um deles popular, localizado no centro da cidade[59].

Nas cidades que estamos chamando de emergentes, o comércio é bastante diversificado, com exceção de Buritizeiro que, pela proximidade de Pirapora[60], tem uma atividade comercial típica das pequenas cidades. As figuras 82 e 83 mostram aspectos de áreas comerciais de algumas dessas cidades.



Figura 82: Área comercial de Janaúba
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006



Figura 83: Mercado central de Salinas
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006

[59] Sobre o shopping popular, ver estudo de Santos, 2007.
[60] Uma ponte separa Buritizeiro de Pirapora.

Na nossa pesquisa de campo procuramos saber qual é a principal base econômica dos municípios visitados. Nesses municípios com maior população ocorre também uma maior variedade de atividades econômicas, muitas vezes, uma complementando a outra. No quadro 7 constam as principais atividades econômicas das referidas áreas.

Quadro 7: Norte de Minas: atividades econômicas predominantes em municípios com população urbana superior a 20.000 habitantes

Principal atividade	Município
Agropecuária	São Francisco, Buritizeiro, Salinas, Januária, Janaúba e Bocaiúva.
Indústria, comércio e agronegócio	Pirapora
Indústria e comércio	Taiobeiras
Siderurgia e agropecuária	Várzea da Palma

Fonte: Pesquisa de campo maio/2006
Org.: PEREIRA, A. M., 2006

Considerando a base econômica dos municípios, interessou-nos saber qual era o setor que gerava mais emprego (quadro 8). A realidade das cidades emergentes difere um pouco das pequenas cidades, por causa da indústria que foi implantada em algumas delas, como é o caso de Pirapora e Várzea da Palma.

Quadro 8: Norte de Minas - principal fonte de emprego nas cidades emergentes - 2006

Cidades	Principal fonte de empregos
Janaúba, Buritizeiro e São Francisco	Prefeitura municipal
Januária, Salinas e Bocaiúva	Serviço Público
Taiobeiras	Indústria e comércio
Pirapora e Várzea da Palma	Indústria

Fonte: Pesquisa de campo maio/2006
Org.: PEREIRA, A. M., 2006

Se levarmos em conta que em algumas dessas cidades a indústria exerce um importante papel na economia local, acreditamos que a dependência em relação ao FPM seja menor. Nas entrevistas realizadas, foi-nos informado que a principal fonte de recursos de Pirapora, Janaúba, Salinas e São Francisco é o FPM, enquanto as cidades de Januária, Buritizeiro, Bocaiúva, Taiobeiras e Várzea da Palma acrescentaram o ICMS[61], o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), entre outros impostos como fonte de recursos para a administração. Comparando com os dados

[61] Os valores do ICMS dos municípios são relativamente baixos, conforme anexo E.

da tabela 21, verificamos que o FPM continua sendo uma importante fonte de recursos para todos os municípios[62]. Podemos inferir que os recursos obtidos por esses municípios em muito supera aqueles adquiridos pelas pequenas cidades. Essa é uma questão que devemos levar em conta quando abordarmos a questão da gestão urbana.

Tabela 21: Norte de Minas – centros emergentes repasse de recursos - 2006

MUNICÍPIO	FPM (R$)	TOTAL (R$)
JANAÚBA	10.651.477,51	15.592.000,94
JANUÁRIA	10.558.635,04	15.259.962,45
PIRAPORA	9.763.854,49	14.422.141,83
SÃO FRANCISCO	9.552.607,92	14.355.412,84
BOCAIÚVA	8.545.257,79	14.340.535,00
SALINAS	8.043.794,38	9.916.317,08
VÁRZEA DA PALMA	7.100.985,24	11.013.359,54
TAIOBEIRAS	6.213.362,14	8.159.583,55

Fonte: http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/municipios.asp

Também essas cidades possuem problemas semelhantes aos citados pelos entrevistados das cidades menores. Na cidade de Janaúba, os principais problemas estão relacionados com a alta população flutuante e a desigualdade social. Em Salinas e em Bocaiúva, o problema mais grave está nas questões de saúde, "[...] pois a estrutura existente não atende a demanda", segundo os entrevistados. O desemprego foi citado como problema nas cidades de Bocaiúva, Taiobeiras, Pirapora, Januária, São Francisco e Buritizeiro. Essas três últimas apresentam ainda o problema da alta taxa de população carente e a dependência desta em relação à prefeitura. Várzea da Palma tem seus problemas associados com o crescimento urbano sem planejamento, a carência de infra-estrutura, de saneamento, entre outros. Em Pirapora também as questões de infra-estrutura deficitária foram citadas pelo entrevistado, além da desigualdade social[63].

[62] Cabe ressaltar que na tabela não estão incluídos os repasses estaduais nem as arrecadações municipais.

[63] Em 07/08/06 os prefeitos da região se reuniram com o governador e apresentaram suas reivindicações que, segundo o presidente da AMANS, "[...] unificam todas entidades da região como a reconstrução da BR 135 no trecho Montes Claros-Belo Horizonte e a pavimentação do trecho Itacarambí-Divisa da Bahia, abrindo um canal de escoamento para o Norte do país, já que a rodovia deságua em São Luiz, no Maranhão; a recriação da Sudene com política de incentivos fiscais para atrair investidores; a instalação do Porto Seco do Norte de Minas; um Programa Permanente de Convivência com a Seca, que inclui a construção de barragens para perenizar os rios e segurar as águas das chuvas; a instalação dos projetos Jequitaí, Berizal e Congonhas; o ramal ferroviário Pirapora-Unaí, a revitalização do transporte fluvial de cargas com a dinamização da Hidrovia do São Francisco e tantas outras reivindicações". Assessoria de imprensa da AMANS, 2006.

Entre essas cidades, Janaúba, Januária, Pirapora e Taiobeiras são as que defendem uma maior autonomia em relação a Montes Claros. Apesar de utilizarem serviços existentes em Montes Claros, os entrevistados disseram que a cada dia que passa há uma tendência de redução da importância desta cidade. Em Januária ouvimos que "[...] Januária é a nova centralidade do Norte de Minas. Possui o maior centro de referência da mulher e da criança."

Em Pirapora, o discurso é semelhante: "[...] A nossa dependência na saúde tende a cair nos próximos 12 meses, com o plano diretor de saúde. A nossa cobertura de PSF, bastante elevada, é comparável com a de Montes Claros."

Em Janaúba prevalece também a idéia de uma nova centralidade: "[...] Houve uma dependência de Montes Claros no passado, hoje há certa independência, na saúde, ensino superior e no comércio." (grifo nosso).

Já a cidade de Taiobeiras, "[...] está recuperado seu lugar, pois possui um comércio forte e com a cultura do café diminuiu a migração sazonal."

Todavia, se comparamos os indicadores populacionais, o PIB, o setor de serviços (saúde e ensino superior), o comércio e mesmo os recursos que são repassados pelo governo federal, notamos que há uma distância significativa entre Montes Claros e os municípios que denominamos emergentes. No momento, alguns deles[64] exercem uma centralidade importante nas microrregiões, notadamente na área do comércio, serviços médicos de baixa e média complexidade e ensino superior, mas ainda não competem com Montes Claros em condições equiparáveis.

O conhecimento das possibilidades e limitações desse conjunto de cidades que compõem o sistema urbano-regional provocou em nós certa curiosidade em saber como tais centros urbanos estão sendo administrados, e quais instrumentos de gestão fazem parte da política local. Este é o assunto que abordaremos para conclusão da nossa análise.

[64] Não possuem centralidade Várzea da Palma e Buritizeiro que estão sob a influência direta de Pirapora e São Francisco, pela proximidade com Januária.

4.4 Gestão municipal: as cidades norte-mineiras e a questão da dependência

A realidade urbana brasileira nos tem mostrado que, independentemente de sua região, história, economia ou tamanho, todas apresentam um contraste entre uma parte com boa infra-estrutura, que possui alguma condição de urbanidade, e outra parte, cuja infra-estrutura é incompleta, ou inexiste. A gestão dessas cidades é, por mais que os instrumentos legais sejam os mesmos, bastante diferenciada.

No caso das cidades da nossa área de estudo, a situação de cada uma é impar, dada a sua localização, a estrutura política que possui, a existência de recursos, dentre outros fatores. Entretanto, antes de abordarmos essa questão é importante esclarecermos, do ponto de vista teórico, o que entendemos por gestão de cidade.

Para os fins deste estudo, lembramos as palavras de Rezende e Frey (2005, p. 53-54) quando afirmam que

> [...] a cidade é um organismo dinâmico e complexo. Esse organismo pode ser caracterizado por grandes diversidades e múltiplos contrastes, gerando inúmeras dificuldades ao gestor público. Nesse sentido a gestão urbana deve desempenhar um papel relevante para contribuir na diminuição desses contrastes, dificuldades e conflitos e também na solução dos múltiplos problemas enfrentados. A gestão urbana também pode ser entendida como governança urbana. Nesse sentido ela apresenta um novo conceito em gestão pública e política, [...] frisando novas tendências de uma gestão compartilhada e interinstitucional que envolve o setor público, o setor produtivo, o crescente setor voluntário ou terceiro setor. A criação de redes e as parcerias públicas-privadas são processos políticos cada dia mais dominantes no novo mundo urbano fragmentado e são essenciais para a abordagem da governança.

No caso brasileiro, após a década de 1980, o poder local se incorporou à agenda política do Brasil, sendo que a Constituição de 1988 assegurou maior autonomia de decisões aos municípios, tendo por pressuposto os princípios da descentralização, da democracia e da participação da população. Para Costa (1996, p. 115),

> [...] a Constituição de 1988 deve ser considerada parte de um processo mais amplo de mudanças sociais e políticas ocorrido na sociedade e da ressignificação do poder local no Brasil. Isso fica evidente quando se faz

> uma rápida recuperação histórica do estatuto jurídico-político do município nas Constituições brasileiras [anteriores] [...]

Assim, a Constituição fortaleceu a autonomia política, administrativa e financeira dos municípios. Através de leis orgânicas, os municípios estabelecem sua própria organização administrativa. Com a descentralização é possível a municipalidade tomar muitas decisões que antes estavam atreladas ao poder do Estado como, por exemplo, a busca do desenvolvimento econômico local, implementação de políticas sociais e implantação de serviços urbanos. Todavia, o pleno exercício do novo poder local não tem sido tão simples. Concordamos com Coelho (1994, p.24) quando ele assinala que

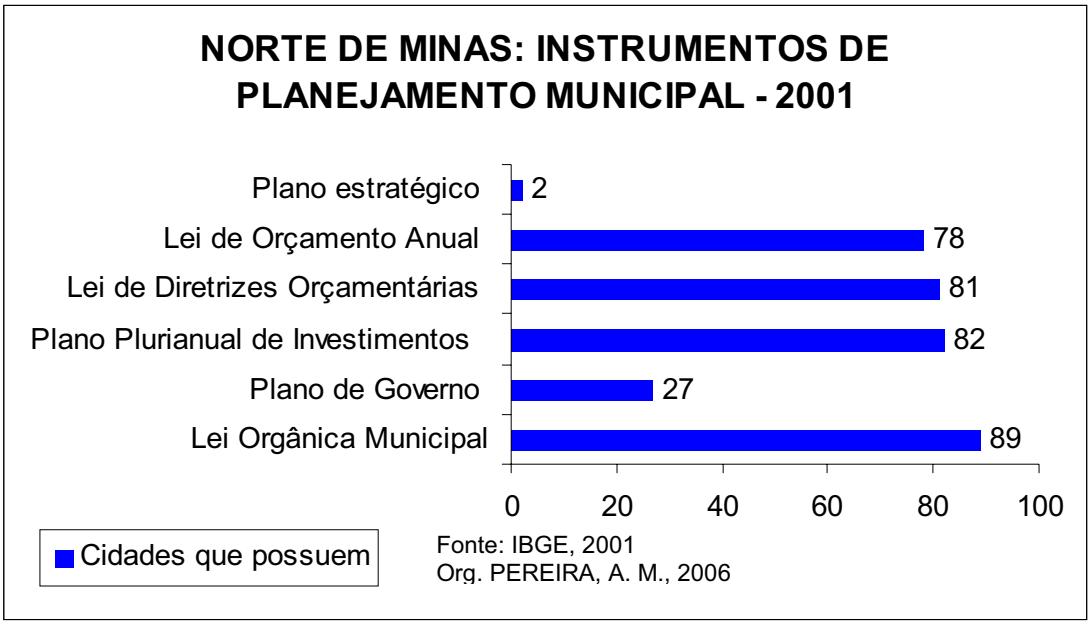
> [...] a administração municipal brasileira encontra-se diante de uma potencialidade de ações de desenvolvimento econômico ainda não exploradas na medida em que estas têm sido consideradas como funções e competência do Estado e da União. Atuando mais na área de políticas de uso do solo, os Municípios não têm conseguido integrar política urbana e desenvolvimento econômico [sendo que] as definições presentes na Constituição de 1988 - votada sob influência de idéias municipalistas e de descentralização - necessitam ganhar uma dinâmica própria e se materializar em projetos e arranjos institucionais específicos no interior do Executivo [já que] os municípios não têm se assumido enquanto um agente de desenvolvimento econômico.

Para o poder local, principalmente nos municípios mais carentes, implementar políticas públicas, inclusive as urbanas, tem significado enfrentar muitas dificuldades, como a falta de pessoal técnico qualificado para tratar de assuntos como execução orçamentária, plano diretor, prestação de contas, entre outros. Quase sempre precisam utilizar o sistema de consultoria para realizar serviços básicos. Além disso, com o avanço das novas tecnologias, é significativa a proliferação de financiamentos para a implantação de sistemas de informação computadorizada para municípios que desejam ter maior eficiência econômica. Considerando que o poder público, particularmente, não dispõe dos recursos financeiros nem técnicos suficientes para acompanhar o ritmo das inovações tecnológicas, é cada vez mais nítido o endividamento dos municípios, criando cada vez maior dependência.

De acordo com Aghón e Cortés (1998, p. 72-73),

> [...] este desarrollo del proceso descentralizador, en el contexto de la globalización, implica un desafío aún mayor, consistente en generar dinâmicas tendientes a fortalecer a las ciudades como centros de prácticas productivas, políticas, culturales y sociales. En esta concepción, los gobiernos locales se convierten en gestores y promotores del desarrollo econômico y social local. Para responder a este desafío, a nivel urbano deben generarse condiciones competitivas, estimular el esfuerzo fiscal y crear fuentes innovadoras de generación de recursos propios y promover los adecuados incentivos que, en últimas, permitan un mejoramiento de la calidad de vida de la población. En general, las estrategias descentralizadoras son partes integrantes de un proceso complejo que requiere reformas en sus distintas dimensiones-política, administrativa y fiscal - y que conducen al fortalecimiento del desarrollo local y regional. Ahora bien, si los propósitos que se buscan son exclusivamente los de mejorar la responsabilidad de las autoridades para con los ciudadanos, nuevos sistemas de representación popular y aumentar la participación de las comunidades en la toma de decisiones, se estaría promoviendo fundamentalmente una descentralización política.

Compreender o novo papel do poder local e colocar na prática essa descentralização não tem sido tarefa fácil para os municípios norte-mineiros. Para verificar o que de fato está sendo efetivado nas prefeituras, utilizamos os indicadores produzidos pelo IBGE (2001). A figura 84 destaca os instrumentos de planejamento municipal existentes na região. Verificamos que o único instrumento que todos os municípios da região possuem é a lei orgânica, porque é uma exigência legal[65]. Poucos possuem plano de governo e apenas Pirapora e Juramento têm plano estratégico.



[65] Lei Orgânica é uma lei de caráter constitucional, elaborada no âmbito do município e consoante as determinações e limites impostos pelas constituições federal e do respectivo estado.

Figura 84: Norte de Minas: instrumentos de planejamento municipal (2001)

No que diz respeito aos instrumentos de gestão urbana, propostos pelo Estatuto da Cidade[66],a situação é bastante diversificada, conforme mostra a figura 85.

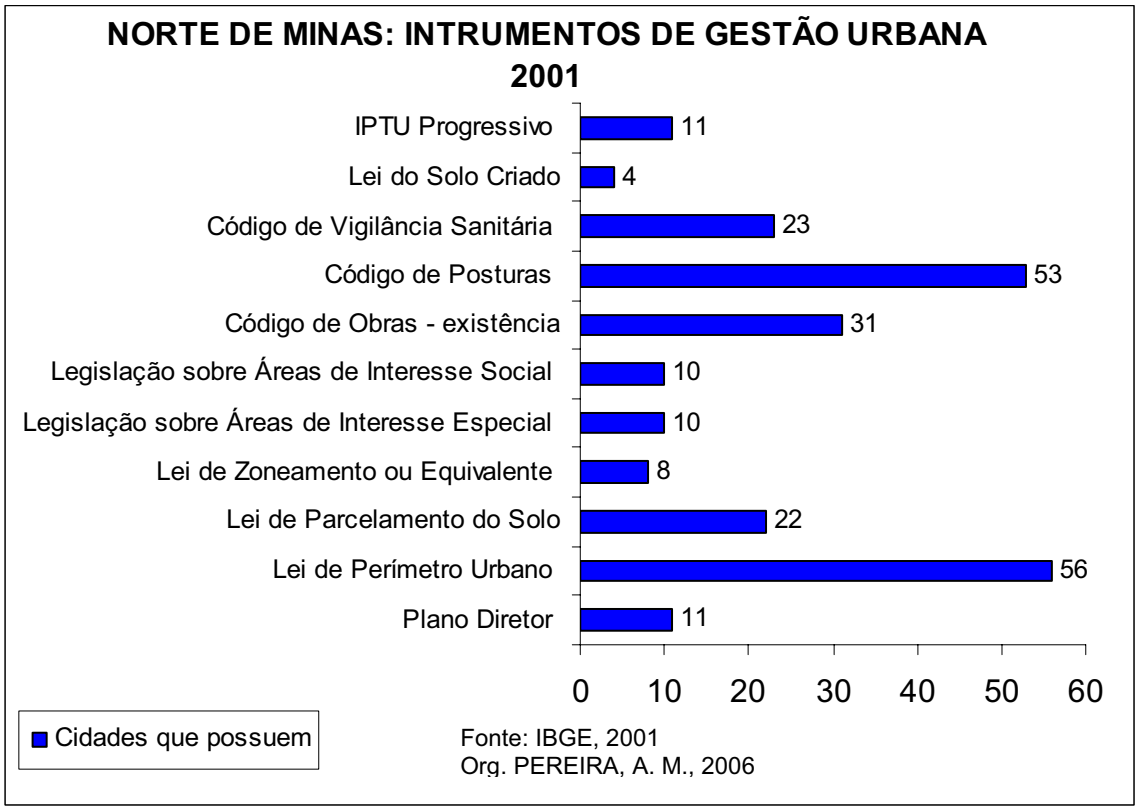


Figura 85: Norte de Minas: instrumentos de gestão urbana (2001)

Dada a importância do plano diretor, a sua existência nas cidades da região é bastante limitada. Apenas as cidades de Francisco Sá, Janaúba, Divisa Alegre, Montes Claros, Pirapora, Salinas, Cônego Marinho, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Paraíso e Ubaí tinham, em 2000, o plano diretor. A figura nos mostra, ainda, que as cidades têm crescido de forma espontânea, pois nem todos os instrumentos são utilizados por elas. Os instrumentos com maior índice de utilização são: a lei de perímetro urbano e o código de posturas. Ainda assim, 33 cidades não têm a delimitação de seu perímetro urbano definida. A maioria também não possui lei de parcelamento do solo nem código de obras, lei de zoneamento, entre outros. Isso nos preocupa, uma vez que a falta de tais instrumentos interfere na expansão

[66] A respeito desse assunto, vide Lei n. 10.257, de 10 de junho de 2001.

ordenada das cidades, ainda que pequenas, na estética arquitetônica, no controle do uso do solo, na cobrança de tributos e, provavelmente, em sua qualidade ambiental.

Villaça (1999), ao estudar o planejamento urbano no Brasil, afirma que há uma enorme confusão acerca do conceito de plano diretor. Para esse autor, uma definição mais tradicional considera-o como

> [...] um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. (VILLAÇA, 1999, p.238).

Ainda que simples discurso, o plano diretor sempre esteve presente na história do planejamento urbano brasileiro, tanto é que a Constituição Federal restabelece o seu prestígio ao atribuir

> [...] a lei do plano diretor municipal a condição de instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, bem como a de instrumento aferidor do cumprimento da função social da propriedade urbana, na medida em que atenda às exigências fundamentais de ordenação da cidade nele expressas. (MOTTA, 2000, p.6)

De acordo com o artigo 182 da Constituição, o plano diretor deve obrigatoriamente explicitar as funções sociais da cidade e seu pleno desenvolvimento, explicitar o nível de bem-estar a ser garantido à população e os objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento e expansão urbana, bem como expressar as exigências fundamentais de ordenação da cidade.

O Estatuto da cidade (Lei nº 257, de 10 de junho de 2001) reafirma essas diretrizes e estabelece que o plano diretor é um instrumento obrigatório não só para os municípios com população superior a 20.000 habitantes, mas também para aqueles situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em área de interesse turístico ou sob influência de empreendimentos impactantes ao meio ambiente. Consoante com tal norma, as cidades de Bocaiúva, Januária, São Francisco,

Taiobeiras, Várzea da Palma e Buritizeiro são obrigadas a ter plano diretor (possuem população superior a 20.000 habitantes), Botumirim, Grão Mogol e Cristália (em virtude da construção da usina hidrelétrica de Igarapé), Montezuma e Francisco Dumont (áreas de interesse turístico). Entretanto, elas não possuem tal instrumento.

O referido Estatuto preconiza uma concepção de plano como processo político, partindo do pressuposto que a cidade é um produto da ação de uma multiplicidade de agentes que constroem e, ao mesmo tempo, utilizam o espaço urbano. Segundo Bassul (2002, p.1),

> [...] o Estatuto da Cidade oferece aos governos municipais e aos movimentos sociais um conjunto expressivo de instrumentos que, na prática, buscam materializar o "direito à cidade", definido na própria lei como o "direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações".

Quanto à inserção de novas tecnologias na administração municipal, verificamos ser essa uma preocupação das prefeituras, que buscam com isso agilizar serviços e ampliar a cobrança de tributos. De acordo com a figura 86, percebemos que o setor de contabilidade de todas as prefeituras já está informatizado. Também no setor de folha de pagamentos, cadastro de pagamentos e execução orçamentária, poucos são os municípios que ainda não o fizeram. Entretanto, no cadastro imobiliário de alvarás, Imposto Sobre Serviços (ISS) e patrimônio, esse serviço só foi implantado em poucas prefeituras. A falta de informatização desses serviços afeta diretamente a cobrança de impostos, como o IPTU, que não é cobrado pela maioria das prefeituras, principalmente nas pequenas cidades. No caso do mapeamento digital, apenas as cidades de Montes Claros e Bocaiúva o possuem.

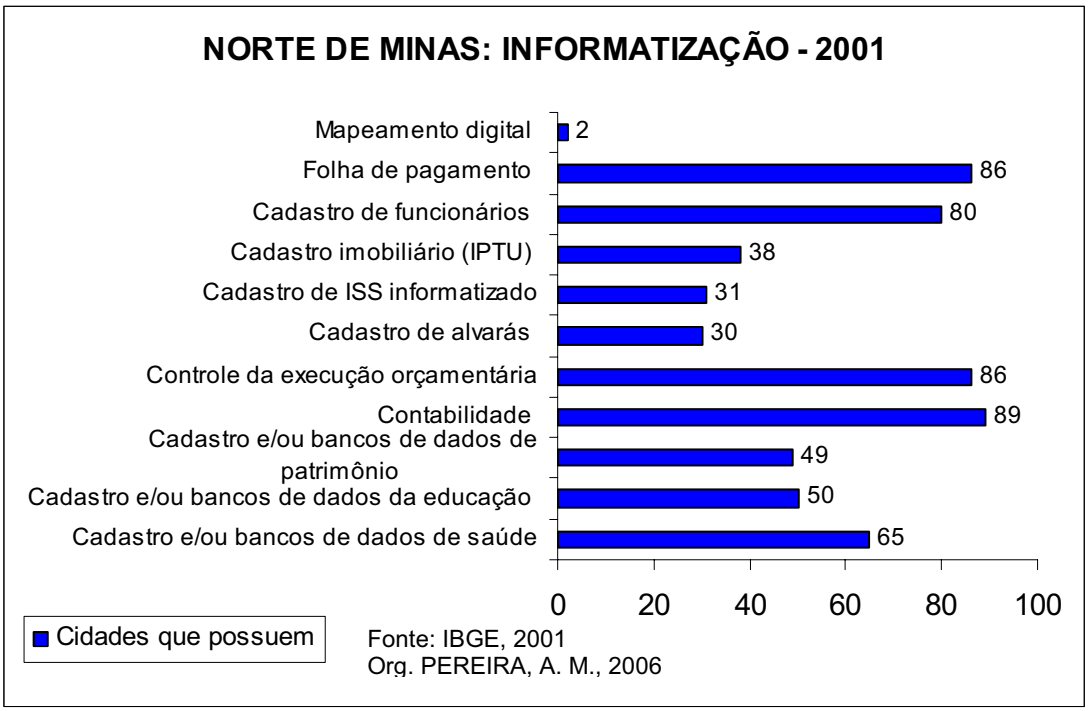


Figura 86: Norte de Minas: informatização (2001)

Quanto à terceirização, verificamos também grandes disparidades entre os serviços terceirizados, mas ainda assim é um processo pouco adotado por quase metade dos municípios, exceção feita apenas para o caso das obras civis, terceirizadas por mais de 45 municípios. Para os serviços de advocacia, transporte escolar e contabilidade a terceirização é adotada por menos de 50% dos municípios (IBGE, 2001).

Podemos concluir, em linhas gerais, que as prefeituras costumam executar com profissionais próprios vários serviços urbanos e administrativos. Isso implica a contratação de servidores públicos, gerando emprego para a população, mas, por outro lado, isto onera a folha de pagamentos, sobrando poucos recursos para novos investimentos. Entre os municípios pesquisados, Ibiracatu e Icaraí de Minas foram os que apresentaram a maior parte de serviços terceirizados, enquanto Bocaiúva, Capitão Enéas, Engenheiro Navarro, Espinosa, Jequitaí, entre outras não terceirizam nenhum dos serviços selecionados neste estudo. A terceirização de serviços é mostrada na figura 87.

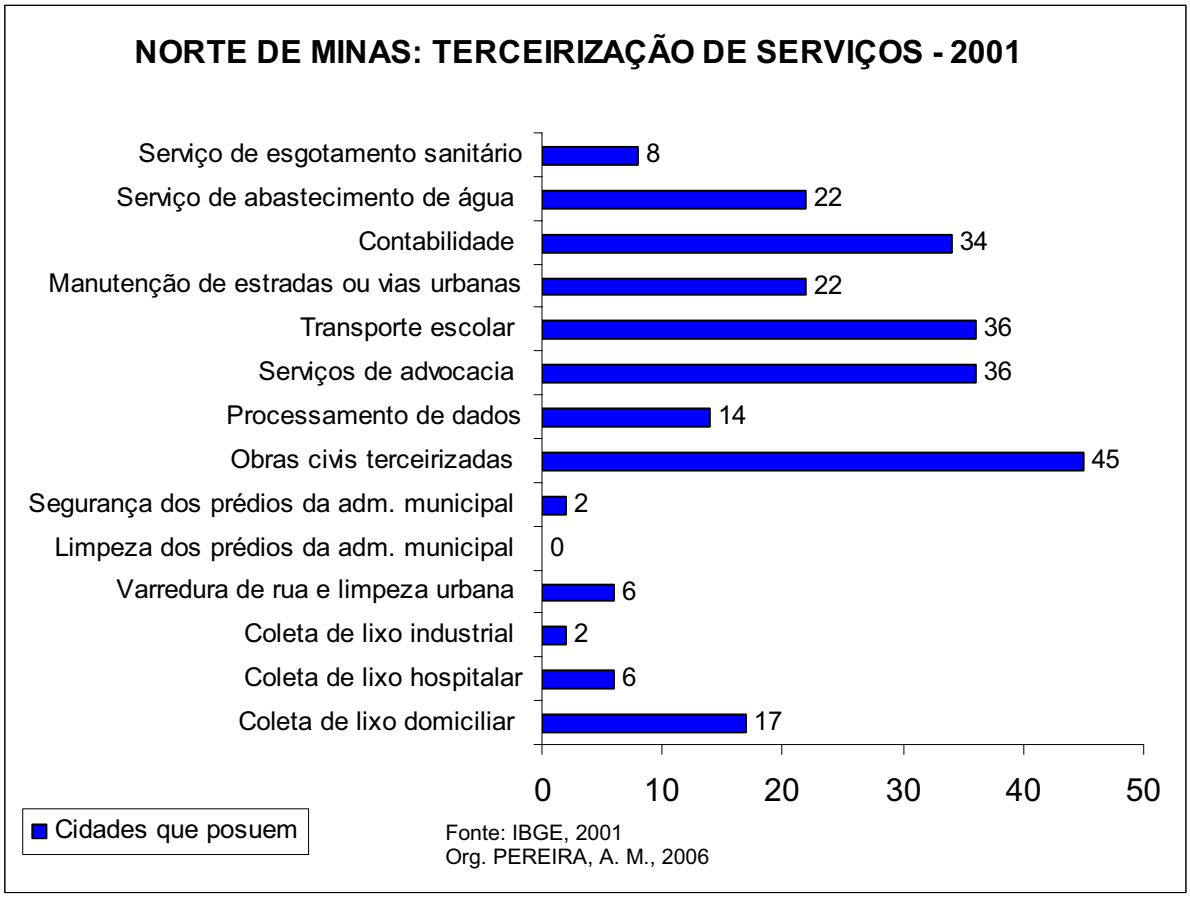


Figura 87: Norte de Minas: terceirização de serviços (2001)

A descentralização na administração local prevê, antes de tudo, uma maior democracia nas tomadas de decisões e, para isso, tem de ocorrer uma maior participação popular. Essa é uma questão problemática, pois até pouco tempo a gestão era centralizada e o povo não tinha oportunidade ou mesmo o "costume" de participar. Portanto, somente agora está sendo criada uma cultura de participação popular, assunto que gera ainda muita polêmica no meio científico e também junto à sociedade civil. A criação de conselhos é muito criticada, mas tem sido o caminho utilizado pelo poder local para atender a legislação, bem como para propiciar uma gestão participativa.

Os dados do IBGE (2001), relacionados na figura 88, só mostram a existência ou não de conselhos nas cidades do Norte de Minas, mas não explicitam como eles funcionam.

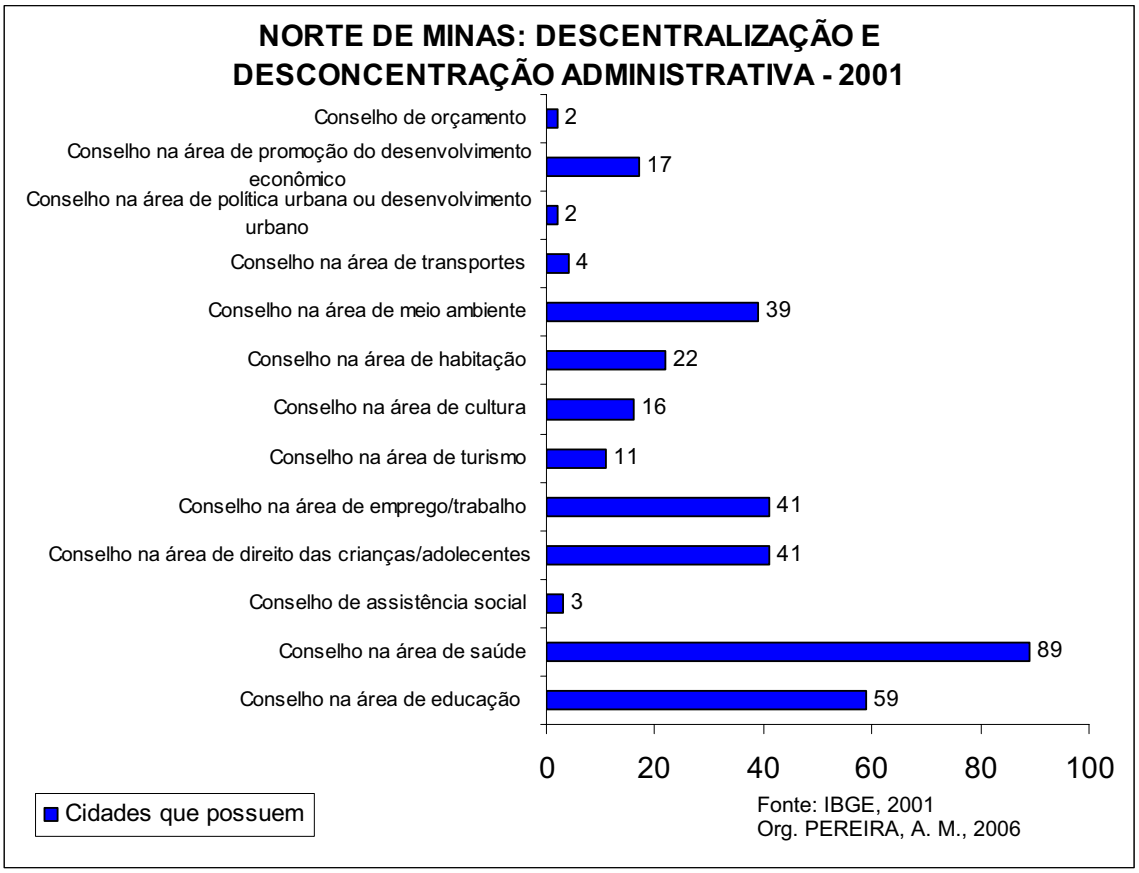


Figura 88: Norte de Minas: descentralização e desconcentração administrativa (2001)

Conforme a figura, todos os municípios possuem conselho na área da saúde, já que essa tem sido uma das prerrogativas do SUS para o repasse de recursos. Em segundo lugar estão os conselhos na área da educação existentes em 59 cidades. Nas áreas de assistência social, turismo, cultura, habitação, transporte, desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico e orçamento, os conselhos são poucos. Quanto ao conselho na área ambiental, a tendência é aumentar em virtude tanto da exigência legal quanto da sociedade, que já está mais informada a esse respeito.

Na gestão dessas cidades, um fato nos chamou a atenção. Poucas são as prefeituras que publicam suas contas em locais visíveis. Na cidade de São João da Lagoa, a prefeitura utiliza a parede de sua sede para prestar contas à população, conforme mostra a figura 89.



Figura 89: Prestação de contas da Prefeitura de São João da Lagoa
Autor: PEREIRA, A. M. maio/2006

Feitas essas considerações, e sem a pretensão de esgotar o assunto, inferimos que mesmo naquelas pequenas cidades que, pelo seu "tecido urbano", pela sua funcionalidade, parecem mais centros rurais, encontramos neles indícios de vida urbana, conforme definido por Lefebvre (1999), seja no comércio de produtos cada vez mais industrializados, nos encontros nas praças, nas manifestações sociais e políticas, na informação via telefone e internet, nas antenas parabólicas, na terceirização e informatização de serviços, na formação de conselhos, entre outros. Algumas delas encontram-se ligadas, de forma direta, ao mercado globalizado, seja pela exportação de produtos agrícolas ou industriais. Além disso, não podemos apreendê-las como um conjunto homogêneo, pois cada uma tem suas singularidades.

Finalizando nossas reflexões, propomos uma releitura da rede urbana regional a partir não da escala nacional, uma vez que vários estudos oficiais já foram realizados nessa perspectiva, mas no âmbito da região. Propomos, na verdade, uma abordagem da rede urbana do Norte de Minas tendo em vista a dinâmica das pequenas cidades, as carências nelas existentes (tanto materiais quanto imateriais), o consumo de bens e serviços que leva a uma mobilidade populacional que, por sua vez, cria uma rede urbana regional. Para tanto, faremos uma análise dos fluxos que ocorrem na região. Em seguida, realizamos um resgate dos estudos sobre a rede urbana mineira, destacando a posição de Montes Claros em cada um para, posteriormente, descrever a rede urbana sob a ótica regional.



5. REDES GEOGRÁFICAS: uma forma de entender o espaço norte-mineiro

"O espaço dos fluxos não permeia toda a esfera da experiência humana na sociedade em rede. Sem dúvida, a grande maioria das pessoas [...] vive em lugares e, portanto, percebe seu espaço com base no lugar."

(Manuel Castells)

Na nossa análise da relação cidade/região, consideramos a cidade como parte integrante da região e, ao mesmo tempo, formadora da região. Assim, não podemos tratar a cidade de forma desconexa, apartada do processo de produção de uma economia regional. Para Corrêa (1989), as relações cidade-região ocorrem a partir da influência que a cidade pólo exerce sobre a região, como atração da população regional, comercialização de produtos regionais, drenagem da renda fundiária, distribuição de investimentos, oferta de trabalho, de bens e de serviços.

Conforme já salientamos, nessa relação a organização espacial existente é revelada, por um lado, pelos elementos fixos, resultantes do trabalho social dos homens e, por outro, pelos fluxos, sejam eles materiais ou imateriais. De acordo com as formulações teóricas, essas relações nos conduzem a procurar entender a noção de rede, uma vez que fluxos de diferentes naturezas, intensidades ou direções atuam sobre o território.

Milton Santos (2002) afirma que explicitar o conceito de rede[67] é o primeiro passo para entender a configuração da geografia e, conseqüentemente, das cidades. Muitas são as definições e aplicações do termo rede. A mais simples é a que considera a rede como um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por certo número de ligações (CORRÊA, 1997, p. 107). Considerando o seu aspecto, a sua realidade material, a rede se refere a

> [...] toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação. (CURIEN apud SANTOS, 2000, p. 262)

Também Corrêa (1997, p. 282) ressalta que as redes envolvem um número crescente de nós, vias e fluxos, assim como os mais diversos agentes sociais. Nessa perspectiva, através de complexas redes, também as cidades se articulam de acordo com os bens e serviços que possuem. Diante dessa constatação, vários são os métodos de análise urbana que procuram explicar ou justificar a forma de um

[67] Um maior aprofundamento sobre o assunto pode ser encontrado em Dias (1996), Dias e Silveira (2005) e Castells (1999).

determinado sistema de cidades. Um dos marcos teóricos nessa temática é a Teoria dos Lugares Centrais, elaborada por Christaller em 1933, cuja idéia básica é a de que a função principal de uma cidade é servir de centro de serviços para seu entorno. Defende, assim, uma hierarquia entre os centros que compõem determinada rede, caracterizando-os pela oferta de bens e serviços em função das necessidades de consumo.

Hoje, na era da informação, a teoria de Christaller é insuficiente para explicar a complexidade das funções e dos processos dominantes que estão cada vez mais organizados em torno de redes. Assim, as redes constituem a nova morfologia social de nossa sociedade e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.

Na atual dinâmica das interações espaciais vem ocorrendo a simultaneidade de diversas lógicas espaço-temporais, cuja justaposição resulta numa realidade visivelmente fragmentada, embora efetivamente articulada. A complexa organização urbana/regional pressupõe a existência de fluxos de materiais, de pessoas, de mercadorias, entre outros, e imateriais como as redes de telefonia, internet, pelas quais circulam idéias e informações. Formam-se, assim, redes contínuas e descontínuas no espaço.

Concordamos com Santos quando ele considera que a circulação de ônibus ocorre nos "[...] domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial" (SANTOS, 1994c, p.16). Nesse sentido, analisamos a interação espacial na região Norte de Minas, tentando construir uma forma de representação da realidade, na qual as cidades passam a figurar como pontos, formando os vértices ou nós, e os fluxos, tanto os de ônibus interurbanos regionais como os extra-regionais, os arcos que conectam os pontos, exibindo os seus respectivos graus de intensidade. Pretendemos, deste modo, visualizar o grau de contato entre as cidades, através da intensidade de seus fluxos, bem como a extensão de suas áreas de influência. Essa análise pode nos indicar o arcabouço da organização urbana de toda a região mostrando as cidades dominantes, as cidades subordinadas e as cidades que podem ser consideradas emergentes. Nessa

perspectiva, nos chamam a atenção as palavras de Rochefort (1998, p. 16) quando afirma que

> [...] se considerarmos, a partir de uma cidade, as linhas de ônibus que servem a outras cidades tão ou mais importantes que ela, obteremos, acrescentando as aglomerações terminais, um mapa que configura aproximadamente os limites da zona de influência dessa cidade. Quando uma aglomeração terminal é servida por ônibus que provêm de vários centros, é preciso considerar o número recíproco de ônibus de cada um dos centros para essa aglomeração a fim de decidir sobre sua vinculação a uma outra esfera de influência.

Um dos fatores que historicamente colocam a cidade Montes Claros numa posição de destaque na região Norte de Minas, como salientamos anteriormente, é a sua posição geográfica. Montes Claros, ainda no período colonial, era o ponto de conexão entre numerosos circuitos comerciais que fluíam nas mais variadas direções como, por exemplo, à Bahia, à região das minas e ao Rio de Janeiro. Com a ferrovia acelerando o tempo das viagens e proporcionando um maior volume de carga transportada e, posteriormente, com a política do rodoviarismo, essa posição de entroncamento foi consolidada. Pereira (2006, p. 57) destaca em seu estudo que

> [...] em 1972, foi construída a primeira rodovia pavimentada da região, a BR 135, que interliga Montes Claros a Belo Horizonte. Posteriormente, a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros - ACI cobrou das autoridades políticas a construção de outras rodovias pavimentadas como a BR 365 e BR a 251 para fazer a conexão entre o Norte de Minas e outras regiões do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

Com a desativação do transporte de passageiros através das ferrovias nos anos de 1980, as rodovias tornaram-se, na região, o principal sistema de circulação de pessoas e mercadorias. A posição nodal entre várias correntes inter-regionais de comércio garantiu à cidade uma função de entreposto comercial que foi cumulativamente se ampliando. A preocupação com a implantação dos “fixos” que possibilitassem a realização dos fluxos esteve presente nas solicitações da elite política regional em diversos momentos da história. Inúmeros são hoje os fluxos que colocam Montes Claros em posição de destaque no Norte de Minas.

5.1 Interações espaciais no Norte de Minas e a constituição de redes: uma análise dos fluxos

Para analisar os fluxos intermunicipais, optamos por dois indicadores: o fluxo de ônibus de passageiros e o fluxo de ônibus de estudantes. Escolhemos espacializar as viagens diárias, ao invés das semanais como é comum os pesquisadores fazerem nesse tipo de trabalho. Essa opção se justifica, principalmente, pela extensão da região e pela complexidade de fluxos, o que tornaria o cartograma de difícil interpretação.

Consideramos importante destacar que as interligações via ônibus são bastante complexas na região e difíceis de serem contabilizadas e espacializadas. Primeiro, porque o número de veículos em trânsito com saída e destino fora da região é significativo e, segundo, porque Montes Claros tem uma posição estratégica, nela se cruzam quatro importantes rodovias como as BRs 135, 365, 122 e 265. Essa cidade está conectada às demais regiões de Minas e do Brasil, sendo que grande parte dos fluxos rodoviários que vem de outras regiões passa por Montes Claros, notadamente aqueles que se dirigem para o Nordeste.

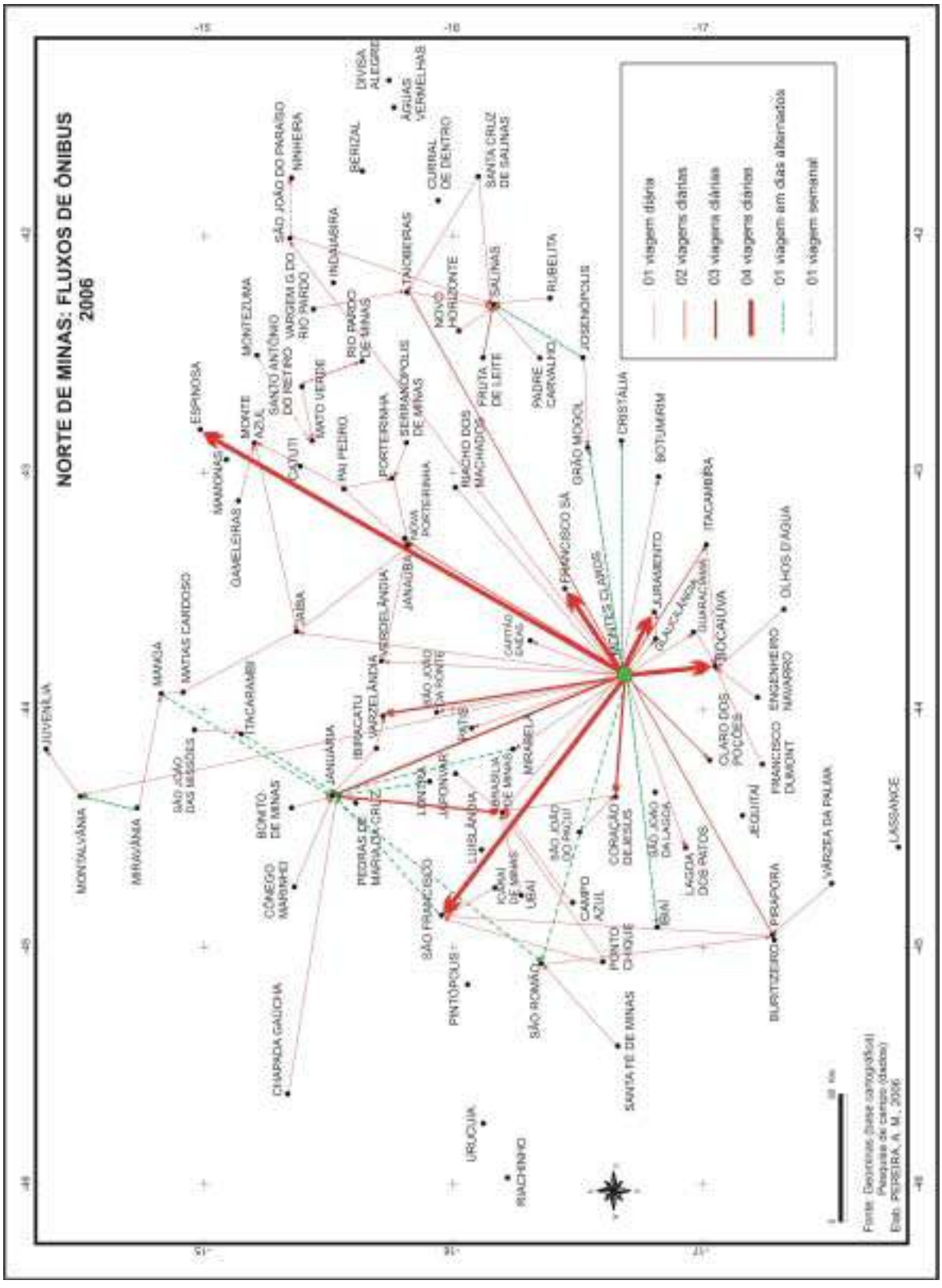
No que se refere ao fluxo de pessoas, tomamos como exemplo apenas o número de passageiros que chegaram e saíram da cidade, utilizando o ônibus como meio de transporte. A tabela 22 mostra o fluxo de passageiros constatado nos anos de 2005 e 2006. Percebemos, pela análise dos dados, que o número de pessoas que chegou à cidade superou a quantidade que saiu.

Tabela 22: Montes Claros - número de passageiros e de ônibus chegada e saída

ANO	CHEGADA		SAÍDA	
	Ônibus	Passageiros	Ônibus	Passageiros
2005	20.330	30.878	20.028	30.496
2006	414.456	642.882	317.877	450.877

Fonte: Prefeitura Municipal de Montes Claros
Org. Pereira, A. M., 2006

São aproximadamente 121 ônibus que saem, diariamente, da rodoviária de Montes Claros com destino a cidades da região, cidades de outras regiões de Minas e de outros estados, bem como para distritos e localidades rurais do município em questão. O mapa 51 mostra os fluxos de ônibus de passageiros no contexto intermunicipal.



Mapa 51: Norte de Minas – fluxos de ônibus - 2006

A análise do mapa dos fluxos de ônibus na região deixa claro que as conexões mais densas ocorrem entre Montes Claros e as cidades de Bocaiúva, Juramento, Francisco Sá, São Francisco e Espinosa, para as quais há, diariamente, a saída de quatro ônibus. É importante destacar que, além da proximidade, com exceção de Espinosa, essas cidades recebem um fluxo microrregional de pessoas que querem ir até Montes Claros. A proximidade facilita o acesso para pessoas que buscam tanto serviços, como comércio, principalmente o de supermercado, pela variedade de produtos e preços. O entrevistado em Bocaiúva destacou que este é um dos entraves para o desenvolvimento do comércio local, afirmando que "[...] a proximidade com Montes Claros é desvantajosa no sentido de que compete de forma desleal com o comércio de Bocaiúva."

Em segundo lugar, com três viagens diárias, estão as cidades de Januária, Varzelândia e Coração de Jesus. As cidades de Taiobeiras, Claro dos Poções, Itacambira e Pirapora possuem duas linhas diárias de ônibus. As cidades de Jaíba, São João do Paraíso, Matias Cardoso, Guaraciama, Montalvânia, Botumirim, Patis, São Romão, Lagoa dos Patos, Janaúba, Capitão Enéas possuem apenas uma linha diária de ônibus. Cristália, Grão Mogol, São Romão e Ibiaí possuem ligações com Montes Claros, via ônibus, em dias alternados.

Não há ônibus que saem de Montes Claros com destino a Brasília de Minas, Buritizeiro, Campo Azul, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Itacarambi, Jaíba, Lagoa dos Patos, Lassance, Mato Verde, Mirabela, Montezuma, Nova Porteirinha, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Ponto Chique, Riachinho, Rio Pardo de Minas, Rubelita, São João do Paraíso, Salinas e Várzea da Palma. Entretanto, algumas dessas cidades são servidas por ônibus que durante o trajeto, independentemente do local de saída e destino, fazem paradas em cidades e localidades ao longo de seu percurso. Um exemplo dessa situação são algumas linhas de ônibus que fazem o trajeto Montes Claros/Espinosa e têm paradas em Capitão Enéas, Janaúba, Nova Porteirinha, Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul, Mamonas e o ponto final em Espinosa. O mesmo acontece com ônibus que vão para Pirapora e têm parada em Jequitaí. Existem outras situações semelhantes, mas não cabe aqui citar todas.

É importante lembrar que cidades localizadas fora do eixo das BRs e que não são atendidas por esses ônibus, quase todas possuem uma linha diária para a cidade mais importante nas suas proximidades. Esse caso está bem representado no mapa dos fluxos inter-regionais, com a cidade de Salinas, para onde convergem ônibus provenientes de Fruta de Leite, Novo Horizonte, Santa Cruz de Salinas, Padre Carvalho entre outras.

O mesmo ocorre com as pequenas cidades no entorno de Bocaiúva, Grão Mogol, Montalvânia, Januária, São Francisco e Brasília de Minas, conforme mostra o referido mapa. Tais cidades são centros sub-regionais, que fornecem serviços de saúde de menor complexidade, serviços bancários, de advocacia, contabilidade, entre outros, bem como um comércio mais amplo do que aquele existente nas cidades menores do seu entorno. Esses centros urbanos são, para uma parcela da população regional, mais acessíveis do que o pólo regional e atendem as suas necessidades imediatas. Nesse caso, podemos dizer que tais centros atendem uma demanda microrregional.

É preciso considerar nessa nossa análise duas questões relevantes, sendo a primeira referente à grande extensão territorial tanto da região como de alguns municípios e, em segundo lugar, a questão da acessibilidade, pois vários trechos das estradas não possuem pavimentação, como é o caso do acesso a Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho, Serranópolis de Minas, Gameleiras, Bonito de Minas, Cônego Marinho, Pai Pedro, Miravânia, Montalvânia, Juvenília, Montezuma, Berizal, Ninheira, Urucuia, Pintópolis, Chapada Gaúcha, Santa Fé de Minas, Riachinho, Ponto Chique, Campo Azul, Ibiracatu, Varzelândia, Itacambira, Guaraciama, Francisco Dumont, Catuti, São João da Lagoa, São João do Pacuí, Fruta de Leite e Novo Horizonte.

As figuras 90, 91, 92 e 93 mostram trechos das vias de acesso a algumas cidades norte-mineiras, denotando a precariedade delas.



Figura 90: Acesso a Chapada Gaúcha
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 91: Acesso a Botumirim
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



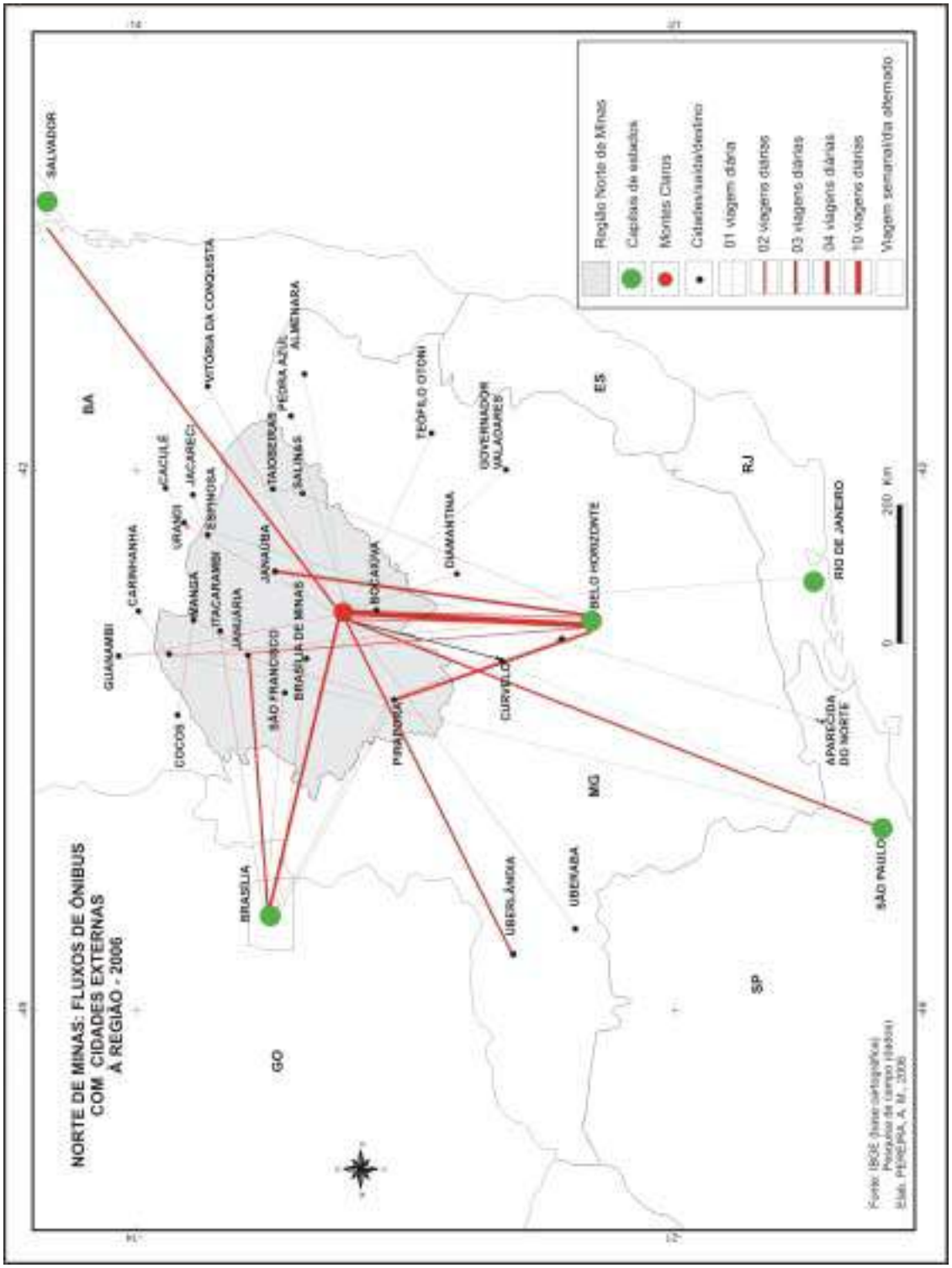
Figura 92: Acesso a Indaiabira
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006



Figura 93: Acesso a Josenópolis
Autor: PEREIRA, A. M., maio/2006

A mais expressiva conexão de Montes Claros, quando se consideram os fluxos extra-regionais (mapa 52), é com a capital mineira, Belo Horizonte, cuja ligação se dá através do trânsito diário de 11 ônibus, saindo de Montes Claros para a capital e tendo o mesmo número de retorno, desenvolvendo assim uma função de intermediação (reles). Também outras cidades têm fluxos diários de ônibus para a capital, como é o caso de Bocaiúva, São Francisco, Pirapora, Janaúba e Januária.

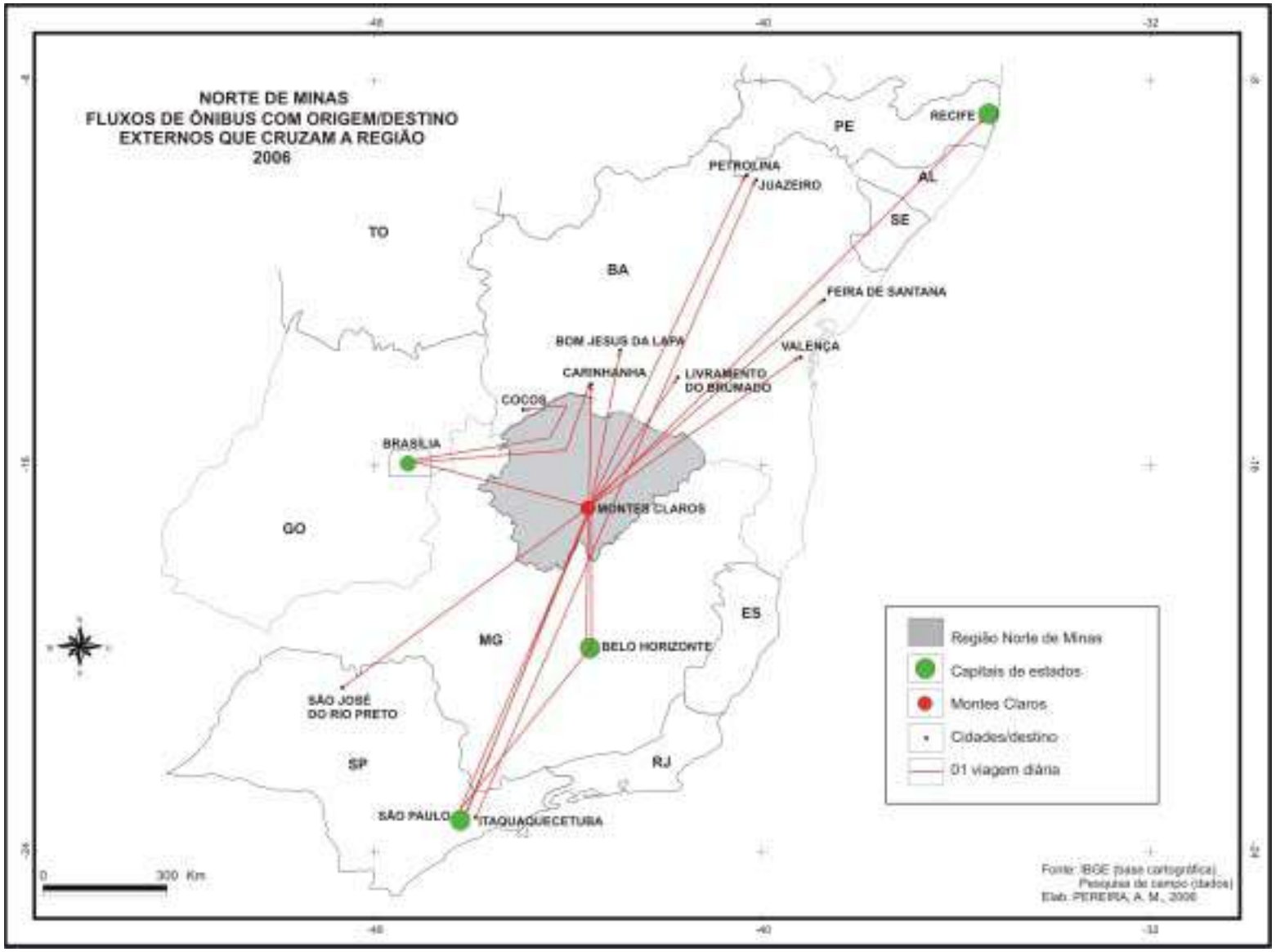
Outro aspecto que merece relevo é o fato de que o padrão das principais relações externas das cidades da região não segue uma única tendência. As cidades da porção noroeste têm forte ligação com a capital nacional, Brasília, enquanto que as cidades da porção sul interagem mais com Belo Horizonte e São Paulo. A distância pode ser considerada um fator que justifica tal situação. Cidades mais distantes, como Uberlândia e Uberaba, mantêm conexão diária com Montes Claros, enquanto para Teófilo Otoni e Governador Valadares as viagens acontecem semanalmente.



Mapa 52: Norte de Minas - fluxo de ônibus com cidades externas à região - 2006

Intrigou-nos bastante o fato de não existirem linhas de ônibus saindo de Montes Claros para diversas cidades do Norte de Minas, o que nos levou a buscar a explicação na análise dos fluxos extra-regionais. Como comentamos anteriormente, a cidade está localizada num importante entroncamento rodoviário. Assim, o número de ônibus com saída e destino fora da região tem uma atuação regional significativa, uma vez que transportam passageiros no âmbito regional, principalmente nos trechos nos quais não há linhas regulares, como é o caso de Águas Vermelhas e Divisa Alegre que, segundo os entrevistados, "[...] são bem servidas de ônibus, todos de passagem".

Esses ônibus que possuem saída/destino extra-regionais (mapa 53), mas que têm Montes Claros como ponto de apoio, também fazem o transporte de passageiros na região. Nesse âmbito, cabe destacar os ônibus que fazem o trajeto São Paulo/cidades nordestinas e que contribuem no deslocamento de passageiros em determinadas localidades que não possuem nenhuma linha de ônibus para Montes Claros ou que possuem apenas uma linha diária, como acontece com Montalvânia.



Mapa 53: Norte de Minas - fluxo de ônibus com origem e destino externos que cruzam a região Norte de Minas - 2006

242

Não é nenhuma novidade que a divisão modal dos transportes no Brasil vem se modificando profundamente. Nos anos de 1990, verificamos um expressivo crescimento do transporte de passageiros realizado por veículos de pequeno porte, praticado, na maioria das vezes, de modo informal. Na região, essa modalidade é denominada de “transporte alternativo”, formado por taxistas que transitam diariamente entre as cidades levando passageiros. Por tratar-se de uma atividade considerada clandestina, não se tem o número de pessoas que utilizam, diária ou esporadicamente, esse tipo de transporte.

Outro fluxo que não poderia deixar de ser mencionado é o fluxo ônibus de estudantes que se deslocam diariamente ou semanalmente entre as cidades norte-mineiras, sendo Montes Claros o principal destino, conforme demonstrado no mapa 54.

A cidade de Montes Claros recebe, diariamente, uma média de 43 ônibus. A cidade com o maior fluxo de ônibus de estudantes para Montes Claros é Bocaiúva, com 10 ônibus diários, em diferentes turnos, mas com maior concentração no noturno. De Brasília de Minas e Janaúba deslocam-se quatro ônibus, de Pirapora e de Francisco Sá, três, enquanto de Capitão Enéas e de Coração de Jesus deslocam-se dois. As demais cidades próximas a Montes Claros utilizam uma viagem diária para o transporte estudantil.

Constatamos, ainda, que a dispersão de faculdades e cursos superiores na região ocorreu de forma rápida e intensa, a partir do ano 2000. Essa situação encontra respaldo na idéia de Giolo (2002, p.85-86) quando lembra que

> [...] a expansão do ensino superior das últimas décadas realizou um expressivo movimento de interiorização. Segundo Maria Helena Guimarães Castro, presidente do Inep, “hoje, 53,6% dos alunos estão em cursos de graduação do interior” (MEC/Inep, 2001b). O lado positivo dessa interiorização, que é evidente, dificulta a observação de certas disfunções que criam dificuldades para o desenvolvimento regional equilibrado. Ocorre que a descentralização geográfica das instituições de ensino superior tem seu limite dado pela densidade populacional. Cidades muito pequenas não comportam faculdades, e, muito menos, universidades, razão pela qual essas instituições, localizadas nos centros mais populosos, circunscrevem uma região de influência relativamente vasta, composta por municípios e povoados de menor porte, donde recebem uma parte significativa do seu quadro discente. Basta visitar, especialmente à noite, uma dessas

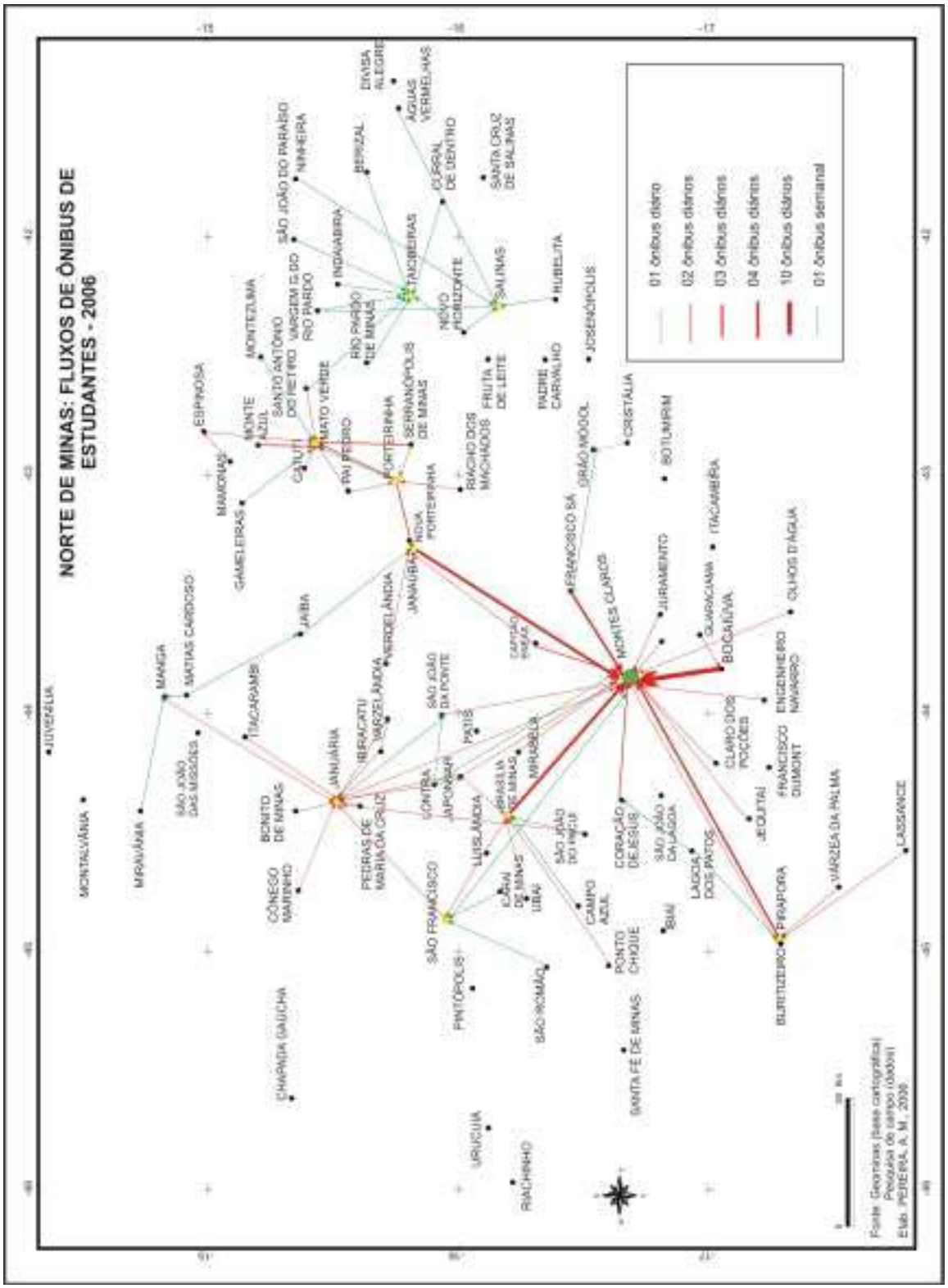
> universidades do interior para ver o grande número de ônibus, vindos das proximidades, transportando alunos para os cursos superiores noturnos.

Esse é um fato comum, como mostrado no mapa 54, nas cidades de Montes Claros e com menor expressão em Janaúba, Mato Verde, Januária, entre outras. Além do fluxo de estudantes, convém lembrar daqueles que não podem realizar o movimento de ir e vir diariamente e têm de fixar residência, fazendo crescer o ramo da construção civil, comércio e prestação de serviços.

Outras cidades na região também possuem um fluxo de ônibus que transportam diariamente estudantes, como é o caso de Janaúba, Januária, Brasília de Minas e Mato Verde. Já Salinas e Taiobeiras atraem mais um fluxo semanal de ônibus, uma vez que possuem diversos cursos virtuais e modulares.

Ainda nessa temática, cabe assinalar os fluxos de ônibus de estudantes que extrapolam a região, como é o caso das cidades de Chapada Gaúcha, Montalvânia, Juvenília cujos estudantes se dirigem uma vez por semana para João Pinheiro ou Paracatu, enquanto estudantes de Botumirim e Bonito de Minas vão a tais cidades no período de férias. Também Lassance e Várzea da Palma enviam ônibus de estudantes diariamente para Curvelo. Já Santa Fé de Minas, São Romão, Riachinho, São Francisco, Ponto Chique e Ibiaí têm estudantes freqüentando cursos de final de semana em Uberlândia.

Quando questionados sobre a opção por deslocamentos tão longos com o propósito de freqüentar um curso superior, os entrevistados justificaram que depende muito mais das condições da oferta dos cursos, do que da sua não existência na região. Um dos entrevistados respondeu que “[...] para uma pessoa que já trabalha e não pode morar em Montes Claros e nem deslocar diariamente, por causa da distância, um curso feito no final de semana é a única opção possível”.



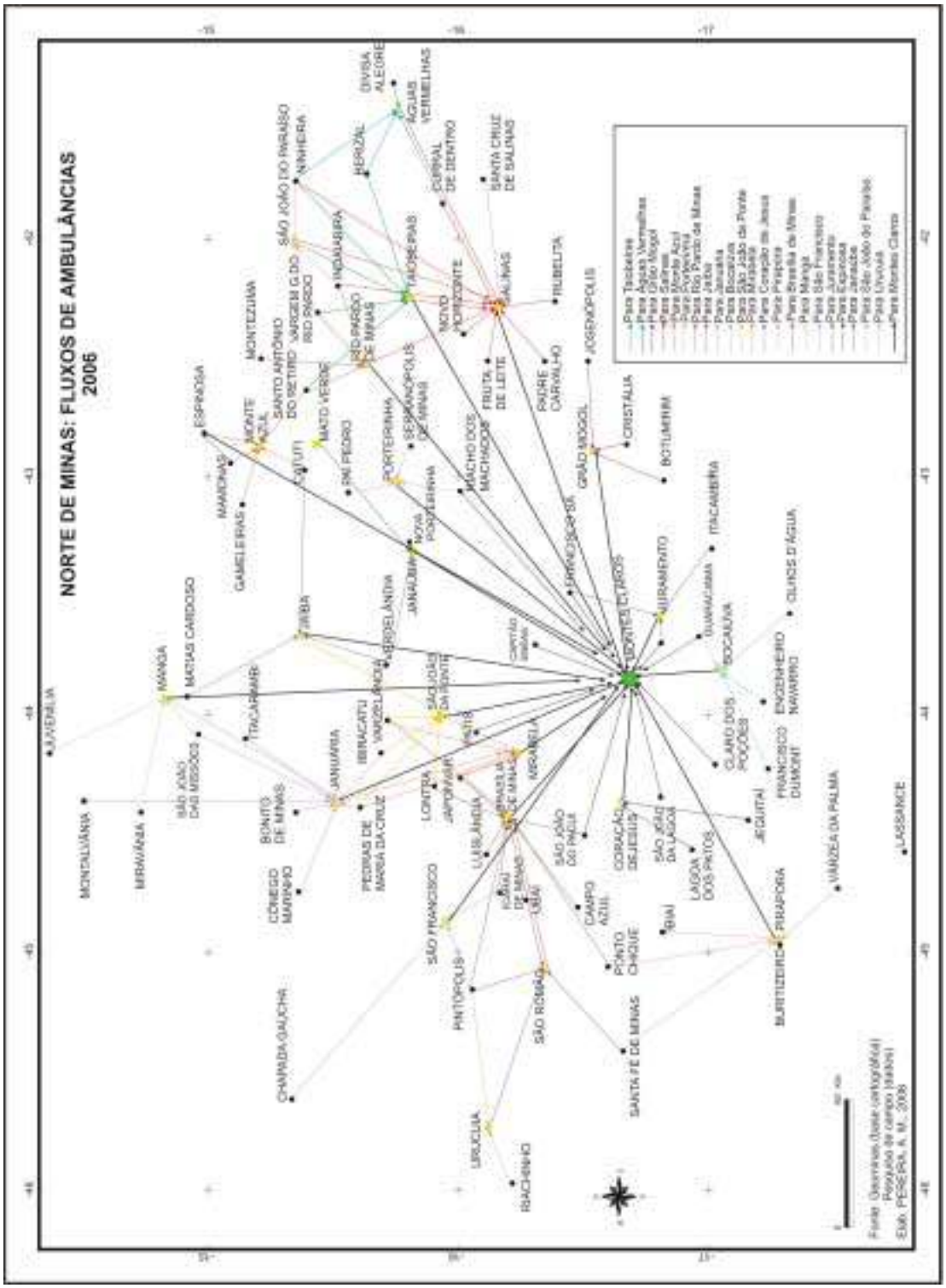
Mapa 54: Norte de Minas – Fluxo de ônibus de estudantes - 2006

Também o fluxo de ambulâncias é uma realidade regional. São aproximadamente 300 ambulâncias que transitam diariamente pela região, quase sempre tendo como destino a cidade de Montes Claros. Todavia, não há uma constância no número de viagens diárias, haja vista que isso depende das necessidades dos pacientes, do número de atendimentos (consultas, exames, etc.) pactuados entre os municípios, das condições dos veículos – cujo desgaste, por serem muito utilizados, é mais intenso – e das estradas.

Já destacamos a carência na área da saúde no Norte de Minas, sendo que em 58 municípios não existem hospitais, apenas posto ou centro de saúde. Essa realidade implica o deslocamento de pacientes, de acordo com a gravidade do seu estado de saúde, para as cidades que possuem o atendimento necessário. O mapa 55 mostra o deslocamento de ambulâncias pela região, movimento que ocorre, geralmente, entre municípios com diferente infra-estrutura nos setores ambulatorial e hospitalar. De forma direta ou indireta, a maioria dos municípios envia os casos mais complexos para Montes Claros, com exceção de Divisa Alegre (procura Vitória da Conquista) e Riachinho (tem mais contato com Arinos).

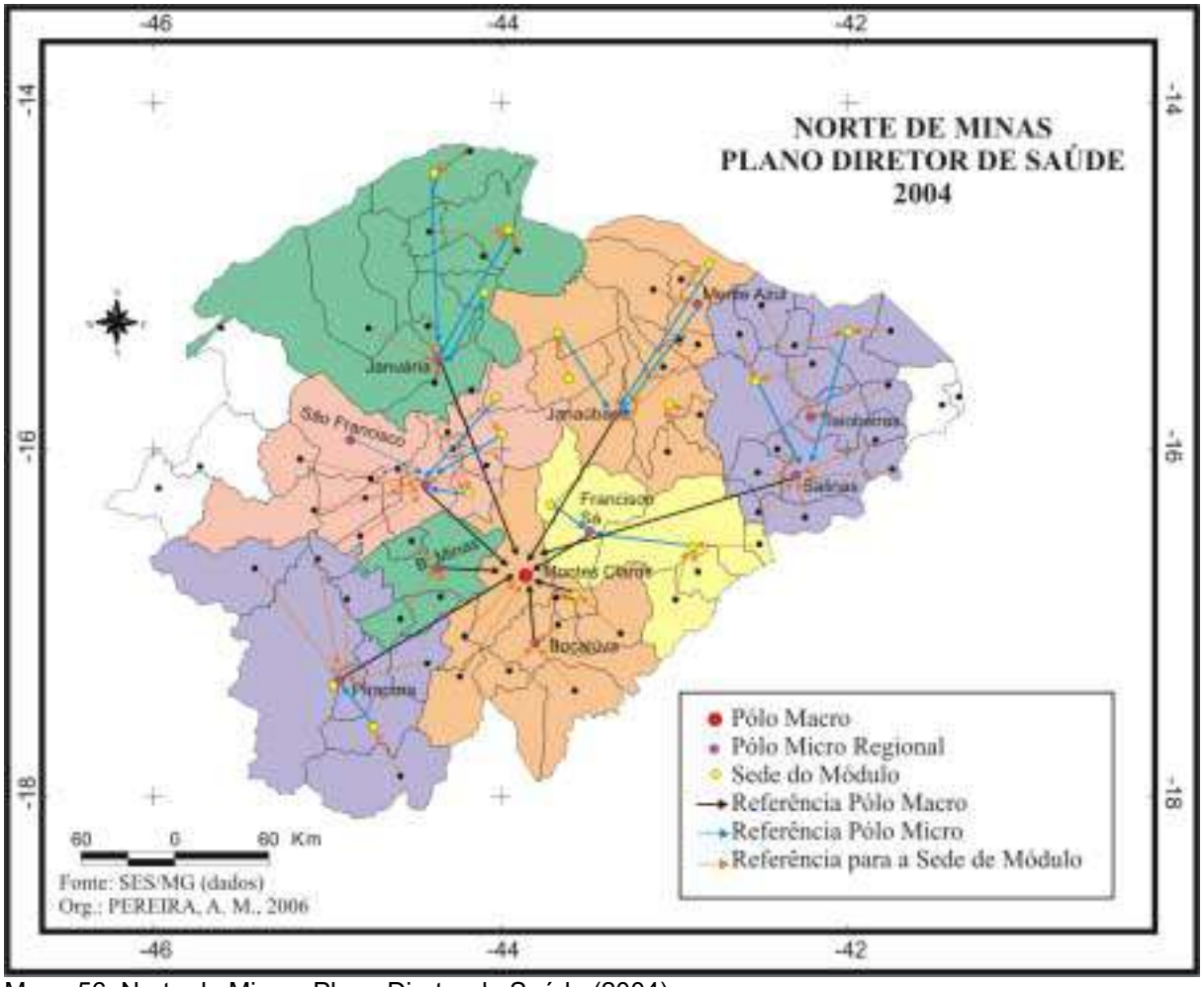
As cidades de Brasília de Minas, Januária, Pirapora, Janaúba, Porteirinha, Salinas e Taiobeiras recebem considerável fluxo dos municípios de suas áreas de influência. Alguns casos esses municípios encaminham para Montes Claros. Entretanto, há situações como a de Gameleiras que, de acordo com o entrevistado, além de procurar serviços de saúde em cidades vizinhas, “[...] tem uma ambulância grande, envia vinte pessoas por semana para Montes Claros, onde tem casa alugada pela prefeitura, para hospedar os pacientes.”

O entrevistado em Jaíba destacou que “[...] quase todo dia a gente envia quinze pessoas doentes para Montes Claros.” Também em Espinosa, ouvimos resposta semelhante: “[...] mandamos um micro-ônibus, com vinte pacientes, três vezes por semana para Montes Claros.” Já os entrevistados nos municípios no extremo norte, no limite com a Bahia, como Montezuma, Ninheira, Montalvânia, Juvenília, entre outros, disseram que, para eles, a fronteira política não existe e enviam pacientes para onde puderem ser atendidos, seja em Minas ou na Bahia.



Mapa 55: Norte de Minas - fluxo de ambulâncias - 2006

Tendo em vista a necessidade de uma melhor organização dos serviços na região e a alta demanda por estes na cidade de Montes Claros, a Secretaria de Estado da Saúde estruturou um plano diretor de saúde que leva em conta a infra-estrutura ambulatorial e hospitalar já existente nos municípios, a proximidade geográfica e a acessibilidade. O mapa 56 mostra a proposta de regionalização da saúde no Norte de Minas.



Mapa 56: Norte de Minas: Plano Diretor de Saúde (2004)

Essa regionalização foi estruturada tendo a cidade de Montes Claros como Macro Pólo Regional e as cidades de Bocaiúva, Pirapora, Janaúba, Januária, Salinas, Taiobeiras, Francisco Sá, Coração de Jesus, Brasília de Minas, Monte Azul e São Francisco como Pólo Micro Regional. As cidades sede de módulo são as seguintes: Buritizeiro, Várzea da Palma, Mirabela, São João da Ponte, Varzelândia, Espinosa, Monte Azul, Jaíba, Porteirinha, Juramento, Bocaiúva, Montes Claros, São João do Paraíso, Rio Pardo de Minas, Grão Mogol, Manga, Montalvânia, Itacarambi, Januária

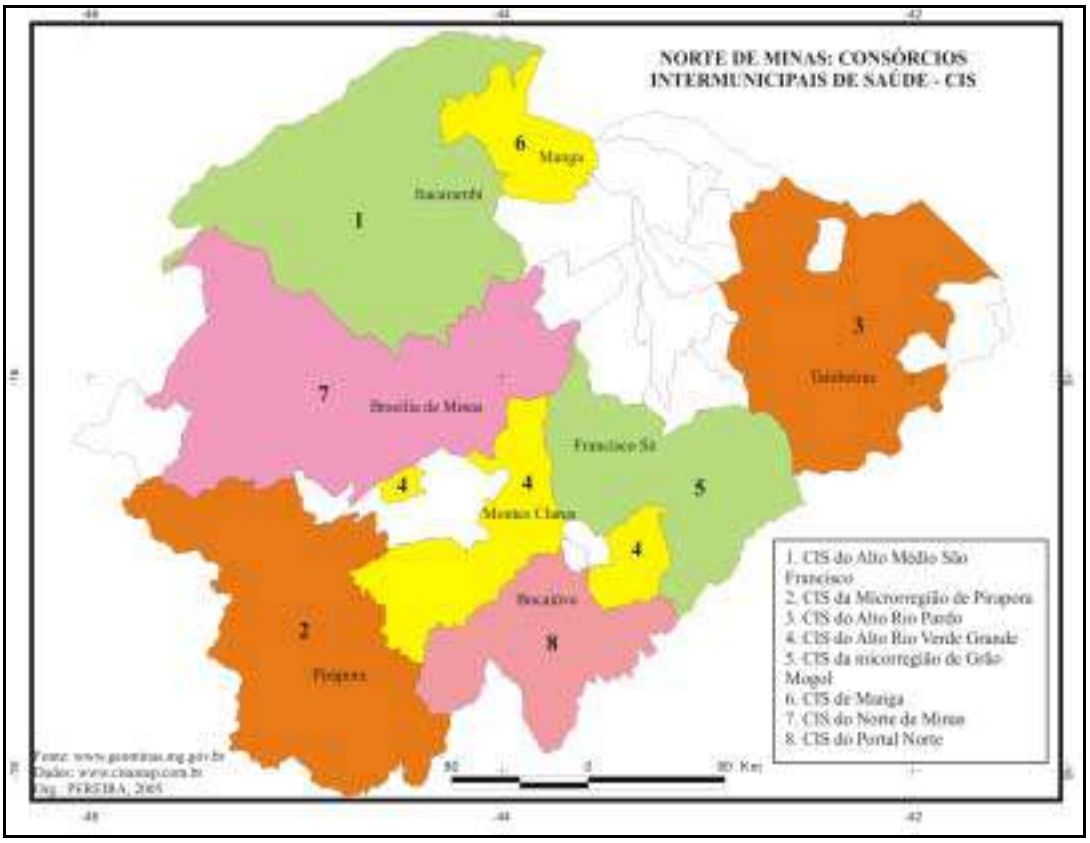
e Capitão Enéas. Essas cidades se integram ao Pólo Micro que, por sua vez, interage com o Pólo Macro.

Nessa proposta, os serviços mais complexos serão oferecidos por Montes Claros, enquanto os de média e baixa complexidade pelos micro-pólos e sede dos módulos, respectivamente. Para que esse plano efetivamente seja implantado há a necessidade de se investir na infra-estrutura de saúde de todos os micro-pólos para que possam atender a demanda que hoje se dirige para Montes Claros, que também carece de uma melhor infra-estrutura.

É importante ressaltar que os municípios de Riachinho e Chapada Gaúcha farão parte da regional de Arinos, enquanto Divisa Alegre e Águas Vermelhas da de Almenara.

O SUS promove a autonomia dos municípios na gestão da saúde. Entretanto, o poder municipal enfrenta dificuldades que, muitas vezes, não podem ser resolvidas com a ação de uma prefeitura isoladamente. Além disso, o serviço de saúde é um tipo de serviço que exige grandes investimentos e que naturalmente é hierarquizado em rede por demanda: um município de pequena população não terá condições para oferecer todo o leque de serviços possíveis e necessários. Para enfrentar essa problemática a solução tem sido a criação de consórcios intermunicipais de saúde, que possibilitam racionalizar o uso de equipamentos, recursos humanos e instalações hospitalares, evitando ociosidade do equipamento público para atendimento à saúde.

A formação de consórcios intermunicipais de saúde tem embasamento jurídico, estando prevista pela Lei Orgânica da Saúde, Lei federal 8080/90 (artigos 7º, 10º e 18º) e pela Lei federal 8142 (artigo 3º). Em Minas Gerais, existem 64 consórcios intermunicipais de saúde ativos, em diferentes estágios de desenvolvimento. No Norte de Minas, verificamos a criação de oito consórcios (mapa 57). Muitos ainda não entraram em funcionamento, como é o caso do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Entorno de Salinas (Cisnes) que oferece serviços nas especialidades médicas de neurologia e cardiologia.



Mapa 57: Norte de Minas - consórcios municipais de saúde - CIS

Ainda no setor de saúde é importante salientar que, com exceção de Buritizeiro, Claro dos Poções, Curral de Dentro, Indaiabira, Josenópolis e Padre Carvalho, todos os municípios possuem equipes do Programa Saúde da Família (PSF), em quantidade variável (cf.anexo). Essa política de saúde ajuda a reduzir o número de pessoas que procura os hospitais da região. Ressaltamos que neste nosso estudo tomamos por base a organização da saúde pública, uma vez que, para o setor privado, os fluxos, os objetivos e os destinos são variados, entrando a variável do poder aquisitivo dos usuários na análise.

Para compreender um pouco mais os fluxos existentes na região também podemos considerar um outro indicador: a frota de veículos existente. O total da frota regional é de 171.064 veículos, segundo o IBGE (2000). Desse total, quase 50% está no município de Montes Claros, que mantém uma distância muito grande em relação ao segundo colocado, o município de Pirapora, com 9.479 veículos. A tabela 23 mostra a distribuição quantitativa, por modalidade, de veículos por municípios norte-mineiros. Os demais municípios (65) que não constam no quadro possuem menos

de mil veículos. Consideramos importante ressaltar que Miravânia, Padre Carvalho, Botumirim, Bonito de Minas, Juramento, São João do Pacuí, Ponto Chique, Josenópolis, Santa Fé de Minas, Campo Azul, Itacambira, Campo Azul e Berizal, possuem uma frota inferior a 100 veículos.

Tabela 23: Norte de Minas: frota de veículos por município - 2000

Município	Auto móvel	Cami-nhão	Caminhão Trator	Cami-nhonete	Micro ônibus	Moto cicleta	Moto nete	Ônibus	Trator	Total
Montes Claros	37728	3074	239	2306	113	24223	2485	779	3	70950
Janaúba	3315	509	11	291	9	4690	589	60	0	9474
Pirapora	3989	392	33	304	14	2913	642	93	0	8380
Januária	1945	203	4	202	8	3001	355	51	1	5770
Taiobeiras	1451	401	11	176	8	3406	257	56	0	5766
Porteirinha	1308	213	0	100	3	3482	243	84	0	5433
Espinosa	1373	257	2	126	6	2737	143	32	0	4676
Salinas	1763	250	13	140	19	2251	88	71	5	4600
Bocaiúva	2620	236	18	145	13	1370	40	50	0	4492
Várzea da Palma	1763	345	52	158	8	1424	278	59	0	4087
Monte Azul	1023	122	0	83	7	2545	178	25	0	3983
São Francisco	1201	139	2	76	2	2156	126	55	0	3757
Mato Verde	568	97	0	52	3	2245	62	16	0	3043
Jaíba	609	160	1	49	4	1610	85	24	0	2542
Brasília de Minas	1051	117	0	73	7	1034	103	53	0	2438
Rio Pardo de Minas	459	108	2	41	2	1480	41	66	0	2199
São J. do Paraíso	495	81	16	38	4	1249	60	39	0	1982
Buritizeiro	748	128	4	61	3	829	76	35	0	1884
Coração de Jesus	605	109	1	66	1	565	17	72	0	1436
Francisco Sá	599	80	5	55	5	518	11	27	0	1300
Mamonas	163	45	0	10	1	827	11	6	0	1063
Varzelândia	410	32	0	20	2	571	2	16	0	1053
Manga	347	82	2	48	5	482	20	23	0	1009
São J. da Ponte	358	35	0	8	2	570	1	28	0	1002

Fonte: IBGE (2000)
Org. PEREIRA, A. M, 2006

A análise desses dados é importante porque podemos relacioná-la com o poder aquisitivo da população, bem como com o desenvolvimento urbano e distribuição de renda nos municípios. Assim sendo, os municípios mais pobres, com uma forte dependência do poder público, possuem uma frota de veículos bastante reduzida.

Por via aérea, o número de pessoas que chegam e saem da cidade é, notadamente, bastante inferior àquele que utiliza o sistema rodoviário. Mas, por ser a única cidade com linhas aéreas na região, consideramos importante acrescentar essa modalidade de transporte. De acordo com Théry (2003, p. 19),

> [...] a análise dos dados sobre o tráfego aéreo, enfocando cada aeroporto e linha aérea do país, possibilitam o mapeamento dos fluxos, que revelam, de maneira extremamente nítida, as redes hierarquizadas. Estas redes refletem, tanto a estrutura centralizada do País, apoiada nos seus principais pólos econômicos e político-administrativos, como a capilaridade dos intercâmbios locais e regionais.

Inaugurado em 1939, o aeroporto de Montes Claros começou a operar em 1942, com linhas ligando Montes Claros a Belo Horizonte, Salvador e Recife, através da empresa aérea Panair do Brasil. Depois, em 1948, entrou em operação a Nacional Serviços Aéreos, com vôos diários para a capital, sendo mais tarde incorporada à Real Serviços Aéreos.

A partir de 1965, a Varig assumiu o transporte aéreo na cidade de Montes Claros até 1977, quando suas atividades foram temporariamente suspensas, retornando suas operações em 1978. A Nordeste Linhas Aéreas se instalou em Montes Claros, ligando a cidade com vôos regulares para Belo Horizonte e cidades baianas como Salvador, Guanambi e Vitória da Conquista.

Em 2004, a Varig realizou seu último vôo no norte de Minas, após 27 anos de atuação na região e a Total Linhas Aéreas, que já atuava desde 2001, passou então a ser única exploradora da rota para a capital mineira, ampliando o número de vôos. Em 2004, a OceanAir começou a operar com vôos diários fazendo a linha Montes Claros/São Paulo. A tabela mostra a evolução do número de passageiros e de cargas transportados no período de 2002 a 2005.

Tabela 24: Aeroporto Tancredo Neves: quantidade de passageiros no período de 2002-2005[68]

Aeronaves		Cargas		Passageiros	
Ano	**Quantidade**	**Ano**	**Quantidade**	**Ano**	**Quantidade**
2002	4.851	2002	59.447	2002	64.444
2003	4.700	2003	45.204	2003	50.406
2004	5.099	2004	43.236	2004	69.822
2005	5.804	2005	45.033	2005	81.304

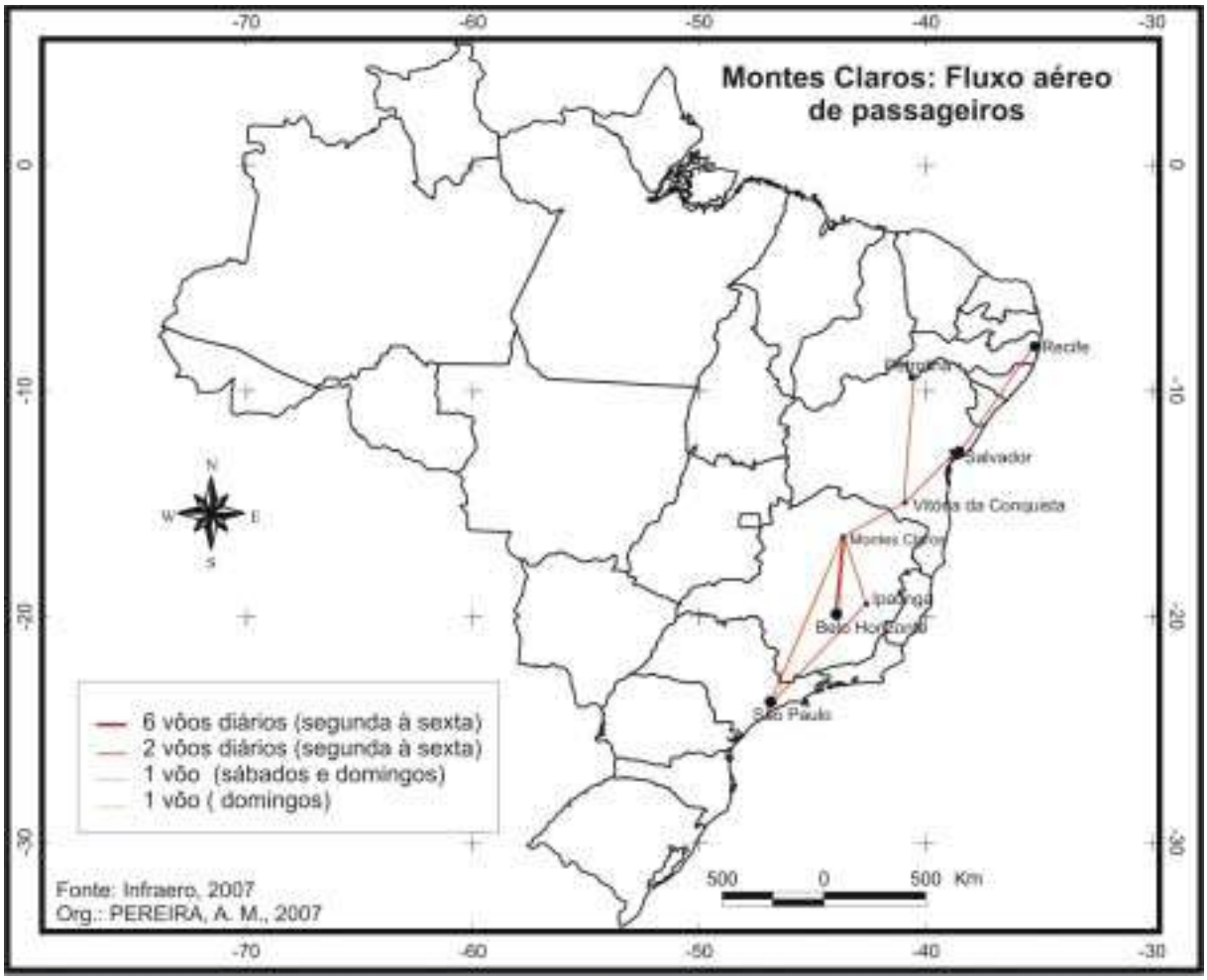
Fonte: INFRAERO, 2006
Org.: PEREIRA, A. M., 2006

[68] O fluxo do aeroporto de Montes Claros foi, no período considerado, superior ao dos aeroportos de Uberaba e Juiz de Fora, sendo superado apenas pelos aeroportos de Uberlândia e da capital (cf. anexo).

Os dados da tabela 12 mostram que houve um aumento, não muito expressivo, no transporte de passageiros e no número de aeronaves. Entretanto, se levarmos em conta a crise que nos últimos anos atingiu o setor aéreo, essa variação não é tão grande. Também no Norte de Minas,

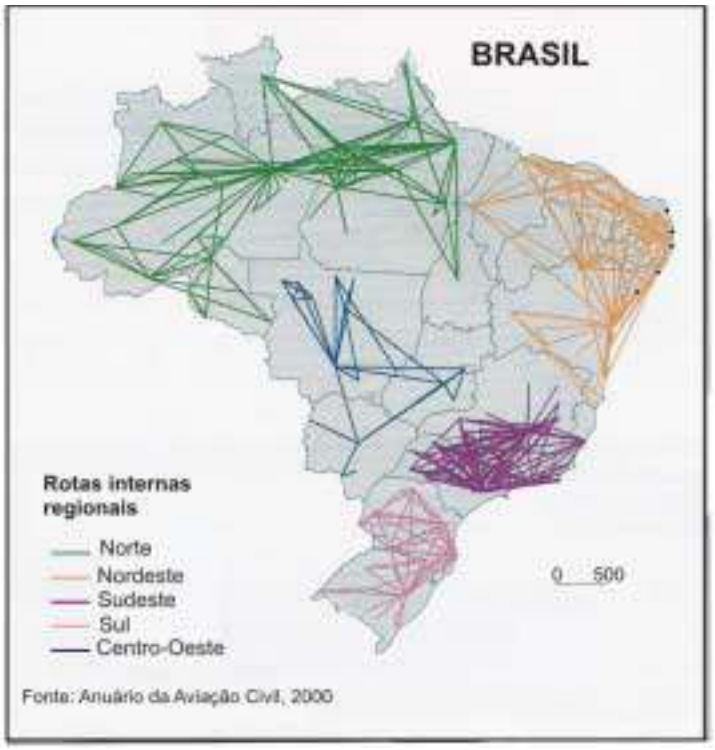
> [...] a necessidade de administrar um espaço tão diferenciado suscita um importante tráfego de negócios, de servidores públicos e de políticos viajando para as capitais; e sobretudo a concentração da renda promove uma pequena clientela capaz de pagar deslocamentos aéreos para fins privados ou de lazer. (THÉRY, 2003, p. 19)

Conforme mostra o mapa, a empresa Total Linhas Aéreas opera no aeroporto de Montes Claros com quatro vôos diários de segunda a sexta-feira (e um vôo aos sábados e domingos) para Belo Horizonte. A OceanAir tem dois vôos diários, de segunda a sexta-feira, para Belo Horizonte, Ipatinga e para São Paulo (e um no domingo). Essa empresa tem ainda um vôo de segunda a sexta, para Salvador, Vitória da Conquista, Recife e Petrolina. Ocorre, portanto, uma maior conexão com Belo Horizonte e São Paulo.



Mapa 58: Montes Claros - fluxo aéreo de passageiros

Se compararmos esse mapa com o dos fluxos de outras regiões de Minas (mapa 59), verificamos que há certo isolamento do Norte. Tal situação confirma o baixo poder aquisitivo da população regional e simultaneamente o alto valor dos deslocamentos aéreos no país.



Mapa 59: Brasil: rotas internas regionais
Fonte: THÉRY, H.; MELLO, N.A., 2005, p. 226

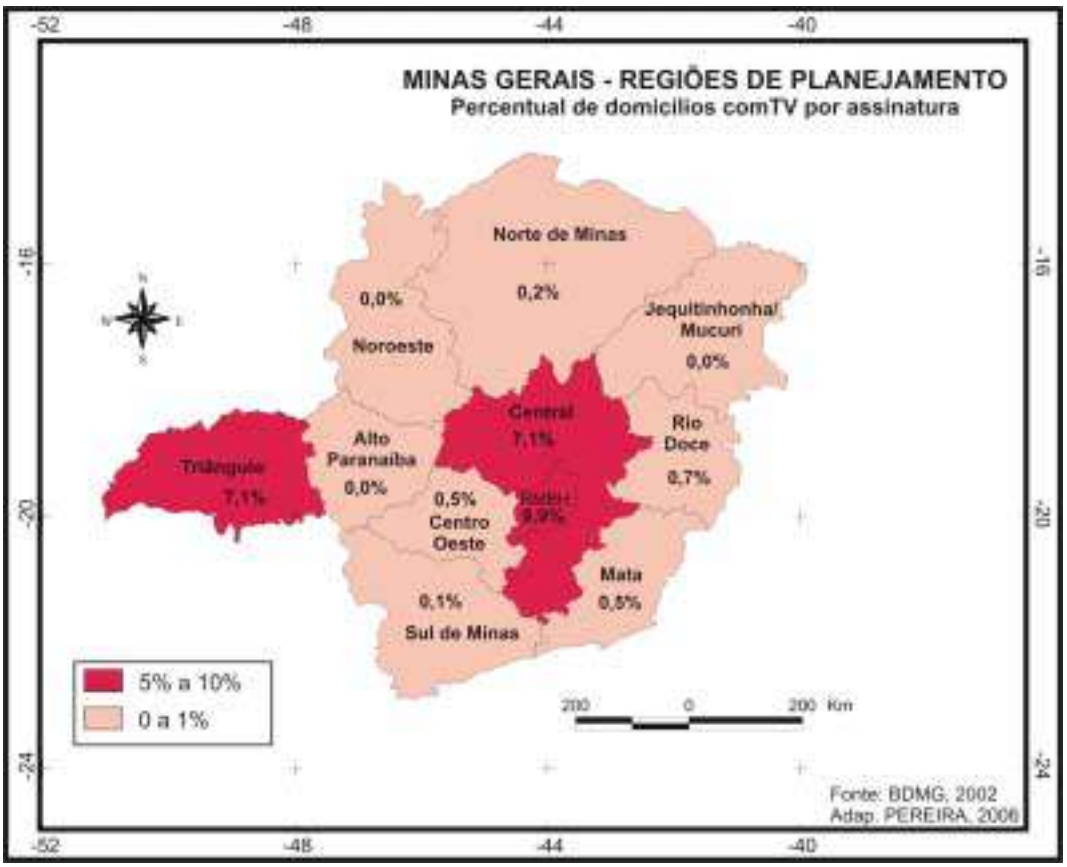
Além do fluxo de pessoas que analisamos até o momento, consideramos importante verificar outros fluxos que são fundamentais para a compreensão do espaço, principalmente porque estamos vivendo na chamada era da globalização. Assim, buscamos interpretar as relações entre as cidades norte-mineiras a partir do fluxo de informações, tendo por base o setor de comunicações, incluindo a circulação de jornais, a existência de emissoras ou retransmissoras de rádio e televisão, a teledensidade na telefonia fixa, móvel e o uso da Internet.

5.2 O fluxo de informações na região

No que diz respeito ao fluxo de informações, utilizamos como indicadores a existência de emissoras e retransmissoras de televisão e de rádio, e a publicação de jornais locais, o sistema de telefonia fixa e móvel, e a existência de provedores de Internet.

De acordo com o IBGE (2000) e com a nossa pesquisa de campo, a Intertv Grande Minas, afiliada da rede Globo, abrange, além de todo o Norte de Minas, as regiões Noroeste e Jequitinhonha. A programação inclui, além da veiculada nacionalmente, dois telejornais com notícias locais e regionais e um programa direcionado, no domingo, para as atividades do campo, o Intertv Rural. Essa retransmissora está localizada em Montes Claros e possui sucursal fora do Norte de Minas, nas cidades de Unaí, Curvelo e Teófilo Otoni. A TVGerais tem sua área de abrangência mais restrita, ficando circunscrita apenas a Montes Claros e seu entorno.

Quanto ao sistema de televisão por assinatura, nos baseamos em pesquisa publicada pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG (2002).



Mapa 60: Minas Gerais – Regiões de Planejamento - percentual de domicílios com tv por assinatura

O mapa 60 mostra a baixa utilização desse serviço em quase todo o estado de Minas Gerais, inclusive na região norte-mineira. Nesta região, a única cidade com o

sistema de TV a cabo é Montes Claros, ainda assim com serviços restritos a determinados bairros.

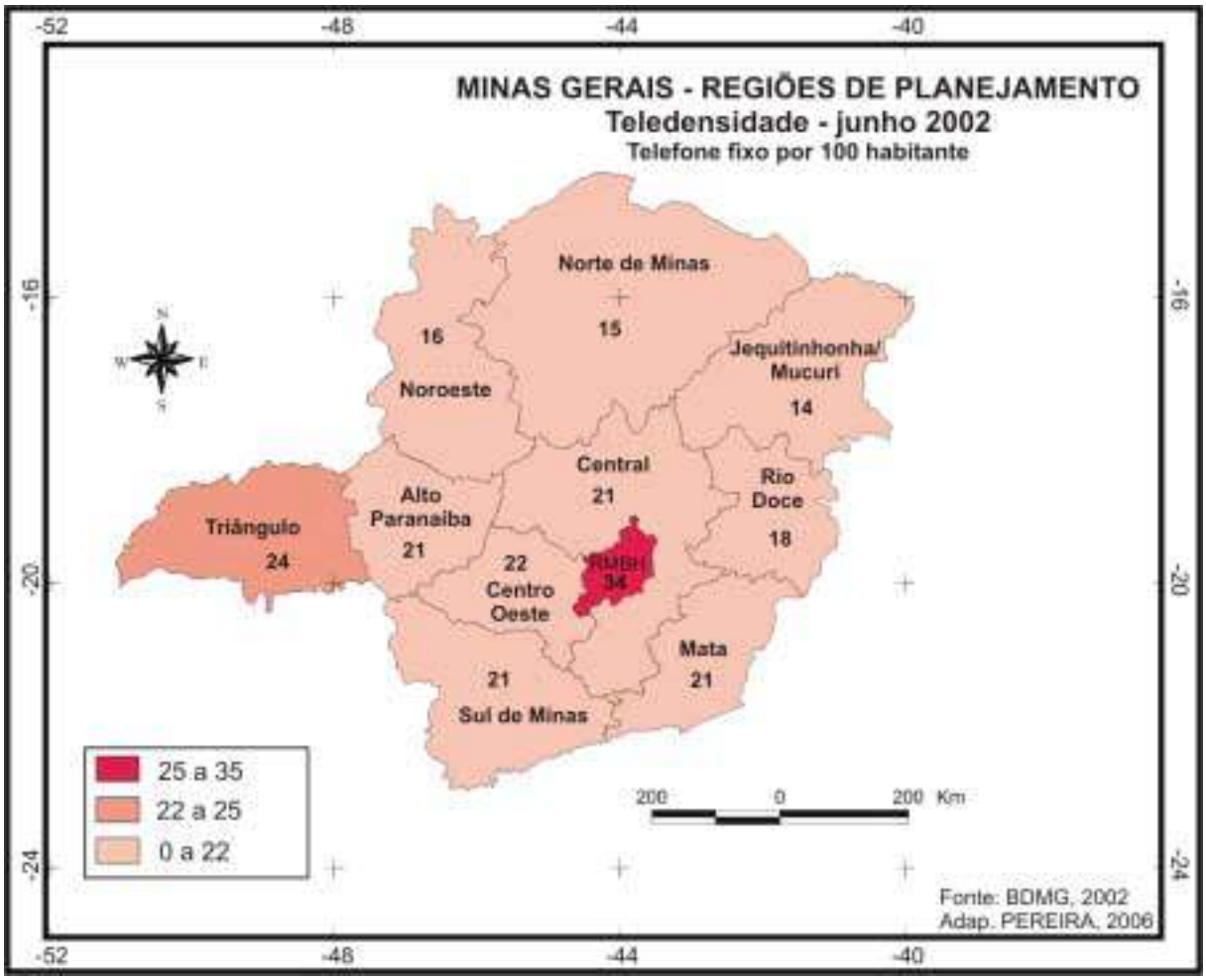
No tocante às informações, via transmissoras de rádio, verificamos que este continua a ser o meio de comunicação mais difundido na região, considerando a produção e veiculação de informações de âmbito local. Entretanto, quando comparamos os dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) com os do IBGE e os das nossas entrevistas, encontramos resultados diferentes no que diz respeito à quantidade de transmissoras de rádio existentes. De acordo com a Anatel, 29 cidades da região possuem rádios comunitárias, a maioria já licenciada, nove possuem estações de ondas médias e nove em freqüência média. O IBGE (2001) informa que são 52 as cidades que possuem estações transmissoras de rádio, mas não apresenta o número existente em cada uma delas. Em nosso trabalho de campo, com exceção de Montes Claros, quando questionamos sobre a existência de transmissoras de rádio locais, obtivemos resposta positiva em apenas 30 cidades. Acreditamos que esse resultado seja decorrente do fato de muitas transmissoras ainda atuarem de forma clandestina ou encontrarem-se em processo de licenciamento.

Mesmo assim, constatamos que a concentração é maior em Montes Claros, onde funcionam 10 emissoras e retransmissoras de Rádio. Em segundo lugar, estão a cidade de Janaúba com três emissoras, sendo uma AM e duas FM, seguida por Pirapora, Várzea da Palma e Januária que possuem duas emissoras cada.

Quanto à publicação de jornais, a realidade regional é bastante precária. Encontramos aproximadamente 12 jornais, sendo três publicados em Montes Claros, em Janaúba e em Januária. Pirapora, Bocaiúva, Várzea da Palma, São Francisco possuem um jornal diário. Os jornais estaduais mais divulgados na região são: O Estado de Minas e Hoje em Dia, editados em Belo Horizonte.

No que se refere aos sistemas de telefonia, verificamos, através do trabalho de campo, a existência de telefonia fixa em todas as cidades da região. Entretanto, com a privatização das telecomunicações no país e, recentemente, com a fusão da Telemar e Oi, não tivemos acesso à quantidade de telefones fixos instalados em

cada cidade da região. Neste caso, utilizamos dados organizados pelo BDMG (2002) que mostram, em termos comparativos, a teledensidade na telefonia fixa nas diferentes regiões mineiras (mapa 61).



Mapa 61: Minas Gerais: regiões de planejamento – teledensidade –junho 2002 – telefone fixo por 100 habitantes

A análise dos dados desse mapa evidencia que o Norte de Minas está em penúltimo lugar no ranking na distribuição regional de telefones fixos, só superando o Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Também aqui podemos relacionar essa situação com o baixo poder aquisitivo da população, a alta taxa de manutenção de uma linha fixa, além da popularização do telefone móvel.

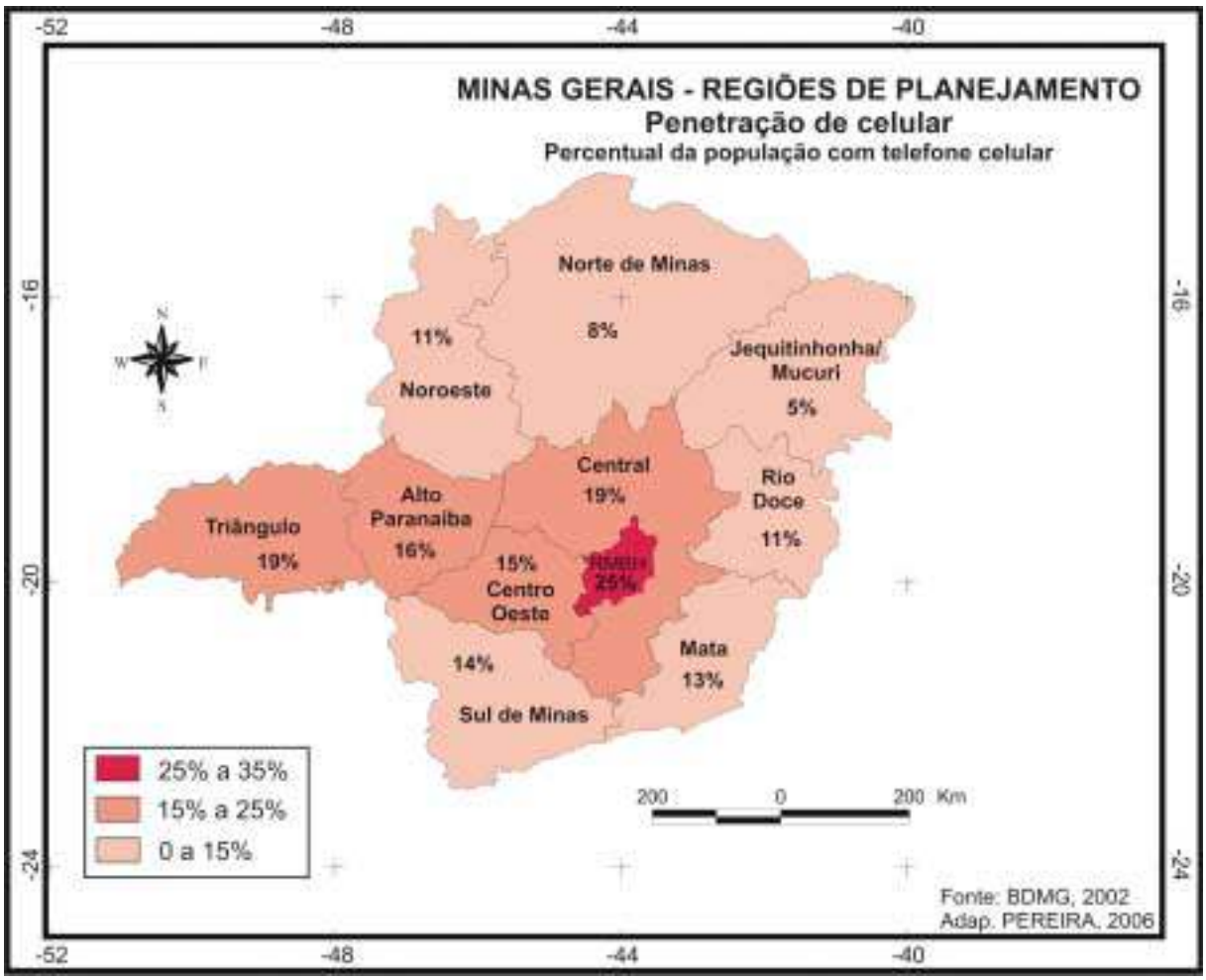
Tabela 25: Municípios do Norte de Minas - percentual de telefones fixos - 2000

Município	Telefone	Município	Telefone
Montes Claros	43,3	Grão Mogol	6,4
Pirapora	40,2	Urucuia	6,3
Serranópolis de Minas	30,2	Riachinho	6
Janaúba	28,3	Luislândia	5,9
Januária	22,2	Botumirim	5,8
Bocaiúva	21,6	São João do Pacuí	5,8
Várzea da Palma	16,2	Campo Azul	5,4
São Romão	15,6	Juvenília	5,4
Engenheiro Navarro	12,3	São João da Lagoa	5,4
Ibiaí	12,2	Itacambira	5,2
Espinosa	12	Ubaí	5,2
Taiobeiras	11,9	Santa Cruz de Salinas	4,9
Salinas	11,8	Cristália	4,8
Francisco Sá	11,1	Riacho dos Machados	4,8
Lassance	11,1	Indaiabira	4,7
Jaíba	10,6	Montezuma	4,6
Mato Verde	10,6	Rio Pardo de Minas	4,5
Mirabela	10	Curral de Dentro	4,4
Brasília de Minas	9,8	Josenópolis	4,4
Juramento	9,8	Cônego Marinho	4,1
Guaraciama	9,7	Miravânia	4
Montalvânia	9,7	Novorizonte	3,9
Manga	9,6	Varzelândia	3,9
Itacarambi	9,2	Gameleiras	3,7
Claro dos Poções	8,9	São João da Ponte	3,7
Divisa Alegre	8,5	Rubelita	3,5
Ponto Chique	8,5	Vargem Grande do Rio Pardo	3,5
Capitão Enéas	8,3	Olhos-d'Água	3,3
Monte Azul	8,3	Catuti	3,2
Pedras de Maria da Cruz	8,3	Icaraí de Minas	3,2
Lontra	8,2	Pai Pedro	3,2
Matias Cardoso	8,2	Patis	3,2
Nova Porteirinha	8,2	Ibiracatu	3,1
Buritizeiro	8	Japonvar	3
Jequitaí	7,6	Mamonas	3
Santa Fé de Minas	7,4	Padre Carvalho	3
Chapada Gaúcha	7,3	São João do Paraíso	2,8
Glaucilândia	7,3	Pintópolis	2,7
Águas Vermelhas	7,2	Verdelândia	2,7
Lagoa dos Patos	7,2	Santo Antônio do Retiro	2,5
Francisco Dumont	7,1	Bonito de Minas	2,2
Porteirinha	7,1	Fruta de Leite	2,1
Berizal	6,6	São João das Missões	1,9
São Francisco	6,5	Ninheira	1,8
Coração de Jesus	6,4		

Fonte: IBGE, 2000
Org.: PEREIRA, A. M., 2006

A partir da tabela 25, constatamos apenas a superioridade no número de telefones instalados, tanto comerciais quanto residenciais, na cidade de Montes Claros, seguida das cidades de Pirapora, Janaúba, Bocaiúva, Januária, Taiobeiras, Brasília de Minas, Salinas e São Francisco[69]. Mas não é possível, a partir dos dados disponíveis, saber quais os principais destinos dos fluxos telefônicos de cada cidade.

Quanto à telefonia móvel, apenas 34 cidades possuem esse serviço. Montes Claros lidera o *ranking*, possuindo várias empresas como a Oi, a Telemig Celular, a Tim e a Claro. O mapa 62 mostra a teledensidade do celular nas diferentes regiões mineiras.



Mapa 62: Minas Gerais: regiões de Planejamento – penetração de celular – percentual da população com telefone celular

Como na telefonia fixa, também a penetração do celular na região Norte de Minas é uma das mais baixas do estado, conforme demonstrado no mapa 62. Em 54

[69] Análise feita utilizando também a lista telefônica da Telemar de 2006.

municípios norte-mineiros não há telefonia móvel. Além de Montes Claros, esse serviço existe nas cidades de Bocaiúva, Brasília de Minas, Buritizeiro, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Dumont, Francisco Sá, Glaucilândia, Guaraciama, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Januária, Jequitaí, Manga, Matias Cardoso, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Pirapora, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Salinas, São Francisco, São João da Ponte, Taiobeiras, Várzea da Palma e Varzelândia.

Percebemos, assim, que o serviço de telefonia móvel também está concentrado em determinadas cidades, notadamente naquelas que possuem uma população mais numerosa ou com maior poder aquisitivo. Por sinal, este foi um dos motivos que nos foi citado por alguns entrevistados para a não implantação da telefonia celular. Obtivemos respostas como:

> [...] já procuramos várias empresas operadoras do serviço de celular, mas elas alegam que não possuímos a demanda mínima de 2000 usuários.
>
> [...] estamos tentando negociar com uma operadora para instalar uma antena num local que abranja quatro municípios que são próximos, num sistema de consórcio, mas ainda assim ela alega que, mesmo juntos, não temos consumidores suficientes para justificar a instalação do sistema.

Tais respostas comprovam, mais uma vez, que o baixo poder aquisitivo da população é um fator que tem interferido na difusão regional de meios de comunicação mais modernos, mantendo ainda, mesmo que de forma parcial, a idéia do isolamento regional ou de enclave.

De acordo com Carvalho (2005, p. 2960),

> [...] o acesso aos serviços modernos da tecnologia digital pode ser considerado parte dos critérios de inclusão na sociedade, posto que o crescimento de serviços realizados através dessa mídia acompanha o acesso aos dados e informações. Os serviços previdenciários do estado (i.e. cartões de aposentadorias), programas de distribuição de renda (i.e. programa Bolsa Escola), divulgação de informações referentes aos serviços de prefeituras (cidades digitais) e serviços de bancos estatais e privados são exemplos de como o cidadão ou consumidor estão utilizando as redes digitais. Para que o número de usuários aumente é necessária a implantação e ampliação de redes tecnológicas, levando ainda em conta de que elas fazem parte da infraestrutura básica para a atração e instalação de

> indústrias e serviços. Indivíduos, empresas e instituições estão ligadas pelas redes digitais, alterando a relação antes existente entre tempo e espaço. Através delas, lugares afastados pelas coordenadas geográficas estão em contato, relativizando a distância territorial. Cidades pequenas, através das redes, podem se ligar ao mundo.

Também o acesso à Internet, um sistema complexo, que integra todas as modalidades de difusão de informação, na forma de texto, imagem e som, tem uso restrito na região. É relevante destacar que até pouco tempo quando se falava em universalização de serviços se referia somente à telefonia como meio de comunicação de voz. E. Gomes (2002, p.2) acrescenta que

> [...] ao longo do tempo, com a difusão de serviços como o Minitel, na França, e similares, esse conceito começou a evoluir para o de acesso à comunicação de dados. Finalmente, já na década de 90, a explosão da Internet – facilitada pela possibilidade de uso das redes telefônicas – tornou inquestionável sua importância estratégica, tornando imperativo incorporar, ao conceito de universalização dos serviços de telecomunicações, a meta de acesso de todos à Internet. Para países economicamente menos desenvolvidos, a incorporação desse novo conceito coloca um duplo desafio – o acesso à telefonia e o acesso à Internet. O conceito de universalização deve abranger também o de democratização, não privilegiando apenas a forma física, mas também o conteúdo. Deve permitir que as pessoas sejam provedoras ativas de conteúdos que circulam na internet. Portanto é extremamente necessário promover a alfabetização digital, ou seja, que capacite as pessoas a utilizar as diversas mídias de acordo com suas necessidades, considerando que o capital intelectual é cada vez mais imprescindível para que o cidadão se coloque no mercado de trabalho.

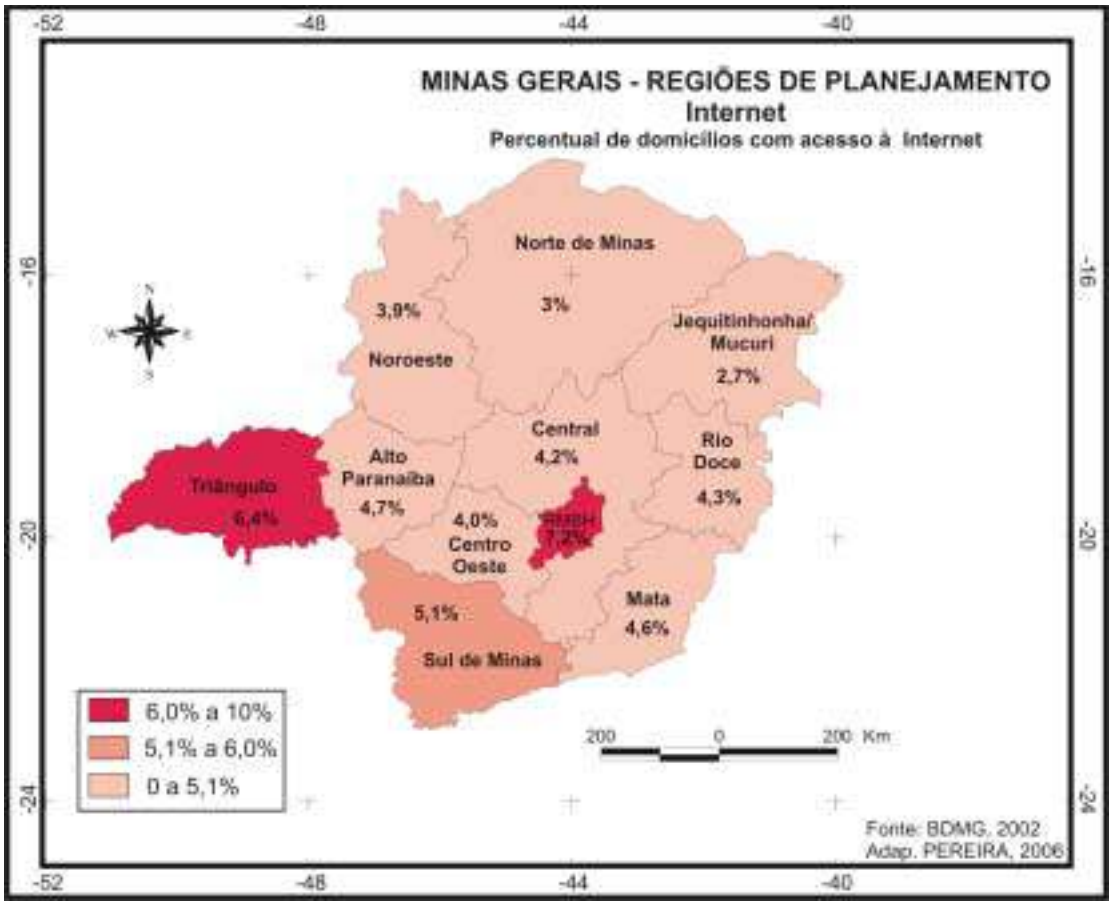
Também no Brasil uma boa parcela da população nunca utilizou um computador, quanto menos acessou a Internet. Apenas um percentual reduzido da população, em torno de 10% a 11%, tem contato com microcomputadores e Internet. De acordo com dados do Comitê para Democratização da Informática - CDI (www.cdi.org.br), ‘‘O certo é que 89% dos brasileiros são excluídos digitais, que perdem chances de ascensão social’’. No que se refere às modernas tecnologias, especificamente ao uso da Internet, verificamos que, apesar do discurso de que possibilitariam uma melhor gestão nos setores público e privado, elas também estão a serviço de uma lógica de mercado. Nas palavras de Castells (1999, p. 52), “[...] a velocidade de difusão tecnológica é seletiva tanto social quanto funcionalmente”.

Mas o que, de fato, significa essa exclusão chamada digital? Como identificá-la? Não basta usarmos a visão simplista do “estar fora”. Autores como Demo (1998,

p.105) possuem uma visão dialética da exclusão, ressaltando que “[...] o que mais a exclusão social escancara é a luta desigual, a concentração de privilégios, a repartição injusta dos espólios de uma sociedade falida”.

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2001), a exclusão digital refere-se à distância entre indivíduos, famílias, empresas e regiões geográficas em diferentes níveis socioeconômicos com respeito, simultaneamente, às suas oportunidades de acesso às tecnologias de informação e comunicação e o uso da internet para uma ampla variedade de ações e atividades. No entender de Silveira (2001, p. 18), essa “[...] exclusão ocorre ao se privar as pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso.”

Consideramos importante lembrar que nem sempre a exclusão digital é uma conseqüência da exclusão social, pois algumas pessoas, mesmo com renda compatível para o uso das novas tecnologias, não fazem uso delas. Lafis (1999) chama a atenção para o fato de que a exclusão digital está diretamente ligada à infra-estrutura de comunicação, como, por exemplo, telefone, provedores, aparelhos, entre outros. Assim, sem uma infra-estrutura mínima não há como ter acesso e muito menos usar novas tecnologias. É essa a realidade que encontramos no Norte de Minas, onde a concentração de poder e renda pode ser ainda mais acentuada com a denominada exclusão digital, sendo que, sem o acesso e uso da internet, se pode excluir ainda mais a população pobre. Através da pesquisa de campo, verificamos que muitas cidades, apesar de possuírem, na prefeitura, conexão com a Internet, via rádio ou satélite, a população em geral vive a exclusão digital. O mapa 63 mostra o percentual de domicílios com acesso à Internet no Estado de Minas Gerais. O Norte de Minas também apresenta um dos mais baixos percentuais do estado (3%) quando comparado a outras regiões.



Mapa 63: Minas Gerais: regiões de planejamento:Internet – percentual de domicílios com acesso à Internet

A tabela 26 mostra o percentual de domicílios norte-mineiros que possuem computadores. Podemos constatar que, no âmbito regional, também a quantidade de computadores é maior nos municípios que possuem uma melhor estrutura econômica, como é o caso de Montes Claros e Pirapora[70]. Com indicadores mais baixos estão os municípios que possuem alto percentual de população em situação de pobreza.

[70] O município de Serranópolis de Minas aparece em terceiro lugar, apesar de ter uma situação econômica precária. Não encontramos justificativa para o percentual apresentado.

Tabela 26: Municípios do Norte de Minas - percentual de domicílios com computadores - 2000

Município	Computador	Município	Computador
Montes Claros	8,6	Lontra	0,8
Pirapora	6,2	São João do Pacuí	0,8
Serranópolis de Minas	4,4	São Romão	0,8
Janaúba	4,1	Urucuia	0,8
Várzea da Palma	3,1	Botumirim	0,7
Salinas	2,8	Indaiabira	0,7
Januária	2,7	Jequitaí	0,7
Capitão Enéas	2,5	Josenópolis	0,7
Bocaiúva	2,4	Santa Cruz de Salinas	0,7
Taiobeiras	2,2	São João da Lagoa	0,7
Grão Mogol	2,1	Ubaí	0,7
Divisa Alegre	1,9	Berizal	0,6
Porteirinha	1,9	Cristália	0,6
Brasília de Minas	1,7	Fruta de Leite	0,6
Espinosa	1,7	Gameleiras	0,6
Claro dos Poções	1,6	Miravânia	0,6
Francisco Sá	1,6	Montezuma	0,6
Mato Verde	1,6	Novorizonte	0,6
Monte Azul	1,5	São João da Ponte	0,6
Varzelândia	1,5	Campo Azul	0,5
Coração de Jesus	1,4	Curral de Dentro	0,5
Itacambira	1,4	Mamonas	0,5
Riacho dos Machados	1,4	Pedras de Maria da Cruz	0,5
Cônego Marinho	1,3	Pintópolis	0,5
Jaíba	1,3	Ponto Chique	0,5
Manga	1,3	Rubelita	0,5
Montalvânia	1,3	Catuti	0,4
Chapada Gaúcha	1,2	Padre Carvalho	0,4
Matias Cardoso	1,2	Patis	0,4
Luislândia	1,1	Santa Fé de Minas	0,4
Mirabela	1,1	Engenheiro Navarro	0,3
Rio Pardo de Minas	1,1	Ibiracatu	0,3
Icaraí de Minas	1	Japonvar	0,3
Juramento	1	Lagoa dos Patos	0,3
São Francisco	1	Ninheira	0,3
Águas Vermelhas	0,9	Verdelândia	0,3
Glaucilândia	0,9	Bonito de Minas	0,2
Guaraciama	0,9	Francisco Dumont	0,2
Itacarambi	0,9	Ibiaí	0,2
Lassance	0,9	Olhos-d'Água	0,2
Nova Porteirinha	0,9	Pai Pedro	0,2
São João do Paraíso	0,9	Riachinho	0,2
Vargem Grande do Rio Pardo	0,9	São João das Missões	0,2
Buritizeiro	0,8	Santo Antônio do Retiro	0,1
Juvenília	0,8		

Fonte: IBGE, 2000
Org.: PEREIRA, A. M., 2006

Podemos ainda acrescentar que em várias localidades, principalmente em escolas de ensino público, existem centros de informática, mas em algumas faltam pessoas capacitadas para utilizá-los, por isso ficam guardados, enquanto poderiam estar a serviço da pesquisa, da informação e da produção dos alunos.

Quanto à existência de provedores Internet, poucas são as cidades que os possuem, como é o caso de Montes Claros, Pirapora, Janaúba, Januária, Varzelândia, Taiobeiras, São João da Ponte, São Francisco, Salinas e Bocaiúva (IBGE, 2001). Alguns municípios disponibilizam sites da prefeitura, como é o caso das prefeituras de Bocaiúva, Mamonas, Monte Azul, Montes Claros, Porteirinha, Montalvânia, Matias Cardoso, Salinas, Botumirim, Grão Mogol, Padre Carvalho, Pirapora, Riachinho, Brasília de Minas, Capitão Enéas, Varzelândia. As cidades de Várzea da Palma, Chapada Gaúcha, Berizal, Januária, São Francisco, Juvenília, Catuti, Lontra estão com suas páginas em construção. Na região, Montes Claros é a cidade que possui maior número de sites, incluindo guia turístico, universidades, faculdades, escolas, ONGs, jornais, rádios e sites com informações culturais e sociais.

Cabe aqui ressaltar, mais uma vez, a concentração dessas novas tecnologias da informação na cidade de Montes Claros e, em menor proporção, nos centros que denominamos emergentes. Nas pequenas cidades tais indicadores são extremamente baixos. Lembramos que esse conjunto de fluxos imateriais pode criar novas redes que ainda são difíceis de mensurar, ainda mais numa região onde a difusão deles ainda é reduzida.

A disseminação da informação na região e mesmo o deslocamento de pessoas e mercadorias são mais fáceis para os municípios que estão mais próximos de Montes Claros e que com ele mantêm relações mais estreitas. Essa facilidade de manutenção de fluxos é justificada pela existência de uma rede de estradas em melhor estado de conservação, bem como pelo alcance das redes de rádio, de televisão e pelos jornais. A densidade desses fluxos com Montes Claros e as funções que cada centro urbano que compõem a região realiza conduzem-nos a uma breve releitura da rede urbana regional.

5.3 A rede urbana regional

Vários são os estudos sobre o sistema de cidades no Brasil e a rede urbana[71]. Em Minas Gerais, desde a década de 1950, os estudos sobre essa temática procuram demonstrar o grau de importância de diversos centros urbanos mineiros e sua área de influência.

Antes de relatarmos o conteúdo desses estudos e a posição da cidade de Montes Claros, que é, de fato, o que nos interessa, consideramos importante definir o que entendemos por rede urbana. Um dos autores brasileiros que mais tem se dedicado a essa temática é Corrêa (1989, p.71), que considera a rede como uma forma espacial através da qual suas funções urbanas se realizam. Em suas palavras, as funções urbanas "[...] reportam-se aos processos sociais dos quais a criação, apropriação e circulação do valor excedente constitui-se no mais importante, ganhando características na estrutura capitalista." Nessa acepção, estão aí incluídas as atividades de comercialização de produtos rurais, produção industrial, vendas varejistas, prestação de serviços diretos, dentre outras.

Também, no entender de Santos (1979c, p. 47), "[...] a rede urbana é um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infra-estrutura de suporte e com os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam, entre as aglomerações."

Sendo a rede urbana um reflexo dos efeitos acumulativos da prática de diversos agentes sociais, para entendê-la, é necessário considerar uma dada região, bem como as cidades que aí se distribuem e o papel econômico de cada uma delas, uma vez que a inserção geográfica dessas cidades em sua região vai repercutir na maneira pela qual elas cumprem seus papéis.

[71] Vide estudos do IPEA (2001), IBGE (1987), Corrêa (1988b, 1989, 1999, 2000b, 2004 e 2006), entre outros.

A rede urbana é o reflexo de distintas articulações socioespaciais que se formaram entre as cidades. No caso brasileiro, a rede urbana tem se tornado cada vez mais complexa e se configura em função das peculiaridades da estrutura produtiva que se manifestam de forma distinta no território. Minas Gerais também acompanha essa lógica, sendo que

> [...] apresenta uma forte heterogeneidade em relação à hierarquia de sua rede urbana e à tipologia de cidades. Convivem no território mineiro regiões de rede urbana rarefeita, composta basicamente por municípios de pequeno porte, como os vales do Jequitinhonha e Mucuri, e regiões com uma densa rede urbana, compostas por um número considerável de centros de porte médio e grande proximidade entre eles, como a Metropolitana de Belo Horizonte. (QUEIROZ; BRAGA, 1999, p. 9-10).

Em Minas Gerais foi a partir dos anos de 1960 que os estudos sobre as cidades passaram a despertar grande interesse, tanto por parte da academia quanto por organismos públicos de planejamento. Vários são os trabalhos que encontramos sobre a rede urbana mineira, em diferentes momentos históricos e utilizando metodologias variadas.

Desde as décadas de 1950 e 1960, nos estudos elaborados por Leloup (citado por ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002) sobre a rede urbana de Minas Gerais, Montes Claros é classificada como um centro regional, embora considerado “[...] subequipado para poder intensificar seu poder de polarização, situação que era reforçada pela fragilidade das infra-estruturas de transportes regionais” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p.194). O esquema mostra a rede urbana mineira na década 1960.



Figura 94: Esquema da Rede Urbana e regiões polarizadas em Minas Gerais
Fonte: Arruda e Amorim Filho, 2002, p. 193

Em estudo sobre organização urbana da Região Leste, Lima (1965) identificava o Rio de Janeiro e Belo Horizonte como as cidades mais importantes. Inicialmente, a autora afirma que Montes Claros, por causa da ligação ferroviária, estava na área de influência do Rio de Janeiro, mas, com a expansão do rodoviarismo, a cidade foi captada por Belo Horizonte. No estudo da rede urbana, a autora citada identifica Montes Claros como um centro regional de 1ª categoria e afirma que

> [...] localizada no médio vale do São Francisco, ***Montes Claros*** é o centro de maior hierarquia dentro da região urbana de Belo Horizonte, atuando como intermediário entre as zonas do centro-norte do Estado e a capital mineira e estendendo a influência desta a trechos do sudoeste baiano. A fraca urbanização da área em que se encontra, que tem na criação de gado sua principal atividade, garante-lhe uma projeção muitas vezes não alcançada por centros urbanos mais bem aparelhados. (LIMA, 1965, p. 251, grifo da autora).

A cidade de Montes Claros apresentava-se, na época, como um centro de convergência da produção da região, com um comércio desenvolvido, agências bancárias e sediava repartições governamentais. Lima (1965, p. 251) lembra ainda que “[...] dentro dos padrões da área em que se encontra, é um centro cultural e médico expressivo”.

Na década de 1980, o Instituto de Geociências Aplicadas (IGA) desenvolveu um estudo sobre a hierarquia urbana existente em Minas Gerais, tendo por base a análise de fluxos de ônibus. No resultado desse estudo, Montes Claros é classificada como um Centro Regional de 2ª ordem, que polariza 31 municípios.

Ainda na década de 1980, outros estudos sobre a rede urbana de Minas foram realizados, agora com um enfoque maior nas cidades médias, no propósito de compreender melhor o papel que desempenham. Em 1982, Amorim Filho, Bueno e Abreu realizaram uma análise sobre 102 cidades não metropolitanas, com mais de 10.000 habitantes e propuseram uma classificação em quatro níveis de diferenciação hierárquica, tendo por base o critério funcional. Nesse estudo, Montes Claros foi classificada como uma cidade média de nível superior que, por sua funcionalidade, exerce o papel de verdadeira capital regional. Os autores puderam ainda identificar o que denominaram de formação de *subsistemas urbanos incipientes de centros emergentes*[72] *em algumas regiões de Minas*. No caso do Norte de Minas, encontra-se o "Subsistema da Região do Polígono das Secas, estruturado sob o comando direto de Montes Claros e formado pelos centros emergentes de Januária, Janaúba, Bocaiúva e Pirapora".

[72] Sobre os centros emergentes, vide estudos Minas Gerais no Século XXI, do BDMG e artigos de Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982).

HIERARQUIA DAS CIDADES DE PORTE MÉDIO EM MINAS GERAIS (1982)

Nível 1 - **Grande Centro Regional**: Juiz de Fora

Nível 2 - **Cidades Médias de Nível Superior**:
Uberlândia, Barbacena, Uberaba, Varginha, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Itajubá, Governador Valadares, Sete Lagoas, Montes Claros, Divinópolis, São Lourenço, Caxambu

Nível 3 - **Cidades Médias Propriamente Ditas**:
Alfenas, Araguari, Patos de Minas, Ituiutaba, Passos, Lavras, Divinópolis, Ipatinga Araxá, Caratinga, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Diamantina, Guaxupé, Formiga, Itabira, Itaúna, João Monlevade, Leopoldina, Muriaé, Ouro Preto, Paracatu, Santa Rita do Sapucaí, São João del Rei, São Lourenço, Ubá, Nanuque São Sebastião do Paraíso, Três Corações, Teófilo Otoni, Unaí, Viçosa, Ouro Fino Além Paraíba, Carangola, Machado, Oliveira, Três Corações, Campo Belo, Boa Esperança, São João Nepomuceno, Visconde do Rio Branco

Nível 4 - **Centros Emergentes**:
Abaeté, Aimorés, Almenara, Araçuaí, Arcos, Bambuí, Bocaiúva, Bom Despacho, Carlos Chagas, Carmo do Paranaíba, Corinto, Conselheiro Pena, Dores do Indaiá, Ibiá, Itabirito, Itambacuri, Itapecerica, Janaúba, Januária, Jequitinhonha, João Pinheiro, Lagoa da Prata, Manhuaçu, Mariana, Manhumirim, Mantena, Monte Carmelo, Nova Era, Pedra Azul, Pirapora, Raul Soares, Pium-i, Resplendor, Sacramento, Salinas, Santa Bárbara, Santos Dumont, Tupaciguara, Três Pontas, São Gotardo, São Gonçalo do Sapucaí, Timóteo, Frutal, Patrocínio, Paracatu, Unaí.

Figura 95: Hierarquia das cidades de porte médio em Minas Gerais
Fonte: Arruda e Amorim Filho, 2002, p. 196

Baseada na Teoria das localidades centrais de W. Christaller (elaborada em 1933), a Fundação João Pinheiro publicou, em 1988, um estudo sobre a rede de cidades de Minas Gerais. Montes Claros é classificada no 3º nível hierárquico, tendo, em sua zona de influência, 43 municípios, sendo que Janaúba e Pirapora são definidas como centro de apoio[73].

[73] Centro de apoio é a denominação dada à cidade presente em determinadas regiões nas quais as relações interurbanas são frágeis e não se observa centros urbanos de maior hierarquia. Coincide com a idéia de centros emergentes trabalhada por Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982).

HIERARQUIA URBANA DO ESTADO DE MINAS GERAIS(SEIS NÍVEIS SUPERIORES)	
Níveis Hierárquicos	Centros Urbanos
1	Belo Horizonte
2	Juiz de Fora, Uberlândia
3	Governador Valadares, Montes Claros, Uberaba, Varginha
4	Barbacena, Contagem, Divinópolis, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni
5	Araxá, Alfenas, Araguari, Caratinga, Curvelo, Coronel Fabriciano, Muriaé, Ipatinga, Itajubá, Ituiutaba, Lavras, Passos, Ubá,São João del Rei, Patos de Minas, Ponte Nova, Sete Lagoas
6	Betim, Campo Belo, Carangola, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Diamantina, Formiga, Guaxupé, Itabira, Itaúna, Janaúba, João Monlevade, Leopoldina, Manhuaçu, Ouro Preto, Paracatu, Pará de Minas, Patrocínio, Pirapora, São Lourenço,Três Corações, Timóteo, São Sebastião do Paraíso, Unaí, Viçosa

Figura 96: Hierarquia urbana do estado de Minas Gerais
Fonte: Arruda e Amorim Filho, 2002, p.199.

Entre 1998 e 1999, Amorim Filho e Abreu elaboraram uma hierarquia urbana de Minas Gerais, utilizando uma técnica estatístico-cartográfica multivariada, acompanhada por vários trabalhos de campo. Nesse estudo, os autores identificaram 6 níveis de cidades: a metrópole (Região Metropolitana de Belo Horizonte), grandes centros regionais (Juiz de Fora e Uberlândia), cidades médias de nível superior (como Alfenas, Lavras, *Montes Claros*, Sete Lagoas, dentre outras, totalizando 17 cidades), cidades médias (Araxá, Unaí, Viçosa, Teófilo Otoni, dentre outras, totalizando 27 cidades), centros emergentes (Bocaiúva, Januária, Janaúba, Almenara, Pirapora, Tupaciguara, dentre outras, totalizando 58 cidades) e pequenas cidades. No nível cidades médias de nível superior, Abreu et al. (2002, p.266) consideram que “[...] fazem parte desse nível hierárquico algumas das cidades de maior dinamismo no interior de Minas. Suas funções de intermediação em vários tipos de fluxos e de indução de desenvolvimento são essenciais para as regiões a que pertencem”.

Em 1999, Amorim Filho e Abreu realizaram um outro estudo sobre as cidades médias de Minas Gerais, no qual Montes Claros aparece como cidade média de nível superior e outras cidades da região como Bocaiúva, Janaúba, Januária,

Pirapora, Salinas são consideradas centros emergentes. Os autores destacam que Montes Claros repete seu padrão espacial de isolamento no Norte de Minas Gerais.

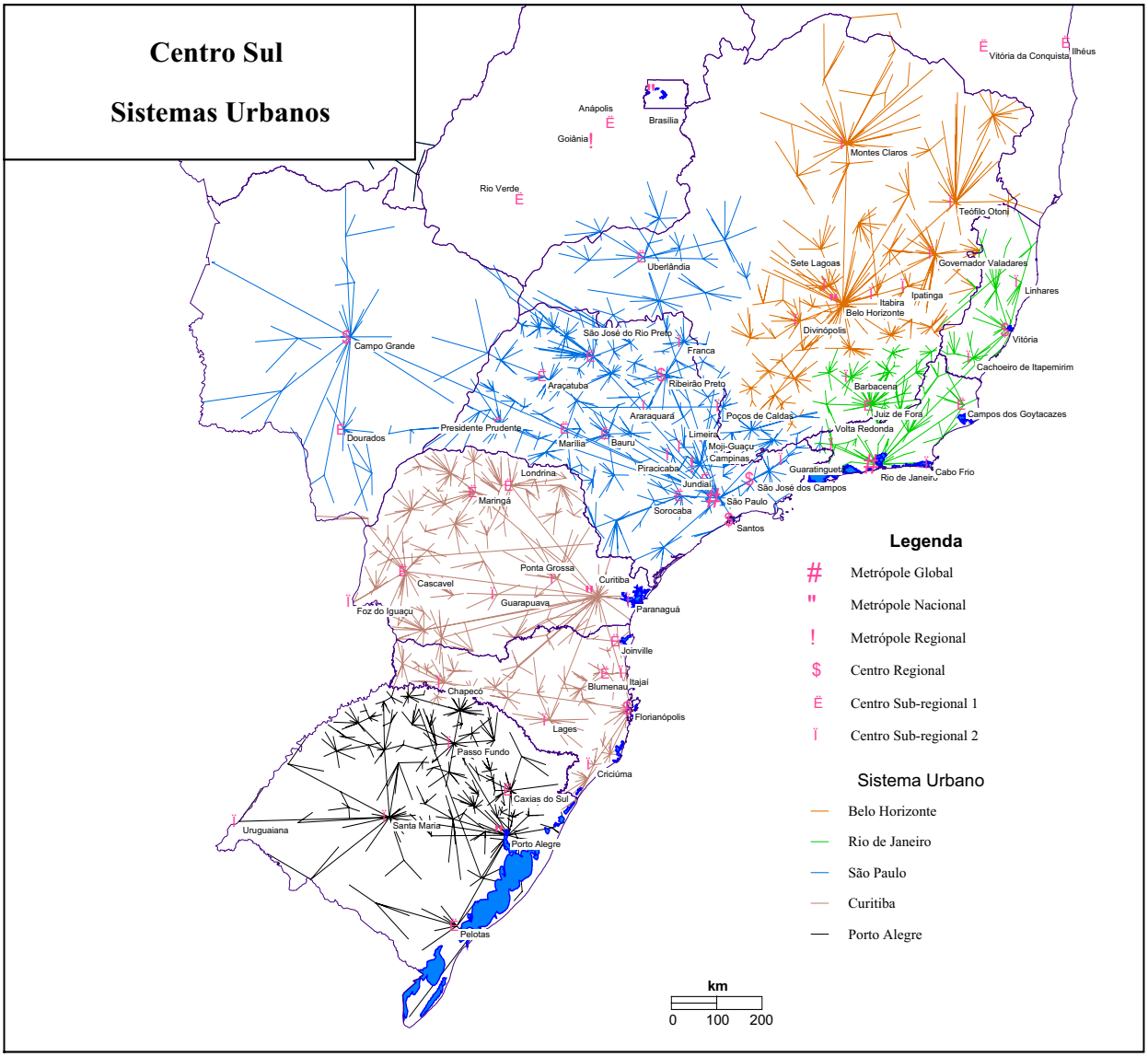
HIERARQUIA URBANA DE MINAS GERAIS (1999)
Nível 1 - Metrópole: Região Metropolitana de Belo Horizonte
Nível 2 - Grandes Centros Regionais: Juiz de Fora, Uberlândia
Nível 3 - Centros Regionais (Cidades Médias de Nível Superior): Alfenas, Araguari, Barbacena, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga (aglomeração), Itajubá, Ituiutaba, Passos, Montes Claros, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Lavras, Uberaba, Varginha
Nível 4 - Cidades Médias: Araxá, Caratinga, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Frutal, Guaxupé, Formiga, Itabira, Itaúna, João Monlevade, Leopoldina, Muriaé, Ouro Preto, Paracatu, Patrocínio, Santa Rita do Sapucaí, São João del Rei, São Lourenço, Ubá, São Sebastião do Paraíso, Três Corações, Teófilo Otoni, Unaí, Viçosa
Nível 5 - Centros Emergentes: Abaeté, Aimorés, Além Paraíba, Almenara, Andradas, Araçuaí, Arcos, Bambuí, Barão de Cocais, Boa Esperança, Bocaiúva, Bom Despacho, Ibiá, Campo Belo, Carangola, Carlos Chagas, Carmo do Paranaíba, Congonhas, Corinto, Conselheiro Pena, Diamantina, Dores do Indaiá, Itabirito, Itambacuri, Itapecerica, Janaúba, Iturama, Januária, Jequitinhonha, João Pinheiro, Lagoa da Prata, Machado, Manhuaçu, Mariana, Manhumirim, Mantena, Monte Carmelo, Nanuque, Nova Era, Nova Serana, Oliveira, Ouro Branco, Ouro Fino, Pedra Azul, Pirapora, Raul Soares, Pium-i, Resplendor, Sacramento, Salinas, Santa Bárbara, Santos Dumont, Visconde do Rio Branco, Tupaciguara, Três Pontas, São Gotardo, São Gonçalo do Sapucaí Caxambu.
Nível 6 - Todas as demais cidades do Estado

Figura 97: Hierarquia urbana de Minas Gerais (1999)
Fonte: Abreu et al, 2002, p.265.

O estudo do IPEA/IBGE/NESUR (1999) identificou, no sistema urbano do Norte de Minas Gerais, apenas a cidade de Montes Claros classificada como um centro regional 2. Esse nível de cidade polariza apenas os municípios de seu entorno. Essa pesquisa tomou por base o conceito de centralidade

> [...] que denota a intensidade e a dimensão com que determinado centro urbano estrutura, com contexto da rede de cidades, uma área de influência, através da abrangência regional dos fluxos de bens e serviços que têm origem nesse centro urbano. (IPEA/IBGE/NESUR,1999, p. 39)

O mapa 64 mostra as redes existentes no Centro Sul do Brasil. Podemos observar que o sistema urbano liderado por Montes Claros é o mais importante em todo o extremo norte do estado de Minas Gerais.



Mapa 64:Centro-Sul – Sistemas Urbanos
Fonte: IPEA/IBGE/NESUR, 1999

Pereira e Lemos (2004), ao analisarem as cidades médias mineiras, propuseram uma classificação baseada na capacidade de polarização intra-regional. Para esses autores, o Norte de Minas tem Montes Claros como meso-pólo,

> [...] classificado como “enclave agropecuário”, tipologia que tem como principal característica um desenvolvimento urbano não consolidado [...] são centros urbanos incapazes de criar uma rede urbana regional com algum nível de complementaridade produtiva. Desta forma, polarizam áreas de mercado regional de baixa intensidade de renda, sendo que os principais mecanismos de atração de empresas são incentivos fiscais e o baixo custo da força de trabalho local. [...] são localidades típicas de acumulação de bolsões de pobreza provenientes do êxodo rural, expresso na variável pobreza urbana. (PEREIRA; LEMOS, 2004, p.15)

Em todos esses estudos, a cidade de Montes Claros surge como um centro regional que comanda as áreas do seu entorno e os municípios com menor diversidade de funções. Abriga fluxos regulares de mercadorias, pessoas, informação, interagindo com a capital estadual (que a polariza) e com municípios vizinhos. Além de seu papel como centro do comércio regional, é também receptáculo de migrações, o que tem gerado significativas alterações no espaço intra-urbano, a exemplo da ocupação desordenada do solo urbano, da degradação ambiental, dos processos de segregação socioespacial e da pobreza.

O sistema urbano liderado por Montes Claros abrange extensa área territorial. De acordo com Arruda e Amorim Filho (2002, p. 222), a localização da cidade e a rede viária nela baseada facilitaram, de certa forma, o processo de centralização que tem um grande conteúdo institucional – a pertinência à antiga SUDENE, atual Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE).

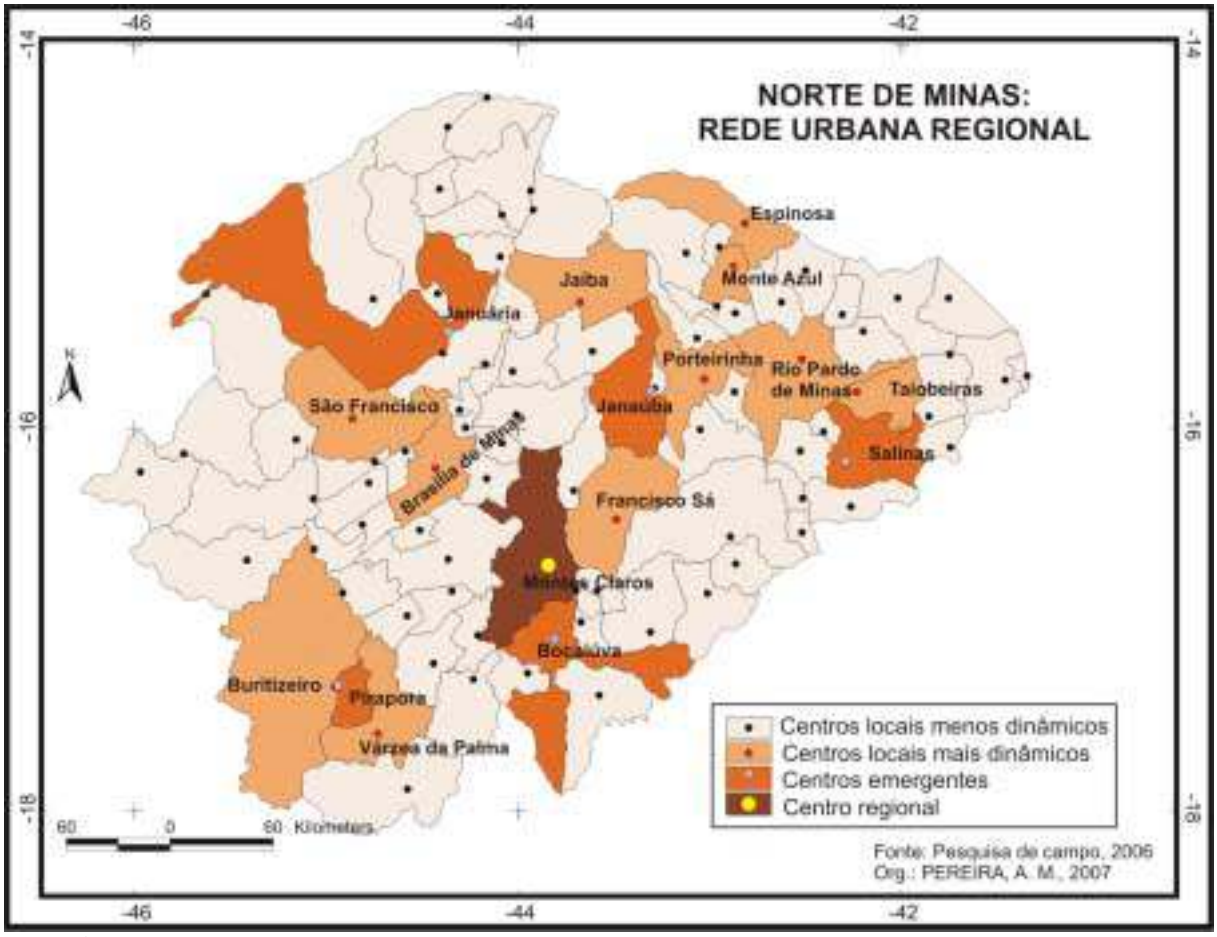
A centralização exercida por Montes Claros pode ser explicada por sua localização em uma região caracterizada por fraco dinamismo econômico e baixo nível de bem-estar social, além do fato de estar distante de outros centros superiores na hierarquia urbana. Essa idéia encontra respaldo nas palavras de Santos (1989, p.17), quando afirma que

> [...] nas zonas onde a divisão de trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e, conseqüentemente, as localidades do mesmo nível, incluindo as cidades médias, são mais distantes umas das outras.

Nessa perspectiva, percebemos uma hierarquia menos flexível de cidades, nas quais a dinâmica dos fluxos econômicos, demográficos e informacionais é capaz de gerar diversas funcionalidades à cidade de Montes Claros. Em contrapartida, os demais centros urbanos, independentemente de seu tamanho, funcionalidade ou localização possuem maiores ou menores interações com tal cidade.

Com base no nosso estudo das relações entre as cidades norte-mineiras fizemos uma proposição de uma estrutura da rede urbana regional. Levamos em

consideração os principais fluxos que são realizados, a estrutura urbana que cada cidade apresenta, a sua dinamicidade e a sua importância na região na qual se encontra inserida. O mapa 65 demonstra essa organização da rede urbana regional, tendo uma cidade como pólo regional, cinco cidades emergentes e, no plano inferior, 83 centros locais, que foram divididos em centros locais mais dinâmicos e centros locais menos dinâmicos.



Mapa 65: Norte de Minas – rede urbana regional

A figura 98 apresenta um organograma dessa rede. Nela detalhamos melhor a hierarquia dos centros.

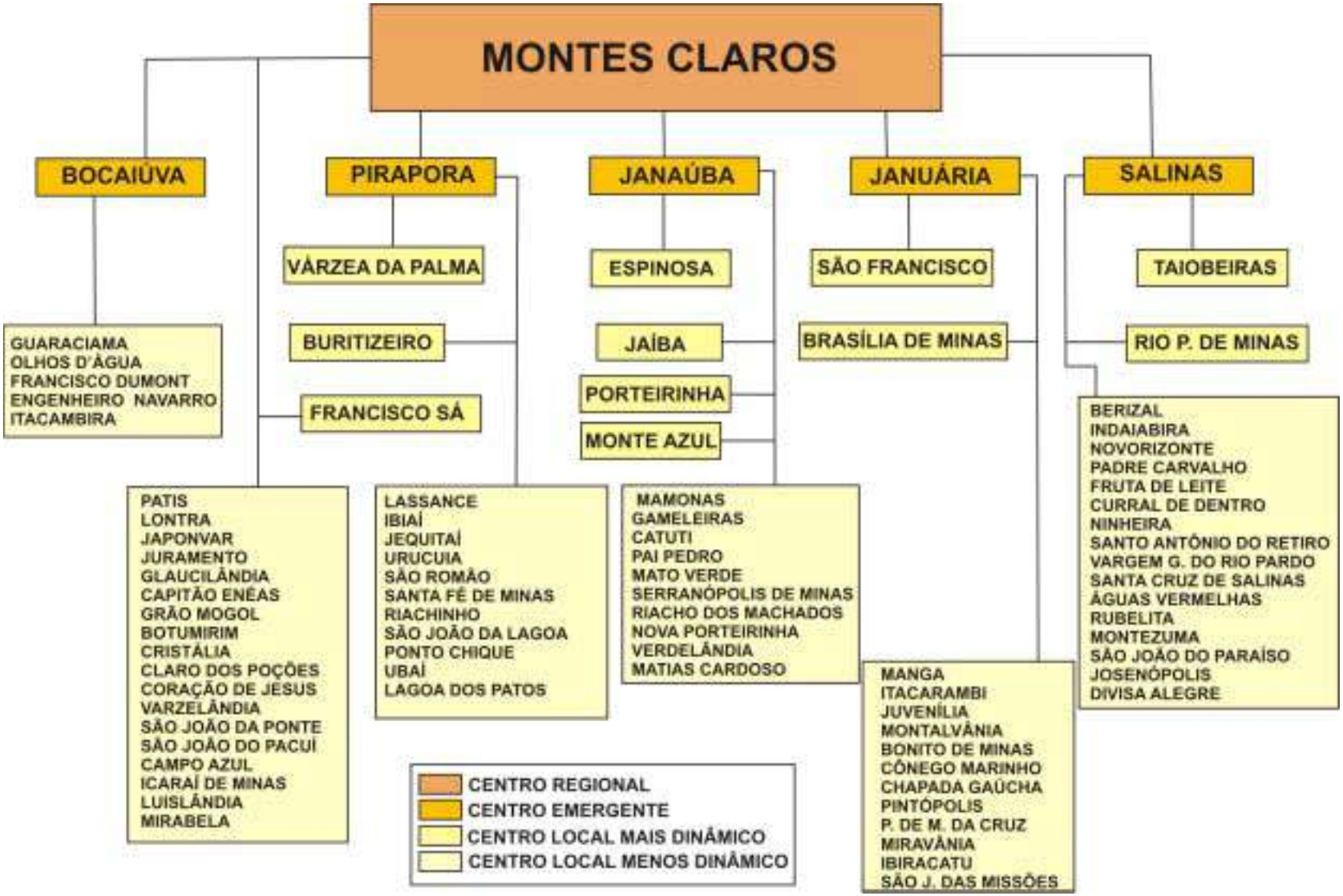


Figura 98: Representação da rede urbana do norte de Minas – 2006
Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Nessa representação, Montes Claros atua como a cidade mais importante, que possui maior diversidade de serviços e de comércio, atendendo a demanda em diferentes setores de quase todas as cidades da região, considerando principalmente a população de médio e alto poder aquisitivo, que tem condições de consumir produtos e serviços de preços mais elevados e também tem mais mobilidade. As entrevistas realizadas indicaram que a população tem um comportamento espacial diferenciado dependendo do seu poder aquisitivo. Enquanto a população de baixa renda precisa da ajuda das prefeituras para utilizar, sobretudo, os serviços médicos em Montes Claros, há uma parcela da população nas pequenas cidades que dispõem de condições financeiras para vir a Montes Claros para usufruir do lazer, ir ao *Shopping Center*, ao cinema, usufruir da vida noturna, dentre outros.

As cidades que consideramos emergentes no Norte de Minas são aquelas que possuem um potencial de desenvolvimento e são micro-pólos regionais, que atendem a população das cidades menores e mais próximas que demandam por serviços que essas cidades têm condições de oferecer. No caso do Norte de Minas, identificamos as cidades de Bocaiúva, Pirapora, Janaúba, Januária e Salinas como centros que podem, dependendo das políticas públicas locais, se tornar, daqui a alguns anos, cidades médias. Janaúba, por exemplo, é a cidade que tem atraído muitos investimentos, em virtude dos projetos de agricultura irrigada, implantação de cursos superiores principalmente ligados à produção local, além de ter uma alta população flutuante, que utiliza a cidade como ponto de referência. A infra-estrutura urbana dessa cidade ainda é precária e ela carece de serviços mais especializados, principalmente na área da saúde. A cidade com menor potencial é Bocaiúva que, apesar de possuir indústrias, não tem atraído investimentos, além do fato de a proximidade com Montes Claros inibir o crescimento do setor comercial e de serviços. Para a população é mais vantajoso adquirir produtos duráveis e não-duráveis e serviços variados em Montes Claros do que em Bocaiúva.

Os centros identificados como locais não constituem um conjunto homogêneo. Existem cidades com um maior crescimento e melhor infra-estrutura urbana como é o caso de Taiobeiras, Brasília de Minas, Buritizeiro, Jaíba, Várzea da Palma, Francisco Sá, Rio Pardo de Minas e São Francisco, mas que estão próximas a

outras cidades maiores que as polarizam. Por outro lado, a maioria das cidades pequenas é um aglomerado de residências em torno de uma praça, em geral a da igreja ou do mercado. Nessas cidades, os serviços urbanos básicos, quando existem, são muito deficitários, o que implica uma dependência do centro urbano maior ou mais próximo. A gestão urbana desses espaços é complicada, pois há uma cultura de dependência do poder público municipal.

Sabemos que a organização de uma rede de cidades não pode ser vista de forma muito simplificada, uma vez que os fluxos ocorrem sem uma ordem rigorosa, além do fato de cada cidade possuir suas características próprias, uma cultura popular que interfere quando se pretende compreender uma realidade complexa. Além disso, as atividades econômicas dinamizam-se em áreas que apresentam melhores vantagens competitivas, ou seja, que contam, entre outros, com atributos vantajosos de infra-estrutura, com recursos humanos qualificados e qualidade de vida da população aceitável, mostrando-se adequadas à instalação de empreendimentos modernos e à geração de maiores lucros. As mudanças podem ser rápidas se ocorrer o estímulo à adoção de posturas favoráveis ao pleno desenvolvimento das atividades produtivas. Caso isso ocorra, as relações sociais e econômicas, a paisagem urbana e o modo de vida nessas cidades podem ser mudados num período de tempo relativamente curto. A cidade de Janaúba é um exemplo de área urbana na qual a confluência de interesses diversos se materializaram num espaço em intensa transformação.

Por outro lado, algumas cidades, em decorrência dos diferentes processos que contribuíram para sua formação espacial, compreendem vestígios de várias temporalidades. Essas reminiscências de tempos antigos se acumulam em processos lentos, se aproximando da estagnação. Temos que levar em conta o fato de que o dinamismo, a busca por inovações produtivas em uma cidade parte de necessidades, desejos ou projetos específicos e contextualizados à conjuntura social, política e econômica e aos recursos técnicos disponíveis. Assim, nem todas as cidades norte-mineiras podem vislumbrar profundas e rápidas transformações nas suas estruturas. A nosso ver, a busca de uma maior sustentabilidade constitui o principal desafio para essas cidades.

Paradoxalmente, algumas mudanças espaciais estão ocorrendo de forma muito rápida no contexto regional e mesmo os resultados aqui obtidos já carecem de uma releitura, haja vista a instalação de novos cursos superiores em outras cidades; o fechamento de cursos em outras; a entrada de outras Instituições de Ensino Superior na região através do ensino à distância e mesmo o presencial; a implantação de novas unidades de serviços ligados à saúde; a abertura e/ou o fechamento de empresas comerciais atacadistas ou varejistas, entre outras. Mas uma realidade não mudou: o papel de Montes Claros como o maior centro urbano do Norte de Minas e a diversificação de serviços nela existentes.

Nessa perspectiva, confirmamos que, quanto maior for a capacidade de oferta de bens e serviços de uma cidade, maior será seu papel e importância na rede urbana regional. Assim, concluímos que a importância da cidade média de Montes Claros no Norte de Minas deve-se a vários fatores como:

a) pela estrutura e diversidade de bens e serviços existentes, Montes Claros constituiu-se em um pólo regional para o atendimento de necessidades da população local e regional. Pessoas de todas as cidades demandam por determinados tipos de serviços existentes em Montes Claros. Em muitos casos, isso ocorre porque não há o bem ou serviço desejado, ou necessário, na cidade de origem, mas em outros há uma clara opção em consumir na maior cidade da região. Nessa perspectiva, a procura e mesmo o acesso a determinado serviço dependem muito mais das condições econômicas da população do que da proximidade física. Como por exemplo, citamos a maior estrutura na rede de saúde, no ensino superior, no comércio, especialmente no setor automobilístico, e no lazer (especificamente na disponibilidade de cinema);

b) é um espaço de mediação entre as pequenas cidades e os grandes centros. Serve de base de deslocamento para outras cidades dentro da mesorregião, via ônibus e o fluxo aéreo para a capital e outros centros, já que é a única cidade com aeroporto com vôos fixos. Funciona, assim, como nó na rede de fluxos de pessoas e mercadorias com destino dentro e fora da região;

c) desempenha papel de centro de crescimento econômico regional, uma vez que tem como atividade econômica preponderante o setor de comércio e de serviços, além da concentração industrial, sendo uma das cidades que está entre as dez maiores na composição do PIB estadual;

d) é uma cidade distante da região metropolitana e de outra cidade de igual porte, por isso é denominada por vários autores como um “centro regional isolado”. Isso representa a preponderância desse centro em relação ao conjunto das cidades da região;

e) é o maior fórum regional de decisões políticas e debates em torno das necessidades da região, sediando todas as diretorias regionais de órgãos públicos, algumas ONGs de caráter regional, entre outras.

Diante do exposto, fica claro o importante papel que Montes Claros representa no contexto regional, exercendo uma centralidade em praticamente todos os setores e polarizando uma vasta área territorial[74] (variável conforme o tipo de serviço ofertado). Necessário se faz questionarmos até quando essa posição vai perdurar, considerando a dinâmica econômica e também política dos centros emergentes, que procuram ampliar a sua área de influência, tentando ganhar mercado e, em conseqüência, exercer também seu poder na região em estudo. Poderão tais cidades superar a centralidade exercida por Montes Claros?

[74] Optamos por nos restringir à região norte de Minas, mas em determinados setores a influência de Montes Claros ultrapassa o limite regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar de um tema tão amplo como o proposto nesta pesquisa, a primeira conclusão a que chegamos é que o assunto não foi esgotado. Muitas análises ainda poderiam ter sido feitas, sob outras óticas ou abordagens. Em outras palavras, o trabalho com dimensões geográficas mais amplas faz os enfoques parecerem sempre insuficientes, haja vista a multiplicidade de relações que pressupõe. Por isso, procuramos tornar as análises mais completas ao buscar em outras ciências argumentos que contribuíssem para preencher as lacunas, algumas das quais ainda persistem.

Infelizmente, num trabalho desta envergadura, escolhas precisam ser feitas e a nossa opção foi tentar compreender o significado de Montes Claros na região, através da análise dos fixos nessa cidade existentes e da rede de fluxos que nela ocorrem. Apresentamos, a seguir, considerações mais específicas sobre o desenvolvimento do tema, buscando não reapresentar informações na forma de uma síntese empobrecida e repetitiva. Por isso, acrescentamos apenas algumas reflexões, tomando o desenvolvimento do trabalho em seu conjunto.

Entendemos que vencer o desafio de análise e interpretação de uma realidade significa uma contribuição para a ciência e, em conseqüência, para a sociedade. Assim procuramos pensar a metodologia adotada, atentando, obviamente, para a visão do momento e para a empiria. Ressaltamos, também, que a metodologia não deve ser elaborada para pequenos casos, mas tem de assumir a perspectiva de relação com os espaços nacional e global.

Apesar de a nossa pesquisa estar baseada em um estudo de caso, atentamos para a necessidade da epistemologia e ruptura com o senso comum, buscando a origem e o potencial explicativo dos conceitos utilizados, sem transportá-los, inadequadamente, para a realidade analisada.

Tomamos, *a priori*, a premissa de que em uma pesquisa de cunho urbano-regional, mesclando o quantitativo e o qualitativo, algumas constatações precisam ser feitas para que o estudo não seja uma mera descrição da realidade que se apresenta em determinado momento. Lembramos que, em Minas Gerais, a heterogeneidade regional e, conseqüentemente, de regionalizações, é muito evidente, como demonstramos no primeiro capítulo. Se pensarmos a categoria região como base para o desenvolvimento regional, verificamos que ela é insuficiente, pois cada órgão ou setor da administração pública estadual trabalha com um recorte espacial específico, o que dificulta muito a integração das informações e mesmo o planejamento de uma política de cunho desenvolvimentista. Inferimos que os instrumentos e políticas regionais em Minas têm pouca capacidade de impactar as realidades sociais, no sentido de contrapor-se às novas tendências atribuídas ao poder local.

Isso significa que, ao invés de planos de políticas regionais muito complexos, os atores locais vêm se articulando com o intuito de propor estratégias de desenvolvimento local e regional, potencializando a resolução de problemas comuns. Isso implica o fim das políticas de regionalizações territoriais? Acreditamos que não, pois mesmo para implementar tais políticas são priorizados, inicialmente, o recorte espacial que acaba sendo denominado, ou constituindo de fato, uma região.

Por conta da escassez de estudos sobre as regionalizações do estado de Minas e, pelo fato de as diferentes “regiões” Norte de Minas serem tratadas sem que se leve em conta os critérios do recorte espacial, é que optamos por reunir vários desses recortes e tentar entender o que é o Norte de Minas, suas limitações e potencialidades. Reconhecemos que tantas são as regionalizações quantas são as intenções de cada órgão ou pesquisa realizada e que a região estudada é marcada pela heterogeneidade, o que dificulta uma caracterização do conjunto. Por isso, tomamos como referência a proposição de Santos (1996) quando ele afirma dever-se tentar detalhar, em um estudo regional, sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de suas causas e as conseqüências do fenômeno.

Assim, a discussão da regionalização constituiu o primeiro passo metodológico do nosso estudo, sobretudo porque a concepção de regionalização enquanto instrumento de ação está intimamente associada às teorias econômicas de desenvolvimento regional e de localização, o que fomentou as idéias de planejamento regional como estratégia de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a regionalização deixa de ser um instrumento teórico, acadêmico, para tornar-se um instrumento prático, de função político-econômica.

Um segundo passo foi a caracterização da região Norte de Minas na qual a cidade de Montes Claros está inserida, na tentativa de mostrar as disparidades sociais e econômicas que coexistem neste espaço. Nesse momento, foi preciso identificar as potencialidades e limitações da região. Para tanto, fez-se necessária a construção de um banco de dados com variáveis demográficas, econômicas e sociais. Tendo em vista que o significado de uma cidade deve ser buscado no entendimento da sua importância frente ao contexto regional, realizamos uma análise do processo de formação socioespacial do Norte de Minas, por meio da qual foi possível identificar momentos de ruptura e transformações na dinâmica urbana da região. Também a análise do papel do Estado mereceu destaque, visto sua interferência, através de determinadas políticas desenvolvimentistas, na organização produtiva regional. Esse foi, no nosso entender, um ponto fundamental para compreender a centralidade exercida pela cidade de Montes Claros.

Na seqüência operacional, o terceiro passo que consideramos importante destacar foi a verificação da estrutura urbana existente em Montes Claros, enfatizando as condições em que ela se estabelece e se realiza, articulada a práticas e padrões historicamente construídos e que determinam, hoje, o dinamismo dessa cidade. Nessa perspectiva, a análise do setor de serviços, notadamente os da saúde e da educação superior, forneceu subsídios fundamentais para reforçar a idéia de centralidade aqui discutida.

A distribuição dos municípios por faixa populacional conduziu-nos à caracterização dos aglomerados existentes no Norte de Minas no que diz respeito ao crescimento demográfico, à dinâmica econômica, ao papel do Estado, aos pontos de vitalidade e

estagnação dos pequenos municípios e centros emergentes que compõem o sistema urbano-regional.

Levamos em conta, ainda, o fato de o espaço estar sujeito a fluxos de diferentes níveis, intensidades e sentidos, pois é coberto por redes desiguais e simultâneas. A análise dos fluxos materiais e imateriais representou uma outra fase da metodologia adotada neste estudo. A partir da análise das relações que se estabelecem entre as cidades, propusemos uma associação com os estudos sobre a rede urbana até então efetuados, no intuito de mostrar que tal temática pode agregar outros elementos na sua configuração, dependendo da escala de abordagem.

Dessa metodologia resultou a identificação de quatro estruturas urbanas articuladas e diferenciadas. A cidade média de Montes Claros, que agrega em seu espaço serviços mais modernos e de maior complexidade, comércio variado, sede de órgãos estaduais e federais, sendo, de fato, a cidade mais importante da região, o pólo regional. As cidades emergentes, que possuem potencialidades para se transformarem em cidades médias, pelo importante papel que desempenham na sua interlândia. As pequenas cidades, neste estudo, foram divididas em dois grupos: um daquelas que apresentam um maior dinamismo econômico e social e outro constituído por aglomerados estagnados e com forte dependência do poder público em suas diferentes instâncias. A análise das formas de consumo dos serviços de saúde, educação, transportes interestaduais e comércio serviu para enriquecer o tema da flexibilidade da rede urbana regional. A melhoria nas informações, telecomunicações, transporte e circulação tem possibilitado às cidades a realização de maiores inter-relações umas com as outras.

Utilizando tal pressuposto teórico-metodológico, o estudo realizado levou-nos à comprovação de que a região norte-mineira caracteriza-se como um espaço onde prevalecem baixas condições urbanas, de organização produtiva, de competitividade e de infra-estrutura em quase todos os municípios. Entretanto, é preciso aprofundar as reflexões acerca da desigualdade na distribuição de renda e na proposição de alternativas de desenvolvimento regional. Para isso, é necessário que se reveja o conceito de região, por considerarmos que a adoção de uma tipologia de caráter microrregional seria mais adequada para a definição de políticas públicas,

principalmente as de caráter urbano-regional. Cabe lembrar que os governos operam na lógica setorial e há a necessidade do entendimento das particularidades das realidades locais.

Nesse sentido, as mudanças conceituais no planejamento e gestão local e regional já despontam como realidade, sendo que várias cidades possuem uma relativa participação popular e de consolidação de parcerias para a consecução de determinados objetivos. Algumas proposições, como a formação de consórcio, tem sido uma saída para administrar cidades que polarizam a vida econômica de uma região, com vários municípios gravitando ao seu redor. Tal mecanismo de gestão compartilhada, mediante parcerias entre os setores público e privado, e a modernização da gestão urbana visando à prestação de serviços públicos ou à compra de bens, produtos e equipamentos, é uma alternativa viável para a região. No Norte de Minas, os consórcios de saúde são os primeiros a ser instituídos, mas há também iniciativas de consórcios intermunicipais com objetivos mais amplos.

A busca de estratégias locais para a geração de emprego e renda, que possam beneficiar a população local, tem sido uma alternativa para a administração das pequenas cidades, as quais não conseguem atender a demanda populacional com os escassos recursos provenientes de repasses federais e estaduais. Isso contribuiria também para reduzir a dependência da população em relação à prefeitura. Uma maior participação da sociedade civil na gestão municipal também é necessária para a melhoria dos sistemas de planejamento e administração. Mas, para isso, a população tem de estar bem informada do seu papel, o que ainda não é uma realidade na região, cuja cultura deriva do coronelismo político.

Como sugestões, acreditamos que os centros urbanos norte-mineiros devem considerar, em suas políticas públicas, as peculiaridades espaciais e funcionais do sistema urbano no qual estão inseridas. Devem procurar adequar suas normas urbanísticas e administrativas de acordo com as condições sociais e econômicas da população, simplificando as normas e procedimentos legais, de forma a obter eficácia na gestão dos espaços urbanos. O apoio às políticas de combate à pobreza e o funcionamento das parcerias entre as cidades devem ser tratados de forma sistêmica, permeando os vários setores da administração pública local.

Enfim, esperamos que este estudo contribua para um maior conhecimento da realidade regional e para o delineamento de ações que aprofundem o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

REFERÊNCIAS

ABLAS, L. A. **A teoria do lugar central:** bases teóricas e evidências empíricas – estudo do caso de São Paulo. São Paulo: USP/Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão n. 702).

ABREU, J. F. de. et al. Tipologia das regiões. In: **BDMG: Minas Gerais no Século XXI** – Reinterpretando o espaço mineiro. v.2. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002, p. 250-290.

ABREU, M. de A. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil:** questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.197-244.

ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ADENE. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Disponível em: <http://www.adene.gov.br/>. Acesso em: fev. 2006.

AGHON, G.; CORTÉS, P. Descentralización y gobiernos municipales em América Latina. In: JORDÁN, R.; SIMIONI, D. (Org.). **Ciudades intermédias de America Latina y el Caribe:** propuestas para la gestión urbana. Santiago de Chile: CEPAL, 1998.

AJARA, C. Uma pauta para reflexão sobre o urbano e o regional no Brasil dos anos 90 e 93. In: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Org.). **Redescobrindo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, 1999, p. 93-100.

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 25-39, jul/dez. 2003.

ALMG. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Municípios do Norte de Minas**. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/> Acesso em: 2003-2005.

ALVIM, A. M. M.; AMORIM FILHO, O. B. Un estúdio comparativo de dos ciudades intermédias: Formiga e Ovalle. In: AMORIM FILHO, O. B; KOHLER, H. C.; BARROSO, L. da C. **Epistemologia, cidade e meio ambiente**. Belo Horizonte: PUC/Minas, 2003, p. 89-124.

AMORIM FILHO, O. B. Un carto de siglo de una ciudad media em Minas Gerais: Formiga. **Caderno Geográfico**, Belo Horizonte, v. 8, n. 10, p. 30-43, fev. 1998.

_____. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, n. 5, p. 5-34, jun. 1984.

_____. **Cidades médias e tecnópolis potenciais de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1999. s/p. (mimeo).

_____. Esquema metodológico para o estudo das cidades médias. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. **Resumo de comunicações e guias de excursões**. Belo Horizonte: AGB, 1976. p. 6-15.

AMORIM FILHO, O. B. et al. Os eixos de desenvolvimento em Minas Gerais e suas tecnópoles. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA - ENPEG, 5., 1999, Belo Horizonte. Mesa Redonda. **Anais...** Belo Horizonte: 1999.

AMORIM FILHO, O. B.; ABREU, J. F. Ciudades intermédias y tecnópoles em Minas Gerais. – Brasil. **Tiempo y Espacio**, v. 8, n. 9-10, p. 23-32, Chillan, U. del Bío-Bío, 2000.

AMORIM FILHO, O. B.; BUENO, M. E. T.; ABREU, J. F. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 2, n. 23-24, p. 33-46, 1982.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. de. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. **Caderno Geográfico**, Belo Horizonte, v. 13, n. 20, p. 21-38, 2003.

AMORIM FILHO, O. B.; SENA FILHO, N. de. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Vieira, 2005.

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

ANDRADE, M. C. A região como unidade dinâmica. Posição dos Geógrafos e economistas ante o problema regional. In: ANDRADE, M. C. de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 31-45.

ANDRADE, M. C. de. **Espaço polarização e desenvolvimento.** A teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec/Ipespe, 1995.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 393p.

_____. Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, IPPUR, n. 592, p. 1-25, set. 1998.

_____. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. **Texto para Discussão,** Rio de Janeiro, IPPUR, n. 554, p. 1-27, mar. 1998.

ANDRADE, T. A; LODDER, C. A. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. 146 p.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V.; SANTOS, P. D. dos. Pobreza nas cidades médias brasileiras. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ARRAIS, T. P. A. **Entre a rede urbana e a cidade-região**: o que há de novo no centro goiano? Disponível em <http://www.sectec.go.gov.br/artigos_publicacoes/artigo026.htm>. Acesso em: ago. 2004.

_____. Regiões puras e impuras: uma breve reflexão sobre as naturalizações da região na Geografia. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 125-134, 2003.

ARRUDA, G. **Cidade e sertões**. Bauru: EDUSC, 2000.

ARRUDA, M. A.; AMORIM FILHO, O. B. Os sistemas urbanos. In: **BDMG**. **Minas Gerais no século XXI**. Belo Horizonte: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Rona Editora, 2002.

ASCHER, F. **Metápolis** – acerca do futuro da cidade. Oeiras: Celta Editora, 1998.

AVIAL, L. R. Presente e futuro de las ciudades medias europeas. **Urbanismo COAM**, Madrid, n. 6, p. 36-46, 1989.

AZEVEDO, A. Vilas e cidades do Brasil colonial – ensaios de geografia urbana retrospectiva. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1954-1955, 1957, v. IX, tomo I, p. 168-184.

BACELAR, T. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à integração competitiva. In: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Org.). **Redescobrindo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, 1999. p. 73-89.

BACELAR, W. K. de A. As dualidades das pequenas cidades: as cidades com menos de 10.000 habitantes do cerrado triangulino. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA PERSPECTIVAS PARA O CERRADO NO SÉCULO XXI, 2., 2003, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: IG/UFU, 2003. 1CD-ROM.

BAENINGER, R. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A.C. **Regiões e cidades, cidades nas regiões:** o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003. p. 272-288.

BAKIS, Henry. **Les réseaux et leurs enjeux sociaux**. Paris: Universitaires de France, 1993.

BARREIRA, C. C. M. A. **Vão do Paraná, a estruturação de uma região**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, UFG, 2002.

BASSUL, J. R. Reforma urbana e Estatuto da cidade. **Revista Eure,** Santiago, v. 28, n. 84. 2002.

BDMG. BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. Aspectos do desenvolvimento humano em Minas Gerais. **Cadernos BDMG**, n. 7, dez. 2003. Disponível em <www.bdmg.mg.gov.br/estudos/arquivo/cadernos/Caderno_07_BDMG.pdf>. Acesso em out. 2006.

_____. **Minas Gerais do Século XXI**. Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <http:\\www.bdmg.mg.gov.br>. Acesso em: fev. 2005.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil** – uma nova potência regional na economia-mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. O novo debate regional. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras:** distritos e redes – os novos paradigmas da geografia económica. Oeiras: Celta, 1995.

BERNARDES, L. M. C.; SOARES, M. T. de S. (Org.). **Rio de Janeiro:** cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1987.

BERRY, Jonh N. **Bridge all the digital divides**. New York: Library Journal, may 15, 2000.

_____. **Região:** uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.

BEZZI, M. L. Região como foco de identidade cultural. **Geografia**, Rio Claro, v. 27, n. 1, p.5-19, abril. 2002.

BITOUN, J. Oportunidades e limites da gestão municipal do território: reflexões a partir do caso do Recife. In: CASTRO, I. E. et al. **Redescobrindo o Brasil:** 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.195-207.

BIZELLI, E. A. Considerações sobre a urbanização interiorana. **São Paulo em Perspectiva***,* n. 9 , p. 38-45, jul/set. 1995.

BÓGUS, L. M.; BAENINGER, R. Redesenhando o espaço no interior paulista; desconcentração e expansão urbana. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 9, p. 62-70, jul/set. 1995.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Lo local y lo global.** La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 1997. p. 262.

BOTELHO, M. I. V. Experiências e vivências na migração sazonal. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 5, n. 2, jul/dez. 2003.

BOUDEVILLE, J. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difel, 1973.

BOURDIEU, P. Identidade e representação, elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 101-122.

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: D&A, 2001.

BRANCO, M. L. G. C. Cidades intermediárias no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 6., 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: 2005. CD-ROM.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em maio de 2004.

_____. Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

BRASIL. **Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento

dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/LEI8080.pdf>. Acesso em mar. 2005.

_____. **Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/f>. Acesso em mar. 2005.

_____. **Lei Federal n. 10.257 de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana (Estatuto da Cidade) e dá outras providências. Disponível em <http://www.cvj.sc.gov.br/leis/lei-10.257-01>. Acesso em out. 2004.

_____. **Medida Provisória n. 2.145, de 2 de maio de 2001.** Extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: set. 2003.

_____. **Medida Provisória n. 2.146-1, de 04 de maio de 2001.** Cria as agências de desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon>. Acesso em: set. 2003.

_____. **Medida Provisória n. 2.156-5, de 24 de agosto de 2001**. Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon>. Acesso em: set. 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

_____. Ministério da Fazenda. Disponível em <http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/municipios.asp>. Acesso em: jan. 2007.

_____. Ministério da Integração Nacional – Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília, ago. 2005. 56 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/01** (Portaria MS/GM n.º 95, de 26 de janeiro de 2001, e regulamentação complementar). Brasília - DF, 2001.

BRASIL, H. O. **História e desenvolvimento da cidade de Montes Claros**. Montes Claros: Lemi, 1993.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV – XVIII.** As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRAZIL, R. P. **Minas Gerais na grandeza do Brasil**. Belo Horizonte: 1935.

BREMAEKER, F. E. J. de. Limites à criação de novos municípios: a emenda constitucional n. 15. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, p.118-28, abr/dez. 1996.

BRITO, L. N. de. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.

CAIADO, A. S. C. Dinâmica sócio-espacial e a rede urbana paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, p. 46-53, jul/set. 1995.

CALEIRO, R. C. L.; PEREIRA, L. M. (Org.). **UNIMONTES:** 40 anos de história. Montes Claros: Unimontes, 2002.

CAMACHO, J. F. **Do povoado ao aglomerado**: uma análise socioeconômica da rede urbana de Uberlândia. 2004. 184p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2004.

CAMARGO, J. F. Êxodo rural e expansão urbana. **A cidade e o campo.** São Paulo: Ao Livro Técnico/EDUSP,1968. p. 41-49.

CAMPOS, H. A. Cidades médias no Brasil: Reflexão em uma perspectiva regional de suas dinâmicas urbanas. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA, 7., 2003, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2003. p. 73-82.

CARDOSO, J. M. A. A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio M. de; RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000. p. 173-346.

CARDOSO, J. M. A. **A região Norte de Minas Gerais**: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia) - PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

_____. A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio M. de; RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000. p. 173-343.

CARLOS, A. F. A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. (Org.). **Ensaios de Geografia contemporânea:** Milton Santos obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____ **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Novas abordagens sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Contexto, 2003.

CARVALHO, A. M. de. Avaliação espacial e temporal da rede urbana de Minas Gerais no período de 1960 a 1991. **Revista Geonomos**, Belo Horizonte, IGC/UFMG, v. VI, n. 2, p. 1-15, 1999.

_____. La creación de ciudades no sustentables. **Revista Contactar:** La Revista de los Municipios, Buenos Aires, v. II, n. 5, 2000.

_____. Estado, descentralização e sustentabilidade dos governos locais no Brasil. **Economia, Sociedad y Territorio**, México, v. III, n. 12, p. 539-556, 2002.

_____.**Racionalidade técnica e política da descentralização industrial** - um estudo de caso: Montes Claros. 1983. 104f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Pontifícia Universidade Católica do Chile, Santiago, 1983.

CARVALHO, A. M. de. A viabilidade dos governos locais: o caso do Estado de Minas Gerais. **Diário do Comércio**, Belo Horizonte, nov. 1995.

CARVALHO, A. M. de; BARBI, F. N. As cidades médias de Minas Gerais: dinâmica e distribuição regional. **Estudos e Debates**, Belo Horizonte, n. 39, dez. 1999.

CARVALHO, A. M. de; TOTTI, M. E. F. (Org.). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 328 p.

_____; _____. A responsabilidade fiscal nos municípios brasileiros. **Caminhos da Geografia,** Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 98-106, fev. 2005.

CARVALHO, E. de. Exclusão social e crescimento das cidades médias brasileiras. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,** Universidad de Barcelona, Barcelona, v. VII, n. 146(128), 1 ago. 2003. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(128).htm>. Acesso em mar. 2004.

CARVALHO, M. S. de. Redes tecnológicas inclusão e exclusão no Paraná. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005, p. 2960-2974. 1 CD-ROM.

CARVALHO, O. M. **A multiplicação dos municípios em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: IBAM, 1957. 18p.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **A sociedade em rede**. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.

CASTRO, I. E. de. **O mito da necessidade:** discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M.A. et al. (Org.). **Natureza e sociedade hoje:** uma leitura geográfica. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993. p. 56-63.

_____. A região como problema para Milton Santos. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,** Universidad de Barcelona, Barcelona, v. VI, n. 124, 30 sept. 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>.

CASTRO, I. E. de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, L. et al. (Org.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p.155-170.

CASTRO, I. E. de. et al (Org.). **Redescobrindo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/FAPERJ, 1999.

CAVALCANTI, L. de S. (Org.) **Geografia da cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.

CENTRE D´ÈTUDES ET DE RECHERCHES URBAMA. **Petites villes et villes moyennes dans le monde arabe**. Tours (France), Tome II, fascicule de recherches n. 17, 1986.

CHORLEY, R. J.; HAGGETT, P. **Modelos integrados em Geografia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: USP, 1974.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany.** Título original: Dien Zentralen Orte in süddeutschland. Tradução de Carlisle W. Baskin. New Jersey, Prentice-Hall, 1966. 236 p.

CIUDADES INTERMEDIAS Y URBANIZACIÓN MUNDIAL. Lleida (España): Ajuntament de Lleida, UNESCO, UIA, Ministerio de Asuntos Exteriores, 1999.

CLARK, D. **Introdução à geografia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

COELHO, F. D. O município como agente de desenvolvimento econômico. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, IBAM, v. 41, p. 24, jan/mar. 1994.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, 1989.

CORAGGIO, J. L. **Ciudades sin rumbo.** Investigación urbana y proyecto popular. México: 1985.

_____. **Economia urbana, la perspectiva popular**. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

CORRÊA, R. L. Cultura e cidade: uma breve introdução ao tema. In: CARLOS, Ana F. A.; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). **Novas abordagens sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 157-160.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000a.

_____. Os estudos de redes urbanas no Brasil até 1965. **Simpósio de Geografia Urbana 1966.** Buenos Aires: Publicado pelo Instituto Pan-americano de Geografia e História, Rio de Janeiro, jun. 1988a.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, n. 6, p.43-53, jan/jun. 1999.

_____. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Caminhos sobre a reflexão sobre a cidade e o urbano.** São Paulo: EDUSP, 1994a. p. 323-359.

_____. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.1, p.61-83, jan-mar. 1988b.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Rede urbana e formação espacial - uma reflexão considerando o Brasil. **Território**, Rio de Janeiro, Garamond, n. 8, p. 121-129, jan/jun. 2000b.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, n. 1, 2004.

_____. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: 2001, maio, p. 424-430.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo, Ática, 1987.

_____. Região: globalização, pluralidade e persistência conceitual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., 1994, Curitiba. **Anais...** Curitiba: AGB, 17 a 22 jul. 1994b.

CORRÊA, R. L. A urbanização nas áreas de cerrado: algumas considerações. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, Edufu, n.13/14, p.147-150, jan/dez. 1995.

COSTA, E. M. da. Cidades médias: contribuições para sua definição. **Finisterra**, Lisboa, n.74, p. 101-128, 2002.

COSTA, J. B. A. da. A ressignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo: SEADE, v. 10, n. 3, p. 115, jul/set. 1996.

COSTA, J. B. de A. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. (Org.). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas –** considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicações e Marketing, 1997. p. 37-76.

_____. **Mineiros e baianeiros**: englobamento, exclusão e resistência. 2003. Tese (Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COSTA, Sérgio Gustavo da; GONÇALVES, Patrícia da Cruz. Estratégias corretas. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, FGV-IBE, n. 6, jun. 1997.

COUTINHO, L. Brasil metropolitano e Brasil urbano não-metropolitano - algumas questões. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, FIBGE, n. 2, p.127-133, abr/jun.1991.

_____. O desenvolvimento urbano no contexto da mudança tecnológica. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano:** impasses/dilemas/perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 41-62.

CUNHA, A. M. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Anais...** Diamantina: 2002, p. 1-14. Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D18.PDF>. Acesso em: ago. 2004.

CUNHA, A.; GODOY, M. M. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DE HISTÓRIA DE EMPRESAS – ABPHE, 6., 2003, Caxambu/MG: 7 a 10 set. 2003. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_07.pdf>. Acesso em: ago 2004.

CUNHA, L. A. G. Sobre o conceito de região. **Revista de História Regional,** Ponta Grossa, n. 2, jul. 2000.

DAMINAI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRE, O. C. de. (Org.). **O espaço no fim de século** – a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

DAVIDOVICH, F.; LIMA, O. M. B. A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho. **Revista Brasileira de Geografia***,* Rio de Janeiro: FIBGE, n. 4, p. 541-590, out/dez.1982.

DAVIDOVICH, F. R.; FREDICH, O. M. Urbanização no Brasil. In: IBGE. **Brasil:** uma visão geográfica dos anos 80. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1988.

DAYREL, C. A. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas:** a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agrossistemas tradicionais. 1998. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Universidade Internacional de Andalúcia, Andalúcia, 1998.

DE GRAZIA, G. (Org.). **Plano Diretor:** instrumento de reforma urbana. Rio de Janeiro: Fase, 1990.

DEAK, C. Dilemas do plano diretor. In: CEPAM. **O município no século XXI:** cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999, p.237-247.

DÉAK, C.; SCHIFFER, S. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Cidades,** Presidente Prudente, n. 1, p. 119-146, 2004.

DEMARAIS, R. Considérations sur les notions de petit ville et de ville moyene. **Cahiers de Géographie du Quebec,** Quebec, v. 28, n. 75, p. 355-364, dec. 1984.

DEMO, P. **Charme da exclusão social**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 61. Campinas: Autores Associados, 1998.

DERYCKE, P.-H.; HURIOT, J.-M.; PUMAIN, D. (Org.). **Penser la ville** – théories et modeles. Paris: Economica, 1996.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.141-162.

DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da. (Org.). **Redes, sociedades e território**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

DIEESE. O emprego dos bancários: a segunda onda de demissões. **Boletim do DIEESE**, São Paulo, Seção Estudos e Pesquisas, p. 6-8, jan. 1991.

_____. As transformações do sistema financeiro: reforma ou adaptação. **Boletim do DIEESE**, São Paulo, Seção Estudos e Pesquisas, ano VI, p.05-10, mar. 1988.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento regional no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, UFMG/FACE/DCE, v. 3, n. 1, set. 1993, p. 35-64.

_____. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. O estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalizações. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, n. 33, p. 59-77, 2006.

_____. Regiões e regionalizações mineiras: um diálogo entre a teoria e a prática.In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, mar. 2005. p. 4270-4291.

DONNE, M. D. Abordagem geográfica. In: DONNE, M. D. **Teorias sobre a cidade.** Lisboa: Edições 70, 1990, p. 93-108.

_____. **Teorias sobre a cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

DOSI, G. Institutions and Markets in a Dynamic World. **The Manchester School**. LVI(2), june 1988.

DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; SOETE, L. (ed.). **Technical Change and Economic Theory**. London: Pinter Publishers, 1988.

DOSI, G.; ORSENIGO, L. Coordination and Transformation: an overvew of structures, behaviours and change in evolutionary environments. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; SOETE, L. (ed.) **Technical Change and Economic Theory**. London: Pinter Publishers, 1988.

DOSI, G.; PAVITT, K.; SOETE, L. **The Economics of Technical Change and International Trade**. Great Britain: Harvester Weatsheaf, 1990.

DOSI, G.; TYSON, L.; ZYSMAN, J. Trade, technologies and Development: A Framework for Discussing Japan. In: JOHNSON, C.; TYSON. L.; ZYSMAN, J. (ed.) **Politics and Productivity:** how Japan's development strategy works. New York: Harper Business, 1989.

DOWBOR, L. **Economia da informação**. São Paulo: Vozes, 2001.

_____. **A reprodução social**: proposta para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998. 446p.

DUARTE, A. C. Regionalização - considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, n. 10, 1980.

DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social:** pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

EGLER, C. A. G. A questão regional e a gestão do território no Brasil. In: CASTRO, GOMES E CORRÊA. **Geografia:** conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

EMATER. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br>. Acesso em: mar. 2005.

ENDLISH, A. M. **Maringá e o tecer da rede urbana regional**. 1998. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1998.

_____. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Paraná**. 504 f. Tese (Doutourado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

_____. Rede urbana, urbanidade e as pequenas cidades: ensaiando a discussão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: AGB, 2002. 1 CD-ROM.

ESTEBAN, A. de; LÓPEZ, A. El papel de las ciudades medias em Espana – presente e futuro. **Urbanismo COAM**, Madrid, n.6, p. 6-16, 1989.

FAISSOL, E. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1994.

FAPEMIG. Unimontes: ensino e pesquisa para a integração regional. **Revista Fapemig,** n. 6, mar./maio 2001. Disponível em: <http:wwwrevistafapemig.br>. Acesso em: maio 2005.

FARIA, V.E. Cinqüenta anos de urbanização no Brasil – tendências e perspectivas. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 29, mar. 1991.

FERRÃO, J. Red urbana, instrumento de equidad, cohesión y desarrollo. **Eure**, Santiago, v. 24, n. 71, mar. 1978.

_____. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. **EURE,** Santiago, v. 26, n. 78, set. 2000.

FERREIRA, M. S. Rede de cidades em Minas Gerais a partir da realocação da indústria paulista. **Nova Economia,** Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, UFMG/FACE/DCE, Edição Especial, 1996.

FIEMG. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.fiemg.com.br>. Acesso em: mar. 2005.

FINQUELIEVICH, S. Cidades no espaço das redes: novas centralidades e periferias urbanas na sociedade informacional. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 23-44, 2001.

FJP. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Anuário estatístico de Minas Gerais**, **2000 - 2001**. Volume 9. Belo Horizonte, 2002.

_____. **Estrutura espacial do estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: 1988.

_____. **Informativo CEI**. Belo Horizonte, dez. 2006. Disponível em <http://www.fjp.gov.br/produtos/cei/infocei-pibmun-1999-2004.pdf>. Acesso em fev. 2007.

_____. Minas Gerais e suas Regiões de Planejamento: crescimento populacional e distribuição espacial**. Informativo CEI - Demografia**. Belo Horizonte, dez. 2002. Disponível em: <http:\\www.fjp.gov.br>. Acesso em: maio 2005.

_____. Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. (**Relatório Síntese**). Belo Horizonte: FJP, 1975.

_____. Produto Interno Bruto de Minas Gerais, Municípios e Regiões - 2000. **Informativo CEI**. Belo Horizonte, abr. 2003. Disponível: <http:\\www.fjp.gov.br>. Acesso em: maio 2005.

_____. **Regiões administrativas**. Belo Horizonte: FJP, 1996.

_____. **Regiões de planejamento**. 3. ed. Belo Horizonte: [s.n], 1992.

FRANÇA, I. S. de. **A cidade média e sua centralidade**: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FREITAS, M. de P.; MIRANDA, M.; MARQUEZ, L. N.; MELO, N. A.; SOARES, B. R. Pequenas cidades do cerrado mineiro: reflexões sobre suas diversidades e particularidades socioespaciais. In: SOARES, B. R.; OLIVEIRA, H. C. M. de;

MARRA, T. B. (Org.). **Ensaios geográficos**. Uberlândia: UFU/PET- Geografia, 2005. p. 45-71.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa do fim da fome** - metas sociais contra a miséria nos municípios mineiros. Belo Horizonte: CPS/FGV, 2001.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GAGGIOTTI, H. Globalización, identidad y discurso sobre la innovación urbana en las ciudades intermedias argentinas. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 72, ago. 2000.

GARCÍA, J. C. O. Ciudades intermédias como suporte de competitividad (el caso de la región Piura, Perú). **Revista Geográfica**, Santiago do Chile, n. 129, p. 35- 49, enero/jun. 2001.

GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1963.

_____. Redes, o local e o global. In: CASTRO, I. E. et al. **Redescobrindo o Brasil:** 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.381-389.

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. La notion de réseau urbain telle quélle a étè définie en Europe peut-elle être transférée en Amérique Latine. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA 1966, Buenos Aires: jun. 1988. Publicado pelo Instituto Pan-americano de Geografia e História, Rio de Janeiro.

GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do Nordeste Meridional (Norte de Minas Gerais).** Belo Horizonte: UFMG, 1975.

GIOLO, J. A respeito do crédito educativo brasileiro. **Educação Brasileira,** Rio de Janeiro, n. 48 e 49, p. 79-96, jan/dez. 2002.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. G. Divisão regional do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, USP, São Paulo, n. 1, p. 21-47, 1982.

GOMES, E. Exclusão digital: um problema tecnológico ou social? **Trabalho e sciedade,** Rio de Janeiro, n. especial, dez. 2002.

GOMES, E. T. A. Agendando velhos reencontros; relações entre os humanos e a natureza nos espaços socialmente produzidos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

GOMES, E. T. A.; BARBOZA, M. S. A organização espacial através das redes em uma cidade média do Nordeste do Brasil: Guaranhuns. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 146, ago. 2003.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

_____. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 304 p.

GOMES, R. de C. da C.; SILVA, A. B. da; SILVA, V. P. da. Buscando compreender as pequenas cidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: 18 a 21 out. 2005, CD-ROM.

GONÇALVES, C. W. P. As Minas e os Gerais – breve ensaio sobre a geografia do Norte de Minas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro et al (Org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas**. Montes Claros: Gráfica SEGRAC, 1997.

_____. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Org.). **Cerrado e Desenvolvimento:** tradição e Atualidade. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa REDE CERRADO, 2000. p.19-45.

GONÇALVES, F. E.; COSTA, A. A. da. Para entender as cidades pequenas: contribuições para o debate. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2003, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003. Disponível em: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG2004/Eixo1/E1_163.htm>. Acesso em: jun. 2006.

GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano:** impasses, dilemas e perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 358p.

GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões:** o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Perfil sócio-econômico da macrorregião de planejamento Norte de Minas**. Volume IV. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, 1994a. 106p.

_____. **Anuário estatístico de Minas Gerais 1983-84**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral/Superintendência de Estatística e Informações, 1985. 647p.

_____. Anuário estatístico de Minas Gerais 1993-94. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral/Superintendência de Estatística e Informações, 1995. 647p.

_____. **Área mineira do polígono das secas** – situação e problemas. Tomo I e II. Ago. 1967.

_____. **Conselho estadual de desenvolvimento.** Regiões para fins de programação – Convênio CED/BDMG/ILPES. Belo Horizonte, 1973.

GRAL/CREDAL. **Villes intermédiaires, vitalité économique et acteurs sociaux.** Problemes d'Amerique Latine. Paris, n. 14, sep. 1994, p.127-139.

GRIGG, D. Regiões, modelos e classes. In: HAGGETT, P.; CHORLEY, R. J. **Modelos integrados em Geografia**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1974.

GUIMARÃES, R. B. Saúde e geografia política das representações sociais. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais:** a construção de uma temática. Presidente Prudente: UNESP, 2005a. p. 147-162.

_____. Saúde urbana: velho tema, novas questões. **Terra Livre,** São Paulo, n. 17, p. 155-170, 2. semestre 2001.

GUIMARÃES, R. B. Regiões de saúde e escalas geográficas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 4, p.1017-1025, ago. 2005b.

HAESBAERT, R. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. **Brasil século XXI:** por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 173-193.

_____. O mito da desterritorialização e as "regiões-rede". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., 1994, Curitiba. **Anais...** Curitiba: AGB, 17 a 22 jul. 1994.

_____. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais:** a construção de uma temática. Presidente Prudente: Unesp, 2005. p. 9-33.

_____. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**, Niterói, n. 1, UFF/EGE, p. 15-40, jun. 1999.

_____. Regiões transfronteiriças e redes "brasileiras" no Mercosul. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8., 2001, Santiago. **Anais...** Santiago/Chile: 4 a 10 mar. 2001. p. 277-285.

HALL, P. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980, 291p.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio:** geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

HERNANDEZ, J. I. S. La región y el enfoque regional en geografia econômica. **Boletim de la A.G.E**., Madrid, n 32, p. 95-111, 2001.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IBAM. INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Disponível em: <www.ibam.org.br>. Acesso em: dez. 2004.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos demográficos**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1940-1991.

_____. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 2004.

_____. **Censo demográfico 1991**. Disponível em: <http:\\www.ibge.gov.br>. Acesso em: jun. 2004.

_____. **Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1980 e 1991**. Vários volumes. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: set. 2004.

_____. **Cidades@**.ibge.br [on line]. Belo Horizonte: FIBGE, [2000]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em: 2004, 2005, 2006.

_____. **Contagem populacional**, 1996. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 2004.

_____. **Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas – 1968**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970**.**

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.** Volume 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros,** 1956. 1 CD-ROM.

_____. **Geografia do Brasil.** Grande região Leste. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

_____. **Geografia do Brasil.** Região Sudeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

_____. **Perfil dos municípios brasileiros gestão 2001**. Disponível em <http://wwwibge.gov.br>. Acesso em nov. 2006.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001**. Rio de Janeiro, 2002. CD.

_____. **Rede de influência de cidades.** Brasília: IBGE, 1993.

_____. **Redes urbanas regionais.** Volume 5. Brasília, Sudeste, 2001.

_____. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: FIBGE, [2000]. s/p.

_____. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1987. 183p.

_____. **Regiões de influência das cidades:** revisão atualizada do estudo da divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 183 p.

_____. **Resolução PR n. 11, de 05 de junho de 1990.** Institui a divisão do Brasil em mesorregiões e em microrregiões geográficas. Disponível em <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: jul. de 2004.

IEF. INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br>. Acesso em: mar. 2005.

IMA. INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. Disponível em: <http://www.ima.mg.gov.br/>. Acesso em: mar. 2005.

INDI. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS. **Montes Claros**. Disponível em: <http://indi.mg.gov.br>. Acesso em ago. 2005.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas de desenvolvimento humano**. Brasília: IPEA, 2002.

_____. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** redes urbanas regionais: Sudeste. Brasília: IPEA/IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, SEADE, v. 5, 2001, 186 p.

IPEA/IBGE/NESUR. **Pesquisas:** características e tendências da rede urbana do Brasil. Campinas: UNICAMP/IE, v. 1-2, 1999.

JESUS, P. M. de; ROMA, C. M.; ZANDONADI, J.C. A segregação socioespacial e suas expressões em cidades médias e pequenas: algumas considerações. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 26, p. 129-143, dez. 2004.

JIMÉNEZ, Maria Luisa Gómez. Ciudades en red y redes de ciudades: a vueltas con la ordenación del territorio en la ciudad digital**. Scripta Nova**, Barcelona, n. 30, ago. 2004. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-30.htm>. Acesso em: mar. 2005.

JORDÁN, R. **Las ciudades intermédias:** políticas y lineamientos para la acción**.** Santiago de Chile: CEPAL, 1997.

JORDÁN, R.; SIMIONI, D. (Org.). **Ciudades intermédias de America Latina y el Caribe:** propuestas para la gestión urbana. Santiago de Chile: CEPAL, 1998.

JORNAL "O DIA *ON LINE"*. Disponível em: <http://odia.terra.com.br/br>. Acesso em 06 jun. 2007.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, reportagem de capa, 18 abr. 2006.

JORNAL GAZETA NORTE-MINEIRA, Montes Claros, vários de 2005/2006.

JORNAL HOJE EM DIA. Belo Horizonte, p. 9, mar. 2004.

JORNAL O NORTE. Montes Claros, p. 5, 26 jan. 2007.

JORNAL O TEMPO. Belo Horizonte, p. 4, 22 mar. 2005.

KAYSER, B.; GEORGE, P. A região como objeto de estudo da Geografia. In: GEORGE, P. et al*.* **A geografia ativa**. 3. ed. São Paulo: Dif. Européia do Livro, p. 279-321.

KLINK, J. J. **A cidade-região:** regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista*.* Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KOGA, D. **Medidas de cidades** – entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KURZ, R. **O que é a terciarização?** Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz147.htm>. Acesso em abr. 2005.

LABORDE, Pierre. **Les espaces urbains dans le monde**. Paris: Nathan Université, 1994. 240 p.

LABORIE, J. P.; RENARD, Jean. (Org.). **Bougs et petit villes**. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 1995.

LAFIS. **Relatório sobre internet na América Latina**. São Paulo: LAFIS, 1999.

LAVINAS, L. et al. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR/HUCITEC, 1993.

LAVINAS, L. (Org.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

LEDO, A. P. **La red rubana**. Madrid: Editorial Sintesis, 1990.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. 145p.

_____. **A revolução urbana***.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178p.

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. Expansão urbana e os espaços de pobreza na cidade de Montes Claros. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. 1 CD-ROM.

LEITE, R. de F. C. **Norte de Minas e Montes Claros**: o significado do ensino superior na (re)configuração da rede urbana regional. Uberlândia. 191 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

LEMOS, M. O problema da regionalização, dificuldades teóricas e uma metodologia alternativa. In: LAVINAS, L; CARLEIAL, L. M. da; NABUCO, M. R. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: HUCITEC/ANPUR, 1993.

LEMOS, M. B. A **regionalização como base para o planejamento**. Texto para Discussão CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte: UFMG, mai. 2004.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva** – por uma antropologia do ciberespaço. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LIMA, O. M. B. de. Organização Urbana. IBGE. **Geografia do Brasil** – grande região leste. Rio de Janeiro: IBGE, 1965. p. 235-271

LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R. E MOREIRA, R. **Brasil século XXI:** por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 54-66.

_____. Questões ambientais e o desenvolvimento local e regional. De volta à região. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 20 a 26 mar. 2005. p. 7853-7866.

_____.Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 71-91, 1999.

_____. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. SANTOS, M. et al. **Territórios, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. **Brasil século XXI:** por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço.** São Paulo: Studio Nobel, 1987.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Repensando as cidades médias na Paraíba: um debate sobre as pequenas e médias cidades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2004, Goiânia. **Anais...** Goiânia: AGB, 2004. Disponível em: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG2004/Eixo1/e1%20321.htm>. Acesso em: fev. 2005.

_____. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995. 316p.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1959.

MACHADO, L. O. Sistemas e redes urbanas como sistemas complexos evolutivos. CARLOS, Ana F. A.; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Org.). **Novas abordagens sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Contexto, 2003.

MACIEL, A. G. et al. Perfil da mortalidade na região norte do estado de Minas Gerais no ano de 1997. **Unimontes Científica**, Montes Claros, n.1, p. 13-34, jan/jun. 2005.

MAIA, D. S. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para o estudo sobre as cidades pequenas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: 18 a 21 out. 2005. CD-ROM.

MARICATO, E. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, E. T. M.; ARANTES, O.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.192.

MARKUSEN, A. Região e regionalismo. Um enfoque marxista. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 2, p. 63-100, 1981.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, n. 19, jul/dez. 2002.

_____. Que rural é esse? Uma reflexão sobre o significado do rural na sociedade capitalista. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa**. Anais...** João Pessoa: 2002. 1 CD-ROM.

MARTINE, George. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, n. 329, 1994.

MARTINS, P. H. N. Estado, espaço e região: novos elementos teóricos. **Geonordeste**, Sergipe, n. 2, ago. 1985.

_____. O Nordeste e a questão regional. In: SILVA, M. A. (Coord). **República em migalhas história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

MATOS, R. (Org.). **Espacialidades em rede:** população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MEDEIROS, M. C. Transformações recentes na análise regional em Geografia. **Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 9, 2002.

MELO, N. A de; MONTES, S. R.; SOARES B. R. Rede urbana brasileira: diversidade, dinamicidade e complexidade. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET GEOGRAFIA, I., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 12 a 15 set. 2006. CD-ROM.

MENDONÇA, Expedicto. **O Estado de São Francisco**: solução para as crises que afligem a região. 1972. Tese (Doutorado em economia) – Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 1972.

MINAS GERAIS. **Conselho Estadual do Desenvolvimento**. Regiões para fins de programação, Convênio CDE/BDMG/ILPES. Belo Horizonte: 1973. 163 p.

_____. **Decreto n. 43.238 de 27 de março de 2003**. Define a jurisdição das Superintendências Regionais de Ensino e dá outras providências. Disponível em <http://www.educacao.mg.gov.br>. Acesso em mar. 2005.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 43.241 de 27 de março de 2003.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://200.198.43.6:8180/saude/Downloads/gabinete/DECRETO_43241_2003.pdf>. Acesso em: mar. 2005.

_____. **Decreto-Lei 43.321 de 8 de junho de 2003**. Institucionaliza os circuitos turísticos no estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/minasgerais2.html>. Acesso em: mar. 2005.

_____. Lei n. 336 de 27 de dezembro de 1948. Estabelece a divisão administrativa e judiciária do Estado, a vigorar de 1º de janeiro de 1948 a 31 de dezembro de 1953, e dá outras providências. (on line). Disponível em: <http://www.almg.gov.br/njmg/mg.asp>. Acesso em: 30 maio. 2002.

_____. Lei n. 1039 de 12 de dezembro de 1953. Estabelece a divisão administrativa e judiciária do Estado, a vigorar de 1º de janeiro de 1954 a 31 dezembro de 1958, e dá outras providências. (on line). Disponível em: <http://www.almg.gov.br /njmg/mg.asp>. Acesso em: 30 maio. 2004.

_____. Lei n. 2764 de 30 dezembro de 1962. Contém a divisão administrativa do Estado de Minas Gerais. (on line). Disponível em: <http://www.almg.gov.br /njmg/mg.asp>. Acesso em: 30 maio. 2004.

_____. **Lei n. 10.704 de 21 de dezembro de 1992**. Cria Municípios e dá outras providências. (on line). Disponível em: <http://www.almg.gov.br /njmg/mg.asp>. Acesso em: 30 maio. 2004.

_____. Lei n. 10.843 de 28 de abril de 1992. Cria municípios e dá outras providências publicação - Minas Gerais. **Diário do Executivo**, p. 4, col. 1, 28 abr. 1992.

_____. Lei n. 12.030 de 21 de dezembro de 1995. Cria municípios e dá outras providências publicação - Minas Gerais. **Diário do Legislativo**, p. 15, col. 1, 23 dez. 1999.

_____. Lei n. 12.218 de 27/06/1996. Dispõe sobre as competências das unidades das regiões administrativas e dá outras providências Minas Gerais. **Diário do Executivo**, 28 jun. 1996, p. 1, col. 1.

Minas Gerais. **Diário Oficial**. Belo Horizonte, 23 de setembro de 1993.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais. **Análise econômico-financeira**. Receita do Estado. Disponível em: <http:\\www.sef.mg.gov.br>. Acesso em: mar. 2005.

_____. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. **Área Mineira da SUDENE.** 1º Encontro de Planejamento Regional – Pré-diagnóstico, ago. 1975.

_____. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. **Área Mineira da SUDENE.** Resultados do 1º Encontro de Planejamento Regional. Montes Claros. ago. 1975.

_____. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. **Divisões territoriais adotadas pela administração pública do estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2001.

_____. SES - Secretaria de Estado da Saúde. **PDR - Plano diretor de regionalização de Minas Gerais**. 2003. Disponível em <http://www.saude.mg.gov.br/politicas_de_saude>. Acesso em jan. 2005.

MORAIS, I. R. D. **Seridó norte-rio-grandense**: uma geografia da resistência. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

MOREIRA, A. C. M. L. Conteúdo e tipologia dos planos diretores. In: CEPAM. **O município no século XXI:** cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999. p. 249-235.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). **Ciência Geográfica***,* Bauru, n. 6, 1995.

MOTTA, D. M. da. **Instrumentos de gestão do uso do solo no Brasil**. Curso de Gestão Urbana e Municipal. Belo Horizonte: ESAF, 2000.

MOTTA, D. M. da; MUELLE, C. C.; TORRES, M. de O. A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro. IPEA, Rio de Janeiro, 1997. **Texto para Discussão**, n. 530. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: maio 2005.

MOURA, R. Rede urbana e resstruturação nacional – um percurso por entre representações. **Simpósio Nacional de Geografia Urbana** (SIMPURB). Recife, novembro de 2003.

_____. O urbano e as redes. **Boletim de Geografia**, Maringá, n. 1, p. 25-34, 1997.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 100, p. 27-57, jan/jun. 2001.

MULLER, G. Região uma unidade escalar da globalização. **OLAM – Ciência e tecnologia,** Rio Claro, n.1, ago. 2001.

MUMFORD, L. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NICOLAS, D. H. Espacio-temporalidad y las regiones. **Ciudades**, México, Puebla, RNIU, n. 34 , abr/jun. 1987.

OCDE. **Understanding the digital divide**. Paris: OCDE Publications, 2001.

OLANDA E. R.; SOARES B. R. Sanclerlândia-GO , das indefinições de pequenas cidades à singularidade da cidade local. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 6., 2005, Fortaleza. **Anais...**,Fortaleza: 2005. CD-ROM.

OLIVEIRA, B. S.; SOARES, B. R. O papel das cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG no contexto regional. **Revista Horizonte Científico,** Uberlândia, v. 1, p. 1-27, 2002. Disponível em: <http://www.propp.ufu.br/horizontecientífico>. Acesso em: jul. 2004.

OLIVEIRA, E. A. F de. **Nova cidade, velha política:** poder local e desenvolvimento na área mineira do Nordeste. Maceió: EDUFAL, 2000.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste e conflito de classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, M. F. M. de. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, M. F. M. de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio M. de; RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 13-103.

ORTEGA, L. **Vínculos rurales com ciudades intermédias síntesis de estúdios de caso**. Santiago: CEPAL, 1998. 51 p.

PAULA, J. A. de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PAVIANI, A. Desenvolvimento regional/urbano: abordagem a pensar. SILVA, J. B.; COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **A cidade e o urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997.

_____. (Org.). **A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional.** Brasília: Edunb, 1992.

PEREIRA, A. M. Montes Claros e sua região: Novas espacialidades, velhos problemas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. CD-ROM.

_____. A propósito das cidades médias: considerações sobre Montes Claros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS, 1., 2005, Presidente Prudente. **Anais**...Presidente Prudente: UNESP, 2005. CD-ROM.

PEREIRA, A. M.; ALMEIDA, M. I. (Org.). **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2004. 130 p.

PEREIRA, A.M.; LEITE, M. E. O rural no contexto de vida urbano: o caso de Montes Claros. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 17, 2004, Gramado, **Anais...,** Gramado, 2004.

PEREIRA, A. M.; SOARES, B. R. Tendências e problemas da urbanização de cidades médias: o caso de Montes Claros. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA - Perspectivas para o cerrado no Século XXI, I., 2003, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: IG/UFU, 2003. 1 CD-ROM.

PEREIRA, A. M.; SOARES, B. R. Montes Claros e sua região: Novas espacialidades, velhos problemas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...**São Paulo: USP, 2005a. 1 CD-ROM.

PEREIRA, A. M., SOARES, B. R. Urbanização e pobreza na região norte mineira: considerações preliminares. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005b. 1 CD-ROM.

PEREIRA, F. M.; LEMOS, M. B. Cidades médias: uma visão nacional e regional. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 11., 2004, Diamantina. **Anais...** Diamantina: 24 a 27 ago. 2004. Disponível em <http:\\.www.cedeplar.ufmg.br>. Acesso em: fev. 2005.

_____. Cidades médias brasileiras: características e dinâmica urbano-industriais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, n.1, abr. 2003.

PEREIRA, J. C. **Importância e significado das cidades médias na Amazônia**: uma abordagem a partir de Santarém (PA). 2004. 114f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

PEREIRA, L. A. G. **Logística de transportes**: o transporte rodoviário de cargas no Norte de Minas. Monografia**.** Departamento de Geociências, Unimontes – Montes Claros, 2006, 81 p.

PEREIRA, L. M. **A cidade do favor:** Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Editora Unimontes, 2002.

PEREIRA, S. R. **Subcentros e condições de vida no Jardim Bongiovani e conjunto habitacional Ana Jacinta - Presidente Prudente - SP.** 2001. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente/SP, 2001.

PERROUX, F. O Conceito de pólos de crescimento. In. SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1997. p.146.

PIMENTEL NETO, J. G. et al. Cidades médias: uma reflexão conceitual na perspectiva da dinâmica regional na rede urbana brasileira. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS, 2., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 6 a 9 nov. de 2006. CD-ROM.

PINTO, G. J. Município, descentralização e democratização do governo. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, n. 6, jun. 2002.

PLANO DIRETOR DA CIDADE DE MONTES CLAROS. Montes Claros: 1991.

PMMG. POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.policiamilitar.mg.gov.br/_pmmg.htm>. Acesso em: mar. 2005.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2006**. Disponível em <www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em abr. 2007.

POCHMANN, M. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil 2:** dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil 3:** os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo, 2003.

POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional**. Cartago: LUR/BUAP/GIM, 1998.

POMPILIO, M. J. Hierarquia urbana e áreas espaciais de influência do estado de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, n. 3, p. 7-43, 1987.

PONTES, B. M. S. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). **Boletim de Geografia**, Natal, n.18, p.1-27, 2000.

PRODEMGE. CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Cidades** – informações gerais: município de Montes Claros. (Projeto Cidades). Disponível em: <http://www.cidades.mg.gov.br/> Acesso em: 2005.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE TRABAJO DE LA UIA 1999. CIMES. Lleida (España), jul. 1998. **Documento inicial del programa CIMES**. Disponível em: <http://www.paeria.es/cimes>. Acesso em: dez. 2004.

PUMARINO, G. Teorias y modelos de la estrutura social y espacial urbana. **Revista *Eure*,** Santiago de Chile, n. 11, jul. 1975.

QUEIROZ, B. L. **Diferenciais de salários nas microrregiões mineiras**. Belo Horizonte. 2001. 191 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

QUEIROZ, B. L.; BRAGA, T. M. **Hierarquia urbana em um contexto de desconcentração econômica e fragmentação do território:** questionamentos a partir do caso da rede de cidades mineiras. CEDEPLAR – UFMG. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br>. Acesso em: maio 2004.

_____; _____. Hierarquia urbana em um contexto de desconcentração econômica e fragmentação do território: questionamentos a partir do caso da rede de cidades mineira. Porto Alegre. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 8., **Anais...** Porto Alegre, 1999, p. 1-22. Disponível em <www.cedeplar.ufmg.br>. Acesso em: set. 2004.

REDWOOD, J. Reversion de polarizacion, ciudades secundarias y eficiencia en el desarollo nacional: una vision teorica aplicada al Brasil contemporaneo. **Revista Latinoamericana de Estudos Urbanos Regionales***,* Santiago, n. 32, dez. 1984.

REIS, G. A. dos. Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da região mineira do Nordeste. In:SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org.). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas** – considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicações e Marketing, 1997. p. 37-76.

RÉMY, J. e VOYÉ, L. **A cidade:** rumo a uma nova definição? 3. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1994. 167 p.

REZENDE, D. D.; FREY, K. Administração estratégica e governança eletrônica na gestão urbana. **EGESTA**, Santos, n. 1, p. 51-59, abr/jun. 2005.

REZENDE, L. P. F.; CUNHA, M. S. As causas das desigualdades no rendimento médio mensal dos chefes de domicílios do estado de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Anais...** Diamantina: 18 a 22 jun. 2002. Disponível em: <http://.www.cedeplar.ufmg.br>. Acesso em: mar. 2004.

REZENDE, V. **Planejamento urbano e ideologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In**:** LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. **Brasil século XXI:** por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 194-212.

RIBEIRO, J. C.; GONÇALVES, M. A. Região: uma busca conceitual pelo viés da contextualização histórico-espacial da sociedade. **Terra Livre***,* São Paulo, n. 17, 2. p. 79-98, semestre 2001.

RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **O futuro das metrópoles:** desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000.

RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do sertão:** o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas** – ensinando sobre o urbano e a região*.* São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Regionalização e rede urbana. **RA'E GA**, Curitiba, n. 7, p. 115-121, 2003.

RODRIGUES, L. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba** - uma interpretação: 1970-1996*.* 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta**. Lisboa: GG, 1995.

ROJAS, E.; DAUGHTERS R. (Ed.). **La ciudad em el siglo XXI:** experiencias exitosas e gestión del desarrollo urbano em América Latina. Barcelona: BID, 1998.

_____; _____. (Ed.). **Gobernar las metrópolis**. Washington: BID, 2003.

ROLNIK, R. **Estatuto da cidade** – instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. São Paulo: Polis, 2001. Disponível em: <http://www.polis.org.br>. Acesso em: 08 nov. 2003.

_____. Planejamento e gestão: um diálogo de surdos? In: **Estatuto da Cidade**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM, 2001. Disponível em <http://www.cepam.sp.gov.br/v9/estatuto/index.asp#>. Acesso em: 8 nov. 2003.

ROLNIK, R. Planejamento urbano nos anos 90. Novas perspectivas para velhos temas: o futuro das cidades brasileiras na crise. In: SANTOS, M. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994.

ROSA, J. G. **Grande sertão:** Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

RYKWERT, J. **A sedução do lugar:** a história e o futuro da cidade. Tradução Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza**. Tradução Heloísa Brambatti. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SALGUEIRO, T. B. Espacialidades e Temporalidades nas áreas urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos; LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.). **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

SANFELIU, C. B. Ciudades intermedias: urbanización y globalización. Conferencia realizada en el marco del seminario Red de ciudades intermedias para el valle del Cauca. Cali (Colombia), 12 oct. 2000. **Documento 8**. Disponível em: <http://www.paeria.es/cimes>. Acesso em: dez. 2004.

SANFELIU, C. B.; TORNÉ, J. M. L. Ciudades intermédias y urbanización mundial: presentación del programa de trabajo de la UIA. Lleida (España), 2000. **Documento 4**. Disponível em: <http://www.paeria.es/cimes>. Acesso em: dez. 2004.

_____; _____. Miradas a otros espacios urbanos: ciudades intermédias. **Geo Crítica**/**Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales, España, Universidad de Barcelona, v. VIII, n. 165, 15 mayo. 2004. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-165.htm>. Acesso em: dez. 2004.

SANTOS, D. P. dos. **Shopping popular na cidade de Montes Claros-MG**: uma análise de sua complexidade sob a ótica da teoria dos dois circuitos da economia urbana. Montes Claros. 117f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2007.

SANTOS, G. R. et al (Org.). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas**. Montes Claros: Gráfica SEGRAC, 1997.

SANTOS, M. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Economia espacial:** críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979a.

_____. **Ensaios sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982a.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979b. 345p.

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, Marco Zero/AGB, n. 5, p.9-20, 1988a. (O espaço em questão).

_____. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1985a. 88p.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979c.

_____. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. **Geosul**, Florianópolis, UFSC, n. 5, p. 85-100, 1988b.

_____. O futuro do Nordeste: da racionalidade à contrafinalidade. In: GAUDÊNCIO, Francisco de Sales; FORMIGA, Marcos (Org.). **Era da esperança*:*** teoria e política no pensamento de Celso Furtado. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico-científico. In: PAVIANI, A. et al (Coord.). A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional. **Cadernos do CEAM/NEUR**, Brasília, EDUNB, p. 9-22, 1993a.

_____. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 25, p. 58-62, 1988c.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994a. 124p.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada:** o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990. 117p.

_____. **Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil**. Trabalho apresentado no International Symposium on Latin American Urbanization, Tsukuba, 23-27 out. 1989.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, Rio de Janeiro, Garamond, n. 6, p. 5-20, jan/jun. 1999.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo/razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308p.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982b.

_____. O período técnico-científico e os estudos geográficos. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, EDUSP, n. 4, p.15-20, 1985b.

_____. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1979d.

_____. **Por uma economia política da cidade:** o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994b. 145p.

_____. **Por uma Geografia nova.** São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978a.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000. 174p.

_____. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, São Paulo: Marco Zero/AGB, n. 9, p. 7-17, jul/dez. 1991. (Geografia, território e tecnologia).

_____. Sociedade e espaco: a formacão social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, p. 81- 99, 1977.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994c. 190p.

_____. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 2, out/dec. 2002.

_____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978b.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993b. 147p.

_____. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 13, p. 12-29, 1984.

_____. **A urbanização desigual**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471p.

SANTOS, T. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável:** as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. Petrópolis: Vozes, 1994. 144p.

SANTOS, W. **As cidades locais no período técnico-científico-informacional**. O exemplo da região de Campinas/SP. 1989. 192f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

SCAVAZZA, J. **Diferenças socioeconômicas das regiões de Minas Gerais.** set 2003. Disponível em: <http:\\.www.almg.gov.br>. Acesso em: jan. 2004.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: mar. 2005.

_____. **Caracterização do comércio**. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/br>. Acesso em dez. 2006.

SEE. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <www.educacao.mg.gov.br>. Acesso em: mar. 2005.

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade reexaminada.** Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SES. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br>. Acesso em: mar. 2005.

_____. **Plano Diretor Regionalização/PDR do Estado de Minas Gerais/2003-2006**. Aprovado em Reunião CIB-SUS-MG, em 16 out. 2003.

_____. **Regionalização.** Disponível em <http://www.saude.mg.gov.br:8180/saude/viewController.jsp/page=3>. Acesso em fev. 2004.

SHIKIDA, C.D. A Economia Política da Emancipação de Municípios em Minas Gerais. In: **Finanças Públicas.** III Prêmio de Monografia Tesouro Nacional. Brasília: 1999.

SILVA, A. C. Uma técnica de pesquisa no estudo de pequenas cidades. In: SILVA, A. C.. **O espaço fora do lugar.** São Paulo: Hucitec,1978. p. 100-103.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1998.

SILVA, J. B. da. Pelo retorno da região: desenvolvimento e movimentos sociais no Nordeste contemporâneo. CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Org.). **Redescobrindo o Brasil 500 anos depois.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, 1999. p. 101-113.

SILVA, J. B. S.; COSTA, M C. L.; DANTAS, E. W da. (Org.). **A cidade e o urbano:** temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997.

SILVEIRA, M. L. Globalização, trabalho e cidades médias. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 11-17, 1. semestre 2002.

_____. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M, A de. **Território brasileiro:** usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SILVEIRA, R. L. L da. O conceito de região e a Geografia. **Redes,** Santa Cruz do Sul, n. 2, p. 9-22, maio/ago. 2003.

SILVEIRA, R. M. G. **O regionalismo nordestino** – existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna,1984.

SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). **República em migalhas história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVEIRA, S. A. da. **Exclusão digital:** a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SIMÃO, R. C. S. **Distribuição de renda e pobreza no estado de Minas Gerais**. 2004. Dissertação (Mestrado). Escola de Agricultura Luís Queiroz da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 129p.

SINGER. P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOARES, B. R. Cidades médias: uma revisão bibliográfica. In: ALVES, A. F.; FLÁVIO, L.C.; SANTOS, R. A. (Org.). **Espaço e território:** interpretações e perspectivas do desenvolvimento. Francisco Beltrão: UNIOESTE, p. 273-285, 2005.

_____. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Formação**, Presidente Prudente, Editora da UNESP, n. 6, p. 55-64, 1999.

_____. Urbanização no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro. In: SILVA, J. B.; COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. **A cidade e o urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 105-122.

SOARES, B. R. **Uberlândia**: da “Cidade Jardim” ao “Portal do Cerrado” - imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. 290f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.

_____. Uberlândia: anotações sobre seu crescimento urbano. **Cadernos de História,** Uberlândia, EDUFU, n. 4, p.49-62, jan.1993.

SOARES, B. R. et al. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. **Boletim Goiano de Geografia***,* Goiânia, n. 2, p.11-34,1999.

SOARES, B. R.; BESSA, K. C. F. O. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, Editora da UFG, n. 2, p. 11-36, jan/dez. 1999.

SOARES B. R.; MELO, N. A de. Cidades médias: reflexões sobre o programa UIA-CIMES e apontamentos de perspectivas para o estudo no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS: DINÂMICA ECONÔMICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, 2005, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: 06 a 09 jun. 2005a. CD-ROM.

_____*;* _____. Fragmentação territorial e formação de pequenas cidades no sudeste goiano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 6., Fortaleza, 2005. **Anais...** Fortaleza: 2005b. CD-ROM.

_____; _____. Revisando o tema da pequena cidade: uma busca de caminhos metodológicos*.* In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., Manaus, 2005. **Anais...** Manaus: 18 a 21 out. 2005c. CD-ROM.

_____; _____. **Revisando o tema da pequena cidade:** uma busca de caminhos metodológicos. Uberlândia, 2006. mimeo

SOARES, B. R.; BESSA, K. C. F. O.; MOURA, G. G. **A importância econômica das cidades médias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Uberlândia: Instituto de Geografia, 2000. 120p. (Relatório final de pesquisa - FAPEMIG/UFU).

SOUZA, M. A de. A “explosão” do território: falência da região. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 85-98, abr. 1993.

SOUZA, M. A de. (Org.). **Território brasileiro:** usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SOUZA, M. L. de. **ABC desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, E. S. Dinâmica econômica, fluxos e eixos de desenvolvimento. Avaliação da construção de uma temática. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais:** a construção de uma temática. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s.n], 2001b.

_____. **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: UNESP, 2001a.

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. (Org.). **O espaço no fim do século** - a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-117.

STADEL, C. Ciudades medianas y aspectos de la sustentabilid urbana en la región andina. **Revista Geografica**, México, Instituto Panamericano Geografia e História, n. 129, p. 5-20, enero/junio. 2001.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades Médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. (Org.). **Cidades médias brasileiras***.* Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

SUDENE. **Brasil nordeste**: 10 anos com a SUDENE. São Paulo: Telepress, 1969.

_____. **Modernização regional em curso**: 30 anos de SUDENE. Recife: SUDENE, 1990.

_____. Nordeste, cidadania e desenvolvimento: Esboço de uma política regional. Sudene 35 anos. Recife: SUDENE, 1994.

SUDENE. **Uma Política de desenvolvimento para o Nordeste**. Recife: SUDENE, 1985.

_____. SUDENE vinte anos.1959-79. Recife: SUDENE, 1979.

SUZUKI, J. C. A. Aglomerados urbanos no Brasil: a expansão da rede urbana. **Revista Paraense de Geografia**, Curitiba, n. 4, 1999.

TAN, K. C. Small towns in chinese urbanization. **The Geographical Review**, Los Angeles, n. 3, p. 265-276, july. 1986.

_____. Revitalized small towns in China. **The Geographical Review**, Los Angeles, v. 76, n. 2, p. 138-148, april. 1986.

TAVARES, H. M. Inovações tecnológicas e suas implicações territoriais. In: PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. **Brasil, território da desigualdade:** descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Fundação Universitária José Bonifácio, 1991. p. 85-95.

TELEMAR. **Lista Telefônica de Montes Claros e Norte de Minas – 2005**. Páginas amarelas. Belo Horizonte: GUIATEL, 2005.

TELEMIG. **Lista telefônica de Montes Claros – 1982.** Páginas amarelas. Belo Horizonte: GUIATEL, 1982.

THÉRY, Hervé. O transporte aéreo no Brasil: asas da centralidade. **Revista Mercator**, Fortaleza, n. 3, p. 19-29, 2003.

THÉRY, Hervé; MELLO, N. A. de. **Atlas do Brasil** - disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: EDUSP, 2005.

THRIFT, N. Visando o âmago da região. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Org.). **Geografia Humana:** sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 215-247.

TOMIO, F. R. de L. A criação de municípios após a constituição de 1988**. Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 48, fev. 2002.

TORNÉ, J. M. L. **Megalópolis, metrópolis y ciudades intermedias del mundo**. Programa UIACIMES. Lleida (España), 20[...]. Documento 5. Disponível em: <http://www.paeria.es/cimes>. Acesso em: dez. 2004.

TORNÉ, J. M. L.; SANFELIU, C. B. **Ciudades intermédias y urbanización mundial:** presentación del programa de trabajo de la Unión Internacional de Arquitetos (UIA). Lleida (España), 2002. Documento 4. Disponível em: <http://www.paeria.es/cimes>. Acesso em: dez. 2004.

_____; _____. **Programa de trabajo de la UIA**, [s.d.] p. 1-14. Disponível em: <http://www.paeria.es/cimes>. Acesso em: dez. 2004.

_____; _____. **Programa de trabajo de la UIA, 1999**: ciudades intermédias y urbanización mundial. Documento inicial del programa de trabajo CIMES. Lleida (España), 1998. Documento 1. Disponível em: <http://www.paeria.es/cimes>. Acesso em: dez. 2004.

UNGLERT, C. V.de S. Territorialização em sistemas de saúde. In: MENDES, E. **Distrito sanitário:** o processo social de mudanças das práticas sanitárias do SUS. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1999.

UNIMONTES. **Relatório de gestão**, 2003 - 2005. Montes Claros: Unimontes, 2006.

URBANISMO COAM. **Revista do Colégio de Arquitetura Madrid**, Madrid, n. 6, 1989. Presente y futuro de las ciudades medias.

VARGAS, J. R. Uma aproximación teórica e práctica al concepto de región. **Geocalli**, Guadalajara, Cuadernos de Geografia, n. 4, p. 15-36, set. 2001.

VAZ, J. C. **Legislação de uso e ocupação do solo**. Dicas – Polis – Ildesfes – Idéias para a Ação Municipal – DU Nº 77. São Paulo: Polis, 1996. Disponível em: <http://www.polis.org.br>. Acesso em: 08 nov. 2003.

VÁZQUEZ, C. G. **Ciudad Hojadre** – visiones urbanas del siglo XXI. Barcelona: Gustavo Gilli S/A, 2004.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002. 304 p.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba; SHIFFER, Sueli (Org.). **O processo de urbanização no Brasi**l. São Paulo: Edusp, 1999. p. 169-243.

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 373p.

WANDERLEY, M. de N. **Urbanização e ruralidade:** relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife, 2001 <Disponível em: <http://www.ipese.com.br/manabawa.itf>. Acesso em: dez. 2004.

WHITACKER, M. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias. Porto Alegre. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. 9. **Anais…** Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 28 jun. 2007. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/9porto/arthur.htm>. Acesso em jul. de 2007.

WIRTH. **O fiel da balança:** Minas Gerais na federação brasileira – 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Sites consultados

<www.almg.gov.br/>. Acesso em ago. 2004.

<www.cdi.org.br>. Acesso em jan. 2006.

<www.copasa.com.br/>. Acesso em mar. 2005.

<www.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em mar. 2005.

<www.datasus.gov.br/>. Acesso em mar. 2005.

<www.der.mg.gov.br>. Acesso em mar. 2005.

<www.descubraminas.com>. Acesso em mar. 2005.

<www.detrannet.prodemge.gov.br>. Acesso em mar. 2005.

<www.emater.mg.gov.br/>. Acesso em mar. 2005.

<www.fapemig.br>. Acesso em maio 2005.

<www.fazenda.mg.gov.br/>. Acesso em mar. 2005.

<www.fiemg.com.br/>. Acesso em set. 2004.

<www.geominas.mg.gov.br>. Acesso em ago. 2004.

<www.ief.mg.gov.br>. Acesso em mar. 2005.

<www.ima.mg.gov.br>. Acesso em mar. 2005.

<www.indi.mg.gov.br>. Acesso em ago. 2005.

<www.infraero.gov.br>. Acesso em out. 2006.

<www.ipem.mg.gov.br>. Acesso em mar. 2005.

<www.jucemg.mg.gov.br>. Acesso em mar. 2005.

<www.montesclaros.mg.gov.br>. Acesso em 2004; 2005 e 2006.

<www.pmmg.mg.gov.br/>. Acesso em mar. 2005.

<www.prodemge.gov.br/>. Acesso em ago. 2004 e abr. 2005.

<www.sebrae-mg.com.br/>. Acesso em mar. 2005.

<www.tjmg.gov.br>. Acesso em mar. 2005.

<www.unimontes.br/>. Acesso em maio 2006.

ANEXO A

Montes Claros	1982	2005
Automóveis novos/usados		
Filmes fotográficos e serviços de revelação		
Lojas de aparelhos médicos, dentários e óticas		
Lojas de eletrodomésticos em geral		
Móveis e estofados		
Produtos para a agricultura e pecuária (sacaria, arame farpado, inseticidas e ferramentas agrícolas)		
Ferragens e louças em geral		
Serviços de contabilidade		
Serviços de advocacia		
Emissoras de rádio		
Emissoras de tv		
Cirurgiões dentistas		
Laboratórios de análises clínicas		
Agências bancárias		
Serviços gráficos		
Hospital Geral público ou privado		
Serviços autorizados de eletrônicos		
Prataria, cristais, objetos de decoração		
Tratores arados mecânicos e caminhões novos		
Serviços de ortodontia		
Agências de turismo, incluindo compra e venda de passagens aéreas e terrestres		
Escritórios e agências de publicidade		
Serviços de engenharia		
Escritório de consultoria e planejamento		
Cursos de nível superior – especialização		
Cursos de pós-graduação – Mestrado/Dr		
Jornais		
Cirurgias especializadas – de olhos, cardiovasculares, neurocirurgias e transplantes		
Serviços especializados de saúde – tomografia computadorizada, medicina nuclear e hemodiálise		
Médico pediatra		
Oftalmologista		
Cardiologista		
Oncologista e/ou nefrologista		
Móveis para escritório		
Computadores, microcomputadores e periféricos		
Persianas, cortinas e tapetes		
Artigos importados – Lojas 1,99		
Instrumentos musicais		

ANEXO B
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANETE MARÍLIA PEREIRA
ROTEIRO PARA ENTREVISTAS /2006

Município
Entrevistado
Significado de Montes Claros

Relações com Montes Claros

Hospital

Centro de saúde
Posto de saúde
PSF
Ambulâncias
Laboratório de análise clinica
Consórcios
Ensino superior
Ônibus de estudantes – destino

Banco
Indústria
Telefonia Fixa móvel internet
Linhas de ônibus

Fonte de recursos
Busca recursos
Licitações
Órgãos estaduais

Principal empregador
Base econômica
Jornais
Rádios
tv
Problemas dificuldades

Programas sociais do governo
obs

ANEXO C: NORTE DE MINAS: PRESENÇA DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS - 2005

Município	COPASA 1. Escritório local 2 Distrito de Serviços 3. Superintend. de Negócios Norte 4 - outro	EMATER 1.Escritório Local 2. Unidade Regional 3. Não tem	CEMIG 1 – tem 2 – não tem	IPSEMG 1. Posto 2. Agência Regional 3. Centro Regional 4. Não tem	RECEITA 1. SIAT 2. Posto de Fiscalização 3. Adm. Fazendária 4. Procuradoria regional 5. Não tem	IEF 1. Escrito. Regional 2. Escritor. Florestal 3. Não tem	IMA 1.Delegacia Regional 2.Escritório Seccional 3. Não tem	DEFENSORIA PÚBLICA 1.Tem 2. Não tem	Polícia Civil 1.Delegacia 2.Cadeia Pública 3.Delegacia Regional de Segurança Pública 4. Não tem	DER 1. Coord. regional 2 .Não tem
Águas Vermelhas	1	1	2	4	1 e 2	3	3	2	1	2
Berizal	1	1	2	4	5	3	3	2	4	2
Bocaiúva	4	1	1	2	3	2	2	1	1	2
Bonito de Minas	1	1	2	4	5	3	3	2	4	2
Botumirim	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Brasília de Minas	1	1	2	2	1	2	2	1	1	1
Buritizeiro	4	1	2	4	1	3	3	2	1	2
Campo Azul	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Capitão Enéas	1	1	2	4	1	3	3	2	1	2
Catuti	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Chapada Gaúcha	1	3	2	4	1	2	3	2	4	2
Claro dos Poções	4	3	2	4	5	3	3	2	4	2
Cônego Marinho	4	1	2	4	5	3	3	2	4	2
Coração de Jesus	1	1	1	2	1	2	2	1	1	2
Cristália	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Curral de Dentro	4	3	2	4	5	3	3	2	4	2
Divisa Alegre	1	1	2	4	5	3	3	2	4	2
Eng. Navarro	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Espinosa	1	1	1	2	3	3	2	1	4	2
Francisco Dumont	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Francisco Sá	4	3	1	2	3	3	2	1	1	2
Fruta de Leite	4	1	2	4	5	3	3	2	4	2
Gameleiras	4	3	2	4	1	3	3	2	4	2
Glaucilândia	4	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Grão Mogol	1	1	2	4	1	2	3	1	1	2
Guaraciama	4	1	2	4	1	3	3	2	4	2

Ibiaí	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Ibiracatu	4	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Icaraí de Minas	4	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Indaiabira	4	3	2	4	5	3	3	2	4	2
Itacambira	1	1	2	4	1	3	3	2	1	2
Itacarambi	1	1	1	2	1	1	2	2	4	2
Jaíba	1	1	1	2	1	1	3	2	1	2
Janaúba	1	2	1	2	3	1	2	1	1 e 3	1
Januária	1	2	1	2	5	1	2	1	3	1
Japonvar	1	1	2	4	1	1 e 2	3	2	1	2
Jequitaí	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Josenópolis	4	1	2	4	1	3	3	2	1	2
Juramento	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Juvenília	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Lagoa dos Patos	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Lassance	4	1	2	4	1	3	3	2	1	2
Lontra	4	3	2	4	5	3	3	2	4	2
Luislândia	4	3	2	4	5	3	3	2	4	2
Mamonas	4	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Manga	1	1	2	4	3	1	2	1	1	2
Matias Cardoso	4	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Mato Verde	1	1	2	4	3	3	3	2	1	2
Mirabela	1	1	2	4	1	1	3	2	1	2
Miravânia	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Montalvânia	1	1	2	4	1	3	2	2	1	2
Monte Azul	1	1	2	1	3	2	3	1	1	2
Montes Claros	1, 2 e 3	1 e 2	1	3	2, 3, 4	1 e 2	1 e 2	1	1, 2 e 3	1
Montezuma	4	3	2	4	1	3	3	2	4	2
Ninheira	1	1	2	4	5	3	3	2	4	2
Nova Porteirinha	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Novorizonte	4	1	2	4	5	3	3	2	4	2
Olhos-d'Água	4	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Padre Carvalho	4	1	2	4	5	3	3	2	4	2
Pai Pedro	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Patis	4	1	2	4	5	3	3	2	4	2
Pedras M. da Cruz	4	1	2	4	5	3	3	2	4	2
Pintópolis	1	1	2	4	1	1	3	2	4	2

Pirapora	4	1 e 2	1	2	2 e 4	1	2	1	1	1
Ponto Chique	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Porteirinha	1	1	1	4	3	3	2	2	1	2
Riachinho	4	1	2	4	1	1	3	2	1	2
R. dos Machados	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Rio P.de Minas	1	1	2	3	1	1	3	1	1	2
Rubelita	1	1	2	4	1	3	2	2	4	2
Salinas	2 e 3	1 e 2	1	2	3	1	3	1	4	1
Santa C. Salinas	4	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Santa Fé de Minas	1	1	2	4	1	3	3	2	1	2
S. A. do Retiro	4	1	2	4	1	3	3	2	4	2
São Francisco	1 e 2	1 e 2	2	2	3	1	2	1	1	2
São J. da Lagoa	4	3	2	4	5	3	3	2	4	2
São J. da Ponte	1	1	2	4	1	3	3	1	1	2
São J. Missões	1	3	2	4	1	3	3	2	4	2
São João do Pacuí	4	3	2	4	5	3	3	2	4	2
São J. do Paraíso	1	1	2	4	1	3	3	2	1	2
São Romão	1	1	2	4	1	1	3	1	1	2
Serra. de Minas	4	1	2	4	1	3	3	2	4	2
Taiobeiras	1	1	1	2	3	1	2	1	1	2
Ubaí	1	1	2	4	1	1	3	2	4	2
Urucuia	1	1	2	4	1	1	3	2	1	2
V. G. do Rio Pardo	4	1	2	4	5	3	3	2	4	2
Várzea da Palma	1	1	1	2	3	1	2	1	1	2
Varzelândia	1	1	2	4	1	1	3	2	1	2
Verdelândia	1	1	2	4	1	3	3	2	4	2

Fonte: Minas on-line

Org. PEREIRA, Anete M. (2005)

ANEXO D

CURSOS OFERECIDOS PELA UNIMONTES

UNIDADES	CURSOS	CIDADES
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS	Enfermagem	Montes Claros
	Medicina	Montes Claros
	Odontologia	Montes Claros
	Ciências Biológicas	Montes Claros Unaí
	Educação Física	Montes Claros Januária
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET	Agronomia	Janaúba
	Matemática	Montes Claros
	Sistemas de Informação	Montes Claros
	Zootecnia	Salinas
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA	Administração	Montes Claros
	Ciências Contábeis	Montes Claros
	Ciências Econômicas	Montes Claros
	Ciências Sociais	Montes Claros
	Direito	Montes Claros
	Serviço Social	Montes Claros
Centro de Ciências Humanas – CCH	Artes - ênfases em Música, Plástica ou Teatro	Montes Claros
	Filosofia	Montes Claros
	Geografia	Montes Claros Pirapora
	História	Montes Claros São Francisco
	Letras/Espanhol	Montes Claros
	Letras/Inglês	Montes Claros Januária
	Letras/Português	Montes Claros, Unaí, Almenara, Januária
	Normal Superior –Magistério da Educação Infantil - MEI	Montes Claros, Almenara, Espinosa, Janaúba, Januária
	Normal Superior – Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental	Montes Claros Brasília de Minas Espinosa, Janaúba Januária, Paracatu Pirapora
	Pedagogia	Montes Claros, Almenara Brasília de Minas, Espinosa Janaúba, Januária, Joaíma Paracatu, Pirapora

Fonte: Unimontes, 2006

CURSOS MODULARES OFERECIDOS PELA UNIMONTES

CURSOS	LOCALIDADES
Artes	Joaíma, Itacarambi, Várzea da Palma
Geografia	Itacarambi, Joaíma, Pedra Azul, Varzelândia
História	Novo Cruzeiro, Taiobeiras, Três Marias, Várzea da Palma
Letras/Português	Itacarambi, Taiobeiras, Três Marias, Várzea da Palma
Normal Superior – Educação Infantil -	Corinto, Itacarambi, Montes Claros
Normal Superior – Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental - MSIEF	Água Boa, Águas Vermelhas, Alpercatas Arinos, Baldim, Botumirim, Brasilândia, Brumadinho, Buritizeiro, Francisco Dumont, Francisco Sá, Guanhães, Grão Mogol, Ibiaí, Itacarambi, Itamarandiba, Jaíba, Japonvar, Joaíma, Manga, Matias Cardoso, Mirabela, Montes Claros, Paraopeba, Patis, Pedra Azul, Ponto Chique, Ponto dos Volantes, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Salinas, Santana de Pirarama, São Francisco, São João da Ponte, Sete Lagoas, Serro, Taiobeiras, Três Marias, Turmalina, Urucuia, Várzea da Palma
Pedagogia	Corinto, Malacacheta, Medina, Pedra Azul
Ciências Biológicas	Joaíma, Corinto, Joaíma, Itamarandiba*, Taiobeiras*, Três Marias*
Matemática	Itamarandiba, Itambacuri, Malacacheta, Mantena, Taiobeiras, Várzea da Palma
Educação Física	Pedra Azul*, Pompeu* Unaí*

Fonte: Relatório de Gestão – Unimontes, 2005

CURSOS OFERECIDOS PELAS FACULDADES SANTO AGOSTINHO

UNIDADE	CURSOS	CIDADE
Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas Santo Agostinho – FACISA	Administração, Gestão de Negócios, Comércio Exterior, Agronegócios e Serviço Social.	Montes Claros
Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas – FACET	Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Produção, Farmácia	Montes Claros
Instituto Superior de Educação – ISA	Normal superior História	Montes Claros
Faculdade de Direito Santo Agostinho – FADISA	Direito	Montes Claros
Faculdade de Saúde e Desenvolvimento Humano Santo Agostinho - FASADHU	Farmácia	Montes Claros
Faculdade Santo Agostinho de Pirapora	Administração com habilitação em Agronegócios e Administração com habilitação em Gestão de Negócios	Pirapora

Fonte: Faculdades Santo Agostinho, 2006

* Cursos denominados emergenciais

CURSOS OFERECIDOS PELA FUNORTE

UNIDADE	CURSO	CIDADE
Instituto de Desenvolvimento do Ensino Superior (INDES)	Administração, Direito e Serviço Social	Montes Claros
Instituto Superior Tecnológico Regional (INTER)	Engenharia Civil e Engenharia de Alimentos	Montes Claros
Faculdades de Ciências Biológicas e da Saúde (FACIBIOS)	Farmácia	Montes Claros
Instituto Superior de Educação de Montes Claros (ISEMOC)	Normal Superior, História, Geografia, Letras Português/ Espanhol	Montes Claros
Instituto de Ciências da Saúde (ICS FUNORTE)	Medicina, Odontologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Enfermagem, Educação Física, Biomedicina	Montes Claros
Centro Regional de Estudos em Ciências Humanas (ASSENE CRECIH)	Comunicação Social - Jornalismo	Montes Claros
Instituto de Ciências Sociais e Humanas (CEIVA/INCISOH)	Cursos de Pedagogia e Turismo	Montes Claros
Instituto Superior de Educação de Janaúba (CEIVA/ISEJAN)	Normal Superior - Anos Iniciais, Normal Superior Educação Infantil, Geografia, Letras Português/Espanhol	Janaúba
Instituto Superior de Educação de Januária (CEIVA/ISEJ	Normal Superior, História, Geografia e Letras Português.	Januária
IESFATO	Comunicação Social - Jornalismo, Serviço Social	Teófilo Otoni
FEMG	Engenharia Civil	

Fonte: FUNORTE, 2006

CURSOS OFERECIDOS PELA FACULDADE IBITURUNA

UNIDADE	CURSOS
Faculdade de Saúde Ibituruna - FASI	Biomedicina, Ciências Biológicas, Psicologia, Farmácia e Nutrição
Instituto Superior de Educação Ibituruna - ISEI	Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras, Inglês e literaturas de língua inglesa, Normal Superior, Matemática, Magistério para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério para Educação Infantil

Fonte: FACIB, 2006

ANEXO E

QUADRO: ICMS POR MUNICÍPIOS DO NORTE DE MINAS (2006)

Municípios	ICMS (R$)	Municípios	ICMS (R$)
Águas Vermelhas	1.243.138,84	Manga	1.537.965,48
Berizal	702.029,00	Matias Cardoso	1.671.926,74
Bocaiúva	4.600.151,88	Mato Verde	989.051,19
Bonito de Minas	879.178,72	Mirabela	877.750,63
Botumirim	678.607,82	Miravânia	707.039,52
Brasília de Minas	1.297.292,38	Montalvânia	965.638,94
Buritizeiro	4.075.757,24	Monte Azul	1.165.936,90
Campo Azul	588.699,16	Montes Claros	34.258.810,68
Capitão Enéas	2.575.534,26	Montezuma	729.139,06
Catuti	607.830,56	Ninheira	705.685,50
Chapada Gaúcha	1.367.182,02	Nova Porteirinha	1.217.086,70
Claro dos Poções	751.749,61	Novorizonte	591.897,85
Cônego Marinho	776.017,64	Olhos-d'Água	1.334.872,30
Coração de Jesus	1.221.513,43	Padre Carvalho	746.006,57
Cristália	997.881,89	Pai Pedro	736.427,15
Curral de Dentro	993.971,65	Patis	693.046
Divisa Alegre	1.093.908,24	Pedras de Mª da Cruz	996.926,35
Engenheiro Navarro	751.788,26	Pintópolis	729.052,24
Espinosa	1.325.732,92	Pirapora	11.942.736,55
Francisco Dumont	885.159,61	Ponto Chique	624.370,97
Francisco Sá	1.486.072,97	Porteirinha	621.576,77
Fruta de Leite	680.873,60	Riachinho	980.058,73
Gameleiras	819.012,28	Riacho dos Machados	901.096,69
Glaucilândia	520.960,76	Rio Pardo de Minas	1.961.270,63
Grão Mogol	2.458.705,27	Rubelita	958.699,92
Guaraciama	551.960,76	Salinas	2.132.322,94
Ibiaí	683.082,21	Santa Cruz de Salinas	2.164.076,22
Ibiracatu	605.323,59	Santa Fé de Minas	709.326,01
Icaraí de Minas	739.016,17	São Francisco	1.359.554,69
Indaiabira	822.514,23	São João da Lagoa	831.452,16
Itacambira	832.243,91	São João da Ponte	487.329,46
Itacarambi	1.716.004,25	São João das Missões	1.662.566,84
Jaíba	2.392.647,48	São João do Pacuí	1.131.725,55
Janaúba	4.516.688,92	São João do Paraíso	678.474,90
Januária	2.536.384,18	São Romão	499.968,88
Japonvar	695.838,61	Serranópolis de Minas	622.837,25
Jequitaí	926.005,67	Sto Antônio do Retiro	713.845,84
Josenópolis	584.248,46	Taiobeiras	1.872.145,58
Juramento	519.594,25	Ubaí	753.432,19
Juvenília	711.499,86	Urucuia	1.460.236,87
Lagoa dos Patos	788.118,04	Vargem G. do Rio Pardo	613.047,71
Lassance	1.665.874,04	Várzea da Palma	8.767.708,24
Lontra	575.429,02	Varzelândia	953.130,38
Luislândia	564.992,44	Verdelândia	1.484.638,78
Mamonas	580.051,28		

Fontes: DINF/SAIF/SEF (índices); Banco Itaú (valores) e SEF-MG/DACEGE (cálculos)
Disponível em http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/scaf/repmensal.htm
Org. PEREIRA, A. M., 2007

ANEXO F

Municípios	Equipes de PSF	Municípios	Equipes de PSF
Águas Vermelhas	4	Manga	7
Berizal	1	Matias Cardoso	3
Bocaiúva	15	Mato Verde	5
Bonito de Minas	2	Mirabela	4
Botumirim	1	Miravânia	1
Brasília de Minas	8	Montalvânia	6
Buritizeiro	-	Monte Azul	6
Campo Azul	1	Montes Claros	15
Capitão Enéas	1	Montezuma	2
Catuti	2	Ninheira	2
Chapada Gaúcha	1	Nova Porteirinha	2
Claro dos Poções	-	Novorizonte	1
Cônego Marinho	2	Olhos-d'Água	1
Coração de Jesus	6	Padre Carvalho	-
Cristália	2	Pai Pedro	2
Curral de Dentro	-	Patis	-
Divisa Alegre	2	Pedras de Mª da Cruz	2
Engenheiro Navarro	1	Pintópolis	2
Espinosa	1	Pirapora	11
Francisco Dumont	1	Ponto Chique	1
Francisco Sá	2	Porteirinha	13
Fruta de Leite	1	Riachinho	3
Gameleiras	1	Riacho dos Machados	2
Glaucilândia	1	Rio Pardo de Minas	9
Grão Mogol	3	Rubelita	3
Guaraciama	1	Salinas	9
Ibiaí	2	Santa Cruz de Salinas	1
Ibiracatu	2	Santa Fé de Minas	1
Icaraí de Minas	2	São Francisco	5
Indaiabira	-	São João da Lagoa	1
Itacambira	1	São João da Ponte	3
Itacarambi	1	São João das Missões	4
Jaíba	10	São João do Pacuí	1
Janaúba	10	São João do Paraíso	7
Januária	6	São Romão	3
Japonvar	2	Serranópolis de Minas	1
Jequitaí	3	Sto Antônio do Retiro	1
Josenópolis	-	Taiobeiras	8
Juramento	1	Ubaí	3
Juvenília	1	Urucuia	2
Lagoa dos Patos	1	Vargem G. do Rio Pardo	2
Lassance	2	Várzea da Palma	1
Lontra	1	Varzelândia	8
Luislândia	1	Verdelândia	3
Mamonas	1		

Fonte: SUS, 2006

ANEXO G

MOVIMENTO DE AEROPORTOS DE MINAS GERAIS

Aeroporto de Uberlândia-Ten. Cel. Av. César Bombonato

Aeronaves		Carga Aérea		Passageiros	
Ano	Quantidade	Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
2002	16.746	2002	984.502	2002	304.193
2003	12.003	2003	742.347	2003	235.659
2004	15.122	2004	767.237	2004	332.934
2005	19.527	2005	1.308.328	2005	532.024

Aeroporto de Uberaba

Aeronaves		Carga Aérea		Passageiros	
Ano	Quantidade	Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
2002	6.408	2002	97.967	2002	53.494
2003	6.759	2003	260.493	2003	47.127
2004	8.587	2004	310.863	2004	62.537
2005	8.588	2005	271.812	2005	60.443

Aeroporto de Juiz de Fora

Aeronaves		Carga Aérea		Passageiros	
Ano	Quantidade	Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
2002	8.795	2002	65.420	2002	30.759
2003	7.571	2003	53.094	2003	29.112
2004	6.670	2004	56.632	2004	31.049
2005	6.911	2005	62.989	2005	29.552

Aeroporto de Montes Claros/Mário Ribeiro

Aeronaves		Carga Aérea		Passageiros	
Ano	Quantidade	Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
2002	4.851	2002	59.447	2002	64.444
2003	4.700	2003	45.204	2003	50.406
2004	5.099	2004	43.236	2004	69.822
2005	5.804	2005	45.033	2005	81.304

Fonte: INFRAERO, 2006

ANEXO H – BRICOLAGEM



















